

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA

Daniel Jorge Salles de Freitas

**TESTES DE DROGAS NO AMBIENTE DE TRABALHO:**

**Vigilância e Controle Social na Sociedade Contemporânea**

**Tese de Doutorado**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, área de concentração: Cultura, Democracia e Instituições, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor.

Orientador: Prof. Dr. André Moysés Gaio

Juiz de Fora - 2017

Daniel Jorge Salles de Freitas

**TESTES DE DROGAS NO AMBIENTE DE TRABALHO:**

**Vigilância e Controle Social na Sociedade Contemporânea**

**Tese de Doutorado**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, área de concentração: Cultura, Democracia e Instituições, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor.

Orientador: Prof. Dr. André Moysés Gaio

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Freitas, Daniel Jorge Salles de.

Testes de Drogas no Ambiente de Trabalho : Vigilância e Controle Social na Sociedade Contemporânea / Daniel Jorge Salles de Freitas. -- 2017.

258 p.

Orientador: André Moysés Gaio

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Instituto de Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, 2017.

1. Testes de Drogas no Ambiente de Trabalho. 2. Governamentalidade. 3. Controle Social. 4. Vigilância. 5. Biopolítica.  
I. Gaio, André Moysés, orient. II. Título.

Daniel Jorge Salles de Freitas

**TESTES DE DROGAS NO AMBIENTE DE TRABALHO:  
Vigilância e Controle Social na Sociedade Contemporânea**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, área de concentração: Cultura, Democracia e Instituições, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor.

Aprovada em 23 de julho de 2017.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. André Moysés Gaio (Orientador)  
Universidade Federal de Juiz de Fora

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Rogéria Campos de Almeida Dutra  
Universidade Federal de Juiz de Fora

---

Prof. Dr. Eduardo Magrone  
Universidade Federal de Juiz de Fora

---

Prof. Dr. Antônio Pereira Gaio Júnior  
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

---

Prof. Dr. Pedro Rodolfo Bodê de Moraes  
Universidade Federal do Paraná

Para um príncipe indiano. Não fosse pela sua rebeldia e coragem eu jamais saberia que sou um errante.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço à Universidade Federal de Juiz de Fora e ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais.

Agradeço à PROPP/UFJF e à CAPES, financiadores de minha trajetória no doutorado.

Agradeço ao CAEd/UFJF - Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação, que valorizou a minha atuação profissional e minha formação acadêmica durante todo o tempo em que estive vinculado ao seu quadro funcional.

Agradeço ao Instituto Estadual de Educação, através do diretor Leonardo Ferreira da Silva e da vice-diretora Patrícia da Silva Borges Ferrara, pela acolhida em momento precioso e pelo apoio.

Ao professor André Moysés Gaio, um agradecimento muito especial. Pela sua paciência e orientação tão dedicada, expressei minha profunda gratidão e sinto-me honrado de tê-lo como orientador. Com afeto e admiração, agradeço imensamente pela sua presença tão significativa não apenas em minha trajetória acadêmica, mas também profissional e pessoal.

Imensamente agradecido à professora Rogéria Campos de Almeida Dutra, não só pelas ricas contribuições acadêmicas que me auxiliaram a compreender melhor alguns aspectos de minha pesquisa, mas também pelo amparo infalível em todos os momentos incertos do percurso.

Agradeço à professora Marcella Beraldo, cujos comentários sobre meu trabalho no exame de qualificação permitiram-me enxergar elementos importantes na pesquisa.

Agradeço muito ao professor Eduardo Magrone, que se interessou pelo meu trabalho e aceitou participar da Banca Examinadora apesar de todas as atribuições logísticas e de agenda que um evento como esse pode gerar.

Agradecimentos muito especiais aos professores Antônio Gaio e Pedro Bodê, cujo interesse pelo meu trabalho foi maior do que todas as dificuldades que atualmente se colocam àqueles que se dispõem a participar como membros externos das Bancas Examinadoras. Expressei aqui minha mais sincera gratidão pela boa vontade e disposição dos professores e sinto-me verdadeiramente honrado em tê-los como examinadores de meu trabalho.

Agradeço à Camila de Carvalho Silva, secretária do PPGCSO sempre atenciosa e eficiente.

Agradeço a todos os funcionários da Duplicópia do ICH e do Ponto das Cópias, especialmente ao Franklin e ao Bruno, pelos serviços fundamentais prestados não só com grande profissionalismo, mas também com afeto.

Agradeço a todos aqueles que contribuíram de alguma forma com a pesquisa, em especial a Victor Borges, Ana Paula, Juliana Vieira e Paulo Nery.

Muito grato a Kátia Moreira, Vinícius Marinho e Franciselen Mendes, pessoas fundamentais para a realização da pesquisa e sem os quais ela jamais reuniria condições para acontecer.

Expresso minha gratidão à Marília de Nardim Budó, que contribuiu para a construção da minha pesquisa mais do que ela mesma pode imaginar.

Agradeço ao apoio e às reflexões proporcionadas por Márcio Tadeu Tasca.

Agradeço de todo o coração aos amigos e amigas que em algum momento fizeram parte da construção dessa trajetória, mesmo que hoje possam não estar presentes.

Agradeço pelo suporte e apoio incondicional de meus pais, meus irmãos e todos aqueles que fazem parte do meu cotidiano e que não mediram esforços para me auxiliar ativamente durante esse período.

It is possible to imagine a society flushed with such a sense of power that it could afford to let its offenders go unpunished. What greater luxury is there for a society to indulge in? "Why should I bother about those parasites of mine?" such a society might ask. "Let them take all they want. I have plenty".

Nietzsche - On the Genealogy of Morals

Está demonstrado, dizia ele, que as coisas não podem ser de outra maneira: pois, como tudo foi feito para um fim, tudo está necessariamente destinado ao melhor fim. Queiram notar que os narizes foram feitos para usar óculos e por isso nós temos óculos. As pernas foram visivelmente instituídas para as calças e por isso temos calças. As pedras foram feitas para serem talhadas e edificar castelos e por isso Monsenhor tem um lindo castelo; o mais considerável barão da província deve ser o mais bem alojado; e, como os porcos foram feitos para serem comidos, nós comemos porco o ano inteiro: por conseguinte, aqueles que asseveravam que tudo está bem disseram uma tolice; deviam era dizer que tudo está o melhor possível.

Voltaire - Cândido ou O Otimismo

## RESUMO

A realização de testes químicos no ambiente de trabalho para identificar o uso de drogas lícitas e ilícitas pelos funcionários é uma prática instituída em muitas empresas de grande porte no Brasil. Esse trabalho aborda o tema sociologicamente e discute questões relacionadas aos testes a partir de pesquisa de inspiração etnográfica realizada dentro de uma empresa mantém um programa de testagem em seus funcionários. Buscando contextualizar o tema no debate sobre as formas de controle social na sociedade contemporânea. Recorre-se à genealogia de poder de Foucault para se construir um referencial analítico que permite descrever os testes de drogas no ambiente de trabalho como práticas de vigilância representativas de um arranjo de poder governamental biopolítico, mecanismos cujos efeitos de poder voltam-se menos para o disciplinamento dos indivíduos do que para a fabricação de tipos específicos de liberdade e a administração das condutas dos sujeitos livres por meio de técnicas atuariais e classificação social. Adotando uma abordagem interpretativa com o objetivo de compreender como os próprios funcionários atribuem sentido aos testes de drogas, a pesquisa empírica enseja uma análise dos valores e significados sociais articulados por tais práticas. Ao final a pesquisa permite delinear algumas novas tendências no controle social contemporâneo, que se apresenta de formas muito mais difusas e descentralizadas, bem como depreender os discursos e os sentidos simbólicos que o legitimam e sustentam. Além disso, o trabalho também pretende contribuir com a questão metodológica apresentando algumas discussões sobre perspectivas e abordagens para pesquisas empíricas sobre a vigilância. Ao compreender como os indivíduos percebem e lidam com essas novas formas de controle social, esse trabalho pretende colaborar com os esforços para se entender melhor a sociedade contemporânea e alguns de seus processos sociais mais desafiadores – como transformações nas concepções de liberdade, responsabilidade individual e segurança.

Palavras-Chave: Testes de drogas no ambiente de trabalho; Governamentalidade; Biopolítica; Controle social; Vigilância; Drogas; Álcool; Teoria Fundamentada em Dados.

## ABSTRACT

Workplace drug testing is a common practice in large companies in Brazil. In this work this practice is approached sociologically and questions related to the tests are debated from an ethnographic research held within a specific company that maintains a regular drug testing program on its employees. To contextualize the theme in the debate about forms of social control in contemporary society, Foucault's genealogy of power is used, constructing an analytical framework that allow to describe the workplace drug testing as a surveillance practice representative of the biopolitical governmental power arrangement, a mechanism whose power effects are less focused on disciplining individuals than on fabricate specific types of freedom and on the management of the conduct of free subjects through actuarial techniques and social classification. By adopting an interpretive approach to understand how employees themselves give meaning to the workplace drug testing, empirical research provides an analysis of the values and social meanings articulated by such practices. At the end it is possible to delineate some new tendencies in contemporary social control, which presents itself in much more diffuse and decentralized ways, as well as to understand some discourses and symbolic meanings that legitimize and sustain it. In addition, the paper also aims to contribute to the methodological issue by presenting some discussions on perspectives and approaches to empirical research on surveillance. By understanding how individuals perceive and deal with these new forms of social control, this work seeks to collaborate with efforts to better understand contemporary society and some of its more challenging social processes - such as changes in conceptions of freedom, individual responsibility, and security. **Keywords:** Workplace Drug Testing; Governmentality; Biopolitics; Social Control; Surveillance; Drugs; Alcohol; Grounded Theory.

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	<b>Erro! Indicador não definido.</b>
CAPÍTULO 1 – O PROGRAMA DE TESTES TOXICOLÓGICOS NO AMBIENTE DE TRABALHO .....	10
CAPÍTULO 2 - PODER, GOVERNAMENTALIDADE, DISCIPLINA E BIOPOLÍTICA: A PERSPECTIVA FOUCAULDIANA .....	32
CAPÍTULO 3 – ÁLCOOL E DROGAS ILÍCITAS NAS SOCIEDADES LIBERAIS CONTEMPORÂNEAS .....	59
CAPÍTULO 4 – CONTROLE SOCIAL E VIGILÂNCIA.....	79
CAPÍTULO 5 – CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS.....	107
CAPÍTULO 6 – APRESENTAÇÃO DOS DADOS E DESCRIÇÃO .....	128
CAPÍTULO 7 – APRIMORAMENTO CONCEITUAL: ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS .....	158
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	180
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	<b>Erro! Indicador não definido.</b>
ANEXO 1 - Protocolos da pesquisa .....	193
ANEXO 2 – POLÍTICA DE PREVENÇÃO AO USO INDEVIDO DE ÁLCOOL E DROGAS.....	<b>Erro! Indicador não definido.</b>
ANEXO 3 – Relato de um caso de demissão por reincidência .....	244

## INTRODUÇÃO

Testes são procedimentos corriqueiros na vida cotidiana. Durante toda sua existência os indivíduos são constantemente submetidos a testes dos mais variados tipos, abrangendo diversos aspectos da vida e cujos resultados, na maioria das vezes, têm consequências marcantes nas trajetórias pessoais de cada um. Compreendidos como elementos culturais é possível afirmar que testes articulam em contextos históricos específicos perspectivas e valores sociais amplos, conectando experiências individuais e estruturas sociais mais abrangentes.

Esse trabalho aborda um tipo muito particular de testes: os testes para a detecção do uso de drogas lícitas e ilícitas realizados em funcionários no seu local de trabalho. Muitas empresas de grande porte, tanto no setor de produção industrial quanto no de serviços, incorporaram às suas políticas corporativas programas de testagem através dos quais seus funcionários são sistematicamente submetidos a exames toxicológicos para detectar traços de drogas e álcool em seu organismo. Os resultados desses testes podem ter consequências dramáticas para a vida daqueles que os realizam, tanto profissional quanto pessoalmente: um resultado positivo pode acarretar em afastamento do serviço, prejuízos no plano de carreira e até mesmo demissão e dificuldades para arranjar um novo emprego, por exemplo, além de provocar conflitos familiares, afetar relações de amizade e repercutir em abalos emocionais e psicológicos significativos. Ainda que por si sós esses efeitos sejam suficientemente relevantes para trazerem o tema à discussão, o que se pretende nesse trabalho é abordar a questão dos testes de drogas lícitas e ilícitas de uma forma mais abrangente, procurando identificar as implicações sociológicas de tais práticas e o que elas podem nos dizer sobre o ambiente social contemporâneo. Dessa perspectiva, o que interessa não é discutir a validade ou não dos testes em si, mas observar como a existência institucionalizada de práticas dessa natureza articula perspectivas de mundo, valores e significados sociais específicos.

No Brasil os testes de drogas lícitas e ilícitas no ambiente de trabalho são rotineiros em muitas grandes empresas. Tendo chegado ao país no contexto das novas orientações gerenciais e teorias administrativas implementadas por empresas multinacionais ainda na década de 1990, sua sistematização enquanto programas e políticas empresariais formais só viria a ocorrer efetivamente na década seguinte. Os testes de drogas no Brasil jamais tiveram qualquer característica de publicidade ou espetacularização, tendo sido desde o seu início práticas muito pouco divulgadas pelas empresas, mesmo sendo procedimentos estratégicos nas políticas organizacionais de segurança e saúde. Da mesma forma, ao chegarem ao Brasil

os testes de drogas no ambiente de trabalho já estavam definitivamente estabelecidos como ferramentas de gestão empresarial, jamais tendo qualquer ligação com nenhuma política pública estatal (como originalmente ocorrera nos EUA, quando testes de drogas e álcool no ambiente de trabalho chegaram a fazer parte da política oficial de guerra às drogas americana durante a década de 1980).

Os desenhos dos programas de testes variam conforme cada empresa, mas nas organizações que os empregam eles invariavelmente fazem parte das políticas de segurança no trabalho e promoção da saúde e do bem-estar do trabalhador. Para se compreender seu significado no cotidiano das empresas é necessário ter em mente que os testes são parte de um arcabouço discursivo e prático voltado para mobilizar o corpo funcional em torno de condutas normalizadas de atenção com a saúde, para aumentar a responsabilidade individual e para diminuir os riscos à segurança no ambiente de trabalho – um processo que, no meio empresarial, é muitas vezes referido como “conscientização” do trabalhador.

Testes de drogas lícitas e ilícitas em geral têm se tornado cada vez mais recorrentes em diversos setores da vida social brasileira, inclusive em outros contextos que não apenas o ambiente de trabalho. Apenas para citar alguns exemplos, já existem escolas que realizam testes regularmente em alunos e professores; empresas de transporte de passageiros ou cargas são obrigadas a manter um programa de testes sistemáticos de álcool e drogas em seus motoristas, pilotos ou condutores; motoristas profissionais precisam submeter-se a testes para renovarem suas licenças (o que já faz os sindicatos investirem em ações de “conscientização”); juízes de varas de família pedem exames toxicológicos aos pais para decidir sobre a guarda dos filhos; e em alguns municípios, como São Paulo, já se condiciona o recebimento de alguns benefícios sociais a resultados negativos em testes de álcool e drogas. Apesar da importância crescente de tais procedimentos na sociedade brasileira, o meio acadêmico tem deixado completamente à margem de qualquer reflexão substancial. Na literatura sociológica nacional o tema é até o momento completamente ignorado, não havendo nenhum estudo sequer sobre o mesmo. No campo do Direito existem alguns artigos sobre a questão; trata-se de textos que procuram interpretar a legalidade e legitimidade formal dos testes à luz do ordenamento jurídico, mas que não os problematizam de nenhuma maneira. Há também artigos da área de Enfermagem que também citam os testes, mas apenas dentro de um contexto mais geral da saúde ocupacional, limitando-se a mencioná-los ou descrevê-los superficialmente. Por fim, alguns textos do campo da Administração também consideram os programas de testes de drogas lícitas e ilícitas, mas apenas instrumentalmente, ou seja,

enquanto ferramentas de gestão empresarial. Academicamente, portanto, trata-se de um tema inexplorado no Brasil.

A pesquisa apresentada nesse trabalho teve por objeto o programa de prevenção ao uso de drogas lícitas e ilícitas mantido por uma grande empresa desde o ano de 2002. Trata-se de uma empresa do ramo de transportes e logística que assumiu a administração de uma antiga empresa pública privatizada em 1997 e que implementou o seu programa de testes de drogas no contexto de “modernização” da administração da companhia. Passados quinze anos desde a sua instituição formal, o programa de prevenção ao uso de drogas lícitas e ilícitas é hoje o maior e mais importante programa interno levado a cabo pela empresa na área de saúde dos funcionários e segurança do trabalho. O programa é exclusivamente baseado em exames toxicológicos e conta com várias modalidades de testes, aleatórios e programados, aos quais os funcionários são submetidos. Como a sua janela de detecção é ampla, o teste não aponta se o funcionário está ou não sob influência de entorpecentes durante o horário de trabalho, mas acusa o seu uso em algum momento anterior, inclusive fora do horário de serviço. Ou seja, através do teste o empregado tem sua intimidade devassada e sua conduta pessoal pressionada a se adequar aos padrões organizacionais.

O programa de prevenção ao uso de drogas lícitas e ilícitas estudado nessa pesquisa é apresentado no Capítulo 1 desse trabalho, onde são descritos seus procedimentos, desenho e os itinerários dos trabalhadores em seus circuitos em decorrência resultados positivos ou negativos. Ao ser positivado num exame toxicológico o funcionário não é sumariamente demitido, mas ingressa num programa de avaliação psicológica e tratamento médico. A continuidade do contrato de trabalho do funcionário depende de sua participação “voluntária” nesse tratamento, de maneira que, na prática, o trabalhador não tem nenhuma autonomia para recusar o tratamento, que se torna uma condição para manter o seu emprego. Ingressando nesse circuito, o funcionário tem suas atividades laborais temporariamente suspensas e só é reintegrado ao trabalho após alta médica. Porém, desde o momento em que seu exame tem resultado positivo, ele será testado regularmente, de maneira aleatória, pelo menos uma vez ao mês, por tempo indefinido; ou seja, o status de alguém que é flagrado no teste jamais volta a ser exatamente o mesmo.

Funcionários que não apresentam nenhum traço de uso de álcool ou drogas eles podem em princípio manter a sua rotina normal de trabalho e continuar sonhando com um plano de carreira bem sucedido. Mas essa neutralidade do resultado negativo em relação ao itinerário do funcionário na empresa não deixa de ser também uma fonte de insatisfação dos empregados. É comum que os funcionários sejam sorteados mais de uma vez para os testes

aleatórios, ou que, devido à sua categoria profissional, devam realizar exames com maior frequência, por exemplo; ao longo do tempo, é comum que muitos funcionários se sintam desprestigiados ou até mesmo perseguidos, pois nem mesmo uma sequência de resultados negativos os exime de provar reiteradamente a sua adequação aos padrões de abstinência da empresa. Como muitas vezes a pesquisa deixou clara, o programa de testes neutraliza qualquer possibilidade de construção de laços de confiança e identificação entre os funcionários e a empresa. Essas questões são apresentadas no capítulo inicial e desenvolvidas posteriormente.

Devido ao fato do programa estudado se inserir numa tendência nacional das grandes empresas submeterem seus funcionários à testes toxicológicos, procura-se também problematizar esse panorama mais amplo ao qual o objeto se refere, apresentar algumas controvérsias legais que o cercam e a forma como conflitos entre direitos fundamentais que se manifestam nessas práticas têm sido tratados pelo Judiciário. Em razão dessa própria natureza controversa os programas de testes de drogas e álcool costumeiramente não são abordados de forma aberta pelas diretorias e talvez por isso a realização da pesquisa tenha tido muitas dificuldades em encontrar acolhimento dentro das companhias até finalmente ser aceita. Visando contextualizar o processo de pesquisa, ainda no primeiro capítulo são descritas as tratativas e aproximações do pesquisador com várias empresas até a obtenção de autorização para realizar o trabalho em uma delas. Esse capítulo é, portanto, uma apresentação geral do objeto e do contexto da pesquisa e uma problematização inicial da questão.

Após apresentar a o objeto de pesquisa, procura-se construir uma perspectiva teórica através da qual os testes de drogas no ambiente de trabalho possam ser tematizados sociologicamente, o que é levado a cabo nos três capítulos seguintes. Uma análise inicial mostra que o programa de testes de drogas lícitas e ilícitas pode ser compreendido como uma prática de vigilância, mas que apresenta características muito distintas das formas clássicas de monitoramento e fiscalização de trabalhadores nas quais um poder centralizador vigiava-os constantemente. Ao invés disso o programa revela-se como uma outra modalidade de arranjo de poder, muito mais fluida e capilar do que se verificava nas antigas estruturas de inspeção direta. Dessa maneira o Capítulo 2 propõe uma abordagem interpretativa fundamental que se inscreve na perspectiva foucauldiana, enfatizando o poder como um elemento disperso socialmente, fluindo a partir de uma grande variedade de fontes formais e informais descentralizadas e voltado mais para o controle biopolítico da coletividade do que para o disciplinamento e moralização de indivíduos desviantes. O programa de prevenção ao uso de drogas lícitas e ilícitas é compreendido como uma forma de controle social típico daquele

arranjo de poder que Foucault definiu como governamentalidade, visando menos a intervenção direta do que a administração das condutas livres.

Situar a investigação sobre os testes de drogas no ambiente do trabalho como uma investigação sobre a governamentalidade permite à pesquisa superar alguns modelos aos quais a interpretação sociológica muitas vezes recorre, mas que são insatisfatórios para explicar a produção de efeitos de poder no contexto social contemporâneo. Modelos analíticos generalistas como o panóptico, o *Big Brother* etc, fundamentam-se em uma visão naturalizada do poder que se pressupõe uma substância acumulável, estável, coerente, cujo exercício se dirige sempre para a dominação. Esse pressuposto conduz a um enquadramento analítico que sobrevaloriza aspectos tecnológicos ou a distinção das intenções dos “sujeitos” da vigilância sobre os “objetos” vigiados e dessa maneira deixam de captar a dinâmica decisiva da vigilância como prática social e cultural contemporânea.

O capítulo 3 apresenta uma discussão sobre as formas culturais complexas através das quais o uso de drogas lícitas e ilícitas é tematizado pela sociedade moderna. O que se percebe é que o programa de testes de drogas no ambiente de trabalho opera justamente a partir desses marcadores culturais ambíguos, elegendo-os como critérios indicativos de risco e perigo. Porém, no contexto do ambiente de trabalho estudado, a ameaça não deriva diretamente dos seus efeitos psicoativos, mas sim daquilo que seu uso revela sobre o indivíduo: alguém que não consegue administrar a sua liberdade em face do peso da responsabilidade individual. Assim o capítulo apresenta algumas questões importantes para a compreensão da forma como a sociedade liberal se relaciona com o uso de drogas e como elas ocupam um importante lugar na cultura contemporânea, articulando modelos normalizados de liberdade individual. O indivíduo flagrado no teste é imediatamente inserido num circuito de tratamento médico no qual o uso de drogas é associado à “dependência”. A incapacidade de fazer escolhas individuais “livres” de qualquer dependência é um status que contradiz o padrão de normalidade da liberdade individual liberal e é justamente nessa conexão entre o programa empresarial e o imaginário liberal que transitam experiências pessoais no nível micro com estruturas sociais mais amplas.

O capítulo 4 reúne as discussões dos dois capítulos anteriores. Nota-se que, historicamente, a tematização do uso de drogas como um problema social pela medicina e pela política foi um processo que se deu simultaneamente e de forma intrinsecamente vinculada ao desenvolvimento das técnicas governamentais de administração das liberdades nas democracias liberais que Foucault identificou como controle social. A discussão desenvolvida nesse capítulo se refere justamente ao tema do controle social, atividade através

da qual se dá a produção de efeitos de poder nos regimes governamental biopolítico e que na sociedade contemporânea adota como forma principal os mecanismos de vigilância.

A vigilância contemporânea é um fenômeno complexo e multidimensional, representativo de um processo de securitização generalizada que vem se intensificando e se expandindo cada vez mais em todas as áreas do convívio social. Ainda que existam vários vetores de disseminação, sua principal sustentação no Brasil se dá a partir da perspectiva da segurança. Um ambiente social como o brasileiro, cada vez mais atravessado por ansiedades, pelo medo e pela incerteza e onde a possibilidade de vitimização é real, se torna um campo fértil para práticas que prometam algum nível de estabilidade e segurança. Mas uma análise sociológica mais profunda deixa claro que através do discurso da segurança a vigilância contemporânea articula temores que vão além dele; o que a vigilância põe em questão são alterações nas bases que fundamentam as relações sociais numa sociedade que se transforma rapidamente.

O programa de testes de drogas lícitas e ilícitas no ambiente de trabalho é um mecanismo de vigilância representativo do controle social governamental na medida em que, extraindo dados pessoais dos trabalhadores, realiza uma operação de classificação social (*social sorting*) através da qual os indivíduos são analisados a partir de um critério único (o uso ou não de drogas) e inseridos em categorias indicativas de risco que os autorizam ou não frequentar o ambiente de trabalho. Extração de dados individuais, adoção de critérios classificatórios unilaterais, reconstrução unidimensional dos indivíduos em “duplicatas de dados” (*data doubles*) a partir das informações coletadas, autorização ou negação de acesso dos indivíduos a ambientes ou experiências sociais com base na sua classificação etc, são características da vigilância contemporânea descritas na literatura e que são observadas contextualmente no programa de testes de drogas; por isso, algumas formas de abordagem e análise da vigilância são apresentadas e discutidas também.

Os capítulos 2, 3 e 4 apresentaram discussões envolvendo a questão do poder, do controle social e da vigilância, bem como de suas formas contemporâneas e seus vetores. Tais capítulos estabelecem o trajeto teórico que fundamenta a problematização do programa de prevenção de drogas lícitas e ilícitas no ambiente de trabalho. Dessa maneira, após o objeto de pesquisa ser estabelecido dentro de um campo de estudos sociológico, o Capítulo 5 traça considerações metodológicas a respeito das perspectivas que norteiam os processos de abordagem, análise e interpretação da pesquisa empírica.

Quando se reflete a vigilância contemporânea uma questão que vem à tona é como explicar a popularização de procedimentos cada vez mais invasivos. Trata-se de uma

indagação importante e que reflete a complexidade das transformações estruturais da sociedade atual; mas de um ponto de vista explicativo, uma abordagem macrosociológica dessa amplitude não conduz a nenhuma resposta satisfatória para se compreender como a vigilância é vivenciada situacionalmente pelas pessoas no seu dia a dia ou como se dão as mediações entre os níveis micro e macro da vida social. Metodologicamente, portanto, a proposta é que a pesquisa sobre os testes de drogas no ambiente de trabalho se aproxime mais de uma perspectiva de médio alcance ou até mesmo da microanálise, desenvolvendo explicações para o fenômeno estudado a partir dos próprios elementos fornecidos por ele. Nesse sentido a pesquisa inspira-se no Interacionismo Simbólico como perspectiva orientadora para a construção de uma teoria fundamentada em dados, de modo que as práticas que compõem os programas de testes de drogas e as narrativas que os funcionários fazem sobre elas são abordadas “por dentro”. Ou seja, o que se busca é descobrir eventuais relações, conexões e padrões a partir dos dados e não atribuir ao fenômeno estudado explicações construídas externamente a ele.

Os capítulos 6 e 7 se referem à pesquisa propriamente dita. A partir da experiência de campo, da organização e da sistematização dos materiais coletados, começa-se a perceber padrões regulares e traços característicos da forma como o programa de teste de drogas é vivenciado no cotidiano dos funcionários. O capítulo 6 apresenta justamente uma descrição dos dados da pesquisa, registrados e codificados de acordo com a técnica de Análise Etnográfica de Documentos (*Ethnographic Content Analysis*), correspondendo, portanto, àquela etapa que as pesquisas de inspiração interacionista denominam de “momento naturalístico” da investigação, ou seja, um momento em que se dá voz ao objeto da pesquisa permitindo que ele fale e descreva com suas próprias referências a situação que se pretende estudar. É justamente nesse momento da pesquisa, anterior às fases formais de interpretação e análise dos dados, que se permite virem à tona conceitos e categorias endêmicos do campo, ensejando a construção de uma descrição densa – que é, afinal, o que se pretende apresentar nesse capítulo.

O capítulo 7 se refere ao exercício interpretativo e analítico dos dados da pesquisa. Partindo da descrição densa feita no capítulo anterior, a proposta aqui é levar a cabo a tarefa de interpretação e aprimoramento conceitual. Conceitos e categorias emergentes dos dados são destacados para se fundamentar a análise interpretativa, cotejados também, quando for o caso, com tópicos e questões da literatura. A ideia aqui é construir uma explicação que se ancore nos elementos do campo, num exercício de teorização a partir das categorias e conceitos emergentes. A contribuição da literatura aqui é importante, mas apenas enquanto

um referencial interpretativo; em outras palavras, não se pretende testar ou validar hipóteses teóricas, nem usar a teoria como fonte explicativa: a explicação deve estar ancorada nos dados.

Enquanto prática de vigilância, o programa de testes de drogas no ambiente de trabalho que opera classificando os indivíduos em responsáveis ou não a partir de um critério generalizador - o uso ou não de álcool e drogas. A questão da responsabilização individual, justamente o que torna os testes tão importantes no contexto empresarial, parece ser também a chave para se compreender importantes processos que vêm alterando as bases da vida social nas sociedades democráticas atuais. A adoção de medidas como os testes de drogas no ambiente de trabalho refletem a deterioração da confiança mútua e da reciprocidade das relações sociais num contexto marcado pela fragilidade dos vínculos de sociabilidade, pela alta competitividade e pela escassez de experiências comuns e identidades compartilhadas. O uso de tóxicos é uma prática culturalmente carregada que emerge como sentido simbólico capaz de catalisar o mal estar e os medos difusos que se disseminam nesse cenário, de modo que programas como o investigado nessa pesquisa oferecem aos indivíduos uma espécie de substituto “artificial” para a confiança onde ela já não surge espontaneamente. Assim, não são os testes de drogas em si que são decisivos, mas sim o papel de controle social que desempenham. Esse controle não se dá através da produção de corpos dóceis ou da imposição de um modelo normalizado de comportamento social, mas do gerenciamento da vida a partir da classificação dos indivíduos dentro espectro que vai da irresponsabilidade (diagnosticada através da constatação do uso de tóxicos e que configura o polo do risco) à responsabilidade (polo desejável, aquele em que é possível confiar ou que, pelo menos, não representa nenhuma ameaça). Nesse tipo de controle social o poder é articulado por dentro do próprio ambiente social, se ancora nas próprias consciências individuais e explora a insegurança difusa que caracteriza a experiência contemporânea. Por isso mesmo suas práticas tornam são capazes de produzir efeitos de poder mais sutis do que as técnicas disciplinares ostensivas, reduzindo a possibilidade de oposição formal na medida em que não mobilizam grandes identidades ou causas coletivas em nome das quais algum tipo de resistência poderia se estruturar.

O programa de testes de drogas no ambiente de trabalho é uma prática de vigilância e controle social que permite perceber de forma privilegia como determinados elementos simbólicos e culturais operam na mediação entre o nível das experiências individuais cotidianas e o nível das estruturas sociais mais amplas. Dessa forma, esse trabalho pretende contribuir para o esforço sociológico de se compreender importantes processos em curso na

sociedade contemporânea, como as transformações nos arranjos de poder e as concepções de liberdade, segurança e responsabilidade individual, por exemplo.

## **CAPÍTULO 1 – O PROGRAMA DE TESTES TOXICOLÓGICOS NO AMBIENTE DE TRABALHO**

Programas empresariais baseados em testes químicos para o controle do uso drogas lícitas e ilícitas entre trabalhadores são cada vez mais comuns no Brasil, não apenas como uma forma de “triagem” pré-admissional, mas especialmente após a contratação, quando a submissão compulsória a procedimentos de testagem para a identificação de substâncias como álcool e outras drogas se torna uma condição do próprio contrato de trabalho.

Especialistas da área laboratorial constataam que popularização desse tipo de programa no Brasil aconteceu na década passada, quando a grande demanda das companhias por testes dessa natureza acabou esbarrado em limitações estruturais dos laboratórios brasileiros (O GLOBO, matéria de 17/03/2013). Desde então os laboratórios estão se ampliando sua capacidade para atender a essa demanda e aumentar a oferta de serviços, estimulados por um fenômeno que parece ter alçado cada vez mais os testes de drogas lícitas e ilícitas a uma forma fundamental de prática corporativa: seja pela grande procura das companhias privadas, seja pela recente exigência legal de exames toxicológicos para motoristas – por enquanto restrita à categoria de motoristas profissionais, mas com um projeto de extensão aos motoristas em geral, conforme almeja o Denatran <sup>1</sup>. De um ponto de vista econômico, trata-se de um mercado crescente que movimenta muitos recursos e mobiliza muitos profissionais. Do ponto de vista da administração empresarial, os testes toxicológicos estão diretamente relacionados às políticas corporativas de saúde, de segurança e de qualidade total, tendo sido incorporados ao cabedal de “ferramentas administrativas para uma gestão eficiente” como forma de aumentar a segurança e promover a saúde e a qualidade de vida do trabalhador. Programas de prevenção do uso de drogas e álcool baseados em testes toxicológicos também são um dos itens necessários para a obtenção de uma importante certificação internacional por parte das empresas, o selo “OSHAS 18001”, que aumenta a competitividade de companhias que atuam em mercados globais.

---

<sup>1</sup> Conforme a Lei Federal 13.103/2015 e a deliberação 145 do Departamento Nacional de Trânsito (Denatran) todos os motoristas das categorias C, D e E precisam realizar o exame toxicológico que detecta o uso de drogas ilícitas tanto para renovar a Carteira Nacional de Habilitação (CNH) quanto para mudar de categoria, como também para firmar contrato de trabalho como motorista profissional e ser desligado da empresa. A lei exige ainda que as empresas que atuem na área de transportes rodoviários desenvolvam seus próprios programas de controle de uso de álcool e drogas no qual seus motoristas sejam submetidos a testes toxicológicos no mínimo a cada dois anos e meio. Essa lei alterou a CLT no que diz respeito especificamente à categoria de motoristas profissionais (art. 235-A até 235-G).

## **A legalidade dos testes de drogas no ambiente de trabalho: legitimação judicial e ausência de problematização jurídica**

Do ponto de vista jurídico a natureza dos testes de drogas é controversa. A Consolidação das Leis Trabalhistas – CLT não admite explicitamente o condicionamento do contrato de trabalho a algum exame desse tipo - seja no momento pré-admissional, seja durante a sua vigência. O único procedimento autorizado pela legislação trabalhista nesse sentido é a demissão por justa causa do funcionário que se apresente embriagado para o trabalho (art. 482, f, CLT) <sup>2</sup>.

É importante mencionar também a existência da Lei 9.029/95, que proíbe práticas discriminativas tanto para fins admissionais quando condicionais à manutenção do contrato de trabalho. Apesar de seu texto ser bastante vago, consta em seu art. 1º que “é proibida a adoção de qualquer prática discriminatória e limitativa para efeito de acesso à relação de trabalho, ou de sua manutenção, por motivo de sexo, origem, raça, cor, estado civil, situação familiar, deficiência, reabilitação profissional, idade, entre outros”. Nesse caso, a expressão “entre outros” deixa a entender que qualquer tipo de condicionamento do contrato de trabalho a alguma prática discriminatória, seja ela negativa ou positiva, é ilegal – o que enquadraria também os testes de drogas no ambiente de trabalho.

Além da questão legal, existe também um potencial conflito entre a realização dos testes e os princípios constitucionais do direito à intimidade e da presunção da inocência – segundo o qual ninguém pode ser considerado culpado até sentença condenatória, nem pode ser obrigado a produzir prova contra si mesmo. Apesar de não existir jurisprudência formada sobre a questão no Brasil, uma pesquisa sobre ações judiciais envolvendo os testes toxicológicos mostrou que em geral elas não questionam sua constitucionalidade, mas apresentam reclamações particulares nas quais o empregado alega ter tido sua privacidade violada em situações específicas e requer indenização por danos morais (essas ações, aliás, são movidas por trabalhadores individuais e não por sindicatos ou associações representativas de categorias) <sup>3</sup>.

---

<sup>2</sup> Essa regra valia para todas as categorias profissionais até 2015, quando, como mencionado anteriormente, a CLT foi alterada pela Lei 13.103/2015, passando a prever textualmente que os motoristas profissionais devem *submeter-se a exames toxicológicos com janela de detecção mínima de 90 dias e a programa de controle de uso de droga e de bebida alcoólica, instituído pelo empregador, com sua ampla ciência, pelo menos uma vez a cada 2 anos e 6 meses* (art. 235-B, VII, CLT).

<sup>3</sup> Existe uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI 5322) no Supremo Tribunal Federal contra a Lei 13.103/2015 (chamada “lei do caminhoneiro”), ajuizada pela Confederação Nacional de Trabalhadores em Transportes Terrestres (CNTTT). A ação questiona a lei como um todo, mas cabe notar que em relação aos testes toxicológicos, em específico, o argumento é técnico e não jurídico: os testes não provariam que os motoristas estariam sob o efeito de drogas no momento da direção. A ação

Numa dessas ações junto ao Tribunal Regional do Trabalho de Minas Gerais, um funcionário de uma empresa de mineração alegava estar sofrendo perseguição no trabalho por ser chamado reiteradamente para realizar os testes. O TRT se posicionou contrário ao demandante, decidindo que os testes toxicológicos exigidos pelas empresas são legais e não caracterizam perseguição ou assédio se acontecerem aleatoriamente e tiverem o objetivo de garantir a segurança dos trabalhadores.

O fato de a empresa realizar o teste do etilômetro, em seus empregados, de forma totalmente aleatória e mediante sorteio, não caracteriza ato ilícito, estando inserido no seu poder diretivo, visando a saúde e o bem estar de seus subordinados, com vistas também evitar a ocorrência de acidentes na obra pela qual era [é] responsável (Processo nº 0010262-50.2015.5.03.0171, TRT-MG 3ª Região, 30 de setembro de 2015).

A decisão ainda extrapola o conteúdo específico do pedido da ação para manifestar explicitamente que testes toxicológicos no ambiente de trabalho não violam os princípios constitucionais do direito à privacidade e da presunção de inocência. Sobre o direito à privacidade, afirma:

Elevada ao âmbito constitucional, a reparação do dano moral está prevista no inciso V do art. 5º da CR/88, que assegura o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem. Encontra amparo, também, no inciso X do mesmo art. 5º, que assim dispõe: são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito à indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação.

(...)

No presente caso, não ficou demonstrado qualquer prática de ato ilícito por parte da ré que pudesse provocar sofrimento ou humilhação ao autor, atingindo-o em sua esfera íntima, em sua honra, seus sentimentos ou dignidade, que justifique a condenação da empresa ao pagamento de indenização por danos morais (idem).

Sobre a presunção da inocência:

Não se pode perder de vista que a CR/88, no artigo 5º, incisos LXIII, garante o direito da pessoa não produzir provas contra si, o que também é respaldado na Convenção de Direitos Humanos de 1969 (Pacto de San José da Costa Rica), artigo 8º, g, no sentido que

---

encontra-se em apreciação, mas outras confederações sindicais de trabalhadores em transporte e logística em geral já se manifestaram abertamente a favor da realização dos testes, defendendo apenas que eles sejam custeados pelo empregador ou pelo Estado (vide [cnttl.org.br](http://cnttl.org.br), por exemplo).

toda pessoa tem "direito de não ser obrigado a depor contra si mesma, nem a declarar-se culpada".

Todavia, no presente caso, não se trata de realização de prova para uma posterior medida punitiva por parte da empresa. Ao contrário, como já salientado, tal prática tem por objetivo preservar a integridade física e a saúde dos próprios trabalhadores que se submetem ao teste (idem).

Essa decisão respalda juridicamente a realização dos testes toxicológicos ao argumentar que não há violação da privacidade, desrespeito à intimidade nem produção de prova contra si mesmo quando se dão no contexto de uma política empresarial voltada para a saúde e a segurança – o que estabelece uma hierarquia nas garantias e valores democráticos protegidos constitucionalmente.

Noutro caso um funcionário de uma empresa de perfurações solicitava indenização por danos morais alegando ter tido sua privacidade violada ao ser submetido a exame toxicológico sem seu conhecimento. O caso chegou ao Tribunal Superior do Trabalho (TST), que lhe deu ganho de causa decidindo que os testes toxicológicos ferem o direito à privacidade se são realizados sem o conhecimento e o consentimento explícito do trabalhador (Processo RR-876-59.2010.5.05.0221). Consequentemente e à semelhança do caso descrito anteriormente, a privacidade resta inviolada quando os testes são formalmente consentidos.

Recentemente o Ministério Público do Trabalho (MPT) recorreu ao TST em uma ação indenizatória, argumentando que uma grande empresa do ramo de mineração, juntamente com outra prestadora de serviços, estaria praticando abuso de poder ao usar os exames toxicológicos como um mecanismo discriminatório, identificando trabalhadores que consumissem drogas e álcool para demiti-los arbitrariamente por considera-los potencialmente problemáticos e improdutivos. No acórdão, que certamente é a manifestação mais importante sobre o tema por parte do da Justiça do Trabalho no Brasil até hoje, o Tribunal reitera as interpretações apresentadas nos casos acima, decidindo que não há ilicitude nem abuso de poder por parte da empresa quando estão presentes três condições: quando os testes são realizados por meio de sorteio aleatório; quando são realizados por meio da participação voluntária e da aquiescência do funcionário; e quando se inserem no contexto mais amplo de programas empresariais de prevenção ao uso de substâncias tóxicas. A decisão, em tom francamente apologético, conclui:

Feitas estas considerações, não vislumbro qualquer ato ilícito ou abuso de poder das rés.

Ao contrário, é louvável a implantação do Programa de Prevenção e Tratamento de Dependência Química, com a realização de exame toxicológico, mediante

sorteio aleatório e aquiescência espontânea do empregado sorteado, visto que tem por finalidade, dentre outras o cumprimento das normas de segurança no trabalho e reabilitação do empregado, para melhor exercício das suas funções e convívio com a coletividade, o que, evidentemente, redundará, em melhores condições de trabalho e, por consequência, uma maior produtividade (acórdão de 18 de maio de 2016, Processo RR-1191-58.2014.5.03.0171).

O ponto mais importante desse acórdão, entretanto, talvez seja o entendimento do TST de que a demissão de funcionários que usem substâncias entorpecentes não é ilícita nem discriminatória quando a empresa possuir um programa de prevenção ao uso de drogas e álcool que, além dos testes toxicológicos, conte também com ações para prevenir o uso e para tratar o trabalhador dependente químico.

Detectado o uso de alguma dessas substâncias é oferecido, pela ré, auxílio ao empregado, que é livre para aceitá-lo, ficando, assim, resguardado seu direito individual. Além disso, verifica-se a aplicação dos princípios do respeito à dignidade da pessoa humana e da solidariedade, uma vez que a empresa ao auxiliar o empregado torna sua vida mais digna e exerce, desse modo a função social coletiva.

Insta salientar que (...) há exemplos de trabalhadores que, apesar de testagem positiva para álcool e drogas, permanecem, laborando, circunstância que afasta a assertiva do Ministério Público de que o escopo de aludida testagem toxicológica seja a dispensa arbitrária e discriminatória do empregado (idem).

Esses casos mostram que apesar de não haver fundamentação legal expressa para os testes de drogas, tem havido respaldo por parte do Judiciário. Essa chancela judicial, curiosamente, não se fundamenta em direitos democráticos historicamente consagrados, nem em valores individuais protegidos pela Constituição, mas se constrói discursivamente a partir de uma lógica preventiva (ERICSON, 2007)<sup>4</sup>, segundo a qual a segurança (no caso, a segurança da saúde e a segurança no ambiente de trabalho) se torna o valor supremo, estando os demais valores – liberdade individual, privacidade, intimidade, etc – condicionados a ele. Essa lógica não só legitima a relativização e a suspensão do princípio democrático da presunção da inocência como chega mesmo a invertê-lo: o indivíduo (no caso, o funcionário) precisa produzir prova sobre a sua inocência. Numa subversão perversa, supõe-se implicitamente que ninguém é obrigado a produzir prova incriminadora contra si mesmo, mas nada impede que lhe seja exigida prova de inocência. A decisão apresentada no caso acima

---

<sup>4</sup> A questão da lógica preventiva é tratada no capítulo 3.

revela essa lógica preventiva e um de seus trechos, uma passagem quase anedótica, explicita a responsabilização individual dos funcionários:

Há empregados que se julgam dispensados por abuso de drogas ou álcool e que depuseram nesse sentido. Houve contraprova, entretanto, dessa alegação: empregados cujos testes foram positivos e continuam na empresa, o que sugere que a dispensa tenha tido outra causa. Não há mal nenhum que um dos objetivos do programa seja o de diminuir o absenteísmo e aumentar a produtividade. Nossa Constituição, para desespero de alguns, não é socialista [sic]. Funda a ordem econômica do país na livre iniciativa e na propriedade privada (acórdão de 18 de maio de 2016, Processo RR-1191-58.2014.5.03.0171).

O mesmo processo havia sido observado por John Gilliom nos EUA ao analisar as contestações formais em relação aos testes de drogas no ambiente de trabalho que começaram a chegar ao sistema judiciário nas décadas de 1980 e 1990. A análise jurisprudencial feita pelo autor mostrou que a maior parte dos juízes da Suprema Corte Americana decidiu a favor da sua constitucionalidade (GILLIOM, 1996), mas o que chama a atenção é justamente a transformação das perspectivas sociais que ocorriam por trás desse fenômeno aparentemente jurídico. O autor nota que as queixas quanto aos testes de drogas se estruturaram ao redor de um corpo de direitos consagrados ao longo da modernidade – direitos individuais como o direito à privacidade, à intimidade e ao devido processo legal, por exemplo. Esses direitos e garantias compuseram um arcabouço democrático que em grande parte do século XX salvaguardou os cidadãos contra abusos de autoridade. Entretanto ao chegar aos tribunais esse tipo de discurso legal não conseguiu ser sustentado contra os testes por se fundamentar em uma lógica distinta à da perspectiva de mundo onde reina a incerteza, a insegurança e o risco. Se por um lado a argumentação dos opositores aos testes foi construída a partir de uma lógica jurídico-legal, os argumentos favoráveis aos testes operaram numa lógica extrajurídica que o autor identificou como uma lógica da segurança, mas que em todos os aspectos é similar à lógica preventiva observada por Richard Ericson (ERICSON, 2007). Gilliom conclui que o discurso da segurança foi o que fundamentou a sustentação dos testes de drogas no ambiente de trabalho e, conforme sua pesquisa demonstrou, é ainda hoje declaradamente o principal argumento daqueles que os apoiam – inclusive dos próprios trabalhadores americanos. Enfim, nenhum dos direitos democráticos, individuais ou coletivos, tal como modernamente concebidos parecem ser capazes de fazer frente à lógica da segurança no contexto social contemporâneo marcado pelo medo e pela incerteza (GILLIOM, 1996).

Por mais que no Brasil existam decisões judiciais recentes sustentando a legalidade e constitucionalidade dos testes toxicológicos no ambiente de trabalho, sua natureza jurídica ainda é discutível e talvez por isso as empresas sejam bastante fechadas em relação ao tema. Se por um lado os programas de segurança e saúde do trabalhador em geral costumam ser bastante divulgados e até apresentados orgulhosamente pelas companhias, no que diz respeito aos testes em particular há uma evidente cautela com sua publicidade. No que se refere à prática da pesquisa apresentada nesse trabalho, é provável que esse motivo tenha transformado a obtenção de uma autorização por parte das empresas para sua realização um verdadeiro desafio.

### **O início da pesquisa: as primeiras aproximações com as empresas**

Pesquisas envolvendo organizações sempre encontram certos desafios relacionados às autorizações e procedimentos formais. Como a ideia inicial era realizar uma pesquisa de inspiração etnográfica dentro de uma empresa, o primeiro grande desafio foi conseguir que ao menos uma companhia viabilizasse a realização dos procedimentos de pesquisa em seu ambiente. Entre maio e dezembro de 2014 foram realizadas várias reuniões simultâneas com equipes representantes de três empresas da cidade que desenvolvem programas de testes de drogas lícitas e ilícitas em seus funcionários.

Inicialmente, todas as três empresas se mostraram interessadas em colaborar com a pesquisa, mas ao final, apenas uma de fato abriu suas portas. Das empresas procuradas, uma foi uma grande indústria de metais cuja unidade de Juiz de Fora opera especificamente com a fabricação de zinco. Após uma reunião pessoal com um gerente aposentado que participou ativamente da implementação do programa nessa empresa, o mesmo indicou o contato do gerente atual da área, que poderia dar início ao processo de formalização da pesquisa. A reunião com tal gerente se deu dentro da empresa, cuja entrada é condicionada a uma série de cansativos procedimentos de “conscientização” sobre os riscos que existem naquele ambiente (instruções sobre equipamentos de segurança, registro de assinatura em protocolo de entrada e um longo e tedioso vídeo “educativo” sobre como se comportar para evitar acidentes e o que fazer em caso de emergência). O gerente se mostrou muito solícito e atencioso e após escutar a proposta de pesquisa e até sugerir procedimentos práticos para a abordagem dos funcionários, pediu que eu enviasse aos seus cuidados uma carta formal de solicitação de pesquisa dirigida à gerência geral para que desse entrada nos procedimentos burocráticos. Depois de receber a solicitação, disse que entraria em contato tão logo tivesse uma resposta. Após um mês sem retorno, entrei em contato com ele novamente, que se desculpou, disse não

ter ainda uma posição da gerência geral e pediu que eu aguardasse. Passado outro mês, entrei em contato mais uma vez e a explicação foi a mesma. No mês seguinte, como o retorno não aconteceu, o procurei mais uma vez, mas não consegui ser atendido no número de seu telefone de trabalho nem no seu celular pessoal (cujo número ele mesmo havia passado). Por fim, tentei contato via e-mail, que jamais foi respondido.

Paralelamente, avançavam as tratativas junto a outra empresa também do ramo da indústria de metais. A relação com a equipe responsável pelo programa nessa empresa avançou bastante e os resultados pareciam promissores. Após um contato telefônico inicial, foi marcada uma reunião para que eu expusesse a proposta de pesquisa. Essa reunião também aconteceu no interior da empresa, cuja entrada também é condicionada a um enfadonho processo de “conscientização”. Compareceram à reunião vários representantes de diversos setores da empresa que, de alguma maneira, se relacionavam com programas de saúde e segurança (além das gerências de saúde e de segurança dos trabalhos, estiveram presentes também representantes do setor de serviço social e do ambulatório médico). Eles disseram que gostariam de me apresentar não apenas o programa de prevenção ao uso de drogas lícitas e ilícitas, mas toda a estrutura da política empresarial de saúde e segurança para que eu pudesse compreender seu funcionamento como um todo. Reservaram uma sala especial com projetor para que pudessem me expor em data show cada um dos programas e seus resultados. Foi uma longa reunião ao final da qual eles afirmaram que iriam me receber para realizar a pesquisa, pois era também do interesse deles ter uma ideia de como os funcionários viam o programa. Pediram que fosse entregue um documento formal de solicitação para pesquisa para ser levado à gerência geral, mas disseram que se tratava apenas de uma questão burocrática e que eu já poderia ir pensando nos procedimentos práticos da pesquisa (dias, horários, etc). Tivemos outra reunião três semanas depois. Fui recebido inicialmente pelo gerente do setor de segurança e pela assistente social chefe, que foi designada como meu contato na empresa. Sugeri a ela que durante a pesquisa eu ficasse no ambulatório da empresa e abordasse os funcionários que estivessem aguardando para fazer os exames periódicos anuais (essa estratégia de pesquisa havia sido pensada junto à terceira empresa, como se verá a seguir), o que foi considerado uma ótima solução, já que as regras de segurança da companhia são extremamente rígidas e o pesquisador não poderia caminhar pelo prédio ou pelas ruas da empresa. Além disso, eu não tiraria nenhum funcionário de seu trabalho, uma vez que ele já estaria ali aguardando para ser atendido pela equipe médica. Ela me levou ao ambulatório, me mostrou as salas e equipamentos e me apresentou a toda equipe ambulatorial. Explicou como era o cronograma dos exames periódicos e sugeriu uma sala onde as

entrevistas poderiam ser realizadas. Disse que a pesquisa poderia começar tão logo a gerência geral formalizasse a autorização e que ela mesma entraria em contato quando isso acontecesse. Um mês após essa reunião liguei para saber se a autorização já havia sido oficializada, mas ela se desculpou e disse que ainda não. No mês seguinte mais uma vez a mesma resposta. No terceiro mês, após novo contato da minha parte, ela respondeu um tanto constrangida que a diretoria não tinha autorizado a pesquisa. Pedi que me enviasse um e-mail para oficializar a resposta, pois seria importante para meu relatório de orientação acadêmica e ela afirmou que o gerente de saúde havia se comprometido a enviá-lo. Essa resposta oficial nunca chegou, mesmo após eu tê-la solicitado novamente por telefone e também por e-mail.

Os contatos com a terceira empresa foram mais frutíferos. Trata-se de uma grande empresa do setor de serviços de transporte de cargas e logística. Minha primeira aproximação foi através de um contato com o responsável pelo controle das operações de tráfego. Como nos conhecíamos há muitos anos, ele acolheu minha proposta como um empenho pessoal e levou ele próprio minha solicitação até os setores responsáveis pela gestão do programa. Na semana seguinte após nossa primeira conversa ele me colocou em contato com a gerente de saúde e segurança da companhia, que me recebeu em uma reunião na sede da empresa. Ela apresentou o programa e disse que como gestora também tinha interesse na pesquisa. Formalizei a solicitação para a realização da pesquisa através de carta à gerência geral, à qual anexei, a seu próprio pedido, uma amostra do roteiro da entrevista com dez perguntas provisórias. Depois de algumas semanas ela entrou em contato e marcamos nova reunião, onde ela me contou que a proposta havia sido bem aceita e que inclusive o setor jurídico já havia dado parecer favorável à sua realização. Disse, porém, de forma bem direta: “A gerência geral reconhece que a proposta do trabalho é relevante em termos acadêmicos, mas para que a pesquisa seja autorizada é preciso saber o que a empresa vai ganhar com isso”. Argumentei que na prática ela, como gestora do programa, teria dados qualitativos sobre a percepção dos funcionários sobre o programa e poderia usá-los na avaliação e aprimoramento do mesmo. “O problema”, disse ela um tanto embaraçada, “é que a maioria dos gerentes é da área de engenharia e eles não acreditam muito em pesquisas cujos resultados não sejam números”. Durante a conversa foi ficando claro que para os representantes da empresa apenas pesquisas quantitativas eram objetivas, enquanto as pesquisas qualitativas seriam totalmente subjetivas e seus resultados uma espécie de livre interpretação quase literária do pesquisador. Foi necessário, então, esclarecer profundamente os procedimentos e técnicas qualitativas da perspectiva metodológica da pesquisa, defendendo a validade e a objetividade da pesquisa qualitativa em geral e da minha proposta em particular. Coincidentemente, naquela semana a

empresa estava passando por sérios problemas com o absenteísmo e a gerente relatou que as ausências e os afastamentos de funcionários por motivo de saúde (especialmente por depressão e problemas emocionais) vinham se tornando cada vez maiores a cada dia. Aproveitei a oportunidade para questionar a capacidade de resultados quantitativos fornecerem uma explicação prática para isso, ao que ela concordou e confessou ter algumas dúvidas sobre o papel do programa de testes de drogas na construção de um ambiente de trabalho acolhedor e na colaboração para a identificação dos funcionários com a empresa. Argumentei que essa era uma questão que nenhuma pesquisa quantitativa poderia lhe responder e foi nesse momento que ficou claro “o que a empresa iria ganhar” com a pesquisa. No caso, estabeleceu-se uma espécie de reciprocidade: a empresa acolheria a pesquisa e daria livre acesso ao pesquisador e em troca os dados levantados seriam repassados para a gerência responsável e poderiam ser utilizados na avaliação da política de prevenção ao uso de drogas lícitas e ilícitas da empresa.

A questão de como realizar as entrevistas também foi levantada, mas se resolveu quando estabeleceu-se que elas aconteceriam no ambulatório, durante a realização dos exames periódicos dos funcionários ao longo do ano de 2015 – o que não lhes custaria tempo de trabalho. Definiu-se que participação do funcionário seria espontânea e, por solicitação da empresa, que eles assinariam um termo de participação livre e esclarecida. Após essa última reunião a proposta foi admitida pela gerência geral. Firmamos uma espécie de “contrato” para que eu recebesse autorização de livre acesso ao prédio. Após ganhar o meu crachá, a pesquisa teve início oficialmente ainda em dezembro de 2014.

### **Apresentação da empresa pesquisada e o seu programa de testagem**

A empresa pesquisada mantém há 12 anos um programa de saúde e segurança baseado em testes para a identificação da presença de drogas ilícitas e lícitas no organismo dos funcionários – o Programa de Prevenção ao Uso de Álcool e outras Drogas. Devido à centralidade do mesmo no cotidiano da empresa, em 2015 ele deixou de ser apenas parte integrante da política de saúde e segurança e foi elevado à categoria de Diretriz Organizacional da companhia.

Essa empresa assumira a concessão de uma antiga companhia pública de transportes ferroviários privatizada em 1997, herdando um quadro funcional e um forte sindicato já estruturados durante o período estatal e que precisavam se adaptar aos novos tempos em que estariam submetidos às pressões e exigências de mercado típicas de uma organização privada, sob um modelo de gestão completamente distinto da administração pública. Na transição da

gestão pública para a privada diversos processos de reestruturação aconteceram e o surgimento do programa de testagem de drogas ilícitas e álcool se insere nesse contexto de “modernização” da empresa, tendo sido implementado em 2002. A ideia do programa não partiu originalmente da própria direção da companhia, mas foi oferecido por uma outra empresa que presta serviços de consultoria em saúde e segurança e que na época estava desenvolvendo um programa dessa natureza como um de seus produtos (hoje ele é uma das principais empresas do ramo de testes toxicológicos, atuando em companhias de diversos setores em todo o Brasil e desenvolvendo versões do mesmo programa para escolas de educação básica). Por se tratar de um procedimento completamente novo na história da companhia e que impactaria significativamente o ambiente de trabalho com o qual os servidores estavam acostumados, a equipe diretiva procurou trazer o sindicato para as discussões sobre o tema antes de contratar o serviço. A proposta foi submetida a alguns ajustes e aceita sem maiores questionamentos, tendo ambos, sindicato e companhia, acordado que o programa poderia atender aos interesses de ambos – fosse trazendo mais segurança aos trabalhadores no ambiente de trabalho, criando um ambiente corporativo mais produtivo, colaborando com a melhoria da sua saúde, ou ainda oferecendo a possibilidade de tratamento e recuperação aos funcionários adictos. O programa foi contratado e a empresa de consultoria iniciou os treinamentos da equipe de gestão e a sistematização dos procedimentos de testagem para a identificação de drogas lícitas e ilícitas. Segundo relatado por funcionários que à época fizeram parte da equipe responsável pela sua implementação, essa foi a primeira experiência de sistematização de um programa dessa natureza feito pela empresa de consultoria, de maneira que o que foi realizado na companhia de Juiz de Fora serviu como modelo e termômetro para o que ela viria a realizar depois em outras empresas.

O desenho do programa se baseia em duas categorias principais de testes: os que são realizados em ocasiões previstas e os aleatórios. Os testes previstos são aqueles cujos momentos de sua realização são estabelecidos previamente. É o caso do **teste pré-admissional**, em que um candidato selecionado para o emprego deve obrigatoriamente fazer o teste como pré-condição para a sua admissão e em caso de resultado positivo, sua contratação não é efetivada<sup>5</sup>; do **teste pós-acidente**, aos quais devem se submeter os funcionários envolvidos em acidentes ou em situações de quase-acidente; e do **teste pré-funcional** feito

---

<sup>5</sup> Nem todos os candidatos a emprego se dão conta de que esse teste ocorrerá no momento do seu exame pré-admissional e muitas vezes são pegos de surpresa. Durante a realização da pesquisa, foi possível presenciar candidatos surpreendidos ao serem convidados para o teste – sendo que uma candidata, inclusive, não pode assumir o emprego por ter sido positivada para maconha.

pelos maquinistas sempre antes de assumirem a condução das locomotivas e pelos controladores de tráfego antes entrarem no trabalho<sup>6</sup>.

A categoria dos testes aleatórios engloba os exames que são realizados de surpresa, podendo acontecer a qualquer dia e hora e abrangendo todo o quadro funcional da empresa, não sendo possível para nenhum funcionário saber previamente quando será chamado para realizar os procedimentos. Nessa categoria há três tipos: os **testes aleatórios regulares**, realizados mensalmente em funcionários sorteados dentro de todo o universo de trabalhadores da empresa; os **testes motivados**, realizados em funcionários específicos que podem ser indicados pessoalmente por superiores caso eles suspeitem de sua conduta<sup>7</sup> e também em funcionários que já tenham sido positivados anteriormente (ou seja, funcionários que estejam passando por tratamento e também aqueles que já tenham terminado o tratamento). Por fim, há os **testes aleatórios de setor**, informalmente chamados de “mutirões”, nos quais todos os funcionários de um dos setores ou divisões da empresa são submetidos aos testes – a definição de qual setor será contemplado pode ser por sorteio, por escolha da equipe responsável pelo programa, ou por solicitação do próprio gerente de um determinado setor que queira “verificar” as condições dos trabalhadores. Quanto à sua realização, dessas seis modalidades, apenas três ocorrem sistematicamente (os testes pré-admissionais, os testes pré-funcionais e os testes aleatórios regulares); os demais são realizados eventualmente – ainda que testes aleatórios de setor sejam esperados pelos funcionários em momentos específicos, como no dia seguinte a feriados, período de festas de fins de ano, ou durante e após o carnaval.

**Classificação dos testes  
quanto ao momento de ocorrência e a sistematicidade de sua aplicação**

	<b>Momento de ocorrência</b>	<b>Aplicação</b>
<b>Pré-admissional</b>	Previsto	Sistemática
<b>Pré-funcional</b>	Previsto	Sistemática
<b>Pós-acidente</b>	Previsto	Eventual
<b>Aleatórios regulares</b>	Aleatório	Sistemática
<b>Motivados</b>	Aleatório	Eventual

<sup>6</sup> No caso dos testes pré-funcionais realiza-se apenas o exame para detecção de álcool por meio do etilômetro e caso o resultado seja positivo o maquinista ou o controlador de tráfego são encaminhados para o teste completo.

<sup>7</sup> Nesse caso o funcionário não é informado que seu teste é motivado, mas sim que foi sorteado, de maneira que o funcionário nunca sabe se foi mesmo sorteado ou se seu nome foi indicado deliberadamente. Isso acaba criando um clima de permanente desconfiança, pois sempre há a possibilidade de que o funcionário sinta-se perseguido de alguma maneira pelo seu superior.

<b>Aleatórios por setor</b>	Aleatório	Eventual
-----------------------------	-----------	----------

No momento da admissão dos funcionários pela companhia eles devem receber orientações sobre as políticas corporativas de saúde e segurança e os programas que as compõem - podem ser explicações orais ou livretos explicativos. Em relação à política de prevenção ao uso de drogas e álcool há uma cartilha que descreve as ações que a compõem e estabelece que o programa de testes toxicológicos tem como objetivos promover a saúde dos trabalhadores, alertar sobre os perigos do uso indevido e álcool e drogas e restringir sua incidência no ambiente de trabalho e conscientizar os trabalhadores quanto à importância da política e de seus procedimentos. Estabelece que o programa é “parte integrante do seu contrato de trabalho e, portanto, é condição de emprego” (vide Anexo 2, p. 9). Apresenta ainda em linhas gerais os procedimentos, objetivos e consequências do programa e apesar de insistir que a aferição da incidência de uso de drogas lícitas e ilícitas tem apenas a finalidade de verificar os resultados da política de prevenção da empresa, “nunca com o intuito de punção ou ameaça os empregados” (idem, p. 9), descreve uma série de medidas disciplinares afirmando que “todos os empregados estarão passíveis de ações disciplinares quando em desacordo com as normas da empresa” (idem, p. 14) <sup>8</sup>.

De todos os testes, os aleatórios regulares são os mais importantes e aqueles que melhor caracterizam o programa em seus procedimentos e objetivos. São eles os responsáveis por manter os funcionários constantemente mobilizados em torno do programa, criando um clima de expectativa permanente no ambiente de trabalho. Como eles não têm data marcada para acontecer, qualquer um dos funcionários pode ser convocado em qualquer dia e todos sabem apenas que sua realização é contínua e que contempla mensalmente um determinado percentual do quadro funcional (em geral, 10%, conforme as metas da gerência responsável). Os sorteios não são públicos, mas feitos pela firma de consultoria em sua própria sede a partir de um universo composto pelos números de matrícula de todos os funcionários; a lista das matrículas sorteadas é enviada para o ambulatório médico da empresa e a equipe ambulatorial, por sua vez, avisa aos gerentes responsáveis de cada setor quais são funcionários que deverão comparecer ao ambulatório; o gerente, então, comunica ao funcionário que ele deverá se dirigir imediatamente ao ambulatório para fazer o teste – os

---

<sup>8</sup> O texto oficial da política ainda elenca como situações que acarretam em advertência o primeiro teste positivo, a recusa em ser testado, a recusa ao tratamento, o abandono de tratamento e o consumo de álcool ou drogas em período de trabalho; e situações que acarretam demissão o segundo teste positivo e a comercialização de drogas durante o período de trabalho (p. 14 e 15).

gerentes são orientados a adotarem toda a discrição possível ao fazer esse comunicado, de maneira que os demais colegas de trabalho não saibam o motivo da saída do funcionário.

O teste aleatório regular é composto por dois procedimentos: o etilômetro para detecção de álcool (com resultado instantâneo) e a coleta de urina<sup>9</sup>, para detecção de drogas ilícitas – no caso desse programa em particular, anfetamina, metanfetamina, cocaína e maconha. Ao ser convocado para o teste, o funcionário precisa ir imediatamente ao ambulatório médico da empresa. Uma enfermeira o recebe numa sala de consultas onde ele é submetido ao etilômetro e, em seguida, assina um termo autorizando a coleta e a análise de sua urina e recebe um vasilhame específico no qual precisa colher uma quantidade mínima (para evitar logro, esse pote possui um dispositivo que indica a temperatura do líquido). Não há supervisão visual enquanto o funcionário urina, mas ambulatório médico possui um banheiro exclusivo para a coleta do material. Esse banheiro fica constantemente trancado e nunca é utilizado para outra finalidade em nenhuma situação; além disso, tem uma pia lacrada para que o funcionário não possa diluir a amostra com água e antes do funcionário entrar no banheiro a enfermeira responsável pelo exame também adiciona uma substância corante à água do vaso sanitário. Após receber o pote coletor, caso o funcionário não esteja pronto para urinar, ele não pode se ausentar do ambulatório: deve aguardar ali o tempo que se fizer necessário, até que possa fazê-lo. Para estimular a micção, ele pode tomar água (até cinco copos, de acordo com orientação da equipe) enquanto aguarda. Após a coleta o funcionário volta para a sala de consultas com a amostra e a enfermeira realiza em sua presença o pré-teste enzimático: algumas gotas da urina são depositadas numa tarja específica e se ela não mudar de cor o resultado é considerado negativo e o funcionário liberado. A mudança de coloração indica a presença de drogas e nesse caso a amostra é lacrada e enviada para o laboratório da empresa de consultoria para confirmação e análise do material. O funcionário é comunicado e recebe imediatamente uma dispensa temporária do serviço até que os resultados laboratoriais fiquem prontos. Para manter o sigilo em relação aos colegas de trabalho, o verdadeiro motivo do afastamento só é comunicado ao seu gerente, que é orientado a atribuir a ausência do funcionário a algum outro motivo.

O resultado do exame laboratorial fica pronto em torno de quinze dias. Ele pode ser positivo, confirmando a presença da droga e indicando também a sua quantidade, ou ser negativo – o que descarta o resultado do pré-teste enzimático inicial. O funcionário volta

---

<sup>9</sup> Exames de sangue e de cabelo têm um nível de precisão maior do que o de urina e algumas empresas no Brasil utilizam tais procedimentos; mas como são muito mais caros, a maior parte dos programas das empresas brasileiras se baseia em testes de urina.

normalmente ao trabalho se o resultado laboratorial for negativo e em caso de resultado positivo é dirigido para uma avaliação psicológica na qual se realizará um diagnóstico da sua relação com a substância detectada: em caso de diagnóstico de dependência de álcool ou drogas, ele é encaminhado para um programa específico de tratamento<sup>10</sup>; caso o diagnóstico seja de não-dependência (uso eventual ou recreativo) o funcionário recebe uma advertência formal da empresa (o que impedirá que ele receba alguns benefícios como participação nos lucros ou promoções na carreira) e é submetido a um “processo de conscientização” junto ao gerente da área de segurança e saúde – o que, na prática, é uma advertência verbal, quando as regras da empresa e o mal que as drogas causam à saúde são lembrados.

No caso do funcionário ser encaminhado para tratamento, ele permanecerá afastado de suas funções e a empresa assume 80% dos custos do processo de sua reabilitação até que tenha alta médica e possa voltar ao trabalho. O programa também prevê a iniciativa voluntária do empregado adicto em procurar a equipe ambulatorial e ingressar no tratamento mesmo sem ter feito o teste.

Em todos os casos em que o funcionário tiver resultados positivos, seja ele encaminhado para tratamento ou apenas advertido, ele será submetido sistematicamente a novos testes realizados sempre de surpresa (na modalidade motivada, “como medida de segurança, devido à característica recidivante da síndrome de dependência química”, conforme o texto oficial da política da empresa), inclusive durante o período de afastamento para tratamento. Oficialmente, a empresa supõe que a vigilância por meio de testagem reiterada ajude o funcionário a se recuperar e se conscientizar. A reincidência em uma testagem positiva, entretanto, em qualquer situação, acarreta em sua demissão.

A gerência responsável pelas políticas de saúde e de segurança na empresa relata que de todos os programas voltados para o seu corpo funcional o programa de prevenção ao uso de drogas lícitas e ilícitas baseado nos testes é o maior, mais abrangente e também o mais caro. Argumenta que apesar de não ser um procedimento que gera retornos financeiros imediatos, acredita que o programa melhora a qualidade geral do ambiente de trabalho e, indiretamente, aumenta a produtividade, revertendo seus altos custos anuais em lucros para a empresa. A gerência, entretanto, não dispõe de qualquer dado nesse sentido.

### **Os testes no cotidiano dos trabalhadores: percepções iniciais do campo**

---

<sup>10</sup> De acordo com o texto oficial da política da empresa, a demissão imediata nos casos positivos só ocorre se o funcionário se recusar a fazer a avaliação psicológica ou se negar a realizar o tratamento quando isso for recomendado pelo psicólogo.

Procedimentos de verificação de habilidades, capacidades e desempenho dos funcionários são comuns no mundo do trabalho e facilmente compreendidos a partir da ideia de meritocracia e da lógica de seleção dos funcionários mais habilitados. Os testes de drogas, ao contrário, não têm nenhuma ligação direta com o que tradicionalmente se poderia considerar como competência, habilidade ou perícia dos trabalhadores na execução de suas funções: o que fazem, aparentemente, é apenas averiguar a adequação dos funcionários às diretrizes administrativas da empresa, especialmente no que tange à saúde e segurança. Nesse sentido, os programas de testes de drogas se ligam histórica e culturalmente a uma linhagem de procedimentos de “verificação da verdade” a partir da extração das informações pessoais mais íntimas dos trabalhadores (HANSON, 1993).

Ainda que de um ponto de vista “genealógico” os testes se alinhem a práticas de verisdição, seus significados e implicações não são óbvios nem se esgotam numa simples questão de mando típica da relação patrão/empregado. Ainda que se inscrevam numa política empresarial obrigatória, os testes de drogas se revelam como um mecanismo de governo muito mais complexo e sutil do que de puro domínio: ao invés de reduzirem os funcionários a meros objetos inertes que devem simplesmente obedecer passivamente às diretrizes da empresa, os incitam a administrarem sua liberdade a partir de certos parâmetros de normalidade.

Os indivíduos que vivenciam os testes no seu cotidiano e experimentam as suas ambivalências e constrangimentos são agentes que constroem sentidos e definem situações a partir das suas experiências. Entendendo que a melhor forma de compreender os valores e significados sociais articulados por uma prática social é partir dela mesma e considerar as relações que a estabelecem como fontes para a construção de sentidos, essa pesquisa, de cunho etnográfico, foi realizada dentro do ambiente de trabalho da empresa por meio de observação participante e entrevistas. O objetivo era observar como os funcionários constroem e atribuem significados aos testes a partir das suas próprias experiências de terem que lidar procedimentos que ultrapassam a esfera do trabalho e infiltram-se também nos hábitos íntimos, nos comportamentos particulares, na vida pessoal. Ou seja, a ideia era construir uma explicação compreensiva para o fato a partir de suas próprias condições, evitando-se imputar-lhe explicações alheias a ele próprio, considerando que os funcionários não são apenas objetos passivos dos testes de drogas, mas sujeitos ativos envolvidos numa prática social que, mesmo quando estabelecida por poderes institucionais, é mobilizada e vivida por agentes em interação. Dessa maneira, procura-se encarar os testes de drogas não como meras ferramentas unidirecionais utilizadas por um poder abstrato para fins

instrumentais de monitoramento e controle, mas como uma prática governamental que é ao mesmo tempo constituída socialmente e constitutiva das relações e percepções sociais naquele contexto.

O programa de testes de drogas no ambiente de trabalho analisado aqui faz parte tanto da política de segurança quanto da política de saúde do trabalhador na empresa em questão. Segurança e saúde são, de fato, percebidas pelos funcionários como os grandes eixos do programa. Mas por recorrer a procedimentos que envolvem o corpo e a conduta privada dos indivíduos em níveis tão profundos, os testes de drogas também geram tensões significativas, próprias da ambivalência cuidado/controle que marcam as práticas de vigilância em geral (LYON, 1994). No decorrer da pesquisa essas tensões puderam ser observadas nas rotinas e nos discursos dos funcionários.

Um primeiro fato que chama atenção em relação aos testes de drogas lícitas e ilícitas é o espectro temporal da sua detecção. Ainda que o etilômetro acuse apenas o uso da substância durante as horas precedentes ao exame, o teste enzimático de urina identifica a presença de substâncias cujo uso pode ter ocorrido há dias ou mesmo semanas antes. Um resultado positivo, nesse caso, não indica que o funcionário está sob o efeito de drogas enquanto trabalha, mas sim que ele usou a substância em algum momento anterior. Mais do que propriamente a condição do trabalhador no momento de realizar suas tarefas durante o período de trabalho, são seus comportamentos e atitudes fora do horário de trabalho que estão sendo testados. Dessa maneira o funcionário tem não apenas a sua vida profissional, mas também a sua vida pessoal e sua individualidade fortemente atravessada pelos critérios organizacionais da empresa em que trabalha. Apesar dessa característica tão invasiva, os funcionários não apresentam queixas significativas em relação a esse aspecto específico dos testes de drogas. Alguns afirmaram que em certas ocasiões eles abrem mão de fazer o que gostariam em momentos de lazer (tomar cerveja com os amigos ou brindar a chegada do ano novo com uma taça de champanhe, como foi citado em algumas entrevistas) por temerem ser sorteados para o teste no dia seguinte; mas essa interferência é descrita como insignificante: eles não sentem suas liberdades limitadas ou suas vidas pessoais expressivamente invadidas, pois para eles é mais relevante ter consciência da responsabilidade do trabalho que fazem e da importância de cuidarem da sua saúde.

O tema da “consciência”, aliás, marca os discursos dos funcionários em relação aos testes de drogas: a ideia de “consciência” aparece sempre associada a questões de saúde e à responsabilidade individual por um bom desempenho no trabalho. Muitas vezes os funcionários recorrem a chavões como “cada um tem que fazer a sua parte”, ou “quem não

deve, não teme” ao falar sobre a importância dos testes e acreditam que o programa tem uma função pedagógica ao manter sempre o alerta quanto ao perigo das drogas e do álcool tanto para a saúde física quanto para a vida social (nesse ponto é comum ilustrarem suas afirmações com relatos casuísticos de “famílias destruídas pelo vício”, ou de acidentes provocados ou que poderiam acontecer se o funcionário estivesse sob o efeito de drogas ou álcool). Em um nível simbólico o programa parece ser capaz de captar e articular percepções difusas e discursos do senso comum sobre responsabilidade individual, traduzindo-os numa imagem idealizada de “trabalhador consciente” que funciona como um modelo valorado positivamente dentro da empresa. Essa imagem sugere não apenas um modelo normativo de conduta no sentido disciplinar, mas principalmente um esquema simplificado de valores que funciona como referência para procedimentos de normalização e classificação, como se verá adiante.

O programa é fortemente percebido como um esforço de cuidado da empresa para com o trabalhador e a ênfase nesse aspecto contribui para que seja bem aceito como um todo. Na percepção dos funcionários, os testes teriam um duplo objetivo. O primeiro objetivo seria o de aumentar a segurança no ambiente de trabalho, evitando que a empresa tenha em seus quadros funcionários que não estejam em plenas condições de sobriedade para executar seguramente suas funções - tanto no setor operacional quanto administrativo; o segundo objetivo, seria cuidar da saúde dos trabalhadores conscientizando-os sobre a importância de terem hábitos saudáveis e evitarem os vícios, ou ainda identificando e recuperando aqueles que eventualmente sofrem com alguma forma de adicção.

No discurso dos funcionários o uso de drogas e álcool é visto primeiramente sob a perspectiva do vício e, portanto, enquadrado como uma questão de saúde. Isso parece reforçar a percepção do programa como um cuidado com trabalhador, evitando que ele adoça e tratando os doentes. Mas como, para além da perspectiva da saúde, os comportamentos que envolvem o uso de drogas e álcool também têm uma dimensão moral muito forte, é muito difícil que os funcionários desvinculem a questão da “conscientização” individual sobre a importância de cuidar da saúde, por um lado, do imperativo moral da responsabilidade individual. Ao final, há uma ideia corrente entre os funcionários, mesmo que não explícita, segundo a qual a marca de um indivíduo “consciente” (aquele valorizado positivamente) é o cuidado com a sua saúde e, no caso, especialmente não ter envolvimento com drogas e álcool. Assim, os testes são instrumentos capazes de revelar mais do que o mero uso de certas substâncias: o que eles mostram é se aquele indivíduo é responsável (“consciente”) ou não, o sinal objetivo de uma subjetividade específica. Os testes, portanto, articulam critérios morais de forma objetiva, permitindo classificar os indivíduos a partir de suas condutas.

A questão da responsabilidade individual como um critério de classificação se torna mais complexa quando se agrega ao tema da segurança no ambiente de trabalho. Isso porque os funcionários afirmam que uma pessoa que faça uso de álcool ou drogas pode colocar em risco não apenas a si mesmo, mas também seus colegas de trabalho e a própria empresa. O trabalhador “consciente” aqui seria aquele que assume a sua responsabilidade pelo cuidado de si, mas também sabe que no ambiente de trabalho a integridade dos seus colegas depende de que exerça suas funções com toda a atenção e sobriedade. Por isso o programa de testes é visto também como importante para a segurança da empresa e a relação entre saúde (indivíduo que se preocupa em se manter saudável) e segurança (não expor os outros a risco) é naturalizada entre os funcionários sob uma perspectiva normativa: ao mesmo tempo em que o programa “conscientiza” os trabalhadores, ele também seleciona os funcionários que se adequam a essa perspectiva<sup>11</sup>.

Parece ser bastante pacífico entre os funcionários que o programa não afeta as liberdades individuais e, mais do que isso, traz benefícios ao quadro funcional ao promover a “conscientização” e um ambiente de trabalho mais seguro. Mas certas tensões e algumas insatisfações também foram percebidas e embora não tenha sido manifestada nenhuma oposição à existência de um programa preventivo baseado exclusivamente em procedimentos de testagem de drogas e álcool, foram feitas críticas a certos aspectos específicos. Sempre ressaltando os benefícios do programa, os funcionários apontaram aspectos em que ele poderia ser aprimorado, sendo três questões especialmente citadas: a opacidade dos objetivos e dos procedimentos, a suspeição em relação aos sorteios e a ausência de relações de confiança entre a empresa e funcionários.

Muitos funcionários criticaram a falta de clareza sobre os objetivos e procedimentos do programa, relatando que realizam os exames quando solicitados, mas não sabem quais são as medidas tomadas em caso de posituação; além disso, afirmam não estar muito evidente a relação dos testes de drogas com outros programas de saúde e segurança da empresa, o que faz com que ele aparente ser meramente punitivo/disciplinar. Ainda que não vejam como um problema em si a empresa desenvolver programas disciplinares, entendem que se o objetivo é

---

<sup>11</sup> Um gerente analisou que os testes permitem à empresa homogeneizar o seu quadro funcional em relação à perspectiva de segurança ao selecionar os funcionários que são capazes de compartilhar essa visão, o que diminui os riscos de acidentes de trabalho e evita conflitos dos funcionários com a empresa. De acordo com ele, o fato de muitas empresas de médio e grande porte estarem hoje incorporando testes de drogas nas suas políticas tende a levar os “trabalhadores mais problemáticos” para segmentos específicos – como a construção civil, que segundo ele absorve residualmente os trabalhadores usuários de álcool e drogas e aqueles menos afeitos à aceitarem regras de segurança no ambiente de trabalho como o uso de EPI’s e outros procedimentos.

mesmo conscientizar seria interessante que o programa de testes de drogas e álcool estivesse associado a outras ações preventivas. Outro aspecto problematizado pelos funcionários foi o a aleatoriedade dos testes, que gera muita suspeição. Muitos entrevistados afirmam ironicamente terem “muita sorte”, tendo sido sorteados para fazer os testes inúmeras vezes, enquanto outros, ao contrário, disseram jamais terem sido sorteados apesar de estarem há muitos anos na empresa. Isso gera grande desconfiança em relação ao real motivo de muitas das convocações para os testes e uma sensação generalizada de que, na verdade, grande parte dos exames acontece na modalidade motivada, ainda que oficialmente lhes seja dito que foram sorteados<sup>12</sup>. É comum que trabalhadores manifestem a sensação de que a desconfiança pessoal dos gerentes em relação a funcionários específicos é o que realmente motiva muitas das convocações, ou até mesmo que colegas de trabalho denunciem uns aos outros aos seus superiores.

O desconforto dos funcionários quanto à aparente incapacidade de se cultivar um ambiente baseado em relações de confiança também ficou evidente. De um lado, paira sempre o receio de que algum colega de trabalho ou superior hierárquico faça alguma denúncia. Há um medo de que se encontre com alguém da empresa num momento de folga e que as atitudes nessa ocasião ocasionem suspeita sobre o consumo de drogas lícitas ou ilícitas – o que alimenta uma distância fria entre os funcionários, especialmente no setor administrativo<sup>13</sup>. De outro lado, funcionários convocados várias vezes para fazer os testes aleatórios e condutores e controladores de tráfego que precisam prestar o exame pré-funcional diariamente manifestaram um forte desagrado e, algumas vezes, até mesmo ressentimento, pelo fato de a empresa não estabelecer nenhum tipo de confiança em relação a eles, mesmo diante de uma sequência reiterada de resultados negativos. Essa percepção é mais comum entre os funcionários mais antigos, especialmente entre aqueles que já trabalhavam na empresa antes da implementação do programa e uma de suas consequências diretas é dificultar a identificação do trabalhador com o seu ambiente de trabalho e alimentar um perceptível mal-estar devido ao fato do funcionário sentir que sua responsabilidade individual está sendo permanentemente testada: independentemente do que ele faça seu empregador não confia nele<sup>14</sup>.

---

<sup>12</sup> Um informante afirmou que de fato os exames motivados por solicitação de gerentes são bastante comuns.

<sup>13</sup> Vários funcionários comentaram que foram “sorteados” após terem encontrado com colegas de trabalho em festas ou terem sido vistos em bares.

<sup>14</sup> Durante uma entrevista um controlador de tráfego contou que trabalhava na empresa há mais de dez anos e que além do teste rotineiro que faz diariamente também já tinha participado diversas vezes de

Ainda que os testes para a identificação do uso de drogas e álcool façam parte da rotina dos funcionários e sejam até certo ponto naturalizados, essas questões os tornam também fonte de apreensão e desconforto. A tensão no momento da aplicação dos testes, por exemplo, é evidente: nessas ocasiões as insatisfações tendem a vir à tona e podem-se perceber sinais de incômodo através de comentários, brincadeiras e pela forma como os funcionários se comportam. Isso é especialmente perceptível durante os testes por setor, quando um grande número de funcionários se reúne para prestar os exames e, enquanto aguardam, comentam sobre os testes entre si, às vezes manifestando desgosto e impaciência por estarem ali. Como a realização dos testes também toma-lhes tempo de trabalho, a tensão aumenta na fila de espera quanto mais o tempo passa. Há pessoas que ficam com dificuldade de urinar, precisando tomar muitos copos de água e aguardar até conseguirem fornecer o material para a coleta. Enquanto aguardam, não podem deixar o ambulatório e temem ser repreendidas pelo seu superior pela ausência prolongada. A tensão no momento dos testes também pôde ser observada na própria equipe ambulatorial encarregada de conduzir os procedimentos – especialmente em situações de testes aleatórios por setor: existe sempre a expectativa de que alguém poderá se exaltar, de que certas emoções venham à tona e se instale uma situação que fuja da normalidade, ou de que algum gerente reclame que os seus funcionários estão demorando muito para retomarem o trabalho.

Nesse capítulo foi apresentado o programa combate ao uso de drogas lícitas e ilícitas que é objeto da pesquisa realizada no âmbito desse estudo. De uma perspectiva analítica, o programa apresenta características distintas de outras práticas que até algumas décadas atrás eram muito comuns no contexto das relações de trabalho – práticas de fiscalização direta dos trabalhadores por parte dos empregadores, com o objetivo de influenciar ou monitorar suas atividades e seus tempos de maneira quase mecânica: fiscais, supervisores, inspetores, etc, figuras cujas funções centralizadoras de poder se tornam cada vez mais obsoletas diante das novas perspectivas administrativas e do surgimento de outras formas de controle mais coerentes com os padrões sociais e as perspectivas de mundo atuais.

Nesse sentido, o funcionamento do programa de prevenção ao uso de drogas lícitas e ilícitas, bem como a centralidade dos testes na dinâmica do cotidiano dos trabalhadores da empresa repercutem questões sociais mais amplas relativas às transformações contemporâneas nas concepções sociais de temas como liberdade individual, responsabilidade e segurança, por

---

testes aleatórios e testes de setor, sem jamais ter sido positivado. “Eu nunca fui pego. Será que eles não acreditam em mim? Será que a empresa não pode me dar nem um voto de confiança?”, disse ele.

exemplo. Dessa forma, as práticas do programa estão associadas a um novo arranjo de poder, muito mais fluido e capilar do que se verificava nas antigas estruturas de inspeção direta.

As características do programa permitem uma abordagem interpretativa inspirada na perspectiva foucaultiana da governamentalidade, enfatizando poder como um elemento disperso socialmente, fluindo a partir de muitos canais formais e informais, que se operacionaliza por meio de tecnologias descentralizadas, menos voltadas para o disciplinamento dos indivíduos e mais para o controle biopolítico da coletividade.

## **CAPÍTULO 2 - PODER, GOVERNAMENTALIDADE, DISCIPLINA E BIOPOLÍTICA: A PERSPECTIVA FOUCAULDIANA**

No capítulo anterior foi apresentado o programa de controle do uso de drogas lícitas e ilícitas no ambiente de trabalho que foi objeto de pesquisa nesse estudo. Ainda que aparentemente possa passar a impressão de se tratar de mais uma típica ação voltada para a vigilância direta e o disciplinamento dos trabalhadores por parte dos órgãos de gestão centrais da empresa, o programa em questão apresenta algumas características que fazem com que se enquadre melhor a partir de uma perspectiva que permita vê-lo como um mecanismo de poder menos centralizado, voltado mais para a classificação dos funcionários a partir da forma como conduzem sua liberdade e menos interessado em manter o respeito a padrões morais de comportamento.

A análise foucauldiana e a perspectiva de governamentalidade desenvolvida por ele para compreender arranjos específicos de poder em contextos de liberdade se apresentam como ferramentas teórico-metodológicas mais interessantes para a abordagem do programa de controle do uso de drogas lícitas e ilícitas do que se o encarássemos como mero instrumento de domínio no ambiente de trabalho. Nesse capítulo, pretende-se apresentar a maneira como Foucault compreende a questão do poder e seus arranjos em contextos sociais contemporâneos.

### **A análise do poder: trajetória teórica**

A análise do poder é uma das questões principais da obra de Michel Foucault. Em que pese o autor ter declarado que o tema geral de sua pesquisa sempre tenha sido o sujeito, o desafio de compreender as formas e os processos através dos quais seres humanos são efetivamente transformados em sujeitos fez com que Foucault tivesse efetivamente que encarar a questão do poder, de como redes de poder muito complexas atravessam os indivíduos e de como essas redes produzem os sujeitos historicamente situados (FOUCAULT, 1995, p. 232). Dessa maneira, ainda que o sujeito possa ser o grande tema da sua obra, Foucault deixou bastante claro que a questão da subjetividade não pode ser trabalhada isoladamente de uma genealogia do poder.

Pesquisador do sujeito, uma das principais contribuições de Foucault é justamente a sua análise do poder nas sociedades modernas. Por meio de uma abordagem que transgride as perspectivas canônicas da filosofia e das ciências sociais, o poder não é concebido como um elemento externo à sociedade nem como algo que se irradia sobre ela a partir de um centro produtor que determina e modela as relações sociais, mas antes, como um componente

intrínseco às próprias relações sociais, fluindo através de suportes sociais complexos, não hierarquizados e tão heterogêneos quanto saberes, instituições, teorias, espaços, tecnologias e práticas.

Foucault jamais chegou a desenvolver algo como teoria geral do poder e tampouco era essa sua pretensão<sup>15</sup>. Ao contrário, o autor se dedicou a analisar os mecanismos concretos através dos quais o poder se articula histórica e socialmente, estando o tema disperso ao longo de toda a sua obra. Para ele, o poder nunca deveria ser encarado de forma reificada, como uma substância ou uma entidade unitária, estável, positiva e com existência fixa e coerente, mas entendido como um conjunto de mecanismos e procedimentos cujo papel ou efeito é justamente a manutenção da sua própria dinâmica – ainda que eles nem sempre consigam fazê-lo com sucesso (FOUCAULT, 2008b, p. 4). Implica dizer que o poder não existe como algo em si, mas apenas na medida em que se concretiza em ações específicas, ainda que aparentemente desconexas, de sustentação do poder em movimento.

O que quer dizer, certamente, que não há algo como “o poder” ou “do poder” que existiria globalmente, maciçamente ou em estado difuso, concentrado ou distribuído: só há poder exercido por “uns” sobre os “outros”; o poder só existe em ato, mesmo que, é claro, se inscreva num campo de possibilidades esparso que se apoia sobre estruturas permanentes (FOUCAULT, 1995, p. 232).

Essa perspectiva permite à análise do poder superar abordagens clássicas nas ciências sociais que pressupõem a existência de núcleos de poder privilegiados que seriam mais ou menos capazes de determinar a vida social e plasmar as formas sociais conforme a quantidade de poder que concentram. Essas abordagens clássicas são em geral dominadas por dois modelos analíticos de poder: em um deles o poder é considerado uma capacidade simples ou uma substância acumulável e no outro como um direito, ou dito de outra maneira, uma capacidade complexa na medida em que ela precisa ser legitimamente atribuída a alguém.

O modelo analítico do poder como uma substância, como algo que pode ser conquistado e possuído, é recorrente no pensamento político moderno e até mesmo naturalizado nas abordagens mais tradicionais da Sociologia e da Ciência Política. Nesse modelo o poder (social e político) é tratado de forma análoga a de qualquer recurso natural – energia elétrica, recursos hídricos, etc: uma capacidade ou potência passível de ser quantificada, acumulada e utilizada para fins diversos por parte de quem a detém. Em

---

<sup>15</sup> Não raro encontram-se leituras equivocadas de Foucault atribuindo-lhe uma teoria geral do poder, especialmente no que se refere ao panoptismo.

consequência, os atores sociais (indivíduos, grupos, organizações, instituições) que acumulam mais poder seriam capazes de fazer prevalecer seus desejos sobre aqueles que possuem menos ou nenhum poder, de maneira que haveria sempre uma relação desigual entre quem usa o poder (e está imune a ele) e quem está submetido aos seus efeitos. Nessa concepção, portanto, o poder é invariavelmente um instrumento de dominação, a exemplo do que se pode constatar da definição de Weber:

Em geral, entendemos por “poder” a possibilidade de que um homem, ou um grupo de homens, realize sua vontade própria numa ação comunitária até mesmo contra a resistência de outros que participam da ação (WEBER, 1982, p. 211).

Essa concepção quantitativa de poder enquanto um recurso fundamenta grande parte da tradição do pensamento político ocidental e representa uma perspectiva na qual a natureza do poder em si não chega a ser problematizada, mas tratada como ponto pacífico. Por se tratar de uma espécie de “forma base” da qual partem muitas análises políticas e sociais, essa categoria analítica reúne uma grande diversidade de teorias e escolas de pensamento – mesmo aquelas que, em princípio, possam parecer rivais, mas que na verdade são apenas variações dentro de uma mesma perspectiva na qual é possível sempre reduzir o poder a esse significado essencial subjacente: uma capacidade quantitativa (HYNDESS, 1997).

A segunda concepção é semelhante à primeira, mas mais complexa: compartilha com ela a noção de poder como uma capacidade quantitativa, mas acrescenta que essa capacidade necessita ser legitimada para se exercer; em outros termos, trata-se de um direito de agir, baseado na autorização daqueles sobre os quais se exerce. A noção do para o exercício do poder agrega à perspectiva da capacidade uma condição de legitimidade, exercendo também grande influência no pensamento político moderno. Podem ser considerados representantes dessa categoria os modelos analíticos voltados para questões de soberania e legitimidade nos quais o poder soberano deve estar fundamentado no consentimento explícito ou implícito de agentes morais autônomos e racionalmente capazes de outorgar tal direito.

### **O poder na perspectiva foucauldiana: cortando a cabeça do rei**

Em contraste com toda a tradição moderna de pensamento político, fundamentada numa noção reificada de poder, Foucault irá afirmar que qualquer análise do poder precisa superar a ideia arraigada de que o mesmo se trata de uma substância, bem como desvencilhar-se do seu corolário – a obsessão com certos temas tais como soberania e legitimidade, por exemplo. Ele afirma que *no pensamento e na análise política ainda não cortaram a cabeça*

*do rei* (FOUCAULT, 2014, p. 97), insistindo que pensar o poder a partir de tais modelos resulta em análises insatisfatórias, especialmente diante da emergência de novos poderes que de nenhuma maneira são passíveis de serem reduzidos a algum tipo de representação jurídica.

Permanecemos presos a uma certa imagem do poder-lei, do poder-soberania que os teóricos do direito e a instituição monárquica tão bem traçaram. E é desta imagem que precisamos liberar-nos, isto é, do privilégio teórico da lei e da soberania, se quisermos fazer uma análise do poder nos meandros concretos e históricos de seus procedimentos. É preciso construir uma analítica do poder que não tome mais o direito como modelo e código (FOUCAULT, 2014, p. 98-99).

Dessa maneira, ao invés de explorar questões referentes à conquista ou à legitimidade do poder, o interesse de Foucault é compreender os meios através dos quais se produzem os efeitos de poder e por isso sua análise volta a atenção principalmente para suas técnicas e racionalidades.

Ao contrário daqueles modelos analíticos convencionais, para Foucault o poder não deve ser tratado como uma substância ou como algo que possa ser possuído, acumulado e quantificado.

O poder (...) não é algo que possa se dividir entre aqueles que o possuem e o detêm exclusivamente e aqueles que não o possuem e lhe são submetidos. O poder deve ser analisado como algo que circula, ou melhor, como algo que só funciona em cadeia. Nunca está localizado aqui ou ali, nunca está nas mãos de alguns, nunca é apropriado como uma riqueza ou um bem. O poder funciona e se exerce em rede (FOUCAULT, 2012, p. 183).

Nessa concepção o poder não deve ser confundido com aqueles os mecanismos institucionais que garantem a sujeição dos cidadãos ao Estado, nem visto como um sistema geral de dominação. Soberania, lei, arranjos de dominação, etc, podem até ser, eventualmente, manifestações ou formas terminais de algum tipo de poder, mas não devem ser confundidas com a origem do mesmo nem com sua expressão mais decisiva (FOUCAULT, 2014, p. 100). Para Foucault, esses não devem ser os pontos de partida da análise, ainda que possam ser elementos importantes numa determinada disposição específica de poder. Isso está relacionado a um é ponto fundamental da perspectiva de Foucault: o poder se localiza num nível autônomo em relação às estruturas políticas tradicionais; ainda que ele possa se apoiar nelas, sua existência não advém delas nem se esgota ali, uma vez que ele se realiza em atos e práticas dispersos no tecido social como um todo – não apenas nas grandes estruturas, mas

principalmente na microfísica da vida cotidiana. Se o poder não é uma substância inerte, se não existe senão em ato, então também não cabe concebê-lo como recurso, potência ou capacidade: só há poder em exercício. Nesse sentido, melhor do que falar em “poder” seria falar em “relações de poder”, de maneira que não se corra o risco de desconsiderar-se dois elementos fundamentais para sua análise, quais sejam, as condições históricas que permitem configurações de poder específicas emergirem concretamente em toda a sua complexidade e a multiplicidade de seus efeitos cujo alcance vai muito além daqueles campos restritivos aos quais as ciências sociais convencionalmente lhe confinam. Mais uma vez, trata-se de superar a ideia de um centro irradiador privilegiado de poder para investigar de que maneira relações sociais, práticas e efeitos estão associados a uma dinâmica concreta (ENERGICI, 2016, p. 33).

Abordar a questão do poder através de uma análise de “como [ele se exerce]” é, então, operar diversos deslocamentos críticos com relação à suposição de um “poder” fundamental. É tomar por objeto de análise *relações de poder* e não um poder (FOUCAULT, 1995, p. 242) [grifo do autor].

Foucault destaca quatro orientações analíticas que guiam a abordagem do tema para uma perspectiva distinta do modelo tradicional soberano-lei. Em primeiro lugar, deve-se compreender o poder não como uma substância em si, mas enquanto uma correlação de forças – forças estas que são imanentes ao campo onde elas se manifestam e simultaneamente constitutivas desse próprio campo. Em segundo lugar, ele deve ser entendido também como o próprio jogo ou dinâmica através do qual tal correlação de forças se intensifica, se transforma ou se reverte. Além disso, em terceiro lugar, as redes ou sistemas que se formam a partir da dinâmica dessas correlações também devem ser levados em consideração – assim como os isolamentos ou rupturas entre elas. Por fim a análise também deve incorporar à ideia de poder aquelas estratégias que se configuram e se transformam de acordo com as variações da dinâmica dessa correlação de forças – estratégias essas que muitas vezes se cristalizam em formas institucionalizadas como aparelhos estatais, constructos legais, hegemonia social, instituições sociais, etc. Essas quatro orientações analíticas estão intimamente associadas à ideia de que a condição de possibilidade do poder não se encontra em nenhum centro irradiador privilegiado: não se trata de buscar uma espécie de núcleo central de soberania onde o poder estaria acumulado e a partir do qual suas formas derivadas, estáveis e consolidadas, emanariam até o campo social. O que a análise foucauldiana faz, ao contrário, é demonstrar como são justamente a mobilidade e a fluidez das correlações de forças que,

devido ao seu próprio equilíbrio instável e dinâmico, induzem continuamente a formação de configurações específicas de poder, sempre concretas e mais ou menos precárias.

Sem dúvida, devemos ser nominalistas: o poder não é uma instituição e nem uma estrutura, não é uma certa potência de que alguns sejam dotados: é o nome dado a uma situação estratégica complexa numa sociedade determinada (FOUCAULT, 2014, p. 100-101).

### **Governo e poder: a problematização foucauldiana**

As relações de poder se caracterizam pelo fato de que entre os seus agentes há uma tentativa constante de uns conduzirem as condutas de outros. A dinâmica desse exercício de “condução das condutas” é o que caracteriza o poder e isso traz à tona mais um dos pontos decisivos da perspectiva foucauldiana: ao contrário do que afirmam as teorias mais clássicas, o poder moderno é muito mais da ordem do governo do que do afrontamento, da disputa entre rivais ou da subjugação de um pelo outro. Esse uso bastante específico da ideia de “governo” por parte de Foucault é fundamental na sua proposta analítica. Diferentemente do senso comum – muitas vezes reproduzido pelo próprio discurso sociológico -, que associa a ideia de governo às formas institucionalizadas e estruturas políticas e administrativas do Estado, Foucault dá ao termo um sentido muito mais amplo e abrangente. Para ele, a ideia de governo se refere ao exercício de direção das condutas de indivíduos ou grupos através de um complexo heterogêneo de saberes, instituições, espaços, tecnologias e práticas e que não se esgota nas modalidades positivadas ou formalmente legítimas de sujeição, mas envolve também amplamente todos os modos de ação destinados a influenciar ou prefigurar de alguma maneira o comportamento dos agentes envolvidos na relação.

Governar, nesse sentido, é estruturar o eventual campo de ação dos outros. O modo de relação próprio ao poder não deveria, portanto, ser buscado do lado da violência e da luta, nem do lado do contrato e da aliança voluntária (que não podem ser mais do que instrumentos); porém, do lado deste modo de ação singular – nem guerreiro nem jurídico – que é o governo (FOUCAULT, 1995, p. 244).

A sobreposição de poder e governo é em geral naturalizada e inquestionável nas ciências sociais clássicas. Foucault, entretanto, problematiza essa relação e suas condições de possibilidade na medida em que, considerando o governo como o exercício permanente de “condução das condutas”, associa-o a uma economia de poder específica que, através de uma série heterogênea de mecanismos e procedimentos, lhe assegure as condições de existência. Distinguir entre governo e poder é um procedimento teórico-metodológico fundamental na análise de Foucault, revelando uma relação complexa onde as investigações de inspiração

clássica viam apenas uma convergência não problemática. Duas considerações decisivas emergem dessa problematização: primeiramente, os objetos e os locais de análise do poder se ampliam consideravelmente para além das formas institucionalizadas. O próprio Foucault considerou ser legítimo que análises se voltem para instituições formais enquanto um recurso para se observar a partir de quais práticas e de quais lógicas as relações de poder se efetivam no caso concreto, mas ressaltou que ao fazê-lo deve-se estar atento para evitar explicar as relações de poder a partir das instituições – ou seja, deve-se ter o cuidado de não tomar as próprias instituições como o fator explicativo ou o elemento causal para existência de relações de poder, o que equivaleria, afinal, a explicar tautologicamente o poder pelo poder. Ora, se as relações de poder têm um caráter constitutivo, o que uma análise institucional deve fazer é justamente o contrário: abordar as instituições a partir das relações de poder, demonstrando que a sua condição de existência não se explica por ela mesma. As relações de poder são coextensivas a todas as relações sociais na medida em que sempre existe ali um espaço para a ação sobre a ação do outro, um campo aberto para uma multiplicidade de práticas, objetivos, organizações e intervenções. Por isso as formas e os lugares onde se dá o governo, onde se dão as tentativas de ação de uns sobre a ação de outros, são múltiplos e variados, não sendo o caso de se buscar um centro irradiador de poder como objeto privilegiado de análise ou como explicação causal principal: o poder não deriva das instituições. O enfoque analítico é microfísico e talvez nesse sentido seja mais exato falar que o governo deva ser estudado a partir do micropoderes que lhe dão corpo. Ainda que um elemento como o Estado, por exemplo, possa ser considerado a forma ou o lugar mais importante de exercício de poder nas sociedades ocidentais, isso não significa que o poder derive dele, mas sim que, em alguma instância e de certa maneira, todas as demais relações de poder se refiram ou se conectem a ele – um fenômeno que Foucault chamou de “estatização contínua das relações de poder”<sup>16</sup>.

Em segundo lugar, destaca-se um elemento intrínseco do nexo entre poder e governo: a liberdade. Se o exercício do poder é fundamentalmente um governo das condutas livres e não a imposição violenta ou a pura e simples coerção, nenhuma relação de poder pode ser separada do elemento de liberdade que lhe constitui. A liberdade é para a análise foucauldiana uma condição necessária da relação entre poder e governo, pois a mera dominação física anula o sujeito e, necessariamente, bloqueia a dinâmica do poder. Entre sujeito e objeto pode

---

<sup>16</sup> *Ao nos referirmos ao sentido restrito da palavra “governo”, poderíamos dizer que as relações de poder foram progressivamente governamentalizadas, ou seja, elaboradas, racionalizadas e centralizadas na forma ou sob a caução das instituições do Estado* (FOUCAULT, 1995, p. 247). O que é muito distinto de afirmar que as instituições do Estado sejam a sua causa ou condição de existência.

haver domínio, mas não uma relação de poder, na medida em que as ações do objeto não são livres e, portanto, não são governáveis.

O poder só se exerce sobre “sujeitos livres”, enquanto “livres” entendendo-se por isso sujeitos individuais ou coletivos que têm diante de si um campo de possibilidades onde diversas condutas, diversas reações e diversos modos de comportamento podem acontecer. Não há relação de poder onde as determinações estão saturadas (FOUCAULT, 1995, p. 244).

Foucault desconstrói a ideia clássica de confronto ou exclusão recíproca entre poder e liberdade, afirmando que ambos se ligam numa relação complexa na qual ao mesmo tempo em que a liberdade é uma condição para a existência do poder ela também só pode resistir a ele na medida em que o mesmo tende, ao final, a determiná-la completamente – relação que o autor chamará de “agonismo”, uma provocação permanente ao invés de uma oposição de termos que se anulam, simultaneamente uma incitação mútua e um confronto. É justamente ao tornar indissociáveis poder e liberdade que Foucault poderá, por um lado, reconhecer no poder um papel não somente repressivo, mas fundamentalmente instigador e produtivo – de efeitos de verdade, de subjetividades, etc - e por outro lado, compreender de que maneira os fenômenos de resistência ao poder se ancoram no interior do próprio regime de poder que contestam – e não numa espécie improvável de exterioridade (REVEL, 2005, p. 68).

### **Governamentalidade: arranjos de poder na Modernidade**

A problematização da ideia de poder e o desacoplamento das noções de poder e de governo orientam a investigação foucauldiana em relação às mudanças na racionalidade política e nos arranjos de poder ocorridas a partir dos anos finais do século XVI e o início do século XVII e que tiveram um importante papel na emergência do Estado Moderno.

Observando as diversas maneiras através das quais o poder se estruturou historicamente, Foucault identificou um processo social que conduziu um tipo específico de organização de poder, articulado sob a forma do que ele chamou de “governo” (no sentido específico visto acima), a ter preeminência sobre outros arranjos não governamentalizados de poder, como eram os regimes de soberania ou disciplina. Foucault observou que a partir de fins do século XVI e início do século XVII o desenvolvimento de uma série de novos aparelhos específicos de governo, por um lado, associado a um conjunto emergente de novos saberes, por outro, viriam mais tarde a transformar a própria natureza do Estado no ocidente na medida em que o tornava progressivamente governamentalizado (FOUCAULT, 2008b, p.

143-144). A esse novo arranjo de poder que suplantava os demais, a essa nova racionalidade política que constituía o Estado moderno, Foucault chamou de “governamentalidade”<sup>17</sup>.

É importante ressaltar que, coerente com todo o seu procedimento ascendente de análise, Foucault se dedicou primeiramente à investigação das tecnologias, práticas e instituições que viabilizaram concretamente novas dinâmicas de poder – as quais ele reunirá posteriormente sob a ideia de biopoder, como se verá adiante – para só depois investigar os delineamentos característicos da racionalidade governamental que emergia com elas, numa tentativa de estabelecer uma genealogia desse tipo de poder. Isso significa que ele partiu dos fatos, dos suportes práticos e das ramificações capilares do poder, para só depois chegar às configurações mais estruturais ou genéricas a cuja existência eles davam condições.

A consolidação da governamentalidade como um arranjo de poder preponderante no Ocidente se dá especificamente no século XVIII. Foucault analisa a governamentalidade a partir de três de suas dimensões chave. Primeiramente como as técnicas, instituições e procedimentos que delineiam uma série de táticas para a sustentação do poder enquanto governo. Ele resalta que é específico desse conjunto de táticas ter por objeto populações como um todo, por saber principal a economia política e por instrumentos operacionais os dispositivos de segurança<sup>18</sup>. Vale aqui ressaltar que essa táticas de sustentação do poder não estão originariamente associadas a nenhum ator específico – nem ao Estado, nem ao governante, nem a qualquer instituição política ou “agente da história”, coletivo ou individual: não se trata de um modelo de poder promovido e instituído a partir de uma intencionalidade, mas de uma reconfiguração social do próprio ambiente de exercício do poder.

Em segundo lugar, a governamentalidade é abordada a partir de sua dimensão histórica, entendida como o próprio processo através do qual aquela configuração específica de poder foi se constituindo e, ao longo do tempo, instaurando as instituições, aparelhos, objetos e saberes característicos que levariam à suplantação de outros de regimes de poder.

Por fim, Foucault analisa a governamentalidade como uma nova racionalidade política que afeta diretamente a figura do Estado. Durante grande parte da história ocidental o pensamento político esteve associado a uma preocupação com a melhor maneira de aumentar bem-estar dos cidadãos e de consumir a justiça. Nessa perspectiva “clássica”, a política serviria a objetivos maiores – à felicidade dos cidadãos, às leis de Deus, à paz, à liberdade -,

---

<sup>17</sup> A ideia de governamentalidade foi desenvolvida por Foucault a partir de suas obras *Segurança, Território e População* (2008) e *O nascimento da biopolítica* (2008), que correspondem aos seus cursos no Collège de France entre os anos de 1977 e 1979. A primeira formulação do termo se deu na quarta aula do curso “Segurança, Território, População”, em 1º de fevereiro de 1978.

<sup>18</sup> Dessa dimensão se deriva a noção de biopolítica que será descrita adiante.

sendo vista como uma arte que, num mundo imperfeito, conduziria os homens para um estado de perfeição. Suas práticas estavam associadas à justiça e seu principal saber se baseava na moral e na metafísica. Durante o período da Renascença, emerge um outro tipo de racionalidade política desprovida de considerações transcendentais ou de objetivos mundanos que não fossem os interesses do próprio príncipe. A associação desta racionalidade política com o nome de Maquiavel é evidente: reforçando-se os elos entre o poder, o príncipe e o Estado, o objetivo central era aumentar o poder pessoal do príncipe, de modo que ações estratégicas e saberes técnicos estavam acima de quaisquer considerações metafísicas (DREYFUS & RABINOW, 1995, p. 151). Foucault identifica, então, o surgimento de um terceiro tipo de racionalidade que afeta profundamente a configuração do campo de forças políticas na passagem do século XVII para o XVIII: a ideia de “razão de Estado”. Diferentemente da ordem ética à qual o Estado e a política se atrelavam na perspectiva clássica, ou da sua instrumentalização para o aumento de poder pessoal dos príncipes no período renascentista, a filosofia política da razão de Estado afirmava o Estado como um fim em si mesmo.

O primeiro princípio desta nova racionalidade política é que o Estado, não as leis dos homens ou da natureza, era seu próprio fim. A existência do Estado e seu poder era o tema do novo saber técnico e administrativo, em contraste com o discurso jurídico, que remetia o poder a outros fins: a justiça, o bem ou as leis naturais. Isso não significa que a lei tenha se tornado irrelevante ou que tenha desaparecido, apenas que passou gradualmente a ter outras funções na sociedade moderna (DREYFUS & RABINOW, 1995, p. 152).

Ao se tornar o centro do pensamento político, o Estado torna-se também o principal objeto do saber, que volta-se cada vez mais para sua administração, seus processos, seus recursos - e não mais para os direitos dos povos, as leis divinas, a moral. Com a razão de Estado se consolida um tipo de racionalidade administrativa fundamentada em saberes que irão versar sobre tudo aquilo que diz respeito ao fortalecimento do próprio Estado.

A razão de Estado não remete à sabedoria de Deus, à razão, nem às estratégias do príncipe. Ela se relaciona ao Estado, à sua natureza e à sua racionalidade própria. Essa tese – de que a finalidade de um governo é fortalecer o Estado – implica diversas ideias que considero importante abordar para acompanhar o progresso e o desenvolvimento de nossa racionalidade política moderna (FOUCAULT, 2004, p. 306).

Surgem nesse período métodos empíricos de investigação que serão aplicados para embasar esses saberes; a geografia, o relevo, o clima, os recursos naturais, a história, a cultura, a demografia, etc, deixam de ser apenas curiosidades para se tornarem conhecimentos decisivos no novo nexos saber-poder e isso por um motivo muito prático: saberes concretos, dados específicos e mensuráveis permitiam ao aparelho administrativo verificar com precisão as suas condições, suas forças, suas fraquezas, fazer prognósticos e desenvolver ações interventivas. *Se o objetivo desta racionalidade política era o poder do Estado, então, ele deveria ser medido em termos de força. (...) Nesse caso o componente essencial era um saber demasiadamente empírico e não uma teoria moral* (DREYFUS & RABINOW, 1995, p. 152).

A razão de Estado representa a primeira versão de um arranjo de poder governamentalizado. É importante deixar claro mais uma vez que essa governamentalidade não surge a partir do Estado, mas ao contrário, é ela quem estabelece concretamente as condições constitutivas para o aparecimento Estado moderno. Governo, lembremos, é um arranjo específico de poder e o poder não é uma substância, mas a dinâmica que movimenta um conjunto de práticas heterogêneas e dispersas. As instituições e os aparelhos que passam a ser identificados como o Estado moderno, Foucault observa, já existiam muito antes dele (exército, fisco, justiça, etc). Cabe compreender, portanto, de que maneira um regime de poder governamentalizado se sedimenta atravessando aqueles suportes concretos já existentes e criando as condições para a consolidação da figura do Estado tanto na prática quanto no pensamento das pessoas: simultaneamente uma instituição política e uma representação social. É, portanto, uma relação específica entre poder e governo que permitirá surgir o Estado moderno enquanto personagem histórico. Sobre a governamentalidade e a gênese do Estado, Foucault problematiza:

O que eu gostaria de lhes mostrar, o que tentarei lhes mostrar é como se pode efetivamente situar a emergência do Estado, como objeto político fundamental, no interior de uma história mais geral, que é a história da governamentalidade, ou ainda, se vocês preferirem, no campo das práticas de poder. (...) E se o Estado não fosse mais que uma maneira de governar? Se o Estado não fosse mais que um tipo de governamentalidade? E se, de fato, todas essas relações de poder que vemos se formarem pouco a pouco a partir de processos múltiplos e bem diferentes uns dos outros e que pouco a pouco se coagulam e fazem efeito, se essas práticas de governo fossem precisamente aquilo a partir do que se constituiu o Estado? (FOUCAULT, 2008b, p. 330-331)

Ao final, sua conclusão procura deixar claro que o Estado tal como modernamente concebido é um dos efeitos do poder governamentalizado:

Tratar-se-ia de mostrar como uma sociedade civil, ou antes, simplesmente, uma sociedade governamentalizada instituiu, a partir do século XVI, certa coisa, certa coisa ao mesmo tempo frágil e obcecante que se chama Estado. Mas o Estado nada mais é que uma peripécia do governo e não o governo que é um instrumento do Estado. Ou, em todo caso, o Estado nada mais é do que uma peripécia da governamentalidade (FOUCAULT, 2008b, p. 331).

O Estado moderno se funda a partir de uma configuração de micropoderes governamentais e por isso Foucault insiste no ponto metodológico de que o poder não deve ser analisado dedutivamente tomando-se o Estado como um fenômeno geral de poder a partir do qual se derivam suas formas concretas (método descendente). O que ele propõe é o caminho inverso (ou ascendente): partir dos micropoderes e daí observar como eles participam de uma dinâmica de poder mais abrangente.

O importante não é fazer uma espécie de dedução do poder que, partindo do centro, procuraria ver até onde se prolonga para baixo, em que medida se reproduz, até chegar aos elementos moleculares da sociedade. Deve-se, antes, fazer uma análise ascendente do poder: partir dos mecanismos infinitesimais que têm uma história, um caminho, técnicas e táticas e depois examinar como estes mecanismos de poder foram e ainda são investidos, colonizados, utilizados, subjugados, transformados, deslocados, desdobrados, etc., por mecanismos cada vez mais gerais e por formas de dominação global. Não é a dominação global que se pluraliza e repercute até embaixo. Creio que deva ser analisada a maneira como os fenômenos, as técnicas e os procedimentos de poder atuam nos níveis mais baixos; como estes procedimentos se deslocam, se expandem, se modificam; mas sobretudo como são investidos e anexados por fenômenos mais globais (FOUCAULT, 2012, p. 184)

A partir do conceito de governamentalidade, todo o campo de pesquisa sobre o poder se amplia. De um ponto de vista metodológico, por um lado, ao explorar a governamentalidade naquelas três dimensões – como o conjunto das táticas e aparelhos através do qual o poder se configura enquanto governo, como o processo histórico constitutivo de um regime de poder específico e como racionalidade política que atravessa as instituições e agências que constituirão o Estado moderno –, Foucault pôde reinscrever sua

investigação em um horizonte mais abrangente, abarcando desde os micropoderes (que caracterizaram os primeiros trabalhos de sua obra) até estruturas maiores, especificamente, o próprio Estado. A noção de governamentalidade também respondeu a um tipo de crítica recorrente em relação aos seus trabalhos: a acusação de que suas análises sobrevalorizavam os micropoderes e ignoravam a importância do Estado. À luz da ideia de governamentalidade fica claro que sua obra incorpora a questão do Estado sem, no entanto, lhe atribuir a proeminência e o caráter decisivo que as ciências sociais clássicas lhe confere. Trata-se de mostrar como os fenômenos da governamentalidade não se restringem aos domínios da esfera estatal ou institucional-legal, nem se define por uma questão de escala: enquanto perspectiva teórico-metodológica a governamentalidade atravessa fenômenos de diversas grandezas – desde os micropoderes presentes no governo da vida cotidiana até fenômenos típicos da administração do próprio Estado. A noção de governamentalidade permite que o método foucauldiano de análise ascendente seja válido para escala inteira, independentemente das grandezas dos seus objetos (FOUCAULT, 2008, p. 258).

De um ponto de vista analítico, por outro lado, a governamentalidade permite aplicar teórica e empiricamente a perspectiva foucauldiana de poder a objetos concretos e bastante específicos. Se o poder flui através de um conjunto de elementos “microfísicos”, o Estado nada mais é senão “o efeito móvel de um regime de governamentalidades múltiplas” (FOUCAULT, 2008, p. 106) e é a partir das suas práticas de governamentalidade que ele deveria ser estudado. Os próprios órgãos de deliberação e cálculo político do Estado dependem das ações de uma vasta gama de autoridades não-estatais e da atuação de complexas tecnologias para que tenham capacidade de exercer alguma influência na conduta das pessoas e em atividades, locais e objetos que se movimentam à distância no espaço e no tempo – nas ruas, escolas, empresas, casas, celas, etc. Essas ações dependem de uma ampla variedade de alianças entre agências, de vários critérios de avaliação, bem como de dispositivos técnicos que são relativamente autônomos quanto aos aparatos políticos do Estado (ROSE, 2000). Enquanto governamentalidade, o poder vai muito mais longe, passa por canais muito mais finos e é muito mais ambíguo em sua diversidade e polimorfia do que seria capaz de conceber uma investigação que fixe-o no Estado ou estabeleça o Estado como o centro privilegiado, capital, maior, quase único do poder (FOUCAULT, 2006, p.184).

### **Governamentalidade: disciplina e biopolítica**

Nas sociedades democráticas liberais o poder governamentalizado não depende da ação física, imediata, sobre os indivíduos. Ao contrário da racionalidade política precedente

que, por exemplo, autorizava um monarca ou soberano agir diretamente sobre seus súditos para fazer valer a sua vontade, na governamentalidade moderna é através dos próprios interesses e motivações dos sujeitos que o poder acessará e atravessará os indivíduos, as condutas, as práticas, as riquezas, os recursos, as propriedades, os direitos, etc.

*O novo governo, a nova razão governamental não lida com o que eu chamaria de coisas em si da governamentalidade, que são os indivíduos, que são as coisas, que são as riquezas, que são as terras. Já não lida com essas coisas em si. Ele lida com estes fenômenos da política que precisamente constituem a política e os móveis da política, com estes fenômenos que são os interesses ou aquilo por intermédio do que determinado indivíduo, determinada coisa, determinada riqueza, etc. interessa aos outros indivíduos ou a coletividade (FOUCAULT, 2008a, p.62).*

Em sua forma moderna, governamentalizada o poder não se exerce diretamente tolhendo ou reprimindo a liberdade, mas a partir do governo dos interesses, incitando formas específicas de liberdades e delimitando suas fronteiras. Trata-se do governo das liberdades. É essa preocupação com a condução das condutas de sujeitos livres através de uma rede de mecanismos complexos e heterogêneos que marca distintivamente a racionalidade política da governamentalidade. A problematização da relação entre poder e liberdade indica um regime de poder que se exerce efetivamente através do governo das condutas dos sujeitos livres – especialmente em contextos liberais como os das sociedades contemporâneas. E mais do que isso: na medida em que analiticamente a própria liberdade também deve ser desnaturalizada, a ideia de governamentalidade chama atenção para a maneira como as liberdades são fabricadas e determinadas nas sociedades democráticas.

A liberdade não é vista como algo essencial, um fenômeno de fundo, reprimido e aprisionado pelo poder, mas como um atributo do próprio poder. O poder governamentalizado se exerce através de técnicas, práticas e ações racionais e calculadas, conduzidas por uma multiplicidade de agências e autoridades, empregando técnicas e conhecimentos diversificados com o objetivo de configurar a conduta dos indivíduos através de um trabalho sobre os seus desejos, aspirações, interesses e crenças. O que interessa não é a imposição externa de um modelo de conduta (objetivação dos indivíduos que bloquearia a dinâmica do poder), mas a modulação dos limites das liberdades individuais por meio da incitação, indução, facilitação ou dificuldade de comportamentos num cenário de probabilidades (subjetivação específica dos indivíduos a partir de uma tipologia adequada ao arranjo de

poder): *en las gubernamentalidades se opera sobre los deseos, aspiraciones o intereses, no coartándolos o coaccionándolos, sino produciendo los sujetos que tengan los deseos, aspiraciones o intereses correctos* (ENERGICI, 2016, p. 30).

A governamentalidade enquanto nova racionalidade política manifesta-se em modalidades também novas de aplicação do poder. O percurso da análise foucauldiana, aliás, descreveu primeiramente essas novas modalidades e as tecnologias – que ele classificará como as disciplinas e a biopolítica – através das quais um novo regime de poder se pôs em movimento, para só depois investigar os delineamentos do tipo de racionalidade específica que surgia com elas, numa tentativa de estabelecer uma genealogia desse tipo de poder.

Contrastando as formas de exercício de poder que começam a surgir por volta do século XVII com aquelas existentes à época, Foucault passa a descrever um processo através do qual a própria vida progressivamente torna-se um objeto de interesse do poder, *uma tomada de poder sobre o homem enquanto ser vivo, uma espécie de estatização do biológico ou, pelo menos, uma certa inclinação que conduz ao que se poderia chamar de estatização do biológico* (FOUCAULT, 2010a, p. 201).

A primeira manifestação desse novo arranjo de poder identificada por Foucault refere-se a um conjunto de técnicas que operavam por meio da vigilância e do treinamento dos indivíduos tendo em vista a sua adequação a uma norma. A isso ele chamou de poder disciplinar.

Disciplina é, no fundo, o mecanismo de poder pelo qual chegamos a controlar no corpo social até os elementos mais tênues pelos quais chegamos a atingir os próprios átomos sociais, isto é, os indivíduos. Técnicas de individualização do poder. Como vigiar alguém, como controlar sua conduta, seu comportamento, suas aptidões, como intensificar seu rendimento, como multiplicar suas capacidades, como colocá-lo no ponto em que ele será mais útil, isto é o que é, a meu ver, a disciplina (FOUCAULT, 1982, p. 36).

A disciplina é uma forma radicalmente nova de exercício de poder em relação ao regime de soberania que prevalecia até então. Na racionalidade política clássica o soberano exercia um direito de vida e de morte sobre os seus súditos – direito esse que Foucault demonstrou ser, na verdade, um poder sobre a morte<sup>19</sup>: fazer morrer ou deixar viver. Naquele contexto, em relação ao poder, o súdito não era considerado nem enquanto vivo nem morto: a

---

<sup>19</sup> Foucault analisa a assimetria do poder soberano sobre a vida e a morte em “Em defesa da sociedade” (2010a), especialmente na aula de 17 de março de 1976.

situação eventual de estar vivo não era um direito, mas um efeito da vontade soberana em se abster do exercício do seu direito, ou melhor, do seu poder sobre a morte – por isso “fazer morrer ou deixar viver” pode ser o dístico que resume o regime da soberania. Na racionalidade soberana o poder não se exerce sobre a vida, mas sobre um conjunto de elementos territoriais que inclui terras, riquezas, recursos naturais e pessoas, todos eles objetos à disposição da vontade do soberano. A vida em si nunca foi um elemento político de suporte da soberania e apenas nos séculos XVII e XVIII começam a surgir técnicas de poder que tinham por alvo os indivíduos considerados enquanto corpos vivos.

Eram todos aqueles procedimentos pelos quais se assegurava a distribuição espacial dos corpos individuais (sua separação, seu alinhamento, sua colocação em série e em vigilância) e a organização, em torno desses corpos individuais, de todo um campo de visibilidade. Eram também as técnicas pelas quais se incumbiam desses corpos, tentavam aumentar-lhes a força útil através do exercício, do treinamento, etc. Eram igualmente técnicas de racionalização e de economia estrita de um poder que devia se exercer, da maneira menos onerosa possível, mediante todo um sistema de vigilância, de hierarquias, de inspeções, de escriturações, de relatórios: toda essa tecnologia, que podemos chamar de tecnologia disciplinar do trabalho (FOUCAULT, 2010a, p. 203).

Esses procedimentos, técnicas e racionalizações indicam a nova disposição de poderes que Foucault chama de regime disciplinar, um arranjo no qual a organização do poder atinge um nível de complexidade muito maior do que outrora. Não se tratava mais de uma aplicação direta de poder sobre os objetos inertes da soberania, mas de uma sistematização da aplicação do poder que lhe permitia fluir através de uma diversidade muito mais ampla de vetores e de canais sutis. Nesse contexto as relações de poder não se esgotavam mais em estratégias unidirecionais, mas se prolongavam e se retroalimentavam numa circularidade auto-reprodutora. O poder soberano agia sobre o território e seus recursos, enquanto a disciplina incidia sobre os corpos individuais e sobre o que eles faziam; dessa forma, os mecanismos disciplinares puderam extrair continuamente deles tempo e trabalho produtivo, muito mais do que apenas os bens e as riquezas finitas que o poder soberano obtinha da exploração de seus domínios. Além disso, o poder disciplinar se exercia permanentemente através da vigilância, enquanto o poder soberano se reafirmava de maneira descontínua e intermitente por meio de estratégias arrecadatórias mais grosseiras - como sistemas de tributos e obrigações. Dessa maneira, o poder disciplinar se fundamentou numa trama de coerções materiais muito mais

cerrada e constante do que ocorria com o poder soberano, que necessitava necessariamente da existência física de um soberano. Com as disciplinas inaugura-se *uma nova economia de poder cujo princípio é o de que se deve ao mesmo tempo fazer que cresçam as forças sujeitadas e a força e a eficácia daquilo que as sujeita* (FOUCAULT, 2010a, p. 31).

A configuração típica-ideal dos instrumentos de um regime disciplinar, segundo Foucault, seguia os princípios do panóptico. Resgatado da obra de Jeremy Bentham, o panóptico se refere a uma estrutura semicircular de confinamento na qual cada interno era acomodado em uma cela individual. Cada uma das celas era visível a partir de uma torre de vigia localizada no centro da estrutura, mas cuja própria visibilidade era impossibilitada para os internos: devido ao *design* de suas janelas e a um arranjo característico de luz e sombra, um vigia na torre observar cada uma das celas, mas nenhum interno era capaz de ter certeza se estava ou não sendo observado naquele momento ou mesmo se de fato havia alguém na torre. Assim, os prisioneiros sabiam apenas que estavam constantemente sob uma observação virtual, sem, contudo, serem capazes de confirmar isso situacionalmente.

Ainda que originalmente o panóptico tivesse sido um projeto arquitetônico específico sugerido por Bentham para a construção de presídios, Foucault enxergou em seus princípios estruturais um modelo sociológico definidor das sociedades fundamentadas no poder disciplinar. O desenvolvimento dos regimes disciplinares, segundo Foucault, propagou-se através de instituições de confinamento que emulavam os princípios panoptícistas em sua lógica organizacional – prisão, fábricas, escolas, hospitais, quartéis.

As técnicas disciplinares têm por foco os indivíduos - seus corpos, seus tempos, seus espaços, suas atitudes – e, idealmente, operam numa perspectiva normalizadora, ou seja, buscam orientar os comportamentos dos indivíduos a partir de uma norma que serve como parâmetro para a constituição das subjetividades e para a produção de “corpos dóceis” (FOUCAULT, 2010b, p. 131).

Esses métodos que permitem o controle minucioso das operações do corpo, que realizam a sujeição constante de suas forças e lhes impõem uma relação de docilidade-utilidade, são o que podemos chamar as “disciplinas” (FOUCAULT, 2010b, p. 133).

Em princípio, o objetivo explícito e imediato das práticas disciplinares é corrigir os desvios de conduta, diminuindo a distância entre o comportamento do sujeito individual e a norma de referência através da punição e da moralização dos desviantes – motivo pelo qual

Foucault pôde caracterizá-la como uma espécie de “anatomia política” normalizadora<sup>20</sup>: um conjunto de práticas atuando sobre o comportamento e a motivação individual.

Ao mesmo tempo em as técnicas disciplinares significaram uma entrada do poder sobre a vida e sobre os corpos (tanto dispondo-os ao longo de um eixo normativo quanto aumentando-lhes a força útil, treinando-os e posicionando-os em um campo de visibilidade), seu surgimento representou uma racionalização específica de governo, um arranjo por meio da qual o poder começa a buscar as formas mais eficientes e menos onerosas possíveis para se exercer; daí o surgimento de uma pretensão de sistematização governamental - algo improvável no regime de poder soberano: sistemas de vigilância, hierarquias, sistemas administrativos, relatórios, inspeções, etc (FOUCAULT, 2010a, p. 203). Um tipo de racionalização, enfim, característica das organizações modernas. Desde o século XVIII essas modalidades de exercício de poder disciplinar foram se desenvolvendo e se disseminando através de práticas específicas nos contextos de cada sociedade, mas elas também vieram a ser atravessadas por outro tipo de configuração de poder governamental. No mesmo processo de transformação da vida em um campo de poder, um outro conjunto de técnicas e procedimentos distintos das disciplinas surgiria, mas se consolidaria decisivamente um pouco mais tarde, no final do século XIX – um conjunto de técnicas voltadas não mais para o disciplinamento dos indivíduos, mas para o controle de populações. Suas condições de emergência estão relacionadas ao momento em que a racionalidade governamental passou a se manifestar enquanto razão de Estado, arranjo que favoreceu o surgimento de um tipo específico de saber, positivo e mensurável, um saber que dinamizasse o poder e aprimorasse seu fluxo.

Informações sobre tudo o que dizia respeito ao Estado, à sua população, ao seu território e aos seus problemas se tornaram elementos cruciais nessa nova articulação de poder e saber: desenvolvem-se novas práticas administrativas e governamentais baseadas nos tipos recentes de conhecimentos que permitiam o enquadramento de problemas sociais enquanto objetos de interesse político – demografia, taxas de natalidade e morbidade, alimentação, criminalidade, emprego, migração, etc – e que se tornam também objetos de novos saberes como a estatística, a demografia, as ciências humanas. Nesse contexto, a ideia de “população”

---

<sup>20</sup> A pretensão de mudar os indivíduos por meio da sua normalização é apenas o objetivo ideal das práticas disciplinares, mas não se deve deixar de lembrar que também é seu efeito não declarado produzir os negativos que servem de contraexemplos fortalecedores da norma: os fracassados, os incorrigíveis, os anormais, ainda que aparentemente representem a falência da intenção disciplinar na verdade reafirmam a norma e revalidam sua necessidade. Por conseguinte, reforçam o poder normativo. Isso explicaria, por exemplo, a longevidade das instituições penais apesar de seu aparente fracasso generalizado (vide à propósito FOUCAULT, 2010b, p. 257).

emerge pela primeira vez como tema privilegiado: não mais como um eufemismo para a coletividade humana nem como sinônimo para o “povo” enquanto sujeito de direito, mas como objeto específico, dotado de existência, características, natureza e processos próprios, um elemento inédito de saber e de interesse para gestão política (REVEL, 2005, p. 55). Nas palavras de Foucault:

(...) o século XVIII descobriu essa coisa capital: que o poder não se exerce simplesmente sobre sujeitos — o que era a tese fundamental de monarquia, segundo a qual há o soberano e depois os sujeitos. Descobre-se que aquilo sobre o que se exerce o poder é a população e população quer dizer o que? Não quer dizer simplesmente um grupo humano numeroso, quer dizer um grupo de seres vivos que são atravessados, comandados, regidos, por processos e leis biológicas (FOUCAULT, p. 36, 1982).

Nesse sentido, um novo regime de poder começava a se configurar com a emergência desse objeto político inovador que jamais havia sido tematizado pelos discursos e pelas técnicas de poder até então. O discurso do direito, por exemplo, sob a égide do contratualismo, só reconhecia os indivíduos contratantes, por um lado e a sociedade que era o resultado do contrato social, por outro; já as práticas disciplinares tinham por objeto o indivíduo e seu corpo. Já a população, essa massa global que é afetada coletivamente por processos típicos da vida (nascimento, doença, produção, morte, etc) surge apenas no século XVIII, como novo objeto de saber e de poder, alvo cada vez mais importante das técnicas de governo (FOUCAULT, 2010a, p. 206). Essa nova relação entre saber e poder fundamentou uma forma específica de racionalidade governamental que foi se instaurando progressivamente, articulando a preocupação com a gestão da população, por um lado e com a administração das ações dos indivíduos livres em relação a si mesmos e aos outros, por outro. A partir dessas duas preocupações – governo dos indivíduos e governo das populações – desenvolve-se uma série de mecanismos e procedimentos que Foucault chamou de “biopolítica”.

### **Disciplina e Biopolítica: do orgânico ao biológico, do corpo à população**

A biopolítica designa, em todo caso, uma inovação em relação à disciplina. A disciplina, composta por um conjunto de técnicas individualizantes, era uma tecnologia que visava individualizar o poder penetrando até o âmago dos indivíduos, nos seus corpos, nos seus comportamentos, na sua moralidade, tendo uma abordagem política anatômica; por isso as instituições disciplinares aspiravam moldar as individualidades, conformá-las a um modelo

normativo. A entrada em cena da população faz emergir uma série de novas questões e, conseqüentemente, uma tecnologia distinta, desta feita não mais individualizante, mas generalizante, não mais dirigida para a inserção do poder nos corpos dos indivíduos, mas para sua regulação enquanto espécie, para a administração dos processos típicos do homem enquanto ser vivo. Por isso ao invés de uma anátomo-política, trata-se agora de uma biopolítica.

Não é do campo de interesse da biopolítica corrigir desvios e normatizar as condutas individuais. As técnicas biopolíticas trabalham com fenômenos de outra grandeza nos quais os indivíduos não são abordados enquanto agentes morais, mas, quando muito, espécimes, variações ou elementos atuariais representativos da espécie numa tabela ou base de dados. Ao invés de alterar as subjetividades, as práticas da biopolítica visam regular populações. Suas técnicas operam recorrem ao mapeamento da distribuição de uma variável (comportamentos, características demográficas, dados médicos, taxas de criminalidade, etc) e o acompanhamento da sua variação dentro da população geral, criando subpopulações e desenvolvendo estratégias que aumentem a eficiência de gestão dessas populações tal como ela se apresenta; ao invés de mudar as pessoas (ou, na expressão de Foucault, normalizá-las), o controle social num regime biopolítico visa administrá-las como elas são; enquanto o regime disciplinar pretende alterar o comportamento e a motivação individual, as técnicas da biopolítica visam alterar o contexto ou a estrutura física e social dentro das quais os indivíduos atuam (SIMON, 1988). Ao invés de dirigir as condutas, administrar as liberdades. A grande inovação trazida pela biopolítica, portanto, é completar o processo de apropriação definitiva da vida pelo poder, um passo além da disciplina.

Logo, depois de uma primeira tomada de poder sobre o corpo que se fez consoante o modo da individualização, temos uma segunda tomada de poder que, por sua vez, não é individualizante, mas que é massificante, se vocês quiserem, que se faz em direção não do homem-corpo, mas do homem-espécie. Depois da anatomopolítica do corpo humano, instaurada no decorrer do século XVIII, vemos aparecer, no fim do mesmo século, algo que já não é uma anatomopolítica do corpo humano, mas que eu chamaria de uma "biopolítica" da espécie humana (FOUCAULT, 2010a, p. 204).

Assim como o objeto da biopolítica é distinto daquele sobre o qual versava o poder disciplinar, a natureza dos fenômenos que se levará em conta também é diferente. A biopolítica se ocupará de fenômenos coletivos, de fatos que só se delineiam e ganham

importância no nível da massa. Fenômenos que quando afetam a vida no nível individual muitas vezes parecem ser aleatórios e imprevisíveis, como doenças, problemas econômicos, tragédias naturais, mortes, etc, mas quando considerados num plano mais geral, no nível da população, apresentam padrões e regularidades – passíveis de serem abordados por uma perspectiva governamental, portanto. Isso também está ligado ao novo tipo de saber associado à biopolítica, um saber que torna fenômenos aparentemente ininteligíveis no plano individual, explicáveis no nível coletivo. Mas tornar tais fenômenos previsíveis não significa torna-los sujeitos à normalização: devido ao seu objeto e à natureza dos fenômenos com os quais lidam, as práticas disciplinares não podem simplesmente ser transpostas para a biopolítica. Por isso essa nova tecnologia de poder ensejará o surgimento de uma série de mecanismos cujos efeitos serão muito diferentes dos mecanismos disciplinares.

Nos mecanismos implantados pela biopolítica, vai se tratar sobretudo, é claro, de previsões, de estimativas estatísticas, de medições globais; vai se tratar, igualmente, não de modificar tal fenômeno em especial, não tanto tal indivíduo, na medida em que é indivíduo, mas, essencialmente, de intervir no nível daquilo que são as determinações desses fenômenos gerais, desses fenômenos no que eles têm de global (FOUCAULT, 2010a, p. 207).

Os mecanismos da biopolítica não visam uma intervenção normalizadora, mas o estabelecimento de regulações sobre fenômenos de massa. São, portanto, mecanismos que atuam no sentido de governar aquilo que pareceria aleatório numa população de seres vivos, de administrar a vida e otimizar seus processos. Na biopolítica procura-se obter estados globais de equilíbrio, de médias regulares, levando em conta a vida e os processos biológicos do homem-espécie assegurando sobre eles não uma disciplina, mas uma regulamentação (FOUCAULT, 2010a, p. 207).

Na biopolítica, a vida se torna definitivamente um suporte para o poder. Muito mais do que no regime disciplinar, em que a vida era importante, mas apenas como uma condição dos corpos sobre os quais as disciplinas atuavam, na biopolítica o poder se exerce a partir da própria vida em si. Quando contrastada com o regime de soberania, então, percebe-se que a biopolítica promove uma inversão da lógica de atuação do poder: como visto anteriormente, na soberania o direito do soberano sobre a vida e sobre a morte se traduzia na prática por um poder de fazer morrer e, discricionariamente, deixar viver. A vida era um efeito residual do poder soberano e como tal, irrelevante para a dinâmica da economia política do poder. Na

biopolítica essa situação é oposta não se trata mais de “fazer morrer ou deixar viver”, mas de “fazer viver e deixar morrer”: é a vida que se torna o elemento crucial do poder.

Percebe-se, por consequência, que a relação de poder com o sujeito, ou melhor, com o indivíduo não deve ser simplesmente essa forma de sujeição que permite ao poder arrecadar sobre o sujeito bens, riquezas e eventualmente seu corpo e seu sangue, mas que o poder deve se exercer sobre os indivíduos enquanto constituem uma espécie de entidade biológica que deve ser tomada em consideração se quisermos precisamente utilizar essa população como máquina de produzir tudo, de produzir riquezas, de produzir bens, de produzir outros indivíduos, etc (FOUCAULT, 1982, p.37).

A partir do momento em que os fenômenos vitais da população se tornam politicamente relevantes, as tecnologias de poder se transformam para permitir intervenções cada vez amplas para incrementar a vida - para alongar a vida, para baixar a morbidade, para aumentar a natalidade, para regular os processos vitais, enfim. A vida em si é incorporada ao campo de atuação do poder e “fazer viver” passa a ser decisivo para o seu exercício; os processos da vida, se não podem ser disciplinados (normalizados), podem ser regulados (controlados). É isso que permite ao poder explorar a população enquanto uma entidade biológica em si mesma, explorar a vida como uma fonte permanente e inesgotável de produção. As potencialidades da vida passam a ser objeto de atenção dos mecanismos da biopolítica, que se voltam para o seu controle e administração racional com o intuito de tornar-lhe produtiva - cada vez mais produtiva -, de maximizar sua funcionalidade e de extrair tudo que suas capacidades podem criar: riquezas, bens, indivíduos, saberes, etc.

É importante notar que apesar de serem distintas, as formas biopolíticas e as disciplinares não são antitéticas. Não se trata de um regime que sucede a outro, mas de uma tecnologia de poder que, ao poucos, vai se sobrepondo e englobando as técnicas disciplinares existentes sem eliminá-las, incorporando-as à sua própria lógica operativa. Sobre a biopolítica e a forma como ela se relaciona com a disciplina, Foucault afirma tratar-se de:

Uma tecnologia de poder que não exclui a primeira, que não exclui a técnica disciplinar, mas que a embute, que a integra, que a modifica parcialmente e que, sobretudo, vai utilizá-la implantando-se de certo modo nela e incrustando-se efetivamente graças a essa técnica disciplinar prévia. Essa nova técnica não suprime a técnica disciplinar simplesmente porque é de outro nível, está noutra escala, tem outra superfície de suporte e é auxiliada por instrumentos totalmente diferentes (FOUCAULT, 2010a, p. 203-204).

Nesse sentido, as tecnologias disciplinares e biopolíticas se complementam na perspectiva mais ampla de um regime de poder que se outorga da vida de uma forma geral, polarizado entre o corpo individual e a população. De um lado, as técnicas disciplinares (anátomo-políticas) são centradas no corpo, que tomam como a sede de um conjunto de forças que precisam ser tornadas úteis e dóceis simultaneamente. Assim, produz efeitos individualizantes normalizando os comportamentos. De outro lado, uma tecnologia que se centra não no corpo individual, mas nos fenômenos vitais de uma população enquanto espécie, enquanto corpos viventes (bio-política), produzindo efeitos generalizantes na medida em que procura controlar os fatores condicionantes de tais fenômenos: *uma tecnologia que visa, portanto, não o treinamento individual, mas, pelo equilíbrio global, algo como uma homeostase: a segurança do conjunto em relação aos seus perigos internos* (FOUCAULT, 2010a, p. 209). Logo, seus objetivos não são disciplinares, mas regulamentadores. Num caso, trata-se de uma tecnologia em que o corpo é individualizado e noutro os corpos são considerados a partir dos processos biológicos de massa. Justamente por que esses dois conjuntos de mecanismos não operam num mesmo nível, eles podem se articular um com o outro nessa tomada da vida pelo arranjo saber/poder<sup>21</sup>.

Pela primeira vez na história, sem dúvida, o biológico reflete-se no político; o fato de viver não é mais esse sustentáculo inacessível que só emerge de tempos em tempos, no acaso da morte e de sua fatalidade: cai, em parte, no campo de controle do saber e de intervenção do poder. Este não estará mais somente a voltas com sujeitos de direito sobre os quais seu último acesso é a morte, porém com seres vivos e o império que poderá exercer sobre eles deverá situar-se no nível da própria vida; é o fato do poder encarregar-se da vida, mais do que a ameaça da morte, que lhe dá acesso ao corpo (FOUCAULT, 2014, p. 154).

Através da disciplina e da biopolítica o poder se inseriu definitivamente na vida, numa perspectiva completamente distinta do que fora até o regime da soberania, invertendo totalmente a sua lógica: de um poder que se exerce negativamente sobre a vida (causar a morte e deixar viver), instaura-se um poder que se encarrega positivamente dela, um poder que gere a vida e que tem na sua razão de ser e na lógica de seu exercício o cuidado com a vida, sua majoração, sua multiplicação e qualidade, o controle de seus processos e a regulação de seu conjunto (FOUCAULT, 2014, p. 146).

---

<sup>21</sup> Foucault apresenta como exemplos históricos dessa articulação de mecanismos disciplinares e mecanismos regulamentadores - especialmente em “Em Defesa da Sociedade” e no primeiro volume da “História da Sexualidade”.

Dizer que o poder, no século XIX, tomou posse da vida, dizer pelo menos que o poder, no século XIX, incumbiu-se da vida, é dizer que ele conseguiu cobrir toda a superfície que se estende do orgânico ao biológico, do corpo à população, mediante o jogo duplo das tecnologias de disciplina, de uma parte e das tecnologias de regulamentação, de outra (FOUCAULT, 2010a, p. 213).

A esse novo regime de poder típico da modernidade, caracterizado pela complementaridade tecnológica entre disciplina e controle, Foucault designou como um “biopoder”<sup>22</sup>, um arranjo de poder que se estrutura a partir do governo da vida em si mesma, que submete a vida simultaneamente ao campo de controle do saber e das intervenções do poder.

Nesse regime de poder em que fazer viver é a questão chave, o elemento que estabelece o nexos estratégico entre mecanismos disciplinares e biopolíticos, que torna coerente uma perspectiva governamental que tanto opera no disciplinamento do corpo quanto no controle dos fenômenos aparentemente aleatórios de uma população biológica é a norma. Elemento estranho ao regime de soberania, a norma sinaliza processos alheios ao modelo jurídico de sociedade na qual ele se estruturava: a lei, entendida como um efeito da vontade soberana, tem sua fundamentação última no direito sobre a morte, ameaça que faz pairar simbólica ou concretamente sobre todos aqueles que a transgridam. Mas um regime em que o poder se encarrega da vida se estrutura a partir de outra racionalidade: são necessários mecanismos de outra natureza, contínuos, reguladores e corretivos, mecanismos que distribuam os indivíduos ao longo de um domínio de valor e utilidade. A lei sucumbe perante esse novo princípio organizador do poder. Muito mais do que uma separação entre o lícito e o ilícito, entre os súditos obedientes e os inimigos do soberano, uma governamentalidade normativa opera distribuições em torno da norma, distinguindo o normal e o anormal (FOUCAULT, 2014, p. 155-156).

### **Biopolítica: controle social e governo das liberdades**

A análise genealógica do poder governamental mostra que as práticas de controle social da biopolítica vêm atravessando progressivamente as práticas disciplinares de

---

<sup>22</sup> Pode-se considerar como textos de referência principais de Foucault em relação ao biopoder o último capítulo do primeiro volume de *Historia da Sexualidade* (“Direito de morte e poder sobre a vida”) e a aula de 17 de março de 1976 de *Em Defesa da Sociedade*.

normalização das condutas individuais <sup>23</sup>. A governamentalidade está intimamente ligada a um tipo de poder que só produz efeitos na medida em que garante a existência de uma série de liberdades específicas; enquanto as técnicas disciplinares são de, alguma maneira, restritivas à liberdade individual – pois agem para normalizar as condutas a partir de um parâmetro moral –, as técnicas biopolíticas de controle trabalham com a gestão da liberdade, com a vida como ela se apresenta. As práticas e técnicas de controle social, ao invés de tentarem mudar os indivíduos, visam a administração e a organização das condições em que se pode ser livre numa sociedade democrática, explorando a naturalização da relação entre responsabilidade individual e liberdade. Essa constatação, longe de referendar qualquer visão essencialista da liberdade, destaca justamente o contrário: o poder fabrica constantemente os tipos liberdades que lhes dão sustentação e é esse o principal efeito de poder das técnicas biopolíticas de controle social.

O controle social biopolítico procura administrar comportamentos a partir de classificações baseadas em critérios que são, fundamentalmente, critérios de risco. Essas classificações são traduzidas em categorias populacionais (grupos, perfis, comunidades, etc), aos quais os indivíduos são associados. Essa associação tem por base a descrição de condutas prováveis em relação a determinados critérios (comportamentos de risco, propensões a problemas de saúde, desordens sociais, incidência criminal, etc) que pautarão a administração da vida social. O controle social aqui classifica comportamentos e essa classificação produz efeitos decisivos na vida social: conforme a sua classificação, indivíduos e grupos terão acesso a espaços, recursos, oportunidades, etc; ou simplesmente serão excluídos. O controle através da classificação social não visa modificar as condutas, mas categorizar os indivíduos a partir das formas como os indivíduos usam a sua liberdade.

E ainda que disciplina e biopolítica sejam de fato dois modelos de aplicação de poder distintos, não são modelos excludentes: ambos se voltam para a vida, mas a abordam em níveis diferentes e complementares. O que parece acontecer, no entanto, é um englobamento dos mecanismos disciplinares pela biopolítica, que acaba por submetê-los ao seu próprio funcionamento. Por esse motivo em muitos casos específicos uma prática social pode se inserir nos dois registros, operando como controle social biopolítico e tendo uma ação residual disciplinadora. Rose (2000) sugere, à propósito, que existem dois circuitos de controle que funcionam de forma articulada – um circuito de segurança, onde se aplicam as técnicas biopolíticas de fabricação e administração das liberdades através do controle social e

---

<sup>23</sup> Rose (2000; 2013) e Simon (1988) exploram os motivos dessa tendência.

um circuito de insegurança, onde são aplicadas técnicas disciplinares aqueles indivíduos ou subpopulações que foram “filtrados” no primeiro circuito e classificados como um risco às liberdades.

### **A governamentalidade como perspectiva para o estudo do poder**

O estudo da governamentalidade e das formas específicas como o poder se organiza e produz efeitos a partir dela abre importantes vertentes para se investigar como se fabricam as liberdades específicas e como são governadas as ações dos sujeitos livres. Considerando que o tema da liberdade e de seu governo é recorrente pelo menos desde o início da modernidade, os estudos da governamentalidade permitem problematizar a relação contemporânea entre liberdade e sujeição de uma forma empírica e inovadora <sup>24</sup>. Entretanto, é importante salientar que as investigações de Foucault deixaram claro que tais regimes de poder não estão necessariamente ligados a tipos de sociedade liberais ou autoritárias. Os autoritarismos e totalitarismos do século XX (especialmente o nazi-fascismo e o stalinismo), ainda que tenham sido experiências sociais singulares, não apresentaram nenhum rompimento em relação à racionalidade política da modernidade ocidental. Pelo contrário, foram casos em que as ideias, os mecanismos e os procedimentos de poder tipicamente modernos foram ampliados e utilizados largamente (FOUCAULT, 2006): as disciplinas e a biopolítica já estavam postas e os regimes que se tornaram totalitários simplesmente fizeram uso desse legado. Entre as sociedades liberais e as experiências totalitárias não há uma relação de descontinuidade, mas uma filiação a um mesmo tipo de racionalidade governamental. O estudo dos regimes de poder, portanto, deve estar atento a essa ligação permanente entre dois elementos que se produzem inseparavelmente, poder e liberdade.

A perspectiva foucauldiana da governamentalidade trabalha também com a ideia de que o poder, ou as relações de poder, existem num nível de realidade relativamente autônomo aos demais (FOUCAULT, 2010c, p. 343). Significa dizer que os mecanismos de poder não têm como função única, por exemplo, reproduzirem ou garantirem as relações econômicas de produção (como seria o caso de uma análise marxista tradicional): ao contrário, sua lógica operativa e seus efeitos podem ser legitimamente abordados a partir de sua própria racionalidade. Nesse sentido, a “instrumentalidade” das práticas e instituições para a dominação deveria ser repensada dentro de uma estrutura mais complexa: os mecanismos disciplinares, por exemplo, não foram inventados pela burguesia como forma de dominação; eles já existiam pelo menos desde os séculos XVII e XVIII e foram herdados pela classe

---

<sup>24</sup> Para uma reflexão desse campo de estudos, vide Miller & Rose (2012).

burguesa que passou a utilizá-los de uma maneira específica. Ou seja, as disciplinas não foram inventadas por uma “necessidade histórica” para a organização do trabalho capitalista, mas antes, foram elas quem possibilitaram que o trabalho se configurasse de uma maneira específica no capitalismo. A convergência entre as relações de poder e as demais relações sociais e econômicas não é necessária nem predeterminada, mas acontece de formas complexas e variadas. Essa perspectiva está presente nos estudos sobre as governamentalidades e aplicada a casos concretos permite explorar as práticas, mecanismos e organizações governamentalizadas de uma maneira muito distinta do que o fazem abordagens clássicas das ciências sociais.

Feitas essas considerações, pode-se agora avaliar determinados mecanismos como o programa de testes de drogas lícitas e ilícitas no ambiente de trabalho a partir de uma perspectiva biopolítica. Se num primeiro momento o programa pode ser associado a uma grande variedade de práticas historicamente desenvolvidas pelos empregadores para fiscalizar e disciplinar seus funcionários (HANSON, 1993), uma análise mais detida deixa claro que os procedimentos do programa operam num registro de poder não disciplinar. O programa se baseia em testes que, a partir de um critério específico (uso ou não de álcool e drogas), realizam uma classificação dos funcionários. O uso de substâncias entorpecentes lícitas ou ilícitas serviu de referência normativa para muitas práticas disciplinares (desde movimentos religiosos de moderação e abstinência até tratamentos médico-psiquiátricos), mas não é o caso do programa estudado aqui. Os testes de drogas lícitas e ilícitas não estão associados a finalidades disciplinares: seu efeito não é “corrigir” a conduta dos funcionários nem tampouco moraliza-los, mas gerenciar o uso das liberdades e responsabilidades individuais.

O fato do uso de drogas e álcool ser o critério classificatório para a administração das liberdades não é fortuito. Substâncias entorpecentes ocupam uma posição muito controversa no imaginário ocidental e, historicamente, a racionalidade moderna sempre teve dificuldades em lidar com tais questões.

A problematização dos testes de drogas enquanto mecanismo de controle biopolítico será desenvolvida mais pormenorizadamente em capítulos posteriores. No capítulo a seguir, será apresentada uma discussão sobre as formas complexas como a sociedade moderna tematiza a questão do uso de drogas e álcool.

### **CAPÍTULO 3 – ÁLCOOL E DROGAS ILÍCITAS NAS SOCIEDADES LIBERAIS CONTEMPORÂNEAS**

Uma das questões mais controversas nas sociedades democráticas contemporâneas diz respeito à forma como o álcool e as drogas ilícitas são vistos. Embora exista uma tolerância muito grande em relação ao álcool, no que diz respeito às drogas ilícitas, seja no campo da política, nos discursos oficiais ou no senso comum, as drogas carregam quase automaticamente um sinal de ameaça e perigo que provoca reações variadas e muitas vezes extremas por parte dos indivíduos e das organizações.

Em sociedades onde a liberdade individual é a base da dinâmica do poder, não deixa de ser intrigante que o uso de determinadas substâncias ocupem uma posição social tão ambígua. O programa de testes de drogas lícitas e ilícitas no ambiente de trabalho opera justamente a partir desses marcadores culturais, elegendo o uso de drogas como um critério revelador de risco e perigo. Mas nesse caso o risco e o perigo associados ao álcool e às drogas não vêm dos meros efeitos psicoativos das substâncias no organismo, mas sim daquilo que seu uso revela sobre o indivíduo: alguém que não consegue administrar a sua liberdade em face do peso da responsabilidade individual. Esse capítulo procura traçar algumas questões relevantes para a compreensão da forma como a sociedade liberal contemporânea se relaciona com o tema do álcool e, especialmente, as drogas ilícitas.

#### **Problematizando o “problema das drogas”**

Nas democracias liberais contemporâneas é quase consensual o entendimento público de que as drogas ilícitas representam um problema que precisa ser considerado seriamente pelas autoridades e pela sociedade em geral. Subjacente a esse “problema das drogas” existe uma naturalização da associação entre o termo “drogas” a um conjunto de características que compõem uma imagem extremamente negativa, quase demonizada, atribuída a uma série de substâncias. Portanto, antes de ser descritivo e supostamente neutro o termo “drogas” é carregado simbolicamente, uma construção social a respeito de determinadas substâncias, hábitos e comportamentos a julgamentos morais, avaliações e percepções sociais de questões historicamente situadas.

Desnaturalizar os sentidos *taken-for-granted* que fundamentam os discursos sobre “o problema das drogas” é fundamental para se alcançar as questões de fundo e os significados articulados pelas drogas na sociedade contemporânea. Afinal, reproduzir acriticamente a afirmação de que as drogas são um mal que ameaça a sociedade e que existe um problema “de fato”, significa acomodar-se dentro de um discurso oficial que se por um lado tem se

mostrado capaz de captar recursos e financiamentos para toda sorte de projetos de combate e prevenção do uso de drogas, por outro lado, ao insistir nas mesmas abordagens teóricas e práticas, reafirma incansavelmente sua incapacidade em lidar com a questão.

Refletindo sobre aspectos retóricos do termo, Derrida afirma que:

(...) the concept of drugs is not a scientific concept, but is rather instituted on the basis of moral or political evaluations: it carries in itself both norm and prohibition, allowing no possibility of description or certification - it is a decree, a buzzword (*mot d'ordre*). Usually the decree is of a prohibitive nature; occasionally, on the other hand, it is glorified and revered: malediction and benediction always call to and imply one another. As soon as one utters the word "drugs," even before any "addiction," a prescriptive or normative "diction" is already at work, performatively, whether one likes it or not (DERRIDA, 2003, p.20).

Abrangendo substâncias tão diversas como plantas ou sintéticos químicos que produzem efeitos variados quando ingeridos (estimulantes, sedativos, analgésicos, etc), o rótulo "drogas" é uma construção social que, ao contrário do que supõem os discursos do senso comum ou da política, não pode ser aplicado universalmente, uma vez que se trata de um significado localizado histórica e culturalmente, variando conforme a época e o lugar. Para além do chavão generalista reproduzido *ad nauseam* em publicações oficiais segundo o qual "as drogas têm sido usadas pelos seres humanos desde tempos imemoriais", é importante ter em mente que a noção de drogas nas democracias liberais contemporâneas é o resultado de uma construção social, tem uma história e uma genealogia específicas.

Nas sociedades liberais em geral, substâncias psicoativas associadas ao termo "drogas" têm sido tratadas de maneiras diversas e muitas vezes contraditórias. Enquanto algumas são vistas como a solução para uma série de demandas com as quais a cultura contemporânea pressiona os indivíduos (desde a construção de um corpo belo até a cura e a manutenção da saúde, desde a melhora da qualidade do sono até o incremento do desempenho pessoal e da produtividade no trabalho), outras são demonizadas e responsabilizadas por ondas de violência, criminalidade, problemas sociais, doenças e mortes; enquanto algumas são consideradas perigosas, submetidas a um regime proibicionista estrito e controladas pelo sistema de justiça criminal, outras como álcool, tabaco ou aquelas a que se atribuem utilidades médicas são reguladas de uma maneira completamente diferente. Ainda que etimologicamente a palavra "droga" possa ser ambivalente e indicar tanto medicamentos quanto venenos ou psicoativos ilícitos, o rótulo "droga" na linguagem cotidiana refere-se a um grupo específico de substâncias geralmente marcadas por um regime legal e regulatório de proibição estrita e

às quais se associam significados de perigo e ameaça em vários níveis. Traçando a genealogia desse “conceito regulatório de droga”, Seddon (2016) mostra que ele começa a se consolidar em fins do século XIX, referindo-se às chamadas “substâncias inebriantes” em geral<sup>25</sup> e aplicando-se indiferenciadamente tanto às substâncias opiáceas quanto ao álcool, ao tabaco e até mesmo ao açúcar (SEDDON, 2016, p. 399). Segundo o autor, mais do que simplesmente um novo conceito sobre drogas, esse novo uso do termo revela a emergência de uma problematização inédita na época: o uso habitual de substâncias inebriantes até então podia até ser censurado por organizações como igrejas e movimentos de temperança, mas não era de maneira alguma considerado propriamente um problema social. Do final do século XIX até a década de 1920, a nova utilização do termo “droga” reunirá outras preocupações, especialmente médicas (o potencial viciante da autointoxicação por “substâncias inebriantes” e suas consequências para a saúde), criminais (particularmente através da intoxicação de outros com o intuito de cometer furto, roubo ou ofensas sexuais) e sociais (a ideia de criação de “dependência”, minando a capacidade de autocontrole, a liberdade individual e comprometendo a disposição para o trabalho e a produtividade). Sobre essa preocupação, especificamente, Seddon afirma:

As newly-industrialized societies began to survey and respond to the consequences of the socio-economic transformation that had unfolded in the first half of the nineteenth century, it is unsurprising that practices of self-intoxication which threatened to undermine the capacities of individual citizens could be viewed with alarm. (...) An inability to work has obvious consequences for productive capacity within an industrial society but is also troubling in relation to the idea of individual responsibility which was a central element in nineteenth-century understandings of the liberal subject (SEDDON, 2016, p. 401-402).

Seddon nota que por volta da década de 1920 o novo entendimento de drogas já estava estabelecido e englobava uma grande diversidade de substâncias cuja única característica que compartilhavam entre si era justamente o regime de regulação a que foram submetidas – e não suas propriedades químicas ou qualquer outro elemento intrínseco<sup>26</sup>. O autor destaca que a proibição estrita não deve ser entendida como ausência de regulamentação: ela é por si só um

---

<sup>25</sup> De acordo com o autor, o primeiro registro do uso do termo “droga” nesse sentido data de 1897 em um periódico americano da área de medicina. Após essa primeira aparição, esse novo sentido do termo começa a se proliferar em diversas publicações da área (SEDDON, 2016, p. 398).

<sup>26</sup> O autor descreve pormenorizadamente como se deram os processos de dissociação do álcool, do tabaco e do açúcar dessa nova ideia de drogas, demonstrando que esse desacoplamento se deu principalmente por questões econômicas, mas em grande parte também porque tais substâncias não puderam ser estrategicamente associadas a grupos populacionais específicos (SEDDON, 2016, p. 406-413).

importante tipo de regime regulatório (SEDDON, 2016, p. 425) e como tal constitui em torno de si um conjunto de normas, políticas públicas, estratégias de controle, além de um mercado próprio.

Observando essas novas problematizações que compõem o conceito regulatório de drogas a partir de uma perspectiva mais estrutural, nota-se que elas fazem parte de um repertório mais amplo de preocupações em relação à saúde pública e à segurança que suscitam as estratégias liberais de governo da população. Isso se deve ao fato de que a “invenção” do conceito regulatório de drogas está genealogicamente vinculada à emergência da racionalidade governamental moderna e, conseqüentemente, aos mecanismos biopolíticos que se desenvolvem especialmente a partir do século XIX (FOUCAULT, 2008a; 2008b). Ou seja, as drogas se tornam uma preocupação social no mesmo contexto em que se consolidava uma forma específica de

(...) racionalizar os problemas postos à prática governamental pelos fenômenos próprios de um conjunto de viventes constituídos em população: saúde, higiene, natalidade, longevidade, raças... Sabe-se o lugar crescente que esses problemas ocuparam desde o século XIX e que desafios políticos e econômicos eles vêm constituindo até hoje (FOUCAULT, 2008a, p. 431).

Esse tipo de racionalização governamental biopolítica tornou possível, por exemplo, que o uso habitual de opiáceos deixasse de ser considerado meramente um mau hábito (como fora durante a maior parte do século XIX) e passasse a ser visto como uma doença causadora de dependência no século XX (como será discutido mais adiante, esse mesmo processo levou tal comportamento a incorporar também, ainda mais tarde, a partir da década de 1970, uma carga simbólica de ameaça à integridade individual e à segurança pública). Dessa maneira, a tematização das drogas enquanto uma preocupação pública está ligada aos regimes de poder da governamentalidade e se por um lado muitas das questões que evoca hoje ecoam sua genealogia (por exemplo, a associação do uso de drogas com o vício e a imoralidade; a preocupação com a debilitação da vontade autônoma e capacidade individual para o trabalho produtivo; ou até mesmo o apelo para que o uso de drogas seja tratado como uma questão de saúde ao invés de crime), por outro lado suas configurações atuais estão fortemente vinculadas às experiências sociais cotidianas de medo da violência, crime e desordem social.

### **Insegurança, medo e nova experiência do crime**

Diversos autores apontam que pelo menos desde a década de 1970 o contexto social nos países ocidentais em geral tem sido caracterizado por velozes e profundas transformações nos modos de vida típicos da modernidade e pela perda dos principais marcadores sociais da Modernidade que serviam como referências para a percepção de um mundo relativamente estável (GARLAND, 2008; PRATT, 2007; BAUMAN, 2000), o que gera um cenário de apreensão e ansiedade permanente no qual a insegurança é naturalizada como uma condição de existência.

As práticas sociais características da Modernidade se davam em contextos institucionais de relativa estabilidade e clareza moral que serviam de parâmetros para as condutas sociais. No roteiro típico da Modernidade, especialmente no seu período áureo que vai dos anos pós-guerra até o início da década de 1970, havia uma convergência estratégica entre experiências distintas de socialização institucional: os discursos de instituições como a família, a religião, a educação, o trabalho e o Estado, por exemplo, se reforçavam e se legitimavam mutuamente, favorecendo uma sensação de estabilidade da ordem social, de coerência e continuidade entre as diversas experiências individuais, contribuindo decisivamente para estabelecer laços de confiança fundamentais, responsáveis por aquilo que Anthony Giddens identificou como segurança ontológica (GIDDENS, 1991)<sup>27</sup>.

Se no contexto típico-ideal da Modernidade ocidental a vida cotidiana transcorria num ambiente social de relativa paz e previsibilidade, no mundo contemporâneo, entretanto, o cenário é bastante distinto. A partir da década de 1970 uma série de profundas transformações começa a ocorrer, tanto no nível macro como no micro, alterando completamente o panorama social. Numa tentativa de sintetizar as principais forças transformadoras do período, Garland (2008, p. 185 e ss.) descreve cinco grandes processos que considera os mais decisivos para a dinâmica de tais mudanças: a) reinvenção do capitalismo monopolista na forma de capitalismo de consumo, com o incremento da produção e circulação de bens e a massificação do consumo e do estilo de vida consumista; b) transformações nas estruturas familiares e reconfigurações na constituição dos lares - declínio da fertilidade, aumento do número de divórcios, modelos não nucleares de família, dupla fonte de renda familiar, etc; c) mudanças

---

<sup>27</sup> *A segurança ontológica é uma forma, mas uma forma muito importante, de sentimentos de segurança no sentido amplo (...). A expressão se refere à crença que a maioria dos seres humanos tem na continuidade de sua autoidentidade e a na constância dos ambientes de ação social e material circundantes. Uma sensação da fidedignidade de pessoas e coisas, tão central à noção de confiança, é básica nos sentimentos de segurança ontológica; daí os dois serem relacionados psicologicamente de forma íntima. A segurança ontológica tem a ver com "ser" ou, nos termos da fenomenologia, "ser-no-mundo". Mas trata-se de um fenômeno emocional ao invés de cognitivo e está enraizado no inconsciente (GIDDENS, 1991, p. 95).*

nos processos demográficos e na ecologia social urbana: despovoamento das áreas centrais das cidades, mobilidade da força de trabalho, suburbanização do emprego, decadência dos espaços de convivência pública, declínio da importância dos laços locais e das interações pessoais, etc; d) o impacto social da massificação dos meios eletrônicos de comunicação, alterando os regimes de visibilidade e o papel da experiência direta nos processos de construção de sentido; e) uma “democratização” da cultura e do convívio social: processos de subordinação e declínio da deferência, relações pessoais menos verticalizadas, relaxamento dos controles sociais tradicionais e ascensão de um individualismo moral, etc. Segundo o autor esses cinco grandes processos se deram num contexto em que simultaneamente chegava ao fim um ciclo de afluência econômica que vinha desde o pós-guerra e em que ruía também um importante conjunto de crenças modernas quanto o papel do Estado e às políticas de bem estar como um todo.

Os modos de vida, as estruturas sociais e as sensibilidades associadas à segurança ontológica na modernidade e que, conseqüentemente, davam sustentação e longevidade àquele modelo social, foram dramaticamente transformados, mas essa transformação não se deu de um modelo para outro, de uma referência específica para outra. Tais processos correspondem mais a uma implosão dos padrões sociais, a uma pulverização das referências, do que a uma passagem de um modo a outro. Trata-se daquilo que Bauman (2000) descreveu com muita precisão como o caráter “líquido” do mundo contemporâneo: as formas sólidas e estáveis que sustentavam os modos de vida típicos da modernidade se dissolvem e em seu lugar não surgem novos sólidos, mas apenas estruturas provisórias, múltiplas e fugazes. As instituições que forjaram o *self* moderno já não correspondem a nenhuma expectativa de estabilidade, durabilidade e certeza, deixando os indivíduos vulneráveis não só a rupturas significativas nas suas relações pessoais e sociais, mas principalmente a desmoronamentos internos nos seus próprios quadros de sentido num mundo cada vez menos compreensível (BAUMAN, 2008). Entre a precariedade e a provisoriedade das formas sociais, por um lado e a multiplicação dos referenciais da vida social, por outro, estabelece-se uma crise de representação na qual se torna impossível ver o mundo de forma coerente.

Hoje os padrões e configurações não são mais “dados” e menos ainda “auto evidentes”; eles são muitos, chocando-se entre si e contradizendo-se em seus comandos conflitantes, de tal forma que todos e cada um foram desprovidos de boa parte de seus poderes de coercitivamente compelir e restringir (BAUMAN, 2000).

As profundas alterações sociais, econômicas, políticas e culturais das últimas décadas do século XX deixaram suas marcas por todo o terreno da organização social pós-moderna (GARLAND, 2008, p.202), promovendo agudas transformações que afetam desde as grandes estruturas sociais como a economia global e o modelo de Estado até as intimidades da vida cotidiana dos indivíduos e do próprio self.

Toda transformação social envolve simultaneamente dimensões simbólicas e concretas. Um dos aspectos que mais chama a atenção no processo de mudanças que as sociedades ocidentais vêm experimentando desde as últimas décadas do século XX é aumento consistente nas taxas de criminalidade (GARLAND, 2008; PRATT, 2007). Esse fato parece estar intimamente associado à dinâmica das transformações da pós-modernidade observadas acima, instaurando uma configuração social aparentemente mais propícia ou, pelo menos, mais vulnerável ao crime. Seja como for, o aumento consistente nos índices de criminalidade registrados a partir do final dos anos 60 na maioria dos países industrializados trouxe definitivamente a experiência do crime, direta ou indireta, para uma esfera rotineira da vida das pessoas. Mesmo sem serem vítimas diretas, os indivíduos passam a viver num ambiente em que o crime é uma presença constante – tanto simbólica como concretamente. Conforme Garland (2008), o crime se torna um fato social normal e a convivência com ele gera novas formas subjetividade, de ações e de representações que são incorporadas à percepção naturalizada de mundo dos indivíduos, ensejando uma “nova experiência do crime”.

Entre os anos 1960 e 1990, todo um complexo de fenômenos relacionados se erigiu em torno do crime – notadamente, um medo disseminado do crime, comportamentos rotineiros de cautela, representações culturais e midiáticas popularizadas e uma generalizada “consciência do crime”. Neste sentido, a alta criminalidade – e as reações a ela – se transformou em princípio organizacional da vida diária, parte integrante da organização social. (GARLAND, 2008).

Essa nova experiência do crime é, certamente, atravessada por diversos fatores que implicam numa variação da sua distribuição, de modo que, na prática, a probabilidade de vitimização, o nível de medo ou as crenças sobre as causas e as soluções para o crime, por exemplo, são desigualmente distribuídas entre grupos, regiões, países, etc. O aumento nas taxas de criminalidade registrado nos anos 1970 não significou, de forma alguma, que a distribuição do crime deixou de ser desigual: os mais pobres continuaram sofrendo mais com a vitimização do que os mais ricos, mas num intervalo de poucos anos o medo do crime se tornou uma experiência relevante não apenas para os pobres, mas para a população urbana

como um todo e já no final da década mesmo pequenas atitudes da vida cotidiana, como possuir um automóvel, se deslocar pela cidade ou deixar sua casa vazia, por exemplo, demandavam que os indivíduos levassem em consideração a possibilidade do crime e tomassem certas atitudes para evitá-lo (GARLAND, 2008). O que Garland quer destacar é que a experiência do crime, que era algo excepcional e incomum para a maioria das pessoas, passa a ser próxima e rotineira. O que a noção de uma nova experiência do crime permite compreender é como se deu essa reconfiguração social que alçou o crime a uma posição muito mais relevante do que fora até então<sup>28</sup>: o crime (ou mais precisamente, o medo do crime) se torna um dos eixos estruturantes da vida social na pós-modernidade, simbólica e concretamente.

### **As drogas e a nova experiência do crime**

Quando se afirma que o crime se torna um eixo estruturador da vida social, significa que simbólica e concretamente ele passa a ser uma fonte de sentido para muitas das experiências sociais e individuais da vida contemporânea. Num mundo em que o incompreensível se integra à rotina, em que a possibilidade de qualquer um se tornar uma vítima é constante, a ideia de crime (e tudo aquilo que a ele se associa) torna-se componente importante no quadro interpretativo das pessoas.

Em outras palavras, muito mais do que um fenômeno objetivo da realidade, no contexto contemporâneo o crime se torna uma categoria fundamental de compreensão do mundo, capaz de fornecer símbolos significantes<sup>29</sup> - elementos a partir dos quais os indivíduos definem situações<sup>30</sup> e compartilham uma percepção realidade, permitindo-lhes construir

---

<sup>28</sup> Durante os anos noventa do século XIX e os anos sessenta do século XX, creditou-se ao sistema de justiça criminal o sucesso pelos níveis historicamente baixos nas taxas de criminalidade na Europa e nos EUA. À despeito dessa crença na efetividade do Estado em lidar com o crime, a análise de Garland sugere que é mais provável que o êxito do sistema estatal nessa área fosse, na verdade, mais dependente do que se pudesse supor daqueles controles sociais informais exercidos por instituições como organizações de trabalhadores e igrejas e também por esferas de controle como a família, a vizinhança e os locais de trabalho. Os resultados que muitas vezes se atribuem ao sistema de justiça criminal seriam, nesse sentido, os frutos de todo um contexto social bastante específico e não de um determinado modelo estatal particularmente bem sucedido de política criminal. (GARLAND, 2008).

<sup>29</sup> Símbolos significantes são aquilo que permitem às pessoas compartilharem sentidos comuns entre si dentro de uma mesma perspectiva de realidade. A ideia foi desenvolvida por Mead (1934) para se referir aqueles símbolos que evocam processos interpretativos similares nos participantes da interação. De acordo com ele, nem todos os elementos envolvidos numa situação são elementos simbólicos: o que transforma determinados elementos em símbolos (ou seja, em símbolos significantes) é justamente a sua capacidade comunicacional, permitindo que uma narrativa seja compartilhada e reconhecida por outras pessoas.

<sup>30</sup> A ideia de “definição de situação” foi proposta por W. I. Thomas (1923) para enfatizar que as pessoas orientam suas ações com base no que definem como real – e não a partir de uma “realidade em si”, positiva e inerente. Ou seja, de acordo com essa perspectiva a definição do que é real não é

uma narrativa relativamente lógica que conecte suas experiências individuais e coletivas às estruturas sociais mais amplas, mesmo num mundo em que a complexidade da vida cotidiana parece diluir os sentidos e fragmentar as vivências em segmentos descontínuos.

A ideia de uma “nova experiência do crime”, portanto, não deve ser tomada como uma descrição positiva da realidade social pós-1970, mas como um instrumento analítico que pode ser útil na análise dos processos históricos de casos específicos. Partindo dessa ideia e procurando esclarecer uma categoria tão genérica de “crime”, é importante ressaltar que na experiência cotidiana o termo não se resume a um mero conceito legal: ainda que a noção de “crime” esteja associada a uma certa noção de ilegalidade, sua percepção social não se esgota nem coincide necessariamente com uma definição jurídica. A categoria simbólica “crime” abrange a violência física, ameaças à integridade corporal, à vida ou ao patrimônio<sup>31</sup>, e, principalmente, possui uma forte conexão com o tema das drogas.

Desde o início da política de guerra às drogas, proposta pelo governo Nixon nos EUA e logo alçada também a uma política internacional - inclusive com altas doses de espetacularização midiática -, as drogas passaram a ser duramente criminalizadas e cada vez mais a associadas ao crime e aos perigos num mundo em que a vida social perdia rapidamente suas referências. Em 1971 Nixon declarou que os Estados Unidos viviam uma crise de drogas e, em especial, uma epidemia de heroína e que as drogas eram o inimigo público número um dos Estados Unidos. Seu objetivo mais imediato era explorar politicamente as ansiedades e medos da população americana em relação a uma suposta ameaça representada pelas drogas para legitimar uma reorganização centralizadora na estrutura administrativa do país submetendo as diversas agências e organizações governamentais a uma cadeia de comando cujo poder decisório se concentrasse nas mãos do chefe do poder executivo (EPSTEIN, 1990). Dessa maneira, a guerra às drogas se tornou uma grande política de incitação do medo, difundindo uma percepção social que associava drogas, crime e perigo e instituindo um verdadeiro pânico moral (COHEN, 2011) através de um discurso oficial. Apesar da guerra às drogas jamais ter sido bem sucedida em alcançar seus objetivos declarados, ela jamais foi abandonada por nenhum dos posteriores presidentes americanos. Pelo contrário, os recursos

---

fixa nem pré-existente: as pessoas definem as situações nos próprios processos de interação simbólica em que estão envolvidas e geralmente estas definições refletem o contexto em que se dá a interação e também pressuposições sobre ordem, realidade e normalidade.

<sup>31</sup> Em certos contextos, algumas questões aparecem muitas vezes associadas fortemente à ideia de crime – como violência sexual ou contra crianças; já outras, embora legalmente sejam crimes - como furtos e crimes não-violentos contra a propriedade, corrupção, violência doméstica, violência no trânsito, etc – nem sempre são inequivocamente simbolizadas como crimes, muitas vezes compondo categorias residuais de desordem social como “violência urbana”, por exemplo.

destinados às agências de combate às drogas aumentam exponencialmente desde então<sup>32</sup>, inclusive com a elevação da guerra às drogas ao nível da política externa. Além dos Estados Unidos, muitos outros países desenvolveram suas próprias políticas nacionais de guerra às drogas emulando o modelo americano em todos os aspectos e os meios de comunicação de massa também encontraram na guerra às drogas um grande filão para a exploração do imaginário popular, transcodificando nos produtos da indústria cultural os discursos sociais e políticos que retroalimentam aquele pânico moral (KELLNER, 2001). Enfim, num contexto de nova experiência do crime, as drogas se consolidaram como um dos principais vetores dos medos, ansiedades e angústias do público.

O exemplo da guerra às drogas mostra como as drogas estão inseridas simbolicamente na nova experiência do crime. Isso não deve ser entendido como se a política de guerra às drogas fosse a promotora dessa situação, mas pelo contrário: uma política como essa só pode surgir num contexto em que a insegurança é generalizada e as bases de uma sociabilidade baseada na confiança interpessoal e nas instituições já estão corroídas. A partir da década de 1970 a nova experiência do crime foi atribuindo às drogas uma carga simbólica cada vez mais forte; se até a década de 1960 o uso de psicoativos era um comportamento visto pelo menos com certa ambiguidade (como uma recreação, uma expansão das capacidades criativas e perceptivas, ou ainda como uma atividade social de celebração de relações de afeto<sup>33</sup>), nos anos posteriores a percepção social de tais condutas foi se tornando cada vez menos aberta a interpretações alternativas que escapassem à perspectiva já naturalizada do “problema das drogas”.

### **Nova experiência do crime e a percepção social das drogas no Brasil**

O Brasil também experimenta os mesmos processos de “liquefação” da vida dos quais se tratou anteriormente. As instituições sociais, formais ou informais, já não são capazes de compor um conjunto coerente e estável: trabalho, família, educação, Estado, religião, relações interpessoais, por exemplo, se fragmentam e, em graus variados, só conseguem oferecer aos indivíduos experiências desconectadas umas das outras, tornando-se fontes de instabilidades e fragilidades que repercutem significativamente nas experiências sociais e pessoais.

---

<sup>32</sup> Estima-se que hoje os EUA invistam ao menos de cinquenta e um bilhões de dólares anualmente na guerra às drogas (Drug Policy Alliance).

<sup>33</sup> Kellner analisa como representações culturais positivas, alternativas ou ao menos polissêmicas do uso de psicoativos (ele remete sua explicação a filmes como *Easy Rider* para exemplificar) foram se tornando cada vez mais raras nos meios de comunicação e foram se fortalecendo representações mais fechadas que ligavam tais substâncias ao perigo, à ameaça e mesmo do Mal (KELLNER, 2001).

Várias análises sobre o Brasil contemporâneo dão conta de que a sociabilidade passa por um momento crítico. A vida social já não oferece referências seguras para o comportamento, os laços sociais se afrouxam e as fontes de incerteza se multiplicam<sup>34</sup>. Além disso, pode-se constatar que a sociedade brasileira segue aceleradamente por um processo que Niels Christie chamou de “monoinstitucionalização”: o atravessamento de todas as esferas da vida social por uma só – no caso, a economia de mercado (CHRISTIE, 2011). O efeito desse processo é um esgarçamento ainda maior das relações sociais primárias, tornando o consumo a principal - quando não a única - forma de participação social e desconectando cada vez mais os indivíduos da experiência de uma vida coletiva. Um efeito adicional, mas nem por isso menos importante, é que uma vez que deixa de existir qualquer expectativa de uma existência compartilhada, a única ligação residual entre a população e a esfera pública passa a ser através do tema do crime e da violência – afinal, uma sociedade onde a sociabilidade se enfraquece é, fatalmente, uma sociedade da insegurança.

No panorama das relações interpessoais há uma clara retração da confiança e da solidariedade social – fator especialmente marcante nos centros urbanos brasileiros, onde a experiência de vida em comum e a identificação com uma coletividade representada pela ideia de cidade é cada vez mais rara. Os espaços públicos se tornam ambientes progressivamente mais hostis e ameaçadores. Na série de pesquisas temáticas “Retratos da Sociedade Brasileira” realizada pela CNI-IBOPE (2014), uma recente pesquisa sobre confiança interpessoal mostrou que é grande a falta de confiança entre os brasileiros (62% afirma não ter confiança em outras pessoas e 82% acreditam que em geral as pessoas querem tirar alguma vantagem de suas relações seja honestamente ou não).

Nesse cenário, uma das características mais marcantes da vida cotidiana no Brasil contemporâneo é o medo do crime e da violência. Desde o final da década de 1980, quando altas taxas de criminalidade passaram a se tornar constantes, o tema passou a fazer parte do cotidiano dos brasileiros, instaurando um clima de insegurança e ansiedade permanentes que condiciona a vida social nas cidades brasileiras<sup>35</sup>.

Num país que experimenta uma série de graves problemas – desde uma forte desigualdade social até a precariedade e desorganização generalizada dos serviços públicos -,

---

<sup>34</sup> O passado se torna idealizado na memória das pessoas, sendo cada vez mais comum se referirem à “antigamente” num tom nostálgico e idealizarem uma época em que, supostamente, a vida era menos problemática e a convivência social mais agradável do que atualmente.

<sup>35</sup> A incorporação do tema do crime e da violência urbana no cotidiano da sociedade brasileira coincide com o processo de redemocratização. Após os vinte anos de ditadura militar, as expectativas de construção de uma sociedade democrática justa e pacífica foi tragicamente impactada pela alta criminalidade e pela violência (ZALUAR, 1998).

o medo e a insegurança em relação ao crime e à violência são ingredientes dramáticos que vêm compor o repertório de sofrimentos que aflige os brasileiros diariamente. Como é de se esperar, esses problemas afetam mais duramente os mais pobres, mas também impactam significativamente todos os demais estratos da população brasileira: desde os miseráveis aos mais ricos, crime e violência são questões centrais a partir dos quais os brasileiros compreendem seu cotidiano, orientam suas condutas e dão significado às suas experiências sociais.

É possível afirmar que o Brasil também vivencia uma nova experiência do crime. Mas sendo um acontecimento historicamente situado, é preciso observar que esse processo tem sua dinâmica própria e parte de bases muito específicas e distintas daquelas identificadas por Garland nos casos americano e britânico. As instituições públicas do Brasil nunca inspiraram plena confiança na população, tanto em períodos autoritários quanto democráticos e o Estado brasileiro nunca se configurou como algo que pudesse ser identificado como um Estado de Bem Estar. Em relação ao sistema de justiça criminal, especificamente, verifica-se que se conformou mais como o resultado de casuísmos e contingências do que de planejamento e desenho institucional, de maneira que não é correto afirmar que tenha sido um típico representante do “modernismo penal” (GARLAND, 2008)<sup>36</sup>. Por isso o controle do crime no Brasil sempre se deu mais pela simples brutalidade policial do que por ações orientadas ou coerentes com algum tipo política criminal formal (CHEVIGNY, 2003). Por outro lado, apesar de se tratar de um país com enormes diferenças locais, o fato é que a vida social no Brasil contemporâneo, em todas as suas regiões, seja nas pequenas, médias ou grandes cidades, na área rural ou urbana, foi definitivamente impactada por um complexo de práticas, normas e subjetividades significativamente estruturadas pelo medo do crime e da violência.

Na percepção da vida cotidiana dos brasileiros, a associação simbólica entre a categoria de “crime” e o tema das drogas é fundamental. Pesquisas de opinião demonstram reiteradamente que o público brasileiro considera o crime, a violência e o tráfico de drogas

---

<sup>36</sup> O modernismo penal se refere a um conjunto de práticas e ideias que orientavam as ações do sistema de justiça criminal a partir de uma perspectiva coerente com os ideais do bem-estarismo, direcionando as atividades do sistema mais para a reabilitação do que para meras punições retributivas e entendendo o Estado era responsável não só pela prevenção do crime, punição e reabilitação do criminoso, mas também pelo seu bem estar. Nesse sentido, inspirou um conjunto de práticas e institutos jurídicos que, interligados, deram ao sistema de justiça criminal a feição de uma verdadeira rede institucional voltada para o objetivo principal de reabilitar o condenado e ampará-lo no seu processo de reintegração ao convívio social. Ainda que se trate de um modelo típico-ideal, o sistema de justiça inspirado pelo modernismo penal tinha coesão e consistência com a atuação estatal como um todo na medida em que articulava dentro do campo penal experiências coletivas e compromissos institucionais e culturais extrínsecos a ele (GARLAND, 2008, p.104).

como os principais problemas em todas as regiões do país. Até 2011, por exemplo, pesquisas mostravam que o crime ocupava o segundo lugar e as drogas o terceiro no ranking de preocupações dos brasileiros, ficando atrás apenas da saúde - ainda que quando somados os percentuais de ambos eles passassem a ocupar o topo das preocupações, estabelecendo a “segurança pública” como a maior preocupação (Pesquisa CNI/IBOPE, 2011). No ano seguinte as drogas já figuravam no posto de principal problema nacional na percepção dos brasileiros, tendo a violência aparecido em segundo lugar (Pesquisa CNI/IBOPE, 2015)<sup>37</sup>. As pesquisas constataram ainda a insatisfação da população com a segurança pública, dirigindo essa insatisfação ao Congresso Nacional e ao Poder Judiciário (dimensões política e jurídica do Estado) e ao mesmo tempo enaltecendo a importância da atuação da polícia - destacadamente da Polícia Federal - e das Forças Armadas (a dimensão de força física do Estado, a autoridade imposta, muitas vezes de forma violenta, pelos agentes que lidam diretamente com tais problemas). O combate ao tráfico de drogas foi apontado pela maioria como a ação de segurança pública mais importante – o que permite constatar a centralidade do tráfico na percepção pública sobre a criminalidade, de forma que o combate às drogas passa facilmente a significar o combate ao crime em geral e, por extensão, à incerteza e à insegurança generalizada que a população experimenta (Pesquisa CNI/IBOPE, 2011).

Independentemente da sua maior ou menor gravidade ou até mesmo de serem ou não problemas de fato, o que essas pesquisas revelam é a importância que as drogas (e a violência) têm como elementos centrais da nova experiência do crime no Brasil, ocupando um lugar decisivo na percepção da população e na sua interpretação de mundo. Levando em consideração o conhecido aforismo de Thomas segundo o qual “se os homens definem situações como reais, elas são reais em suas consequências” (THOMAS, 1928, p. 572), pode-se concluir que no Brasil as drogas são um elemento simbólico significativo nos processos de definição de situação e no compartilhamento daquilo que se entende como sendo a realidade cotidiana.

Investigando as percepções populares sobre o crime, o criminosos, as instituições e o governo no Brasil, Alba Zaluar (1994) realiza um diagnóstico da vida social no Brasil contemporâneo muito parecido com aquilo que Garland definiu como uma nova experiência do crime: altas taxas de criminalidade e violência presentes no dia-a-dia dos brasileiros, criando uma base concreta para sentimentos permanentes de medo e terror no cotidiano

---

<sup>37</sup> A preocupação com a saúde caiu para quarto lugar no ranking de principais problemas, sendo o terceiro lugar ocupado pela corrupção. Curiosamente, a mesma pesquisa mostra que apesar disso, a maior parte da população apontou que a prioridade do governo deveria ser a melhoria dos serviços de saúde (Pesquisa CNI/IBOPE, 2015).

popular, desconfiança em relação às instituições oficiais e incapacidade do Estado em lidar de alguma forma efetiva com o problema (ZALUAR, 1994, p. 242), deixando os indivíduos à mercê de suas próprias forças e estratégias para se protegerem. Ela constata também uma convergência não aleatória entre a consolidação do Brasil como uma economia de mercado e um processo de enfraquecimento das formas de solidariedade social e dos controles morais típicos de uma sociedade desigual e hierarquizada como é a sociedade brasileira. Os problemas que esse processo traz são ainda maiores quando se observa que tais valores sociais e as formas de sociabilidade tradicionais perdem sua força sem serem substituídos por uma nova ordem ética que possa equilibrar o individualismo dentro de uma ordem social mais liberal e dialógica (uma liquefação, para usar aqui a expressão que Bauman usa para descrever essa experiência de modernidade, conforme visto anteriormente). Sua pesquisa, realizada na cidade do Rio de Janeiro, mostrou que nesse cenário acontece um intrigante processo envolvendo a percepção pública sobre as drogas: ainda que a população tenda a interpretar a criminalidade em geral e os problemas sociais sob a perspectiva racional (ou seja, atribuindo a aspectos sociais e institucionais a origem de muitos problemas que vivenciam no dia a dia), no que diz respeito especificamente às drogas e às questões relacionadas a elas a explicação tende a ser diferente. Ao invés de associarem tais questões a aspectos sociais e institucionais passíveis de intervenção por meio de reformas e políticas públicas, as drogas são inseridas em uma ordem sobrenatural, vistas como sendo o Mal absoluto. Esse processo, que Zaluar chamou de “reencantamento do Mal” (ZALUAR, 1994), não seria exclusivo do Brasil, mas estaria em cursos em várias sociedades contemporâneas.

Hoje, alguns fenômenos intrigantes têm acontecido em todo o mundo, apontando para um processo de reencantamento do mal e o reaparecimento das dicotomias nítidas entre o bem e o mal em economias de mercado há muitos séculos estabelecidas. (...) Não se trata mais apenas de criminosos ou maus elementos identificados com a desordem ou o descontrole social, mas de uma encarnação de entidades diabólicas a ameaçar o reino de Deus (ZALUAR, 1994, p. 240).

A autora destaca que tal processo de reencantamento é muito específico: não se trata de enxergar as drogas como um elemento cultural ambíguo ou dicotômico onde se misturam o bem e o mal (como no caso de entidades de religiões afro-brasileiras tais como os exus, por exemplo), mas antes de associar as drogas ao mal absoluto e inequívoco (o diabo cristão).

Inscritas nesse registro de uma moralidade absoluta, as drogas aparecem como o vetor simbólico da irracionalidade, dos medos, das angústias e da incompreensibilidade de um mundo em “déficit de regulação normativa” (BAUMAN, 2008), ou seja, uma reação à

experiência na qual todo um conjunto de referências para as condutas sociais e pessoais – como os valores tradicionais e hierárquicos no Brasil – perde a sua força normativa e deixa de funcionar, sem que em seu lugar surja algum outro para substituí-lo. A angústia causada por essa situação vem do fato de que as referências e fontes de moralidade não desaparecem, mas, pelo contrário, se multiplicam e se diversificam ao mesmo tempo em que perdem a sua força: as referências são múltiplas e já não existe uma base para escolher entre elas. O reencantamento do Mal está associado a esse mal-estar e ao anseio por uma moral definitiva, pela restauração da ordem social numa sociedade de mercado: *O mal e o bem absolutos tornaram-se uma preocupação pós-moderna* (ZALUAR, 1994, p. 241). A percepção pública das drogas como o vetor do mal aponta o lugar problemático que elas ocupam na sociedade brasileira – e nas sociedades ocidentais em geral –, onde o poder se consolida sob um regime de governamentalidade liberal/neoliberal. Em tais regimes o governo se dá justamente através da liberdade, com a responsabilização individual e comunitária pelas escolhas, pelas decisões morais, pelo controle social, pela administração dos riscos; porém, como a própria Zaluar já indicava, parece ser muito contraditório que nas sociedades onde a liberdade de consumo é um dos pilares da atividade econômica e da participação social, onde “os consumidores vivem para o próximo prazer”, exista uma categoria de produtos cujo mercado seja absolutamente controlado por uma lei que criminaliza sua produção, comércio e consumo (ZALUAR, 1994, p. 249).

### **O “problema das drogas” e a governamentalidade liberal**

As democracias liberais são o resultado de um arranjo específico de práticas de poder que foi descrito e caracterizado por Foucault como “governamentalidade” (FOUCAULT, 2008b). No regime governamental, especialmente em sua configuração biopolítica contemporânea, as práticas de poder não agem para tolher ou reprimir o exercício das liberdades, mas se articulam para a administração dos próprios interesses dos indivíduos – ou, na expressão foucauldiana, para a “condução das condutas” dos sujeitos livres dentro dos limites daquilo que se define como liberdade.

Em um regime de poder cujo fundamento justamente na incitação das liberdades, é de se estranhar que um tema como o das drogas seja cercado de tabus e proibições. Mas é justamente nas democracias liberais que o governo das drogas se torna uma questão fundamental, ainda que pareça uma contradição: ao invés de facilitar a administração individual das liberdades de consumo e a autonomia das escolhas em relação ao uso de drogas, as práticas de governo (sejam elas estatais ou não) tendam a se configurar como

intervenções diretas e coercivas que exacerbem as dificuldades dos usuários quando eles tentam avaliar e administrar seus riscos. De fato, nada disso parece ser compatível com os modelos neoliberais de condução das condutas.

No horizonte social das democracias liberais contemporâneas, as drogas evocam um sentido quase automático de perigo, ameaça e medo. Qualquer situação ou narrativa que traga imagens de produção, comércio ou consumo de drogas ilícitas tende a ser imediatamente enquadrada e compreendida como um problema grave, sem abertura para interpretações (SUTTON, 2000). O significado social das drogas enquanto um problema parece ter se tornado algo evidente, um sinal absoluto de negatividade e fechado a leituras alternativas. Toby Seddon (2010; 2016) argumenta que embora a associação causal das drogas a problemas sociais e pessoais graves seja naturalizada hoje, essa ideia é relativamente recente, surgindo a cerca de pouco mais de cem anos atrás, juntamente com o conceito regulatório de drogas e ligada à consolidação do regime de poder governamentalizado típico das democracias liberais.

(...) the central point is that ‘drugs’ is an ‘invented’ governmental category, in the sense of one actively constructed by human beings for specific governmental purposes, which has arisen relatively recently in the context of the emergence of modern industrial capitalism (SEDDON, 2010, p. 5).

Nas democracias liberais contemporâneas as liberdades (principalmente a liberdade de consumo) são a chave para o exercício do poder (FOUCAULT, 2008) <sup>38</sup>. Maximizar a liberdade dos indivíduos e limitar as intervenções sobre sua ação livre é a principal proposta do liberalismo, sendo o sujeito liberal idealmente entendido como um indivíduo relativamente autônomo capaz de se autogovernar exercitando a sua própria vontade. Nesse contexto realmente parece um contrassenso que a liberdade de consumo dos indivíduos seja cerceada no que diz respeito a uma categoria específica de bens de consumo – como é o caso das drogas - e que ao invés de facilitar o autogoverno individual, a ilegalidade das drogas e o investimento em intervenções diretas e coercivas por parte de diversas instâncias de governo (estatais ou não) pareçam fazer justamente o oposto: em relação às drogas a intervenção sobre a conduta livre é cada vez maior e a administração individual é menor, ao contrário do que ocorria a cerca de cem anos atrás. Sutton, (2000) alerta para o fato de que mesmo se do ponto

---

<sup>38</sup> É significativo que, ainda que na prática a racionalidade econômica neoliberal não tenha se traduzido em programas políticos em relação aos psicoativos na maioria dos países, os grandes ideólogos do neoliberalismo (como Milton Friedman, por exemplo) fossem a favor da reforma das leis de drogas (SUTTON, 2000).

de vista do contexto cultural do consumismo pós-1970 os esforços para se alcançar uma ordem social livre de substâncias psicoativas possam parecer esforços fúteis, tentativas desesperadas de se agarrar a um sistema moral anacrônico de valores absolutos, essa desqualificação do proibicionismo dificilmente faz justiça às complexidades das políticas de drogas contemporâneas e às forças subjacentes ao exercício proibicionista. O autor crê que uma análise mais robusta precisa levar em conta a associação simbólica das drogas aos medos difusos e incertezas sociais contemporâneos, bem como ao seu papel estratégico nos mecanismos concretos da governamentalidade liberal.

Substâncias psicoativas sempre foram dotadas de significação cultural e política (religião, cerimônias de hospitalidade, etc), estando também fortemente ligadas a práticas sociais de exclusão, especialmente durante períodos de turbulência política e econômica em que um grupo precisava receber a marca do “outro”, de portador de uma ameaça - como, por exemplo, a proscricção do uso do ópio quando esse era um hábito comum entre os trabalhadores chineses imigrantes que representavam mão de obra barata em muitos países (SUTTON, 2000). Nesse sentido, o pânico moral em relação às drogas (a ênfase em relação a substâncias específicas, efeitos, modos de consumo e etc) e a estigmatização de grupos associados a elas revelam preocupações mais profundas com a disrupção da ordem estabelecida.

De acordo com Mary Douglas (1991) em todas as sociedades alimentos e drogas são usados como elementos simbólicos dentro de sistemas complexos de comunicação não-verbal, sendo que qualidades consideradas negativas – como impureza, sujeira e perigo – tendem a ser atribuídas à substâncias que estão “fora do lugar” em relação às estruturas dominantes de classificação (a denúncia recorrente da sujeira dos usuários e dos locais de uso crack, por exemplo, mostra como esse sistema não-verbal está presente também nas sociedades desenvolvidas). Segundo ela, ainda que um sistema cultural dominante use recursos dessa natureza para proteger suas fronteiras contra elementos percebidos como ameaças externas, nem todos os tabus culturais podem ser entendidos nos termos desse modelo simples, uma vez que conceitos sujeira e perigo também podem ser invocados quando o sistema vivencia conflitos consigo mesmo. Para Sutton (2000) essa ideia ajuda a entender grande parte dos impulsos proibicionistas que continuam a dominar as políticas ocidentais antidrogas.

Historicamente, o ímpeto inicial do proibicionismo esteve ligado a conflitos interculturais, mas sua força contínua, entretanto, deriva de tensões inerentes às próprias sociedades liberais contemporâneas. A proibição do álcool nos Estados Unidos em 1919, por exemplo, teve sua origem indubitavelmente em conflitos interculturais: um grupo específico -

protestantes rurais cujos estilos de vida de abstinência e austeridade derivavam quase diretamente dos puritanos que fundaram os primeiros assentamentos na nova Inglaterra - via o hábito do uso recreacional de álcool em conflito direto com seus valores culturais de autocontrole, diligência e impulso de renúncia. A proibição do álcool representou uma ação política desesperada desse grupo para reafirmar simbolicamente seu papel de liderança e a supremacia do seu estilo de vida e crenças numa sociedade que experimentava sinais de urbanização e industrialização progressivas. Foi uma vitória fugaz, rapidamente superada por estilos de vida modernos nos quais as atividades de consumo são tão importantes social e economicamente quanto às de produção.

Embora seja verdade que no ocidente a batalha para banir o álcool foi perdida, frentes contra outras drogas são mantidas com vigor inabalável. Se a ética calvinista rejeitava os prazeres da carne porque eles poderiam desviar as pessoas do imperativo fundamental de descobrir seu destino eterno através do envolvimento sistemático com o mundo material (WEBER, 2004), a governamentalidade neoliberal, não menos do que a ética calvinista, confronta cada indivíduo com a responsabilidade por estabelecer o “sentido” da sua própria vida por si mesmo. Nas sociedades predominantemente seculares do neoliberalismo o aqui agora, a vida presente, se torna tudo que existe: num ambiente de déficit de regulação normativa, as mesmas infinitas possibilidades com as quais os indivíduos são permanentemente instigados criam para eles dilemas constantes e tensões permanentes entre muitas escolhas a fazer sem nenhuma referência moral que os oriente como decidir.

Dadas essas tensões, não é difícil entender por que a governamentalidade liberal exhibe profundas ambiguidades em relação às drogas. As incitações constantes do estilo de vida contemporâneo pressionam os indivíduos a participarem de uma cultura hedonista, de uma economia de prazeres que podem ser acessados via consumo. Simultaneamente, porém, essa tendência também é minada por preocupações quanto a necessidade de se manter a racionalidade e o equilíbrio emocional adequados para as funções produtivas e as atividades sociais. Estas preocupações podem reforçar a tendência para utilizar drogas de formas bastante diferentes: não como mercadorias, mas como componentes críticos em uma sintaxe cultural tácita que fornece pistas sobre a estabilidade individual e social e sobre potenciais ameaças à ordem (SUTTON, 2000, p. 174)<sup>39</sup>.

---

<sup>39</sup> Estereótipos populares associados com a produção, distribuição e consumo de drogas ilícitas são testemunhas da importância desse simbolismo. O estereótipo do viciado, por exemplo, traz uma carga negativa definitiva de um indivíduo marcado pela perda do equilíbrio da vida e do corpo saudável e pelo consumo obsessivo.

De uma perspectiva cultural, os aspectos envolvendo o tratamento dispensado às drogas nas democracias liberais contemporâneas exibem claros sinais de um sistema em conflito consigo mesmo (DOUGLAS, 1991). Embora a periculosidade atribuída às drogas ilícitas seja claramente arbitrária e exagerada, o mais importante é perceber de que maneira elas se articulam como símbolos significantes empregados pelos indivíduos para compartilhar entendimentos não verbais sobre o mundo em que a sociabilidade é cada vez mais precária. Sutton chama a atenção para o fato de que o aparente contrassenso representado pela proibição das drogas nas sociedades liberais democráticas acaba por revelar-se uma estratégia da própria governamentalidade: ao estender às drogas de uma perspectiva simbólica e cultural elas se tornam parte de um conjunto de técnicas sociais de avaliação da confiança, aplicadas pelos indivíduos, grupos e organizações no exercício de seu autogoverno para julgarem a possibilidade ou impossibilidade de cooperação e para incluir ou excluir indivíduos ou grupos específicos associados ao risco. Se é verdade que, embora de maneiras complexas, o local simbólico das drogas nas democracias liberais reflete os medos e incertezas da vida social contemporânea, também é verdade que, além disso, elas respondem às necessidades operacionais do regime de poder na governamentalidade liberal (SUTTON, 2000, p. 177).

### **O dependente e o indivíduo responsável: o programa de teste de drogas como mecanismo de controle social**

De uma perspectiva foucauldiana o liberalismo não deve ser entendido como uma doutrina e muito menos uma ideologia, mas antes como uma forma de governo, um conjunto de técnicas para governar as condutas humanas. Dentro da governamentalidade liberal, a liberdade não é uma aspiração universal da condição humana, tampouco tem significação ideológica ou política, mas sim governamental e prática: a liberdade é simplesmente uma técnica de governo (FOUCAULT, 2008b). Na governamentalidade liberal, pela primeira vez, a arte de governar foi associada à prática da liberdade, de maneira que, analiticamente, o governo não deve ser contraposto à liberdade como algo que interfere ou limita a vontade individual, uma vez que o fluxo de poder, o governo, se dá justamente através dela (SEDDON, 2010, p. 10).

O local simbólico ocupado pelas drogas nas sociedades contemporâneas permite a construção de uma imagem da liberdade em negativo, ou seja, do que um indivíduo se torna quando ele não consegue governar a si mesmo: muito mais do que o drogado, a imagem aqui é a do “dependente” (imagem que agrega uma série de conotações e valores sociais contrários à autoadministração da liberdade). Nesse sentido, de fato as drogas atendem a necessidades

operacionais da governamentalidade liberal: por um lado elas fundamentam um mecanismo simbólico de avaliação da confiança num contexto em que a sociabilidade é precária; por outro, elas delineiam o negativo do modelo normalizado de liberdade através da imagem da dependência, o que permite aos indivíduos valorizarem espontaneamente a autonomia e a vontade própria através da qual o poder se exerce nos contextos liberais.

Enquadrado sob essa perspectiva, o programa de prevenção ao uso de drogas lícitas e ilícitas estudado nesse trabalho pode ser visto como um exemplo concreto de um mecanismo de governamentalidade em ação. Como visto anteriormente, o funcionamento do programa não demonstra nenhuma pretensão disciplinar, ou seja, o programa não existe para mudar a conduta dos funcionários ou para inculcar neles qualquer tipo de moralidade. O que o programa faz é justamente explorar simbolicamente o significado social das drogas e do álcool como sinais de perigo e usar isso dentro de um mecanismo de governo. Por um lado, o programa produz o efeito de criar uma espécie de “sociabilidade artificial”, ou seja, a percepção de um ambiente sanitizado, livre de drogas e, portanto, frequentado apenas por pessoas que sabem administrar sua liberdade com responsabilidade, onde os indivíduos podem ter a confiança mínima necessária uns nos outros para exercerem suas funções<sup>40</sup>. Por outro lado, o programa reafirma o valor da liberdade e da autonomia individual, articulada à ideia de responsabilidade. O uso de álcool e, especialmente, de drogas ilícitas, é reforçado como um sinal de incapacidade individual em assumir responsabilidades, principalmente a responsabilidade por si mesmo enquanto indivíduo: nesse sentido, a percepção social prevalente é que onde há mais governo (responsabilidade individual), há mais liberdade.

Dessa maneira, o programa de testes de drogas permite observar de perto um mecanismo governamental em seu pleno funcionamento. Tendo apresentado a discussão sobre a perspectiva foucauldiana de poder e seus arranjos governamentais (capítulo 2) e problematizado o papel do álcool e principalmente das drogas ilícitas como vetores simbólicos do medo e da insegurança (capítulo 3), pode-se começar a perceber de que maneira o programa pesquisado (apresentado de forma geral no primeiro capítulo) enquanto um mecanismo de controle social. No capítulo seguinte, serão apresentadas algumas discussões teóricas a respeito do controle social contemporâneo. Esse referencial teórico irá fundamentar a interpretação dos dados da pesquisa, que serão apresentados posteriormente.

---

<sup>40</sup> Muito da “segurança” que os funcionários afirmam que o programa traz para o ambiente de trabalho pode ser entendida como essa confiança mínima de que, se não há empatia ou sociabilidade no dia a dia da empresa, há pelo menos a garantia de que os indivíduos que convivem naquele mesmo ambiente não são “dependentes” – no sentido amplo da palavra.

## CAPÍTULO 4 – CONTROLE SOCIAL E VIGILÂNCIA

Os capítulos anteriores apresentaram dois temas convergentes. No primeiro capítulo, a perspectiva foucauldiana sobre o poder e o governo das liberdades no contexto do biopoder. No segundo capítulo, uma problematização do tema das drogas, cuja emergência se dá simultaneamente ao desenvolvimento das técnicas governamentais de administração das liberdades nas democracias liberais. Esse capítulo reúne questões apresentadas nos capítulos anteriores para discutir questões relacionadas ao tema do controle social, contextualizadas como sendo as formas típicas de produção de efeitos de poder em um regime governamental biopolítico e que fundamentam muitas das técnicas governamentais de administração das liberdades na sociedade contemporânea.

Umas das formas através das quais o controle social se concretiza nas sociedades contemporâneas é através da vigilância. Nesse capítulo, a vigilância também será apresentada enquanto um objeto sociológico e serão discutidas algumas tentativas de teorização da mesma. Ao final, propõe-se que o programa de testes de drogas no ambiente de trabalho pode ser abordado enquanto um mecanismo representativo desse tipo de controle social.

### Apresentação

Nas sociedades contemporâneas o poder se organiza sob um regime específico que Foucault denominou “governamentalidade”. Conforme visto no capítulo 2, a governamentalidade se refere a um tipo de racionalidade de poder específica que vem se sedimentando desde o século XVIII, atravessando todas as formas de pensamento e ação políticos, *o conjunto constituído pelas instituições, os procedimentos, análises e reflexões, os cálculos e táticas que permitem exercer essa forma bem específica, embora muito complexa, de poder* (FOUCAULT, p.143, 2008b). A dinâmica do poder sob esse regime se articula através de mecanismos, técnicas e tecnologias voltadas para o controle de processos populacionais, de maneira que as sociedades organizadas a partir de uma perspectiva governamental possuem uma forma particular de definir o que seriam aqueles “problemas” aptos a serem governados, partindo de um *a priori* político que define as tarefas de governo em termos de supervisão calculada, de administração e de maximização das forças de cada um e de todos (MILLER & ROSE, p.40, 2012).

Na governamentalidade o tema da liberdade é de vital importância. A preocupação com a gestão das liberdades atravessa os mecanismos de poder, que se propõem incessantemente a administração e a organização das condições em que se exerce a liberdade

num contexto democrático<sup>41</sup>. Ainda que os discursos do próprio poder governamental naturalizem a ideia de liberdade, analiticamente, é importante evitar a armadilha essencialista que acaba por aprisionar até mesmo muitas das avaliações políticas e reconhecer desde logo que a “liberdade” não é de forma alguma um atributo natural, uma essência ou uma verdade reprimida pelo poder, mas algo fabricado, constituído e modulado pelo próprio poder. Instigar permanentemente os indivíduos a agirem, incitá-los constantemente a fazerem escolhas, a se autoafirmarem como indivíduos não-dependentes através de sua capacidade de escolher é o que torna os mecanismos de controle social tão importantes no processo de fabricação/administração das liberdades e das condutas dos sujeitos livres. Por esse motivo, aliás, como visto no capítulo anterior, o álcool e, principalmente, as drogas ganham fortes conotações negativas nos contextos sociais governamentalizados: a adicção e a dependência são simbolicamente carregadas com a perda da liberdade, da capacidade de administrar a própria vida e tomar decisões por si mesmo. Mecanismos de controle que explorem essa relação simbólica, como o programa de testes de drogas lícitas e ilícitas, produzem efeitos significativos em seu público alvo.

Apoiando-se fundamentalmente na premissa da liberdade individual, técnicas, práticas e ações racionais são conduzidas por uma multiplicidade de agências e autoridades de muitas naturezas (pois Foucault demonstra o Estado é apenas mais um entre tantos outros atores e que o poder não se concentra em nenhum), empregando tecnologias e saberes diversificados com o objetivo de governar as condutas por meio de uma atuação sobre os desejos, aspirações, interesses e crenças de indivíduos livres. Miller & Rose (2012) afirmam que a racionalidade do poder nas democracias liberais atuais (que eles conceituam como “liberalismo avançado”) se diferencia tanto daquela que prevaleceu no modelo do liberalismo clássico (cujo foco eram indivíduos supostamente racionais e autônomos) quanto do liberalismo social bem-estarista (cuja premissa era bem-estar da sociedade como um todo, formada pelo conjunto de cidadãos portadores de direitos e garantias): a racionalidade governamental contemporânea desenvolve mecanismos de controle voltados não para indivíduos racionais, nem para a coletividade de sujeitos de direito, mas para o governo das próprias liberdades e da capacidade de fazer escolhas individuais de cada um; em outros termos, na sociedade atual os efeitos governamentais de poder se dão através da exploração de agentes sobrecarregados de responsabilidades pela gestão das próprias vidas.

---

<sup>41</sup> As discussões sobre a diferença entre a perspectiva foucauldiana de poder e a perspectiva clássica das ciências sociais, bem como sobre a interdependência entre poder e liberdade na proposta de Foucault são feitas no capítulo 2 deste trabalho.

Por isso as fórmulas contemporâneas de governo se propõem constantemente governar sem intervir, governar pela incitação, ou, como descrevem Miller & Rose (2012), “governar sem governar a sociedade”. Seus alvos são:

(...) as escolhas controladas dos cidadãos individualmente, agora interpretados como agentes de escolhas e de aspirações à autorrealização e à autossatisfação. Os indivíduos devem ser governados mediante sua liberdade e não como átomos isolados da economia política clássica nem como cidadãos da sociedade, mas como membros de heterogêneas comunidades de lealdade, à medida que “comunidade” emerge como um novo jeito de conceituar e administrar as relações morais entre as pessoas (MILLER & ROSE, 2012, p. 35).

Os objetos do poder não se tratam mais de indivíduos racionais auto-interessados nem de cidadãos portadores de direitos: as técnicas de governo agora se voltam para a gestão das liberdades e da autorresponsabilização dos indivíduos pelas suas próprias escolhas e pela administração de suas vidas. Nesse panorama as capacidades de autocontrole dos indivíduos, ou mais especificamente, a sua responsabilização permanente pela administração de sua própria vida e pela gestão da sua liberdade, transformaram-se efeitos de poder decisivos, condições fundamentais para o funcionamento das democracias liberais atuais.

Na governamentalidade a vida como um todo se submete ao campo de controle pelo saber e de intervenções pelo poder, exercidos através de uma grande variedade de técnicas e agências diversas, muitas delas desassociadas de qualquer órgão formal do Estado, atuando no sentido de governar os processos da vida dos indivíduos e organizações por meio de aspectos heterogêneos, mas estrategicamente coerentes. Esse investimento da vida pelo poder, que Foucault caracterizou como um tipo de governamentalidade biopolítica, representa a superação da tradicional dicotomia Estado/Sociedade em direção a uma perspectiva que privilegia a economia política da vida em geral, num processo de alinhamento constante de processos vitais, condutas pessoais e padrões sociopolíticos mais amplos. As tecnologias biopolíticas, ao contrário das disciplinares, não são individualizantes: não é sua intenção penetrar os indivíduos em seus corpos e sua moralidade para formatá-los segundo um modelo normativo ideal. Ao contrário, elas se desenvolvem para a regulação de fenômenos de outra escala, fenômenos que se dão no nível populacional, administrando as liberdades ao invés de transformar as subjetividades. Por isso, num contexto biopolítico, os mecanismos de controle social ocuparão sempre uma posição decisiva, afinal são eles os principais suportes para tal arranjo de poder.

### **Controle Social: da normalização às práticas atuariais**

O controle social é um tema importante para a compreensão da sociedade contemporânea. Enquanto mecanismos vinculados arranjos específicos de poder, as mudanças observadas nas formas de exercício do controle social ao longo das últimas décadas estão associadas a transformações mais amplas no panorama das sociedades atuais.

Ao longo da análise foucauldiana das formas de poder, a ideia de controle social designou num primeiro momento uma série de mecanismos de vigilância normalizadores que, idealmente, operariam por meio da vigilância, punição e a correção dos desvios, referindo-se à vasta gama de técnicas disciplinares individualizantes<sup>42</sup>. Uma das referências conceituais mais utilizadas em estudos sobre o controle social dessa natureza é a do panóptico. Como descrito no capítulo 2, o panóptico se refere a um *design* arquitetônico que havia sido sugerido por Jeremy Bentham e em cujos princípios estruturais Foucault enxergou um modelo sociológico adequado para descrever as práticas e aspirações do poder disciplinar. O desenvolvimento das sociedades inspiradas em pretensões disciplinares, segundo Foucault, ocorreu entre os séculos XVIII e XIX e seu apogeu se deu no século XX. Baseadas em instituições de confinamento, essas sociedades reproduziam os princípios panoptícistas em suas principais organizações – não só na prisão, como constava no projeto benthamiano, mas também nas fábricas, escolas, hospitais, quartéis –, nas quais o poder se revestia de intenções disciplinares e cada uma delas, através de suas regras e normatividade, servia como moldes para a constituição das individualidades e para a produção de “corpos dóceis” (FOUCAULT, 2010b).

O modelo panóptico tem inspirado muitos estudos sobre as mais diversas técnicas e práticas de vigilância contemporâneas – desde o uso de bases de dados até meios eletrônicos ou circuitos fechados de televisão. Entretanto, enquanto perspectiva analítica, o panopticismo implica muitas vezes pode deixar de observar qualidades importantes do controle social atual, além de superestimar alguns fatores como os aspectos tecnológicos e a prevalência das intenções dos “sujeitos” sobre os “objetos” vigiados<sup>43</sup>.

---

<sup>42</sup> Conforme discutido no capítulo 2, ao contrário de apropriações mais apressadas de sua obra afirma, Foucault deixou claro que aquilo que ele chamou de sociedade disciplinar nunca foi uma sociedade disciplinada: à despeito do valor analítico do termo “sociedade disciplinar”, concretamente a disciplina foi apenas uma utopia da sociedade moderna (FOUCAULT, 2006, p. 343).

<sup>43</sup> Nesse sentido, Mathiesen aponta que análises que se esgotem no modelo panóptico não são capazes de captar a dinâmica do poder – principalmente quando os meios de comunicação de massa se tornam proeminentes. Ele desenvolve o conceito de “sinóptico” como um instrumento analítico complementar ao panóptico (MATHIESEN, 1997).

O próprio Foucault foi explícito em vários momentos quanto às abordagens equivocadas de sua análise e o erro de se reduzir a análise do poder ao modelo do panóptico ou a uma perspectiva disciplinar. No quarto volume de *Ditos & Escritos*, por exemplo, ele afirma:

E aqui é fácil mostrar que as análises do poder conduzidas por mim não se reduzem de modo algum a essa figura, nem mesmo no livro em que eles [seus críticos] foram tentar encontrá-la, quer dizer, em *Vigiar e punir*. De fato, se mostro que o panóptico foi uma utopia, uma espécie de forma pura elaborada no final do século XVIII para fornecer a fórmula mais cômoda de um exercício constante do poder imediato e total, se portanto eu fiz ver o nascimento, a formulação dessa utopia, sua razão de ser, é verdade também que mostrei, imediatamente, que se tratava, em termos precisos, de uma utopia que nunca funcionara tal como ela fora descrita e que toda a história da prisão - sua realidade – consiste justamente em ter sempre passado ao largo desse modelo (FOUCAULT, 2006, p. 273).

Muito dessa confusão talvez se deva, em grande parte, pela forma como o próprio Foucault empregava os termos “controle social” e “disciplina”, muitas vezes dando a entender que se referiam ao mesmo tipo de mecanismo. Posteriormente, especificamente após o primeiro volume de *História da Sexualidade* em 1976, o próprio Foucault passa a tratar os termos de maneira mais específica, deixando claro que o controle social articula mecanismos de aplicação e produz efeitos de poder totalmente diferentes daqueles pretendidos pela disciplina<sup>44</sup>. Desvincular a noção de controle das análises disciplinares permitiu a Foucault afirmar o controle social mais do que vigilância e punição, mas um exercício de constituição de populações e categorização social que está na base de economia de poder biopolítico que gerencia a sociedade em função da classificação de riscos.

Convencionalmente as análise fundamentadas na perspectiva panóptica pressupõem que o poder seja exercido externamente, aplicado por um agente exterior, transcendente às relações sociais, mantendo todos sob vigilância. Consequentemente, pressupõem também que exista uma distinção necessária entre os valores e os objetivos dos órgãos que representam o poder e aqueles dos objetos monitorados: as pessoas agem considerando a possibilidade de monitoramento e eventual punição, mas elas não necessariamente acreditam que estão agindo corretamente nem o fazem pela sua livre e espontânea vontade. A vigilância seria pura e

---

<sup>44</sup> Foucault afirma, por exemplo, em entrevista de 1984: *o controle do comportamento sexual tem uma forma completamente diferente da forma disciplinar que se encontra, por exemplo, nas escolas. Não se trata de modo algum do mesmo assunto* (FOUCAULT, 1999, p. 338).

simplesmente constrangimento e repressão. No entanto, grande parte dos sistemas de vigilância contemporâneos se articulam através de práticas sociais com as quais as pessoas se envolvem espontaneamente: *não só eles* [os sistemas de vigilância atuais] *não tem nenhuma ligação óbvia com a prisão, mas muitas vezes compartilham as mesmas características de flexibilidade e diversão vistas no entretenimento e no consumo* (BAUMAN & LYON, 2013). Uma análise de inspiração panóptica dificilmente conseguiria explicar situações sociais em que as pessoas se engajam livremente em práticas de vigilância como acontece hoje e, principalmente, o fato da vigilância ser cada vez mais um mecanismo de instigação dos indivíduos e não de repressão. O consumo, por exemplo, é uma atividade largamente utilizada para monitorar os comportamentos, extrair dados sobre os indivíduos e para identificar padrões coletivos de comportamento. Essas informações são usadas para classificar grupos, fundamentar estratégias de marketing e, eventualmente, permitir que membros de certos grupos tenham alguns privilégios ao consumir. Quando um cartão de crédito é usado, por exemplo, as pessoas estão entregando às companhias todos os seus dados - e elas sabem disso. Mas isso não chega a ser motivo de preocupação, pelo contrário: a vigilância incita as pessoas a participarem a fazerem isso ao acoplar suas pretensões a uma experiência social maior e mais significativa que é o consumo (ZURAWSKI, 2011).

Outro exemplo é o uso de redes sociais através das quais os indivíduos deliberadamente tornam públicas sua intimidade e suas informações pessoais, sem que isso seja visto como algo problemático. Ao contrário, são o segredo e a privacidade que se tornam problemas, fatores de isolamento e de solidão. As pessoas não se importam em participar de sistemas de vigilância em rede e até contribuírem com seu próprio monitoramento em troca de experiências sociais inclusivas (ELLERBROK, 2011). Sistemas de vigilância eletrônica como rastreadores via satélite ou circuitos fechados de televisão (CCTV), que são cada vez mais comuns e desejados pelo público em geral como “garantia” de um pouco de segurança, também sinalizam isso. Quando a incerteza se torna uma condição da existência, a segurança surge como um produto disponível no mercado; o que se mercantiliza, entretanto, não são propriamente os dispositivos e serviços associados a ela, mas sim a sensação de segurança que eles proporcionam.

O engajamento dos indivíduos em atividades que implicam a sua própria vigilância é uma das características decisivas da governamentalidade nas sociedades atuais, nas quais crescem as demandas por classificação social e administração dos comportamentos. Quando essa perspectiva é usada para se contextualizar analiticamente a vigilância contemporânea, compreende-se que a espontaneidade do engajamento dos indivíduos em seu próprio

monitoramento indica uma forma de subjetividade historicamente determinada e distintiva dos tempos atuais: a vigilância torna-se uma prática de controle social fundamental num contexto de déficit de regulação normativa (BAUMAN, 2008)<sup>45</sup>, em que os indivíduos já não são constrangidos a seguir um padrão moral, mas ao mesmo tempo se tornam o repositório de todas as responsabilidades possíveis (ROSE, 2004).

De acordo com Stanley Cohen (1985), o controle social se refere às formas organizadas através das quais uma sociedade responde aos comportamentos e aos agentes considerados desviantes, problemáticos, ameaçadores ou, de alguma maneira, indesejáveis. Em suas formas modernas típicas que vigoraram principalmente até o final da década de 1960, o controle social estava associado principalmente à questão da ordem, ou seja, aos processos através dos quais os indivíduos pudessem ser induzidos a se tornarem obedientes participantes “voluntários” da ordem social.

The individual was seen as an actor who learnt scripts and internalized rules and roles or else was pulled or pushed back into shape by something vaguely called 'official' or 'formal' control (COHEN, 1985).

Entretanto o controle social foram se transformando à medida que mudavam também formas de vida típicas da modernidade (GARLAND, 2008), com o desenvolvimento de sistemas organizacionais especializados no controle social, no monitoramento e na vigilância, que se expandem rapidamente para todas as áreas da vida social e individual. Ao mesmo tempo, passaram a se tornar práticas menos centralizadas, com menor grau de formalização e disseminadas pela sociedade como um todo. Hoje, do mesmo modo que as práticas de controle não têm objetivos disciplinares (ou seja, não visam a punição e a normalização dos comportamentos individuais), elas também não estão mais exclusivamente associadas a um núcleo de poder, mas se dissipam e se tornam fluidas, adaptadas a uma “política de vida” na qual cada indivíduo e cada organização são levados a se envolverem com atividades sistemáticas de identificação e controle de riscos (ERICSON, 2007).

Jonathan Simon (1988; 2003) abordou a mudança no exercício de poder sob a perspectiva tecnológica. Ele demonstrou como as técnicas contemporâneas de controle social passaram a se basear em estatísticas e algoritmos para representar a distribuição de variáveis numa população – o que ele chamou de técnicas atuariais. O controle social baseado em práticas atuariais tende a usar a distribuição de uma variável (geralmente um comportamento)

---

<sup>45</sup> A ideia de déficit de regulação normativa é discutida no capítulo 3, e, resumidamente, se refere a um contexto em que as referências sociais para as condutas sociais se multiplicam ao mesmo tempo em que se tornam relativamente equivalentes: não há mais uma referência que se afirme moralmente mais importante e os indivíduos não têm nenhuma base para escolherem como agir.

ao longo de uma população para descrever cenários que acomodem suas variações, mas não altera suas consequências. Enquanto a preocupação com a ordem que estava presente nas práticas disciplinares se refletia numa pretensão de alterar o comportamento e a motivação individuais tendo como referência uma norma, as práticas atuariais visam alterar as condições espaciais ou sociais dentro das quais os indivíduos agem. Para Simon, trata-se da mudança de uma perspectiva de normalização (diminuição da distância entre a conduta e a norma) para uma perspectiva de acomodação (responder às possíveis variações na distribuição da conduta); para ele essa mudança tende a aumentar a eficiência do poder por que, se por um lado mudar as pessoas é difícil e caro, por outro lado as práticas atuariais também têm o efeito de intensificar (bio) poderes pré-existentes, já postos em movimento pela própria pretensão disciplinar:

The shift toward actuarial practices evidences the growth in the stability and confidence of power. In part this is a testament to the effectiveness of the disciplines in producing a population that is more docile and manageable. At the same time, it corresponds to changes in economic life that make the mobilization of labor power less intensive than it is in a growing industrial society. In our present social circumstances, it is cheaper to know and plan around peoples' failings than to normalize them (SIMON, 1988, p. 774).

Não se trata de afirmar que a pretensão disciplinar desaparece completamente, mas ela se torna cada vez mais secundária, reorientando-se a partir das novas configurações do poder. Para afastar qualquer possibilidade uma interpretação que atribua ao poder um efeito causal sobre a organização da sociedade, Simon ressalta que o do controle social não é uma mera questão de mudança tecnológica em relação às técnicas disciplinares: a emergência das práticas atuariais também corresponde às necessidades de um poder que precisa ajustar seus mecanismos para se exercer em um ambiente social cada vez mais definido pela incerteza e pelo risco, aprofundados por uma nova experiência do crime (GARLAND, 2008) e pela falta de regulamentação normativa (BAUMAN, 2008) que avança tanto na vida pública quanto na privada.

### **Incerteza, liberdade e responsabilidade individual: política de vida nas sociedades contemporâneas**

As transformações pelas quais as sociedades contemporâneas vêm passando desde as últimas décadas do século passado, especialmente a partir dos anos 1970, alteraram profundamente o cenário típico da modernidade. Como discutido no capítulo 3, essas

transformações afetam tanto as condições materiais da vida quanto aspectos emocionais e cognitivos.

Por um lado, transbordam ansiedades liberadas por um cotidiano imprevisível e inconstante, multiplicam-se fontes de instabilidades e fragilidades que impactam significativamente a subjetividade. Por outro, mudanças sociais percebidas destrutivamente como o declínio da deferência, as limitações da soberania e da capacidade estatal, o desencantamento com as grandes instituições políticas e a emergência de uma ordem econômica não controlada por nenhuma autoridade, são exemplos de experiências que também contribuem para a sensação de instabilidade da vida e para incompreensibilidade do mundo<sup>46</sup>. A incerteza se naturaliza enquanto uma condição da própria existência, impactando todas as dimensões da vida individual e coletiva.

A estabilidade e a certeza das referências sociais, tão fundamentais ao longo da Modernidade, se tornam provisórias e descartáveis. Se até fins da década de 1960 a segurança ontológica ainda permitia à vida social ser mapeada e os indivíduos podiam trafegar com relativa segurança, a fase atual é aberta e imprevisível. Os códigos morais se multiplicam enquanto as referências normativas para a ação, enfraquecidas em sua coercividade e universalidade, parecem se tornar todas “equivalentes”: condutas que eram tão naturais se tornam uma questão de escolha, liberadas de qualquer quadro de referência moral. Diante desse “déficit de regulação normativa” (BAUMAN, 2008) resta a cada indivíduo a responsabilidade integral pelas suas próprias escolhas e por encontrar suas próprias soluções, sabendo ainda que todos os arranjos a que chegarem serão provisórios, locais e situacionais. Nesse contexto, a capacidade de fazer escolhas livres se torna um valor social importante, ao mesmo tempo em que se torna também um peso. Várias formas específicas de controle social irão se desenvolver a partir dessa tendência de responsabilização individual (ROSE, 2004) e o programa de testes de drogas será uma delas.

Para alguns autores, esse déficit de regulamentação normativa é visto como a realização da promessa Moderna de autonomia moral e da liberdade do indivíduo em relação aos constrangimentos sociais e às “formas-dever” coercivas. Gilles Lipovetsky, por exemplo, descreve a sociedade contemporânea como uma sociedade “pós-moralista”, liberada de preocupações morais, na qual toda ideia de auto-sacrifício perde a legitimidade diante do puro “ser” liberto de qualquer imperativo do “dever-ser”.

---

<sup>46</sup> As transformações do sentimento do público em relação ao crime, por exemplo, bem como as mudanças que veem ocorrendo no próprio sistema de justiça criminal, mais do que respostas específicas ao problema da criminalidade, parecem ser reações à insegurança ontológica que caracteriza a vida pós-moderna (GARLAND, 2008).

Sociedade pós-moralista é a designação de uma época em que (...) a moral já não exige o devotamento a um fim superior, em que os direitos subjetivos preponderam sobre os mandamentos imperativos (...) E como a cultura do cotidiano não é mais embebida pelos imperativos hiperbólicos do dever, mas sim pelo bem-estar e pela dinâmica dos direitos subjetivos, deixamos de reconhecer a necessidade de uma dependência de qualquer coisa que seja extrínseca a nós (LIPOVETSKY, 2005, p. xxix).

Celebrando o advento da nova era pós-dever, ele prossegue:

As democracias abdicaram do contrapeso do dever infinito organizando-se não propriamente à maneira de algo “sem fé nem lei”, mas segundo uma ética tênue e minimalista, “sem obrigações nem sanções”. O encadeamento da história moderna levou à eclosão de uma estrutura de gênero inédito: as sociedades pós-moralistas (*idem*).

Se autores como Lipovetsky enxergam no contexto social contemporâneo a realização suprema da liberdade moderna, cabe à sociologia problematizar a questão recusando a aceitar que algo está certo simplesmente por existir. Àquilo que é tratado apologeticamente como “sociedade pós-disciplinar” corresponde uma nova reconfiguração do poder, que desenvolve mecanismos para governar através de um ambiente de incerteza e insegurança generalizadas. E muito mais do que a realização suprema de algum tipo essencial de liberdade, o que os tempos atuais parecem testemunhar é a transformação dos indivíduos no repositório último de todas as responsabilidades possíveis, recaindo sobre eles o peso de encontrar soluções individuais para todos os problemas que lhe aflijam. Por isso Bauman afirma que a sociedade contemporânea se tornou “uma versão individualizada e privatizada da modernidade”, na qual os padrões de solidariedade e coesão social também se liquefazem, perdem sua estabilidade e condenam os indivíduos a um esforço constante em fazer e refazer casuisticamente os laços sociais. *Os sólidos são moldados para sempre. Manter os fluidos em uma forma requer muita atenção, vigilância constante e esforço perpétuo – e mesmo assim o sucesso do esforço é tudo menos inevitável.* (BAUMAN, 2000).

A experiência da vida cotidiana nas democracias liberais atuais é marcada pela incerteza. De acordo com Bauman, ainda que não se tenha atingido os extremos da completa falta de sentido, todas as estruturas de sustentação da segurança ontológica da modernidade (GIDDENS, 1990)<sup>47</sup> foram afetadas pelo processo de “derretimento dos sólidos”, de modo que qualquer aparente fonte de certeza certamente não durará tempo suficiente para se tornar

---

<sup>47</sup> Vide capítulo 3.

um padrão de referência; trata-se apenas de muletas, de certezas manufaturadas e sobrecarregadas por uma vulnerabilidade inata.

Chegou o tempo de anunciar, como o fez recentemente Alain Touraine, o fim da definição do ser humano como um ser social, definido por seu lugar na sociedade que determina seu comportamento e ações. Em seu lugar, o princípio da combinação da “definição estratégica da ação social que não é orientada por normas sociais” e “a defesa, por todos os atores sociais, de sua especificidade cultural e psicológica” pode ser encontrado dentro do indivíduo e não mais em instituições sociais ou em princípios universais (BAUMAN, 2000, p. 29).

Sem o suporte das instituições (todas elas prontamente dispostas a repassar aos indivíduos as responsabilidades pelo cuidado de si e pela definição de sua identidade) e na falta de um conjunto normativo estável que sustente um referencial mínimo de valores para uma vida em comum, a experiência social se fragmenta em diversos níveis que não necessariamente podem ser reunidos numa perspectiva de continuidade, conferindo um caráter descentrado e esquizofrênico à experiência social do capitalismo avançado (JAMESON, 1991): já não é possível ver o mundo de uma forma coerente e não há mais nenhuma estrutura capaz de unificar a vida ou de estabelecer um padrão homogêneo. Tudo aquilo que serviu de fonte de confiança e de segurança ontológica durante a modernidade se desintegra na fluidez contemporânea; os elos que criavam nexos entre as trajetórias individuais e os grandes projetos coletivos pulverizam-se nesse inexorável processo de derretimento dos sólidos (BAUMAN, 2000, p.12).

Outro efeito correlato desse processo é a multiplicação das fontes de incerteza. Para Richard Ericson, nesse panorama a incerteza torna-se ela mesma uma forma de governo (ERICSON, 2007): a sensibilidade social contemporânea passou a perceber e a interpretar o mundo a partir da perspectiva da incerteza, da impermanência e da vulnerabilidade. Ele afirma que essa situação instala uma “política de incerteza”, na qual são realizados enormes investimentos (não só financeiros, mas também cognitivos, emocionais e psíquicos) em avaliação e administração de riscos em todas as áreas da vida cotidiana; o efeito disso, entretanto, tem sido intensificar as incertezas ao invés de diminuí-las – o que revelaria ironicamente os próprios limites dessa racionalidade. *Catastrophic imaginations are fueled, precautionary logics become pervasive and extreme security measures are invoked in frantic efforts to preempt imagined sources of harm* (ERICSON, 2007, p. 1).

Em um contexto no qual a pretensão de um mundo ordenado racionalmente se dilui num oceano de incertezas e em que todos os esforços se direcionam para o desenvolvimento de estratégias para se lidar com o risco, a “vítima” se torna um papel social decisivo, uma espécie de identidade coletiva que, ao lado do “consumidor”, se generaliza e vem, de certa maneira, substituir a figura moderna do “cidadão”. A multiplicidade de medos cotidianos e dramas diários que sobrecarregam os indivíduos nas suas experiências fragmentadas os aproximam muito mais daquelas preocupações típicas das “vítimas” (e dos “consumidores”) do que das aspirações políticas e universalistas dos “cidadãos”. Administrar riscos e mapear um vasto território de incertezas é tarefa constante dos indivíduos e organizações nessa versão “privatizada e individualizada da modernidade”. O gerenciamento do cotidiano passa a ser a pauta principal da política de vida, uma tarefa integral de cada indivíduo e cada organização, cuja existência, reduzida agora a um exercício permanente de gestão de riscos, passa a ter como fonte de sentido uma lógica de precaução totalizante.

### **Política da incerteza: lógica da precaução e administração da liberdade**

O imaginário moderno, forjado pelo ideário do Iluminismo, acreditava que o mundo pudesse ser governado por meio da razão, pela intervenção humana na realidade, conduzindo seu próprio destino por meio de ações esclarecidas. De acordo com Ericson a política da incerteza parece indicar a desistência contemporânea dessa ideia.

The politics of uncertainty, conducted through the sciences of risk and in law, expresses increasing doubt about the capacity of liberal governments to govern the future and provide security. Indeed, in many quarters there is radical doubt, radical uncertainty, suggesting the ungovernability of modern societies (ERICSON, 2007, p. 21).

O imaginário moderno fundamentou um dos mais importantes princípios organizativos das democracias liberais do século XX: a perspectiva de que a relação entre os indivíduos e a sociedade se pautasse por uma ética de liberdade e de benefício mútuo. Para que isso acontecesse, era necessário estabelecer uma estrutura mínima de segurança que não apenas salvaguardasse formalmente o direito à liberdade individual, mas que funcionasse também ativamente através de mecanismos habilitadores, mecanismos que capacitassem os indivíduos e as organizações para tomarem decisões livres a partir de padrões razoáveis de previsibilidade e certeza - como, por exemplo, saber científico, mecanismos governamentais, ferramentas tecnológicas, etc.

Liberal social imaginaries promise that governmental mechanisms of security will enable freedom in the

form of the smooth flow of market relations, entrepreneurial risk-taking, creative enterprise, self-governance, prosperity and well-being (ERICSON, 2007, p. 4).

Isso não significa que houvesse a pretensão de se tornar o horizonte da vida totalmente previsível, mas sim que a construção do modelo liberal de liberdade permitia a incorporação da imprevisibilidade e da incerteza à própria racionalidade de governo. A ideia de “risco” surgiu como o elemento mediador nesse processo, o que permitiu que as condutas dos indivíduos e organizações pudessem ser orientadas por algum tipo de escolha livre e esclarecida, fundamentada racionalmente e com consequências mais ou menos calculáveis.

A incerteza pura tende a ser uma fonte de medo. Ela pode ter um efeito constrangedor sobre os comportamentos dos indivíduos restringindo sua liberdade de escolha, reduzindo a racionalidade de suas escolhas e induzindo-os a ações defensivas que submetam a liberdade às preocupações com a segurança. No imaginário liberal a ideia do risco foi de certa forma um recurso capaz de neutralizar esse efeito - pelo menos durante grande parte da modernidade - e mais do que isso, transformou a incerteza justamente numa fonte de liberdade:

Paradoxically, uncertainty is also a source of freedom. It creates room for the imaginative production of better and more useful knowledge of risk, and ultimately for more rational and responsible decisions. Uncertainty is also a source of creative enterprise, a feature that is dear to the liberal emphasis on wealth creation and attendant promotion of market uncertainty as a kind of freedom. Thus liberalism imagines the indeterminate future through uncertainty as well as knowledge risk (ERICSON, 2007, p. 4).

O risco foi durante a maior parte da história das democracias liberais o elemento mediador entre segurança e liberdade, permitindo que florescessem, por exemplo, técnicas de “governo do futuro” (ERICSON, 2007, p. 7)<sup>48</sup>, como a da análise custo-benefício, na qual o conhecimento sobre o risco racionaliza as condutas e permite aos agentes avaliarem o “preço” de se correr um risco tendo em vista as possíveis recompensas que a ação pode trazer; ou ainda a emergência de uma lógica de administração dos riscos, na qual uma explosão de discursos científicos sobre o risco pretendia prefigurar as condutas a partir de uma abordagem probabilística. O risco, enfim, serviu como uma técnica de governo para promover segurança social em nome da liberdade individual. As formas de governo contemporâneas, entretanto, se diferem cada vez mais daquelas formas do liberalismo clássico e também do liberalismo

---

<sup>48</sup> Ericson afirma: *Risk is the term through which we imagine and act as if we know the future and can do something about it* (ERICSON, 2007, p. 06).

social. A ideia de risco continua sendo recorrente, mas já não opera mais como um recurso capaz de prover segurança social e sim como um fator de descentralização das responsabilidades, que são repassadas aos indivíduos e outros atores sociais agora encarregados pela própria sua autogestão. Nesse contexto os riscos tendem a recair cada vez mais naquele campo da incerteza pura e se torna uma fator que fomenta uma lógica da precaução generalizada (ERICSON, 2007).

A lógica da precaução difere da lógica do custo-benefício na medida em que opera para além do binômio “prejuízos x lucros”; ela abrange também ameaças que não podem ser avaliadas sob uma perspectiva de compensações financeiras – danos que ultrapassam perdas materiais e que impactam também as esferas emocionais e psíquicas da vida individual e social. Da mesma maneira, a lógica da precaução também se diferencia da perspectiva da “administração de riscos” na medida em que não pressupõe que os riscos possam ser integralmente avaliados racionalmente nem controlados tecnicamente: as estimativas de probabilidade de riscos são percebidas mais como expressões quantificadas da incerteza do que como ferramentas de governo racional do futuro. Nesse panorama de dúvida, medo, desconfiança e ansiedade, as decisões não são tomadas tendo por base qualquer tipo de certeza (seja moral, seja científica), mas partem de percepções intuitivas, emocionais e especulativas.

We have reached the point where the methodological, epistemological, and ontological uncertainties debated in the process of doing science are now also debated in political culture. (...) in many contemporary controversies about how to govern the future, the language of scientific risk has given way to the language of scientific uncertainty (ERICSON, 2007, p. 8).

Nesse ambiente social de incerteza radical e de individualização das responsabilidades intensificam-se as medidas voltadas para a segurança que compõem a “política da incerteza” e se operacionalizam por meio de duas estratégias típico-ideais acopladas, classificadas por Ericson como *counter-laws*<sup>49</sup>: a primeira configurando-se uma espécie de “leis contra direito” (*laws against law*) e a segunda identificada como *surveillant assemblages*. Ele as define resumidamente da seguinte forma:

Counter-law I entails the creative development of laws that counter the traditional principles, standards, and procedures of criminal law. Through new forms of

---

<sup>49</sup> Não existe tradução para o português do texto de referência e a opção de manter aqui a expressão no original em inglês se deve ao fato de que sua tradução não mantém com precisão o seu significado.

criminal law, as well as new uses of civil and administrative law, counter-law seeks to reduce or eliminate due process protections that create uncertainty in investigations. It also increases the discretionary capacity for pre-emptive strikes against the suspicious, including incapacitations and severe punishment. Counter-law II involves broader and deeper surveillant assemblages that cast widely for signs of threat in hope of pre-empting disasters waiting to happen (ERICSON, 2007, p. 207).

As duas estratégias de *counter-law* indicam a crescente institucionalização da lógica da precaução, que se torna uma perspectiva simbólica disseminada, uma forma de enquadramento e de atribuição de sentido às experiências num mundo de insegurança generalizada, uma maneira de definir situações a partir da dúvida, da desconfiança e da ansiedade.

Os mecanismos dessas duas estratégias funcionam de maneira complementar. Os processos de criminalização e a fragilização de direitos e garantias formalmente consagrados que caracterizam a *counter law I* são associados à ideia de “estado de exceção” de Agamben<sup>50</sup>: a ordem legal passa a ser vista como um obstáculo à manutenção da ordem social. *The legal fiction of a duality between norm and reality is discarded, leaving only the real hard decisions in the face of uncertainty without any encumbrance from law* (ERICSON, 2007, p.26). Esse próprio processo de restrição dos direitos e relativização das leis em nome da ordem social habilita cada vez mais os dispositivos de vigilância da *counter-law II*, que se proliferam e se naturalizam. De acordo com Ericson essa vigilância se compatibiliza com as expectativas de ataque à ordem legal na medida em que aspiraria tornar o processo legal desnecessário revelando as verdadeiras fontes das ameaças de forma inquestionável – seja criando uma situação de desconforto tão grande para aqueles classificados como indesejáveis ao ponto que eles se retirem espontaneamente, seja alimentando o pânico moral (COHEN, 2011) por meio da ampliação da visibilidade dos comportamentos considerados suspeitos e ameaçadores de forma que a exclusão e a punição pareçam ser a solução óbvia e necessária (ERICSON, 2007, p. 207).

Analisando os mecanismos que compõem essas duas estratégias Ericson identifica uma tendência social contemporânea de tratar criminalmente todas as potenciais fontes de ameaça – não só por meio da lei penal formal, mas cada vez mais por vias extraleais:

---

<sup>50</sup> Segundo Agamben, as medidas excepcionais encontram-se na situação paradoxal de medidas jurídicas que não podem ser compreendidas no plano do direito e o estado de exceção apresenta-se como a forma legal daquilo que não pode ter forma legal (AGAMBEN, 2004, p. 11-12)

incumbidos da responsabilidade de administrar a própria existência num ambiente de insegurança, indivíduos e organizações desenvolvem suas próprias estratégias de identificação de riscos, que passam a ser tratados sob uma perspectiva de criminalização.

The vast majority of crimes are defined and responded to through the internal mechanisms of institutions other than criminal justice. Each institution – for example, the family, community associations, schools, healthcare, welfare, business enterprise, and insurance – has a distinctive approach to criminalization based on its own private justice system and mobilization of the surveillant assemblage (ERICSON, 2007).

A descrição das *counter-laws*, de seu funcionamento e reforço mútuo oferece ferramentas analíticas importantes para se compreender os diversos mecanismos de controle da sociedade contemporânea; entretanto, reduzir a desconstrução do arcabouço de direitos individuais modernamente consagrados e a disseminação da vigilância a um processo de criminalização generalizada, como sugere Ericson, parece não fornecer uma explicação inteiramente satisfatória para o fenômeno em questão. Primeiramente, ainda que de fato possa haver um processo de inflação das leis criminais com a ampliação dos tipos penais e eventualmente com o endurecimento das penas, isso não significa que as definições de perigo e ameaça dos órgãos do sistema de justiça criminal tenham centralidade nas “pautas” e nas angústias que povoam a política de vida dos indivíduos e instituições. Na verdade as definições legais de crime pouco impacto têm sobre a insegurança vivenciada cotidianamente e o que parece ocorrer muitas vezes é o contrário: os legisladores e agentes do sistema de justiça criminal estão sempre atrasados em relação às inúmeras fontes de insegurança social que se multiplicam constantemente. Em segundo lugar, a tendência a “tratar criminalmente todas as potenciais fontes de ameaça” não deve ser interpretada como uma emulação informal do sistema de justiça criminal por parte dos indivíduos e organizações. É fato que indivíduos e organizações foram sobrecarregados com a responsabilidade pela administração de sua própria segurança ao mesmo tempo em que aumentam as fontes de incertezas e ameaças, mas o que parece ser decisivo nesse processo é que os meios que se desenvolvem para isso têm modos de operação e finalidades claramente diferentes dos mecanismos concebidos pelo sistema de justiça criminal moderno. A vigilância, por exemplo, disseminada através de tecnologias e dispositivos e naturalizada em praticamente todas as atividades sociais contemporâneas, não tem finalidades primordialmente punitivos, moralizadores e muito menos ressocializadores. Num panorama de incerteza, seus efeitos principais são segregadores: a identificação de comportamentos classificados como perigosos ou

ameaçadores ativa mecanismos de exclusão dos seus agentes de ambientes ou de atividades sociais.

A relação entre as estratégias *counter-law* e o panorama cultural mais amplo de incertezas generalizadas das sociedades contemporâneas produz nexos específicos entre modos de pensar e definir quais fenômenos são passíveis ou não de serem governados, por um lado e de maneiras de agir sobre eles, por outro - em outros termos, expõe uma racionalidade de poder. Toda a racionalidade governamental precisa se efetivar em técnicas concretas, desenvolvendo formas de abordagem efetivas para aquilo que define como problemas a serem governados (MILLER & ROSE, p. 26, 2012); no caso da governamentalidade biopolítica, apesar da sua descrença quanto à capacidade das ações humanas para mudar o mundo, há um grande investimento em intervenções que, se não visam nenhum tipo de normalização, pelo menos governem o mundo tal como ele se apresenta.

Seja por uma orientação política deliberada, seja por força das contingências, o fato é que num mundo de incertezas o poder passa a depender mais de tecnologias e estratégias de controle das ações livres dos indivíduos do que de estruturas cujas aspirações disciplinares ou moralizadoras eram centrais. A vigilância se torna uma estratégia de controle que, sob o argumento da segurança e da minimização das incertezas, penetra profundamente no tecido social e se torna um dos elementos estruturantes da vida cotidiana.

### **Vigilância enquanto controle social**

A vigilância contemporânea é um fenômeno complexo e multidimensional. Uma tentativa de teorizar a vigilância em sua complexidade, captando o aspecto naturalizado que ela adquire nas sociedades democráticas atuais, pode ser encontrada na noção de *surveillant assemblage*, desenvolvida por Richard Ericson juntamente com Kevin D. Haggerty.

Em um texto publicado de 2000 e hoje célebre, *The Surveillant Assemblage*, os autores afirmam que todas as instituições e organizações contemporâneas – famílias, escolas, empresas, instituições, redes sociais, órgãos estatais, etc – passaram a submeter seus próprios membros a alguma forma de vigilância, desenvolvendo cada uma delas suas próprias infraestruturas de vigilância “interna” direcionadas para atender às demandas específicas de cada uma, conforme a natureza de suas atividades. Porém, os autores destacam que ao lado dessa pulverização do fenômeno que se descentraliza e se dissemina por toda a sociedade sem que seja controlado por um centro e além do fato dessas novas formas de vigilância se aplicarem internamente às organizações (mesmo quando elas não são típicas instituições de confinamento, como prisões ou hospitais, por exemplo), existe simultaneamente uma

tendência convergente a que esses diversos sistemas de vigilância sejam todos postos em comunicação, combinando as práticas e as tecnologias empregadas localmente e integrando seus efeitos como um todo num nível “trans-institucional”:

*(...) We are witnessing a convergence of what were once discrete surveillance systems to the point that we can now speak of an emerging ‘surveillant assemblage’. This assemblage operates by abstracting human bodies from their territorial settings and separating them into a series of discrete flows. These flows are then reassembled into distinct ‘data doubles’ which can be scrutinized and targeted for intervention. In the process, we are witnessing a rhizomatic leveling of the hierarchy of surveillance, such that groups which were previously exempt from routine surveillance are now increasingly being monitored (HAGGERTY & ERICSON, 2000).*

Dessa maneira, ainda que as práticas de vigilância contemporânea partam de um nível organizacional, elas operam também através dele, desenvolvendo ao seu redor todo um conjunto de controles paralelos <sup>51</sup> que dinamizam sua expansão atual.

*No single technological development has ushered in the contemporary era of surveillance. Rather, its expansion has been aided by subtle variations and intensification in technological capabilities, and connections with other monitoring and computing devices (HAGGERTY & ERICSON, 2000).*

Longe de ser um fenômeno tecnologicamente determinado, a expansão da vigilância contemporânea é tanto o fruto de uma reordenação do exercício do poder quanto o resultado de um conjunto de demandas e expectativas culturais de uma sociedade fragmentada e marcada pela incerteza, onde significados, símbolos e instituições que antes eram compartilhados e forneciam a base para experiências coletivas e segurança ontológica se dissolvem e onde o que era seguro, estruturado e estável se liquefaz (BAUMAN & LYON, 2013). Mesmo que existam vários vetores de disseminação, a principal sustentação para a vigilância se dá a partir da perspectiva da segurança. De um ponto de vista analítico, ela permite observar reconfigurações nas racionalidades e nas formas de exercício de poder numa sociedade em que as bases que fundamentam as relações sociais se alteram rapidamente.

Ainda que seja muito comum associar termo a formas mais evidentes de observação e monitoramento direto, como policiamento ou mesmo espionagem, os atuais estudos sobre a vigilância deixam claro que se trata de um fenômeno muito mais amplo e com implicações

---

<sup>51</sup> Um exemplo evocado pelo próprio Ericson se refere à constatação de Foucault de que as escolas não produzem conhecimento apenas sobre seus alunos (o objetivo “interno” da instituição), mas também sobre seus pais, os modos de vida e a situação econômica de suas famílias, etc.

sociológicas mais profundas. Partindo de uma abordagem menos descritiva e mais conceitual, o termo “vigilância” pode ser aplicado a uma grande variedade de contextos nos quais agentes de diversas naturezas (indivíduos, instituições e organizações, formais ou informais, governamentais ou não) extraem ativamente ou recebem informações sobre outros (LYON, 1994). A melhor e mais sintética definição para a vigilância nesse sentido, é fornecida por Torin Monahan (2011). Segundo ele, vigilância é todo monitoramento sistemático de pessoas ou grupos com o objetivo de regular, governar ou influenciar seu comportamento (MONAHAN, 2011). Para além da dicotomia sujeito vigilante x objeto vigiado, essa definição permite que a vigilância seja vista como uma prática simultaneamente constituída socialmente e constituinte das relações sociais, mobilizada não apenas por atores institucionais, mas por poderes rizomáticos disseminados por todo o tecido social.

Partindo de uma perspectiva da análise da governamentalidade biopolítica, é importante não reduzir a vigilância a práticas repressivas de controle direto, opressor e coercivo. Isso implicaria uma definição essencialista de poder <sup>52</sup>, pressupondo que exista algum ator central (Estado, classes sociais, grandes corporações, etc) concentrador de poder utilize um conjunto de técnicas de vigilância para controlar a sociedade – o que, no fundo, sempre reduz a vigilância a um mero instrumento de dominação política. Análises baseadas nessa visão tendem a apreender a vigilância apenas como um fator externo, não constitutivo das relações sociais – uma ferramenta unidirecional aplicada de fora e sobre a sociedade para constranger uma parte da população e atender aos interesses de outra (MONAHAN, 2011).

Do mesmo modo, é importante evitar tratar a vigilância como um fenômeno tecnologicamente determinado. Esse tipo de concepção, muito popular principalmente em estudos da área de mídia, se rende ao impressionismo dos dispositivos eletrônicos e atribui a obsessão pelo monitoramento e as transformações sociais nos regimes de visibilidade ao próprio desenvolvimento “natural” da tecnologia: as mudanças profundas na forma como a sociedade se organiza seriam efeitos “naturais” da presença cada vez mais comum de dispositivos tecnológicos no cotidiano. Esse determinismo tecnológico, assim como o caso anterior da vigilância como dominação, também supõe que a vigilância resulta de um fator externo à sociedade, subestimando tanto o papel dos fatores sociais sobre a tecnologia como também a variedade das situações sociais que mediam seus usos (LYON, 1994).

Tratar a vigilância apenas como um instrumento de dominação política ou como consequência do desenvolvimento tecnológico implica uma grande simplificação do

---

<sup>52</sup> Mais uma vez, a discussão sobre o poder remete-nos ao capítulo 2.

fenômeno: a ênfase no poder institucional (no primeiro caso) ou nas ferramentas tecnologicamente constituídas (no segundo) nega a capacidade de agência daqueles que estão sendo monitorados, vistos apenas como objetos passivos cujas experiências estão subordinadas aos supostamente verdadeiros sujeitos do poder. Contrariando essa perspectiva, o que vários estudos sobre vigilância hoje deixam claro é que os “objetos” da vigilância também criam sentidos próprios e desenvolvem formas específicas de lidar com o ela. Assim, quer se tratem de ações que confirmem a legitimidade dos mecanismos de vigilância ou que os desafiem e resistam a eles, o importante é notar que a vigilância não é, em nenhuma situação, um fator externo às relações sociais e que aquilo que os “monitorados” fazem também é crucial para se compreender a dinâmica do poder na sociedade contemporânea. Da perspectiva da governamentalidade, a vigilância pode ser vista como uma estratégia de controle biopolítico e, portanto, muito mais do que um instrumento de poder, como sendo ela mesma um poder em ação sob forma de prática social.

As formas de controle social que vigoraram na maior parte da modernidade tiveram, pelo menos até fins da década de 1960, um caráter primordialmente disciplinar em suas pretensões. A finalidade normalizadora era o que sustentava os discursos dos órgãos e instituições do controle social mesmo quando, na prática, elas funcionassem para produzir o negativo – como no caso das prisões, analisado por Foucault –, o que tinha o efeito não declarado de dar sustentação ao processo de normalização<sup>53</sup>. Mas essas formas de controle social foram se transformando à medida que mudavam também as formas de vida típicas da modernidade (GARLAND, 2008); a normalização foi aos poucos deixando de ser a questão estruturante do controle social, que passou a operar mais através de práticas atuariais<sup>54</sup> do que

---

<sup>53</sup> A importância da produção do negativo da norma nas estruturas disciplinares é analisada por Foucault em “Vigiar e Punir”. *Não devemos então conceber a prisão, seu “fracasso” e sua reforma mais ou menos bem aplicada como três tempos sucessivos. Devemos antes pensar num sistema simultâneo que historicamente se sobrepôs à privação jurídica da liberdade: um sistema de quatro termos que compreende: o “suplemento” disciplinar da prisão — elemento de sobreponder; a produção de uma objetividade, de uma técnica, de uma “racionalidade” penitenciária — elemento do saber conexo; a recondução de fato, se não a acentuação de uma criminalidade que a prisão devia destruir — elemento de eficácia inversa; enfim a repetição de uma reforma que é isomorfa, apesar de sua “idealidade”, ao funcionamento disciplinar da prisão — elemento do desdobramento utópico. É este conjunto complexo que constitui o “sistema carcerário” e não só a instituição da prisão, com seus muros, seu pessoal, seus regulamentos e sua violência. O sistema carcerário junta numa mesma figura discursos e arquitetos, regulamentos coercitivos e proposições científicas, efeitos sociais reais e utopias invencíveis, programas para corrigir a delinquência e mecanismos que solidificam a delinquência. O pretense fracasso não faria então parte do funcionamento da prisão?* (FOUCAULT, 2010b, p.257).

<sup>54</sup> Práticas atuariais, como definidas por Simon (1988) são aquelas que recorrem ao uso de estatísticas para representar a distribuição de variáveis numa dada população. Vide discussão no início do capítulo.

disciplinares (SIMON, 1988) e assumir formas capilares, menos centralizadas, com menor grau de formalização, disseminadas pela sociedade como um todo. Ao invés de tratar indivíduos como agentes morais ou racionais (como operavam as práticas disciplinares), nas técnicas de controle social contemporâneo os indivíduos são considerados como pontos localizados nas variações de tabelas atuariais.

Esta passagem do agente moral para o “sujeito atuarial” marca uma profunda transformação na forma como o poder é exercido. Onde o poder uma vez procurou manipular as escolhas dos atores racionais, busca agora prever comportamentos e classificar os indivíduos de acordo com o risco que eles representam (SIMON, 1988, p. 772). Os efeitos dessa transformação repercutem sobre as experiências e as percepções da subjetividade contemporâneas, tanto individuais como coletivamente, bem como sobre a capacidade de julgamento moral e ação política. Isso por que as práticas atuariais não recorrem a grandes identidades coletivas, mas operam tendo por base uma classificação social que reúne indivíduos em grupos:

By placing people in groups that have no experienced meaning for the members, and therefore lack the capacity to realize common goals or purposes, actuarial methods imply a particular view of individuals and their communities. As people come to understand themselves through these actuarial representations they may be stripped of a certain quality of belongingness to others that has long played a role in our culture (SIMON, 1988, p. 774).

Práticas atuariais tornam os efeitos do poder mais efetivos e sutis do que formas mais ostensivas e interventivas o permitiam ser. Como não mobiliza grandes identidades ou causas coletivas em nome das quais algum tipo de resistência poderia se estruturar, a possibilidade de oposição política é reduzida; além disso, muitos comportamentos que poderiam desencadear formas de resistência política também são tratados como variações estatísticas rapidamente incorporadas às modulações dinâmicas do poder (ROSE, 2004).

Como as práticas de controle são carregadas de reflexividade, ou seja, constituintes de relações sociais ao mesmo tempo em que também são constituídas socialmente, elas estão vinculadas de maneira complexa aos modos como a sociedade se organiza e ao próprio senso de pertencimento dos indivíduos. Simon afirma que por esse motivo elas são capazes de criar nexos entre os processos de formação da subjetividade, por um lado e as formas como o poder se organiza socialmente, por outro. O autor se refere a isso como o “efeito ideológico” das práticas do controle social: sua capacidade de mediar processos de formação de sentidos

sociais que conectam experiências individuais (nível micro) a estruturas mais amplas de poder (nível macro).

Because actuarial practices have the capacity to affect how we organize ourselves and our sense of belonging to others, they have ideological meaning. By ideological I do not mean false representations that are used to control an otherwise autonomous subject. Rather, I refer to the way our social practices reflect ourselves to ourselves. It is through the network of significance offered to us by our practical involvements that we arrive at our subjectness. This network will, of course, reflect the structure of power that operates through practical involvements (SIMON, 1988, p. 774).

Enquanto uma forma de controle social a vigilância é uma prática carregada desse “efeito ideológico” e pode ser vista como um elemento cultural importante num ambiente em que cada indivíduo e cada organização são levados a se envolverem em atividades governamentais de identificação e neutralização de ameaças num contexto social de insegurança generalizada (ERICSON, 2007).

### **Os testes de drogas lícitas e ilícitas no ambiente de trabalho**

Foi visto até aqui que a governamentalidade se caracteriza menos por eventuais pretensões disciplinares do que pela ideia de controle social da administração das ações livres dos indivíduos (FOUCAULT, 2010a; MILLER & ROSE, 2012). Esse controle se dá através de práticas atuariais que, a partir de variáveis diversas (etnia, padrão de consumo, origem, estado de saúde, estilos de vida, histórico criminal, etc) classificam os indivíduos com base em uma lógica preventiva em categorias desejáveis ou não-desejáveis (ERICSON, 2007; LYON, 1994; SIMON, 1988). A vigilância contemporânea é um dos veículos dessas práticas (BAUMAN & LYON, 2013; MONAHAN, 2011; ROSE, 2000), tendo um grande impacto sobre as oportunidades e os destinos das pessoas: a classificação social operacionalizada através da vigilância produz tanto efeitos inclusivos – na medida em que ou bem permitem aos indivíduos participarem de atividades socialmente valorizadas (como consumo, trabalho, moradia, sistemas de saúde, etc...) em condições de relativa segurança, mesmo quando não existe nenhum tipo de vínculo social ou referência de sociabilidade entre os participantes daquela experiência – como também efeitos segregatórios, acionando mecanismos de exclusão que impedem a participação dos indivíduos em determinadas experiências sociais ou até mesmo suscitando formas de controle mais interventivos e até mesmo disciplinares (ingresso no sistema de justiça criminal, exclusão do mercado de trabalho, restrições à livre

circulação, marginalização social, etc) para aqueles grupos ou indivíduos que são classificados como perigosos ou, de alguma maneira, indesejáveis (ROSE, 2000).

*Placing people in an actuarially defined category helps mark them as a new subpopulation that calls, in time, for new forms of testing, comparing, and ranking. (...) . Actuarial techniques play a central role in a proliferating set of social practices. They are at the same time a regime of truth, a way of exercising power, and a method of ordering social life (SIMON, 1988, p.772).*

Compreendidas essas características da governamentalidade, do controle social e da vigilância, pode-se perceber que o programa de prevenção ao uso de drogas lícitas e ilícitas estudado nesse trabalho apresenta atributos da mesma natureza.

#### **a) O contexto de surgimento dos testes**

A realização de testes toxicológicos em funcionários é prática rotineira em grandes empresas do ramo da produção industrial e de serviços em vários países. Técnica desenvolvida pelo exército norte-americano durante a década de 1960, a realização de exames de detecção de drogas ganhou destaque nos EUA nos anos 1980, inicialmente restrita a funcionários do serviço público americano e associada aos esforços de propaganda do governo em relação à sua “guerra às drogas”. Entretanto, rapidamente se disseminou pelo setor privado e, posteriormente, foi sendo progressivamente adotada por empresas em diversos países, se desvinculando completamente de qualquer iniciativa estatal.

De acordo com F. Allan Hanson (1993) a adoção dos testes de drogas no ambiente de trabalho pelas empresas do setor privado americano está em linha de continuidade com práticas de vigilância que já vinham sendo adotadas ao longo da década de 1980 – quando o uso do polígrafo era muito comum. O polígrafo era utilizado em programas sistematizados e, assim como os testes de drogas hoje, faziam parte de políticas empresariais de segurança e saúde. O autor destaca, entretanto, que o uso de um equipamento de detecção de mentiras dificilmente podia ser classificado como algo diferente do que uma prática de vigilância direta, o que prejudicava a sua aceitação pelo público e mobilizava resistências dos funcionários. Em 1988 o governo americano proibiu definitivamente o uso do polígrafo no ambiente de trabalho e a partir de então começaram a se consolidar outras práticas mais sutis de “identificação de riscos”, sendo uma das que tiveram maior sucesso foram os testes toxicológicos.

Em sua investigação sobre os testes de drogas no ambiente de trabalho nos EUA, John Gilliom (1996) constata que apesar da institucionalização dos testes toxicológicos nos EUA

estarem originalmente ligados à “guerra às drogas”, eles foram definitivamente incorporados à perspectiva administrativa em geral principalmente em razão de dois fatores. Primeiramente, a realização dos testes toxicológicos atende às novas perspectivas gerenciais pós-tayloristas, menos diretamente voltadas para a produtividade da empresa em si e mais para as características dos trabalhadores: ao invés de submeter trabalhadores indiscriminadamente às metas rigorosas de produção, a ênfase prioritária é selecionar e treinar funcionários que tenham maior probabilidade de corresponder ao rigor dos padrões e critérios da administração da empresa. O foco, então, sai da produção e recai sobre a força de trabalho (os “recursos humanos”). Concretamente os testes toxicológicos não têm nenhuma relação direta com as taxas de produtividade de uma empresa, mas eles são um instrumento gerencial para a seleção e constituição do “good worker” contemporâneo – não mais aquele que trabalha obsessivamente para alcançar metas de produção, mas o que se adapta bem ao sistema de trabalho da empresa, que tem consciência permanente das regras e uma propensão a segui-las (GILLIOM, 1996).

Em segundo lugar, a incorporação dos testes toxicológicos à perspectiva da administração de empresas nos EUA se deu de forma muito marcante através do discurso da segurança no trabalho. Desde a década de 1960 já se ensaiava um debate em torno do tema, bem como um movimento de transferência da responsabilidade pelas condições seguras de trabalho do empregador para o trabalhador individual. A partir de então começou a se fortalecer a ideia de que ainda que as empresas devessem oferecer condições mínimas de segurança, o trabalhador individual é que deveria ser efetivamente responsável pela sua segurança pessoal e pela segurança coletiva no ambiente de trabalho (GILLIOM, 1996). Na medida em que o *frame* dos programas de testes passou a ser a segurança no trabalho sua aceitação pública começou a ser maior, seguindo uma tendência histórica de que toda ação voltada para o cuidado com a segurança seja bem recebida pelos trabalhadores.

#### **b) Operacionalização do controle por meio dos testes**

A vigilância por meio de programas de testes de drogas no ambiente de trabalho não tem pretensões de produzir corpos dóceis ou de impor um modelo padronizado de comportamento - como seria típico dos modelos disciplinares (FOUCAULT, 2009); trata-se ante do gerenciamento do ambiente organizacional a partir da classificação dos indivíduos ao longo de um eixo que vai da irresponsabilidade (diagnosticada através da constatação do uso de tóxicos, a figura simbólica do “dependente”, que configura o polo do risco) à

responsabilidade (polo desejável, daquele que não usa drogas nem álcool e que, ao contrário do “dependente”, é capaz de se auto-gerir). Dessa forma, os testes de drogas categorizam os trabalhadores a partir de um ideal ético de auto-responsabilização; a categoria social dos “responsáveis”, aqueles que sabem fazer um uso “correto” de sua liberdade (traduzida simbolicamente no contexto pesquisado pela expressão “funcionário consciente”) carrega um sinal de desejabilidade que ao mesmo tempo estabelece os contornos da sua contra-parte negativa: os indivíduos irresponsáveis, (traduzida na figura do “dependente” que, além de se referir ao dependente químico, refere-se também ao indivíduo que não soube fazer uso da sua liberdade, da sua capacidade de escolhas livres). O uso de álcool e drogas é a variável escolhida pelo programa de testagem para indicar a incapacidade do indivíduo assumir sua responsabilidade, um rótulo que atribui uma série de valores negativos e tornam seus portadores indesejáveis por serem vistos como um tipo de pessoa que representa um risco potencial para a empresa e para os colegas. Em termos dos efeitos de poder governamental, como visto anteriormente, o indivíduo que não sabe administrar sua liberdade realmente representa um risco para o fluxo do poder num regime liberal.

F. Allan Hanson demonstra que todo teste é uma técnica representacional: seu resultado é um significante para alguma outra coisa que se pretende saber. Segundo o autor (...) *a test is a representational technique applied by an agency to an individual with the intention of gathering information* (HANSON, 1993, p. 42). Nesse sentido, pode-se perceber que a racionalidade do programa de teste de drogas (positivo/negativo) trabalha com o resultado do teste como um significante que indica muito mais do que o simples uso ou não de álcool ou drogas: o que ele pretensamente revela é valor da pessoa testada dentro daquela escala de responsabilização individual. Trata-se, enfim, de uma prática atuarial (SIMON, 1988) que, em última instância, produz uma informação que permite à empresa avaliar se o indivíduo representa ou não um risco para a empresa (o que é o significado nos testes).

Todas as relações entre significantes e significados são culturalmente estabelecidas e num mundo permeado pela insegurança e interpretado a partir de uma lógica preventiva, o uso de tóxicos tem um sentido simbólico forte o suficiente para generalizar o julgamento sobre alguém: toma-se por certo que o portador de tal rótulo carrega também outros traços indesejáveis presumivelmente associados a ele (BECKER, 2008). Os resultados dos testes produzem o que Haggerty & Ericson denominaram de “*data double*”, uma reconstrução do indivíduo a partir dos dados coletados pelos dispositivos de vigilância que lhes atribuem um *self* adicional de maneira totalmente independente do seu referente (HAGGERTY & ERICSON, 2000) e assim definem o status primário desse indivíduo. Nesse contexto, os testes

de drogas estão associados a práticas atuariais que operacionalizam a classificação social dentro espectro da responsabilização individual (LYON, 2003). Entendido dessa maneira, percebe-se que o que se considera negativamente não é inobservância a uma regra da empresa, mas o potencial ameaçador do indivíduo “dependente” (o significante, a informação-alvo dos testes). Entretanto, é importante observar que esse procedimento intrínseco de classificação não é apenas algo imposto exteriormente sobre os indivíduos, mas está ativo dentro de cada um: os indivíduos também se reconhecem dentro da polaridade que vai da irresponsabilidade de quem usa drogas ao indivíduo “consciente”.

*Individuals, then, fear potential abnormality not only in others but also within themselves, and thus refrain from doing what would characterize them, in their own eyes, as abnormal. The norm becomes the object of individuals' desire instead of being only externally imposed. After all, where can the norm extract its value if not from that which it tries to negate? (VAZ & BRUNO, 2003, p.278).*

A intenção dos testes de drogas não é manter os trabalhadores sob vigilância para garantir a ordem (COHEN, 1985), mas utilizar a vigilância como um recurso que alimenta práticas atuariais de *social sorting* (LYON, 1994), constituindo e classificando os sujeitos, selecionando desejáveis e excluindo os indesejáveis. Nesse tipo de controle social o poder, intrínseco às práticas sociais, se ancora nas próprias consciências individuais e explora as tensões e as inseguranças difusas que caracterizam a pressão totalizante de ser um indivíduo “consciente” e responsável, capaz de tomar decisões acertadas num mundo em que as referências para se fazer escolhas se multiplicam exponencialmente.

Uma problematização adicional levantada pelos testes de drogas diz respeito à questão da moralidade na sociedade contemporânea. Como visto acima, no mundo contemporâneo as referências éticas são muitas, mas também equivalentes: não existe uma força superior ou mesmo uma orientação que auxilie os indivíduos na tarefa de como escolher entre elas nas situações concretas (BAUMAN, 2000). Essa sensação “anômica” é exacerbada por um processo no qual tanto as interações cotidianas quanto acontecimentos em escala mundial são removidos da alçada da moralidade. Bauman denomina essa suspensão da crítica moral de “adiaforização”: um arranjo social que neutraliza qualquer responsabilidade moral e faz com que as condutas humanas sejam pautadas exclusivamente por critérios técnicos. De acordo com Bauman *originalmente o termo adiaphoron era uma coisa declarada indiferente pela Igreja – nem boa nem má, mensurável por padrões técnicos (voltados para um propósito ou processuais), mas não por valores morais* (BAUMAN, 1997, p. 177).

A “responsabilidade flutuante” dos oficiais nazistas é um exemplo de comportamento adiaforizado (BAUMAN, 1998). Outro exemplo bastante típico pode ser encontrado na Guerra do Golfo, quando a operação de equipamentos militares à distância tornava as ações moralmente neutras (LYON, 2001). Mas evidências de uma organização social adiaforizada podem ser encontradas nas várias situações corriqueiras de administração de riscos no mundo contemporâneo. Os testes de drogas são um exemplo: apesar do discurso de cuidado com a saúde e segurança no ambiente de trabalho, o programa explora a ausência de elos sociais significativos e de identidade comum entre os indivíduos que trabalham na empresa. Os funcionários de níveis mais elevados (gerentes, subgerentes, chefes, etc), as enfermeiras e os médicos “apenas cumprem as ordens” e agem de acordo com a política da empresa. Os efeitos de sua ação estão separados de qualquer significação moral, pois os resultados dos testes são “objetivos”.

A neutralidade moral aqui ganha uma conotação fortemente negativa, na medida em que alimenta a sensação de insegurança e reforça o distanciamento entre os funcionários – além de bloquear processos pessoais e coletivos de identificação entre os funcionários e a instituição<sup>55</sup>.

### **Considerações Finais**

Vistas sob a perspectiva do controle social, as características dos testes de drogas e a forma como atuam podem servir como base para se analisar outras práticas do gênero, compreendendo como certas formas de controle social hoje procuram penetrar nas subjetividades e exercer práticas de classificação social.

Não é de surpreender que hoje essa prática esteja se expandindo também para outras áreas da vida social: muitas escolas já realizam testes aleatórios sistemáticos em alunos e professores; todas as empresas de transporte de passageiros ou cargas são obrigadas a manter um programa de testes sistemáticos de álcool e drogas em seus motoristas, pilotos ou condutores; os motoristas profissionais precisam submeter-se a testes para renovarem suas licenças (o que já leva seus sindicatos investirem em ações de “conscientização”); nas varas de família os juízes pedem exames toxicológicos dos pais para decidir sobre a guarda dos filhos; alguns programas sociais já começam a exigir que os beneficiários se submetam à testes toxicológicos como contrapartida; e prolifera também o uso de testes caseiros, vendidos para pais utilizarem em seus filhos.

---

<sup>55</sup> Essas questões são abordadas nos capítulos 6 e 7.

Por fim, pode-se concluir que o que se presencia nesse cenário de governamentalidade biopolítica não é tanto uma perda da liberdade, mas uma redefinição social do que se entende por liberdade, muitas vezes contraposta à ideia de segurança e invariavelmente circunscrita pelas novas concepções de responsabilidade individual.

## **CAPÍTULO 5 – CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS**

Os capítulos anteriores apresentaram discussões envolvendo a questão do poder, do controle social e da vigilância, suas formas contemporâneas e seus vetores. Tais discussões procuraram perfazer um trajeto teórico capaz de conduzir a problematização de um objeto de pesquisa específico, qual seja, o programa de testes de drogas lícitas e ilícitas no ambiente de trabalho. Dessa maneira, a ideia era fundamentar uma perspectiva teórica capaz de contextualizar o objeto de pesquisa dentro de um campo de estudos sociológico e estabelecer as principais referências analíticas capazes de auxiliar na interpretação dos fenômenos concretos.

A proposta desse capítulo é traçar algumas considerações metodológicas a respeito de estudos sobre vigilância e sobre as perspectivas que nortearão os processos de abordagem, análise e interpretação dessa própria pesquisa.

### **Pesquisando a vigilância**

Uma das características mais marcantes das grandes narrativas das Ciências Sociais sempre foi a pretensão de abordar seus objetos e desenvolver explicações a partir de teorias gerais. A ideia tácita de que uma boa teoria é capaz de explicar o mundo e que o trabalho empírico teria a função principal de comprovar a explicação pode ser encontrada em grande parte da sociologia clássica e continua influente ainda hoje.

Toda a discussão sobre o conceito de pós-modernidade aborda de alguma maneira questão da crise das grandes narrativas – que, aliás, só podem ser chamadas de “narrativas” a partir de uma perspectiva contemporânea, na medida em que elas nunca se propuseram a serem narrativas, mas sim as portadoras derradeiras dos fundamentos do mundo, das estruturas definitivas da realidade (LYOTARD, 2009). O que interessa aqui, no entanto, não é retratar essa discussão, mas sim destacar que a ênfase no potencial explicativo das teorias gerais apresenta problemas práticos e metodológicos no que se refere aos instrumentos de pesquisa empíricos sobre os fenômenos da vida social, especialmente num contexto em que novas formas e novos objetos se apresentam.

Na investigação de questões relacionadas ao poder contemporâneo, por exemplo, essas dificuldades se tornam aparentes: não é possível encontrar em nenhuma teoria geral do poder recursos metodológicos capazes de fornecer alguma perspectiva prática para uma abordagem de fenômenos dessa natureza e a própria definição clássica de poder enquanto uma substância acumulável inviabiliza que uma série de fatos decisivos para a vida social atual possa ser

vistos como objetos de investigação sociológica. Conforme apresentado e discutido no segundo capítulo desse trabalho, a perspectiva foucauldiana permite que um campo antes restrito por uma concepção essencialista de poder possa ampliar suas fronteiras e estender a investigação do poder a áreas e fenômenos que, de outra maneira, permaneceriam impenetráveis. Para Foucault o poder não é tratado conceitualmente como uma entidade coerente, unitária e estável, mas como uma noção que, antes de se referir a alguma espécie de substância acumulável e quantificável, leva em consideração uma série de relações que envolvem práticas, subjetividades, saberes, instrumentos que, se articulando a partir condições históricas complexas, produzem efeitos variados em contextos que vão muito além daquilo que uma análise clássica identificaria convencionalmente como “campo” do poder.

Os estudos sobre a vigilância, por exemplo, representam um campo de investigação vinculado a investigações sobre o poder numa perspectiva não essencialista. Trata-se de um campo relativamente recente, cuja expansão só se tornou possível a partir da abertura a novas perspectivas teóricas e metodológicas que permitiram aos estudiosos lidarem com as questões e desafios apresentados pelas formas recentes de vigilância. Os primeiros estudos que tentaram propor a vigilância como um objeto propriamente sociológico começaram a surgir ainda na década de 1970, mas ainda de forma muito isolada fragmentada; foi a partir de fins da década de 1980 e meados da década de 1990 que o campo realmente se firmou, com a produção de trabalhos sistemáticos e de impacto significativo. Como a maioria dos campos acadêmicos, o desenvolvimento inicial dos estudos da vigilância privilegiaram certos tipos de abordagens em relação a outros e ainda que grandes avanços e transformações tenham ocorrido em seu interior – muitas vezes em decorrências da rejeição de conceitos e abordagens muito influentes, como panopticismo, *Big Brother* ou privacidade -, durante muito tempo o foco dos trabalhos se manteve no nível institucional da dinâmica de poder (MONAHAN, 2011). De acordo com Monahan, estudos centrados no nível institucional do poder têm como característica operarem mais com a testagem de hipóteses teóricas do que com o desenvolvimento de explicações que partam dos dados coletados – ou seja, aplicam os conceitos sobre os dados coletados ao invés de trabalhá-los de maneira a permitir que deles emergam padrões e questões a partir de uma abordagem mais orgânica e integrada. Ainda que esse tipo de abordagem possa ter sido importante no sentido de fazer avançar o campo de conhecimento sobre a vigilância, ele acabou se esgotando rapidamente por minar o próprio retorno intelectual das pesquisas: o uso de dados apenas para o aprimoramento conceitual inibiu o desenvolvimento de novos conhecimentos.

A ênfase excessiva no nível institucional começou a ser superada a partir de uma série de pesquisas empíricas que abordavam objetos cada vez mais variados e que voltavam a atenção não apenas para aqueles que exercem a vigilância, mas também para aqueles que são submetidos à ela. Avanços teórico-metodológicos significativos nesse sentido vieram da contribuição da obra de David Lyon (1994; 2001; 2003; 2006). Constatando que formas diferentes de vigilância podiam ser posicionadas ao longo de um espectro que varia do “cuidado” ao “controle”, Lyon observou que a vigilância contemporânea estava carregada de ambiguidade – desde vigiar as pessoas para fins de proteção, até escrutinar comportamentos individuais para impor disciplina. A principal importância dessa contribuição foi chamar atenção dos estudiosos do tema para evitarem críticas excessivamente simplistas à vigilância acusando-a de ser algo inerentemente negativo ou puramente voltado para a dominação; ao invés disso, as avaliações deveriam ser feitas caso a caso, reconhecendo a complexidade do fenômeno da vigilância que, na realidade, opera frequentemente em ambos os registros, cuidado e controle, simultaneamente.

Nos últimos anos as áreas de interesse dos estudos da vigilância mudaram e se expandiram, assim como também seus métodos e teorias, para abranger as transformações ocorridas no seu próprio objeto de estudo e abordar vasta gama de atividades e dispositivos de vigilância que se disseminam na sociedade contemporânea. Com efeito, essa expansão tornou o campo verdadeiramente transdisciplinar, ainda que suas preocupações fundamentais tenham se firmado como questões marcadamente sociológicas.

Whereas surveillance studies may have gained considerable momentum from the early works of sociologists, it has now expanded to become a truly transdisciplinary enterprise with representatives from sociology, criminology, political science, philosophy, geography, science and technology studies, communication, media and information studies, anthropology, and other fields. This has brought about an enhancement rather than a dilution of sociological inquiry; it has fostered a sociological imagination in the deepest sense of the term, of tracing everyday practices of surveillance in local contexts to larger assemblages of power and influence. Moreover, these changes in disciplinary demographics have forced scholars to debate the direction of the field, criteria for evaluating scholarship, and definitions of surveillance, thereby requiring members to confront and defend, and oftentimes revise, their own disciplinary perspectives, subsequently advancing collective knowledge in the process (MONAHAN, 2011, p. 496).

Muitos estudos sobre a vigilância hoje mostram também que, devido a sua complexidade, a vigilância não pode ser abordada apenas como um fenômeno unilateral, ou seja, não é possível compreender a vigilância se a concebemos apenas como um instrumento de dominação aplicado por “sujeitos ativos da vigilância” sobre os “objetos passivos da vigilância” (MONAHAN, 2011). Ou seja, ela deve ser considerada também em outros níveis, inclusive levando em consideração que os supostos alvos das práticas de vigilância desenvolvem meios criativos de lidar com ela e que, quer se trate de formas de resistência ou simplesmente colaborativas, é importante que qualquer pesquisa sobre a vigilância tenha sempre em vista que a agência dos “vigíados” é um aspecto crucial para se compreender as práticas contemporâneas: enquanto prática de poder, a vigilância pressupõe e necessita da liberdade. Nesse sentido, dentre as várias formas de abordagem da vigilância contemporânea, uma das direções possíveis é considerar a vigilância como prática social. Isso implica em descartar definitivamente a ideia de que a vigilância seja apenas uma ferramenta externa às relações sociais, manejada por atores que concentrem mais poder, para dominar os demais; ao contrário, a vigilância é encarada como um fator de poder ativo dentro de um contexto social, constituinte de conhecimentos, experiências e relações, e, ao mesmo tempo, constituído por eles. De acordo com Monahan, a perspectiva de estudos da vigilância como prática cultural se refere a:

(...) an orientation to surveillance that views it as embedded within, brought about by, and generative of social practices in specific cultural contexts. Rather than analyzing surveillance technologies, for instance, as exogenous tools that are mobilized by actors to deal with perceived problems or needs, studying surveillance as cultural practice would understand these technologies a priori as agential (as “actants” within a social system) and constitutive of knowledge, experience, and relationships (MONAHAN, 2011, p. 496).

Abordar a vigilância a partir da perspectiva de uma prática cultural torna a investigação mais propensa a tentar compreender as experiências e o envolvimento das pessoas com a vigilância em seus próprios termos, enfatizando a produção sentidos êmicos ao invés de éticos. Ao invés de se partir de uma teoria e usar o campo para testá-la, a proposta é integrar os dados da pesquisa ao processo de teorização, explicando os casos particulares a partir de seus próprios elementos. Fundamentalmente, a perspectiva da vigilância como prática cultura deixa claro algo que está presente em todo o campo: em se tratando de estudos sobre o poder, não é possível adotar nenhuma teoria geral.

### **A pesquisa sobre o programa de teste de drogas: abrangência e orientação**

Assim outras formas de abordagem, a proposta dos estudos sobre a vigilância enquanto prática cultural também é compreender criticamente sistemas complexos; a diferença fundamental as investigações adotam pontos de partida distintos dentro desses sistemas.

As questões da legitimidade dos pontos de partida da pesquisa e dos limites das grandes narrativas e meta-teorias auxiliarem na construção de conhecimento sociológico a partir de casos concretos têm sido discutidas desde há muito tempo nas Ciências Sociais (MERTON, 1968). No caso da vigilância, por exemplo, não há uma teoria geral capaz de explicá-la e tampouco existe a pretensão de se construir alguma; o próprio reconhecimento da complexidade do fenômeno indica também a inviabilidade de uma teoria geral e direciona os esforços de pesquisa para formas variadas de abordagens conforme as perspectivas adotadas em casos específicos. Dessa maneira, em termos de abrangência e especialmente quando se aborda a vigilância como prática cultural, as investigações se propõem a realizar um trabalho de médio alcance ou até mesmo da microanálise.

Se por um lado trabalhos que abordam a vigilância como prática cultural superaram a pretensão a uma teorização geral, por outro lado em nenhum momento eles perderam a perspectiva de que a vigilância contemporânea é fundamentalmente (como, aliás, sempre foi) um fenômeno ligado ao exercício do poder (MONAHAN, 2011; VAGLE, 2016). E é nesse sentido que a perspectiva de Foucault se torna especialmente próxima dessa forma de abordagem: diferentemente das abordagens de inspiração clássica, a perspectiva foucauldiana permite que o pesquisador integre as práticas de vigilância de forma coerente e contextualizada com uma análise crítica sobre o poder, sem reduzi-las a um papel meramente instrumental de ferramentas de dominação – o que tornaria fútil qualquer esforço de pesquisa sobre a vigilância, uma vez que a explicação lá estaria pré-determinada. A pesquisa sobre o programa de prevenção ao uso de álcool e outras drogas ilícitas no ambiente de trabalho realizada no âmbito desse trabalho procurou incorporar essa perspectiva, lembrando sempre que os testes de drogas lícitas e ilícitas representam um mecanismo de controle social que, em última análise, é uma importante forma local de articulação de poder no contexto pesquisado. Assim, caso o programa fosse visto apenas como imposição de uma política corporativa a qual os funcionários são involuntariamente submetidos, uma abordagem que enfatizasse o nível institucional da dinâmica do poder pareceria suficiente para explicar seu funcionamento. Mas sob esse prisma os testes de drogas e álcool seriam tratados apenas como ferramentas de poder aplicadas instrumentalmente para dominar os funcionários – um constrangimento

externo à sua experiência e alheio à subjetividade dos indivíduos que trabalham na empresa e que apenas o receberiam passivamente. Isso reforçaria uma separação entre sujeitos e objetos da vigilância e reiteraria uma visão “quantitativa” de poder (vide capítulo 2). Diferentemente de tal tipo de abordagem, a proposta desse trabalho foi encarar o programa de testes de drogas lícitas e ilícitas como uma prática cultural, no sentido metodológico apresentado acima.

Pesquisar a vigilância como prática cultural implica, em primeiro lugar, em evitar aplicar indiscriminadamente sobre o objeto de pesquisa quaisquer explicações teóricas previamente construídas ou coletadas em revisão bibliográfica; ao contrário disso, deve-se permitir que os sentidos para os fenômenos observados surjam a partir das percepções do próprio objeto de pesquisa. Em segundo lugar, é necessário se distanciar do modelo essencialista de poder, fundamentado na separação entre sujeitos e objetos da vigilância (MONAHAN, 2011). No contexto da prática de pesquisa realizada aqui, para que essa proposta pudesse ser operacionalizada, tornou-se necessária a incorporação de outras perspectivas de pesquisa, especificamente o Interacionismo Simbólico enquanto um referencial teórico-metodológico e um método de pesquisa de inspiração interacionista, a *grounded theory* - ou “teoria fundamentada em dados”, como é convencionalmente traduzida no Brasil.

### **O papel do Interacionismo Simbólico como inspiração teórico-metodológica da pesquisa**

Assumir a inspiração interacionista significa adotar uma perspectiva teórico-metodológica segundo a qual o mundo social é construído através do compartilhamento de significados simbólicos pelos indivíduos. Ao contrário das abordagens positivistas, para as quais os significados já se encontrariam previamente na própria realidade concreta, anteriores às experiências e independentes de qualquer interpretação, a perspectiva interacionista assume que os sentidos que as pessoas atribuem ao mundo, aos acontecimentos e às coisas não existem em tais coisas em si mesmas, mas são antes o fruto da articulação entre símbolos, interpretações e ideias que se dá nos processos de interação social. Em outros termos, para o Interacionismo Simbólico os significados são socialmente construídos e aquilo que é definido como “realidade” pelas pessoas é o resultado do emprego em comum de um conjunto de significados compartilhados na vida cotidiana (SURETE, 1997). O que as pessoas percebem como “realidade” não é nada mais (e nada menos) do que aquilo que emerge desses processos de interação simbólica.

Um conceito fundamental para compreendermos o processo de construção social da realidade é o de “definição de situação”, segundo o qual as pessoas orientariam suas condutas

com base naquilo que estabelecem como real. A definição do que é real, por sua vez, não é fixa nem pré-existente: as pessoas definem a realidade a partir dos próprios processos de interação simbólica em que estão envolvidas e estas definições tendem a refletir tanto o contexto imediato em que se dá a interação como também pressuposições sobre ordem, poder e normalidade (ALTHEIDE, 2009). A origem do conceito está na obra de W. I. Thomas, quando este afirmou que *if men define situations as real, they are real in their consequences* (THOMAS, 1928, p. 572), chamando a atenção para o fato de que o mundo não tem nenhum significado pré-estabelecido: os indivíduos interpretam, definem as situações e estabelecem sentidos para os acontecimentos através das interações simbólicas; quando significados são admitidos e compartilhados tem-se uma “realidade” que é reconhecida pelos agentes envolvidos no processo interativo.

De acordo com Thomas, antes de qualquer ação existe uma definição de situação e é a partir dela que os agentes estabelecem as direções das suas condutas.

Preliminary to any self-determined act of behavior there is always a stage of examination and deliberation which we may call “the definition of the situation”. And actually not only concrete acts are dependent of the definition of the situation, but gradually a whole life-policy and the personality of the individuals himself follow from a series of such definitions (THOMAS, 1923).

As condutas dos indivíduos são orientadas pelo que definem como sendo real; mas o que o conceito destaca é que essa realidade não é exterior à experiência, não é uma “coisa” que possa ser descrita e apreendida independentemente de qualquer processo interpretativo. Os símbolos que as pessoas empregam no seu cotidiano (linguagens, conceitos, categorias, ideias, etc) não devem ser vistos como meros instrumentos de expressão ou descrição, mas como potências criadoras daquilo que eles admitem como realidade (STRAUSS, 1999). No caso da pesquisa sobre os testes de drogas, isso significa estar atento para os significados que os funcionários atribuem ao programa e para a maneira como recebe sentidos dentro das experiências de quem precisa lidar com ele cotidianamente. Por mais que se trate de um programa oficial da empresa, com suas regras e procedimentos formalmente estabelecidos, o aspecto formal ou o discurso oficial têm muito pouco a dizer sobre seu significado nas experiências concretas dos indivíduos – sobre sua “realidade”, enfim.

O que os testes de drogas são, sua “realidade”, não se esgota em seus procedimentos objetivos, mas é o que as pessoas fazem com eles na prática a partir de suas definições de situação. A inspiração interacionista orienta metodologicamente o pesquisador para manter-se

atento ao fato de que, seja contestando os testes, seja obedecendo indiferentemente ou até mesmo apoiando abertamente as diretrizes do programa, é a agência dos indivíduos que faz com que os testes existam tal como são. Ou seja, os funcionários não devem ser considerados apenas como objetos passivos dos testes de drogas e álcool, mas sujeitos ativos envolvidos numa prática social que, mesmo quando estabelecida por poderes institucionais, é mobilizada e vivida por agentes em interação.

Ao propor uma abordagem do programa de testagem como uma prática social, a pesquisa procura valorizar os aspectos interativos e simbólicos envolvidos da definição de situação. Porém, isso não significa desconsiderar que os testes de drogas são procedimentos que fazem parte das políticas empresariais e nesse sentido, são obrigatórios para os funcionários. Não se trata de uma situação de engajamento espontâneo, mas que envolve constrangimentos organizacionais sobre os indivíduos. Em outros termos, não se trata de uma situação em que as interações sejam inteiramente livres, pois não existe um equilíbrio de poder entre os participantes. Enfim, o programa de controle do uso de drogas lícitas e ilícitas é, no fundo, um mecanismo de poder. Esse desequilíbrio de poder entre os envolvidos não significa, entretanto, que o sentido do programa seja pré-estabelecido: o fato dos testes de drogas serem mandatórios e estarem regimentalmente previstos não implica que as pessoas recebam-no passivamente. Dessa maneira, essa pesquisa não aborda os testes de drogas apenas como uma ferramenta utilizada por um poder abstrato para fins instrumentais de monitoramento e controle, nem como uma livre construção simbólica interativa: reunindo as contribuições da perspectiva foucaultiana e da orientação metodológica da vigilância como prática social, o que se pretende é observar de que maneira o programa de testagem, enquanto mecanismo de controle social, articula símbolos, ideias e visões de mundo associadas de alguma maneira aos regimes de poder contemporâneos. É nesse sentido que os testes de drogas são compreendidos como uma prática que é ao mesmo tempo constituída socialmente e constitutiva das relações e percepções sociais naquele contexto pesquisado (MONAHAN, 2011)<sup>56</sup>.

---

<sup>56</sup> Quanto a isso, mais uma observação metodológica de W. I. Thomas se torna bastante apropriada: *The total situation will always contain more and less subjective factors, and the behavior reaction can be studied only in connection with the whole context, i.e., the situation as it exists in verifiable, objective terms, and as it has seemed to exist in terms of the interested persons* (THOMAS, 1928, p. 572).

### **A sociedade é mais do que interação simbólica: a autocrítica interacionista**

Sempre foi um problema para Interacionismo Simbólico clássico trazer para seu campo de reflexão questões que envolvessem o poder. Essa problematização foi suscitada por Norman K. Denzin (1992) ao apontar alguns pressupostos “ingênuos e românticos” sobre os quais a tradição se desenvolveu.

De acordo com Denzin, um dos pressupostos elementares do Interacionismo é que vida social é uma experiência comunicada através de processos de interação simbólica nos quais as pessoas definem as situações e constroem aquilo que percebem como a realidade. Nesse sentido, a perspectiva interacionista se fundamenta a partir de três dimensões ou aspectos contínuos da vida social – o simbólico, o comunicacional e o interativo. Denzin nota que à despeito da importância da dimensão comunicacional enquanto instância de mediação entre o simbólico e o interativo (afinal toda interação simbólica precisa ser, necessariamente, um processo comunicacional), o Interacionismo Simbólico clássico sempre tendeu a negligenciar a importância mediadora da dimensão comunicacional, reduzindo-a a um aspecto complementar da dimensão simbólica da ação (DENZIN, 1992). Essa tendência gerou sérias limitações para a análise interacionista, principalmente porque desconsiderar a dimensão comunicacional significa secundarizar aspectos sociais e culturais que mediam a experiência e que, por isso, são decisivos para os enquadramentos simbólicos e para a forma como as interações simbólicas efetivamente se desenvolvem em cada contexto específico.

Nas experiências de mundo de cada indivíduo, em nenhum momento ele é confrontado com diretamente com fatos concretos, brutos, imediatos; todas essas experiências são mediadas por símbolos e ideias, de modo que, como C. Wright Mills destacava, *a primeira regra para compreender a condição humana é que os homens vivem em mundos de segunda mão* (MILLS, 2009, p. 66). Entre a dimensão simbólica e a dimensão situacional não há ligação direta, não há um tráfego livre, mas uma série de fatores que conectam ambas: fatores sociais e culturais que de diversas maneiras influenciam ou formatam as definições de situação. A dificuldade do Interacionismo clássico em abordar questões relativas ao poder teria sua origem nesse descuido com o aspecto comunicacional, uma vez que o poder é um dos elementos que atua nessa mediação entre o nível simbólico e o nível da ação.

O próprio George H. Mead já chamava atenção para o fato de que nem todos os elementos envolvidos numa situação são elementos simbólicos, ou seja, nem todos evocam processos interpretativos similares nos participantes da interação, nem todos são mobilizados numa definição de situação. O que transforma determinados elementos em símbolos decisivos num contexto específico é justamente a comunicação: palavras, gestos, imagens, discursos,

etc, só se tornam aquilo que Mead denominou de “símbolos significantes” a partir da forma como eles são comunicados, transmitidos, recebidos e compartilhados. Sem essa mediação, a dimensão simbólica e a dimensão situacional não se encontrariam. Mead ilustra da seguinte maneira a transformação de um gesto em um símbolo significativo:

If somebody shakes his fist in your face you assume that he has not only a hostile attitude but that he has some idea behind it. You assume that it means not only a possible attack, but that the individual has an idea in his experience. When, no, that gesture means this idea behind it and it arouses that idea in the other individual, then we have a significant symbol. (...) in the present case we have a symbol which answers to a meaning in the experience of the first individual and which also calls out that meaning in the second individual. Where the gesture reaches that situation it has become what we call "language." It is now a significant symbol and it signifies a certain meaning (MEAD, 1934, p. 23)

O resultado de tratar os aspectos simbólicos e interativos da vida social como se fossem diretamente relacionados, sem nenhuma mediação, implica em considerar que os símbolos significantes existem por si mesmos, como elementos positivos e que podem ser “livremente” manejados em cada contexto interativo; ou seja, implica na suposição de que as interações simbólicas se dão sem nenhuma mediação e sem nenhum constrangimento. De acordo com Denzin, todo o desenvolvimento do Interacionismo Simbólico e sua consolidação como uma importante vertente sociológica teria se dado sob esse prisma, consagrado por Herbert Blumer em sua tentativa de unificar teoricamente a perspectiva.

Os esforços de Herbert Blumer no sentido de estabelecer uma referência teórica unificada para o Interacionismo Simbólico estabeleceram a sua “forma canônica” (DENZIN, 1992), que pode ser sintetizada nas três premissas elementares estabelecidas por Blumer: a) as pessoas agem em relação às coisas com base nos sentidos que tais coisas têm para eles; b) os sentidos que tais coisas têm para as pessoas derivam da interação social; c) esses sentidos são modificados ou mantidos através de processos interpretativos envolvendo indivíduos auto-reflexivos que interagem simbolicamente entre si (BLUMER, 1980). Os estudos interacionistas baseados nessa “forma canônica”, portanto, partem do pressuposto de que a relação entre a dimensão interativa e simbólica é livre. Com efeito, Denzin destaca que entre os aspectos simbólicos e os interativos os estudos interacionistas “clássicos” privilegiaram francamente a análise dos segundos, produzindo um tipo consagrado de trabalho caracterizado pela preferência por narrativas locais, pela pequena escala e nos quais o pesquisador está

próximo ao objeto e pode observar como as pessoas interagem entre si. Estão ausentes nesses trabalhos, entretanto, problematizações sobre a relação que as interações estudadas no nível micro têm com o quadro social mais amplo em que elas se inserem, especialmente no que diz respeito aos elementos mediadores que produzem, transportam ou formatam os significados articulados pelos indivíduos na vida cotidiana (DENZIN, 1992).

Denzin não discorda das premissas elementares estabelecidas por Blumer para o Interacionismo Simbólico. Sua crítica se refere à naturalização de certas abordagens que ele acredita serem informadas por “vieses teóricos, empíricos e ideológicos” (DENZIN, 1992), ou, mais especificamente, a crença ingênua de que as pessoas manejam os símbolos conforme sua vontade e definem livremente as situações. Ou seja, acreditando que a dimensão simbólica e a dimensão interativa da vida social estariam diretamente relacionadas, sem qualquer mediação (conforme Blumer e Mead), o Interacionismo “canônico” trata o agente individual como alguém livre para definir situações sem nenhum constrangimento (DENZIN 1992). A autonomia do indivíduo para definir/criar a sua realidade seria total, independente da situação concreta, livre de quaisquer mediações. Para Denzin esse tipo de Interacionismo que mais se aproxima de um “conto romântico” é que precisa ser desafiado.

Society is more than symbolic interaction. What goes on in a society at level of opinion, news, social welfare, education, labor, the courts, the military, and the family involves more than informed publics exercising their will (DENZIN, 1992).

A crítica de Denzin chama atenção para o fato de que as definições de situação não são livres. O processo de atribuição de sentido pelos indivíduos envolve o manejo e a articulação de um amplo conjunto de símbolos oriundos de várias fontes que não apenas situacionais. As conexões entre o micro e o macro, entre o *self* e as estruturas sociais, entre as dimensões interativa/situacional e a simbólica, não é direta e linear, mas mediada por uma série de elementos decisivos – aspectos culturais, mecanismos de poder, processos de subjetivação, etc - que localizam os indivíduos no mundo e que compõem o que Denzin definiu como a dimensão comunicacional da vida social.

I understand communication to refer to an ensemble of social practices, social forms, social relationships, and the technologies of representation which construct definitions of reality. The social practices, relationships, and technologies of communication symbolically interact. They do so in concrete historical moments, to produce particular ideological, emotional, and cultural meanings which are connected to the lived experiences of interacting individuals. (DENZIN, 1992).

O processo de definição de situação continua sendo um elemento central, mas deve-se considerar também que ele é formatado e moldado pelo contexto cultural e organizacional mais amplo em que os agentes estão inseridos. Daí que sem compreender essas instâncias mediadoras, o Interacionismo teria muito pouco a dizer sobre a sociedade contemporânea. A proposta de Denzin é que o tipo de trabalho característico do interacionismo clássico seja combinado com considerações mais abrangentes que procurem examinar como as experiências vividas, por um lado e os contextos mais amplos em que os indivíduos estão inseridos, por outro, se relacionam nos processos de definição de situação – o que ele chama de *uma versão interpretativa do Interacionismo Simbólico* (DENZIN, 1992, p. 22; DENZIN, 2001, p. 19). Segundo ele, apenas enfrentando tais questões e colocando-se a si mesmo o problema central de examinar como aqueles indivíduos que interagem entre si conectam as suas experiências imediatas com as representações culturais de suas próprias experiências é que o Interacionismo Simbólico pode continuar dizendo algo relevante para o mundo contemporâneo. Na sua proposta “interpretativa”, Denzin indica diretamente a importância dos trabalhos de inspiração interacionistas incorporarem a perspectiva foucauldiana como um recurso teórico-metodológico para a abordagem de questões relativas ao poder<sup>57</sup>.

### **Proposta de uma Teoria Fundamentada em Dados**

A autocrítica interacionista, especialmente na forma como foi sintetizada por Denzin, abre a possibilidade para que o Interacionismo Simbólico se sustente como perspectiva capaz de uma abordagem crítica e profunda de novos temas e questões fundamentais do mundo contemporâneo.

A perspectiva interacionista deve assumir que sociedade não é apenas interação simbólica e por isso é necessário levar em consideração os aspectos relativos ao poder e outros elementos mediadores entre o simbólico e o situacional, que conectam o *self* às estruturas sociais; afinal, ainda que os processos de definição de situação se deem de fato em interações específicas, eles são formatados e moldados a partir de contextos culturais e organizacionais mais amplos onde se dão as mediações de tais processos. Essa abertura teórico-metodológica possibilita aos estudos interacionistas incorporarem questões relativas ao poder – ou seja, às maneiras como as definições de situação e as construções interativas de significados simbólicos são atravessadas (ou mediadas) por questões de poder. Na pesquisa proposta nesse trabalho isso implica em considerar a relação necessária que existe entre a

---

<sup>57</sup> As grandes contribuições teórico-metodológicas as quais o Interacionismo Simbólico precisaria incorporar citadas diretamente por Denzin são, além da perspectiva foucauldiana, a teoria feminista em suas versões mais recentes, o pós-modernismo e os estudos culturais (DENZIN, 1992).

articulação simbólica e a atribuição de sentidos ao programa de testes de drogas e álcool (aspectos simbólicos e situacionais), por um lado e um mecanismo de controle social que explora certos símbolos, ideias e concepções sociais de liberdade, responsabilidade e segurança, por outro (aspecto que Denzin chamou de “comunicacional”). Trazer a ideia foucaultiana de poder para esse caso permite observar com maior precisão que as práticas de governo, de condução das condutas, atuam principalmente nessa dimensão mediadora das experiências.

Tendo estabelecido as principais referências teórico-metodológicas desse trabalho, a orientação dos estudos da vigilância como prática cultural reunindo a perspectiva interacionista em sua versão interpretativa e a ideia foucauldiana de poder, é importante agora esclarecer as referências para a prática de pesquisa, de interpretação e análise. Como visto anteriormente, aquela orientação teórico-metodológica implica em encarar as práticas de vigilância como práticas culturais, de maneira que a pesquisa deve buscar os sentidos que os próprios envolvidos atribuem a elas. No caso da pesquisa sobre o programa de controle do uso de drogas lícitas e ilícitas, se procurou realizar um trabalho interpretativo inspirado na proposta da teoria fundamentada em dados (STRAUS & CORBIN, 2008), abordando os procedimentos e os discursos dos funcionários “por dentro”, buscando deixar emergir a partir dos próprios dados as eventuais relações, padrões e percepções e evitando atribuir explicações construídas externamente a eles.

A perspectiva metodológica denominada *grounded theory* (ou “teoria fundamentada em dados”, como é convencionalmente traduzida no Brasil) foi desenvolvida na década de 1960 por Barney Glaser e Anselm Strauss no livro *The Discovery of Grounded Theory: Strategies for Qualitative Research* (GLASER & STRAUSS, 2009). Em sua formulação original, ela pode ser vista como o resultado da convergência entre duas tradições intelectuais e acadêmicas distintas: por um lado, Barney Glaser, professor do departamento de sociologia da Universidade de Columbia, trouxe a influência da metodologia quantitativa de Paul Lazarsfeld e a proposta das teorias de médio alcance de Merton; por outro lado, Anselm Strauss, professor do departamento de sociologia da Universidade de Chicago, reunia a tradição da Escola de Chicago e também do Interacionismo Simbólico (SONEIRA, 2006). Essas duas tradições se conjugaram numa síntese original que deu origem a uma metodologia para desenvolver teorias que estão enraizadas em informações coletadas e analisadas sistematicamente (STRAUSS & CORBIN, 1994, p.273).

De acordo com Strauss, o objetivo da proposta era possibilitar uma prática de pesquisa que não se voltasse para comprovação de teorias, mas para descobrir teorias que emergissem

dos dados. Nesse sentido, a *grounded theory* não é uma teoria, mas uma metodologia para descobrir teorias que estão latentes nos dados. Ainda sobre a proposta original, Strauss afirma também que havia uma intenção direta de opor-se às perspectivas positivistas e funcionalistas, hegemônicas no meio acadêmico americano à época:

Con el libro nos habíamos propuesto alcanzar tres objetivos: Primero, legitimar la investigación cualitativa, por aquél entonces no reconocida (...) Segundo, nuestra intención era atacar a los funcionalistas tipo Parsons o Merton. Por aquel entonces los estudiantes y jóvenes sociólogos adoptaban sus teorías sin rechistar y ponían en duda todo aquello que se opusiera a los conceptos de éstas. Nosotros queríamos sublevarnos contra estas "teorías transmitidas" y el efecto resultó ser mayor de lo que intuíamos. De ahí que el libro sea tan agresivo, activista. Incluso el redactor de la editorial propuso cambiar todas las frases a construcciones pasivas, para paliar de ese modo el tono polémico de la obra, pero nosotros nos opusimos a ello rotundamente y con éxito. El tercer objetivo era esclarecer las posibilidades de desarrollar una teoría partiendo de los datos (LEGEWIE, 2004).

Em 1990 o próprio Anselm Strauss (juntamente com Juliet Corbin) revistou a proposta original sistematizando alguns de seus pontos<sup>58</sup> e consolidando uma metodologia que consiste em um conjunto de estratégias e procedimentos de produção de dados, interpretação e análise, voltados para a construção de uma explicação para o problema de pesquisa a partir do próprio objeto investigado, partindo dos dados fundamentados empiricamente e organizados em categorias conceituais que possibilitem uma construção teórica explicativa sobre o fenômeno (STRAUSS & CORBIN, 2008). Dessa maneira, ao invés da verificação de hipóteses, a preocupação característica da teoria fundamentada em dados é principalmente a descoberta de relações e padrões existentes nos próprios fenômenos; não há nenhum fechamento quanto ao uso de hipóteses teóricas, mas elas são de fato secundárias para o processo como um todo.

A metodologia da teoria fundamentada em dados recorre ainda a duas estratégias principais. A primeira delas é a “comparação constante”, através da qual o pesquisador recolhe, analisa e codifica dados simultaneamente. Isso exige o envolvimento primário do pesquisador em todas as fases da pesquisa e não só no momento de análise dos dados, de modo que existe sempre reflexividade e reciprocidade entre os processos de coleta, análise e interpretação de dados: não há um momento estanque para cada fase, mas uma circularidade

---

<sup>58</sup> A revisão da proposta original provocou a ruptura entre Glaser e Strauss, que a partir de então passaram a desenvolver versões distintas de teorias fundamentadas em dados.

na qual um processo integrado de pesquisa pode ser dividido em momentos lógicos, ainda que simultâneos, mas não fragmentado em fases cronológicas que se sucedem linearmente; a entrada de dados, por exemplo, pode acontecer em momentos variados do processo de pesquisa.

A segunda estratégia se refere à amostragem teórica, através da qual o pesquisador seleciona a sua amostra de acordo com o potencial que cada caso apresenta para ajudar a desenvolver, refinar ou expandir conceitos ou teorias emergentes.

Theoretical sampling is done in order to discover categories and their properties, and to suggest the interrelationships into a theory. Statistical sampling is done to obtain accurate evidence on distributions of people among categories to be used in descriptions or verifications (GLASER & STRAUSS, 2009, p. 62).

A "saturação teórica" se dá quando a adição de novos casos não oferece informações adicionais para desenvolvimento de novas propriedades em categorias (GLASER & STRAUSS, 2009, p. 61).

A ideia de que conceitos, correlações e questões a serem investigadas devem emergir a partir da interação do pesquisador com os materiais é especialmente importante para esse método. No caso particular deste trabalho, isso significa que as práticas que compõem os programas de testes de drogas e as percepções e narrativas dos funcionários foram abordadas a partir de suas próprias referências, buscando-se descobrir eventuais relações, conexões e padrões a partir dos dados. O material coletado foi trabalhado para compor uma estrutura teórica emergente e não pré-concebida, evitando-se aplicar “sobre” o objeto um discurso explicativo paralelo ou alheio ao mesmo. Dessa maneira, inspirada na ideia de uma *grounded theory*, a pesquisa teve o intuito de produzir um trabalho interpretativo, sendo essa interpretação desenvolvida a partir dos próprios dados.

A ênfase na construção dos sentidos emergentes não quer dizer, contudo, que exista uma oposição ao trabalho teoricamente alicerçado; pelo contrário, o embasamento teórico deve ser uma preocupação constante do pesquisador; entretanto a teoria não deve ser utilizada nem de forma que rígida nem enrijecedora: seu papel é, primeiramente, o de permitir que o pesquisador vá a campo “bem informado” para que os conceitos e as relações possam vir à tona e serem captados durante o processo de pesquisa e análise; em segundo lugar, a teoria também auxilia o pesquisador nos momentos de análise, interpretação e refinamento conceitual da explicação emergente.

Cabe destacar ainda que a metodologia da teoria fundamentada em dados ressalta a importância de que o pesquisador esteja atento aos elementos e às formas como acontecem as mediações entre o micro e o macro, ou seja, às maneiras como as definições e experiências locais estão associadas às condições estruturais mais amplas.

The analysis of a setting must not be restricted to the conditions that bear immediately on the phenomenon of central interest. Broader conditions affecting the phenomenon may include economic conditions, cultural values, political trends, social movements, and so on (STRAUSS & CORBIN, 1990, p. 11).

Essa relação entre macro e micro não deve ser tomada como direta, nem como algo *taken for granted*, mas explicada em suas mediações e incorporada à teoria emergente.

It is useful to think of structural conditions in terms of a "Conditional Matrix". (...) Bringing broader conditions into the analysis requires integrating them into the theory. It is not appropriate simply to list them or refer to them as a background for "better understanding" of what one is studying. It is the researcher's responsibility to show specific linkages between conditions, actions, and consequences (idem).

### **Análise Etnográfica de Conteúdo: técnicas e procedimentos práticos**

A teoria fundamentada em dados deu origem a diversas propostas concretas de métodos pesquisa. Uma dessas propostas foi desenvolvida por David L. Altheide, denominada por ele de Análise Etnográfica de Conteúdo (ALTHEIDE, 1996).

Oriundo do campo do Interacionismo Simbólico, Altheide é um dos autores que, assim como Norman K. Denzin, também propôs uma revisão da perspectiva interacionista diante da constatação de suas limitações teóricas e metodológicas. Visando operacionalizar formas de abordagem práticas que realmente permitam às pesquisas de inspiração interacionista superar o “modelo canônico” e incorporarem novas perspectiva e novos objetos, ele propôs o que chamou de análise etnográfica de conteúdo (ALTHEIDE, 1996).

A Análise Etnográfica de Conteúdo é composta por um conjunto de técnicas e métodos de coleta/produção de dados, de análise e de interpretação visando compreender os processos e os conjuntos de objetos, símbolos e significados que criam uma realidade social compartilhada pelos membros de uma sociedade. Trata-se de uma proposta prática desenvolvida a partir da própria perspectiva metodológica da *grounded theory*, podendo ser considerada como uma derivação ou uma versão mais específica da mesma. Dessa maneira,

existem claras similaridades entre as duas, principalmente pelo papel central que ambas conferem aos procedimentos constantes de comparação e contraste dos dados no processo de análise e ao uso de amostragem teórica. Entretanto, diferem entre si quanto à ênfase e ao rigor dos processos de seleção de materiais: se por um lado a teoria fundamentada em dados dá grande destaque à codificação sistemática das notas de observação e dos dados, por outro lado a Análise Etnográfica de Conteúdo considera que o processo geral de coleta e interpretação dos dados como um todo é mais significativo para o estudo do que os procedimentos para a sua codificação. Da mesma forma, a *grounded theory* exige que os pesquisadores adotem procedimentos mais rigorosos para a seleção e exclusão dos materiais, enquanto a Análise Etnográfica de Conteúdo, por sua vez, destaca a importância inicial de todos os elementos para a elaboração das descrições densas, consideradas como um passo necessário para a emergência de definições conceituais a partir do próprio “campo” – e nesse sentido há um menor rigor em relação aos procedimentos de seleção dos materiais: todos os elementos do “campo”, até os menos óbvios, podem ser transformados em dados.

Grounded Theory is trying to generate clear testable hypotheses as foundation for “theory” and this may require excluding certain materials. Ethnographic Content Analysis is not oriented to theory development, but is more comfortable with clear descriptions and definitions compatible with the materials. Central to both, however, is the importance of constant comparison, contrasts, and theoretical sampling (ALTHEIDE, 1996, p. 17).

Em linhas gerais a Análise Etnográfica de Conteúdo é uma forma de pesquisa essencialmente qualitativa. Sua ideia fundamental é desenvolver a perspectiva etnográfica em outros tipos de pesquisa – mesmo quando não se tratem especificamente de etnografias no modelo convencional.

In general, ethnography refers to the description of people and their culture. In this sense, the subject matter - humans beings engaged in meaningful behavior - guide the mode of inquiry and orientation of the investigator. If the meaning of an activity remains paramount, however, ethnography can also be considered as a methodological orientation, independent of a specific subject matter. Products of social interaction, for example, can also be studied reflexively, looking at one feature in the context of what is understood about other features, allowing for the constant comparison suggested by Glaser and Strauss (ALTHEIDE, 1996, p. 14).

Ou seja, mesmo quando a pesquisa não adota a forma de uma etnografia, é possível desenvolver uma perspectiva etnográfica e transformar elementos de diversas naturezas em fontes de pesquisa; para que isso possa ser feito de forma criteriosa e sistematizada, Altheide propõe uma técnica que chamou de “documentação”: por meio de uma série de passos para a codificação e protocolização, o pesquisador transforma os materiais do campo em “documentos” que serão submetidos à análise e interpretação sob a orientação metodológica da Análise Etnográfica de Conteúdo<sup>59</sup>. De acordo com o autor:

A document can be defined as a symbolic representation that can be recorded or retrieved for analysis. Document analysis refers to an integrated and conceptually informed method, procedure and technic for locating, identifying, retrieving, and analyzing documents for their relevance, significance, and meaning. Broadly conceived, all research materials are potentially documents within the researcher's framework (ALTHEIDE, 1996, p. 2).

Altheide dá vários exemplos de como a imaginação sociológica pode criar estratégias de investigação até para temas mais difíceis, como, por exemplo, uma pesquisa sobre o processo de tomada de decisões entre o presidente e seus ministros; esse é um tema que seria inviabilizado no modelo canônico do Interacionismo, pois exigiria que o pesquisador tivesse acesso aos bastidores políticos onde se dão as interações “de primeira mão”; a perspectiva etnográfica, entretanto, permite que o pesquisador recorra a uma vasta gama de registros “de segunda mão” e os transforme em fontes de dados de formas sistematizada e metódica – ou seja, em “documentos” (ALTHEIDE, 1996, p. 33). Todos os materiais inicialmente selecionados podem ser potencialmente transformados em documentos, mas a importância de cada um deles só será estabelecida na prática efetiva da pesquisa. Ou seja, o que os transforma os elementos do campo em “documentos” de pesquisa (ou fonte de dados) não é só processo de codificação e sistematização (cujos procedimentos são descrito por Altheide), mas também é o olhar do pesquisador e sua questão de trabalho.

A prática de pesquisa inspirada pela Análise Etnográfica de Conteúdo consiste, enfim, num processo de reflexividade permanente (e não de linearidade) entre coleta/produção de dados, amostragem teoricamente informada, codificação dos dados, análise e interpretação. A ideia-chave nesse processo é a sistematicidade e não a rigidez. Ainda que categorias e variáveis preestabelecidas teoricamente possam dar uma direção inicial ao estudo, a

---

<sup>59</sup> Metodologicamente, após a fase de transformação dos dados coletados em documentos, a Análise Etnográfica de Conteúdo se torna muito semelhante à Teoria Fundamentada em Dados.

emergência de outras são não apenas permitidas como esperadas durante a pesquisa. Desse modo, enfatizando os repertórios simbólico-comunicacionais, a Análise Etnográfica de Conteúdo pretende proporcionar um processo constante de descoberta e comparação de situações, cenários, estilos, imagens, sentidos e nuances e embora não seja exatamente aquele modelo da *grounded theory* tal como a propuseram Strauss e Corbin, é, sem dúvida, um caminho para o desenvolvimento de explicações fundamentadas em dados.

### **Sobre a prática de pesquisa**

Em conformidade com as perspectivas que orientaram a pesquisa, três orientações gerais regeram a abordagem e o processo de análise conduzido aqui. Primeiramente, a ideia de que a vida social consiste em um processo interativo de comunicação e interpretação simbólicas que conduz à definições de situação. Em segundo lugar, a ideia de que as dimensões simbólica e situacional não estão em contato direto, mas são mediadas por uma dimensão comunicacional (DENZIN, 1992), sendo que os processos que se dão nesse nível é rompem a distinção entre o sujeito e objeto, entre interioridade e exterioridade e reúne-os nas situações, permitindo que as pessoas as vivenciem como uma experiência integrada (ALTHEIDE, 1996). Isso significa que a naturalização da sensação de unidade das experiências é o resultado do processo interativo que é a própria vida social.

Por fim, em terceiro lugar, entende-se que a vida social é um processo dinâmico onde tudo está em permanente construção e por isso a prática de pesquisa deve ser sistemática, mas não rígida, sob pena de não se conseguir observar a dinâmica do próprio processo que pretende estudar.

A pesquisa sobre o programa de controle do uso de drogas lícitas e ilícitas no ambiente de trabalho foi realizada por meio de entrevistas semiestruturadas, observação etnográfica e, eventualmente, análise de materiais oficiais, registros e publicações da empresa sobre o tema. O material coletado/produzido em campo foi protocolado, sistematizado e transformado em documentos de acordo com as técnicas de categorização da Análise Etnográfica de Conteúdo (ALTHEIDE, 1996).

Ainda que metodologicamente o desenvolvimento do processo de pesquisa não seja fragmentado em fases estanques que se sucedem linearmente umas às outras, para fins explicativos ele pode ser apresentado em quatro estágios lógicos subdivididos em doze passos:

<b>1º passo:</b> Perseguir um problema específico a ser investigado	<b>1º ESTÁGIO: Problema e unidade de análise</b>
<b>2º passo:</b> Familiarizar-se com o objeto de pesquisa e o contexto da fonte de informação; explorar outras possíveis fontes.	
<b>3º passo:</b> Familiarizar-se com as práticas do campo; selecionar uma unidade de análise (que pode mudar).	
<b>4º passo:</b> Listar vários itens ou categorias (variáveis) que guiarão a coleta de dados e rascunhar um protocolo.	<b>2º ESTÁGIO: Construindo um protocolo</b>
<b>5º passo:</b> Testar o protocolo através da coleta de dados.	
<b>6º passo:</b> Revisar o protocolo e selecionar alguns casos adicionais para o seu refinamento.	
<b>7º passo:</b> Chegar a uma amostragem lógica e estratégica (Por exemplo: teórica, oportunística, estratificada, aglomerada, etc). Usualmente, utiliza-se amostragem teórica – o que foi o caso dessa pesquisa.	
<b>8º passo:</b> Coletar dados usando os códigos preestabelecidos; lançá-los num programa de edição de texto (Word); examinar os dados para ajustamento das categorias (emergirão categorias novas, algumas serão excluídas, outras serão refinadas); completar a coleta.	<b>3º ESTÁGIO: Coleta/ Produção dos dados</b>
<b>9º passo:</b> Analisar os dados, incluindo um esforço de refinamento conceitual e, se necessário, de recodificação. Ler notas e dados repetida e meticulosamente.	<b>4º ESTÁGIO: Análise de dados</b>
<b>10º passo:</b> Comparar e contrastar extremos e diferenças-chave dentro de cada categoria; fazer notas textuais; fazer breves sumários ou resenhas de dados para cada categoria.	
<b>11º passo:</b> Ilustrar os sumários com exemplos do caso típico e dos casos extremos; combinar com materiais do protocolo para cada caso; destacar surpresas e curiosidades.	
<b>12º passo:</b> Integrar as suas descobertas com as suas interpretações e seus conceitos-chave.	

(Elaborado a partir de: ALTHEIDE, David L. **Qualitative Media Analysis**. Sage Publications, California, USA, 1996)

A Análise Etnográfica de Conteúdo de Conteúdo pressupõe uma intensa interação do pesquisador com o objeto de estudo – o que foi possível por meio das observações etnográficas e das entrevistas. As entrevistas foram classificadas como “semiestruturadas” devido ao fato de apresentarem uma espécie de “pauta” para o entrevistado. Entretanto, tomou-se o cuidado para que essa pauta se tornasse de maneira alguma enrigecedora: as questões eram abertas o suficiente para servirem como uma “introdução” para uma conversa que poderia tomar seus próprios rumos. Isso permitiu um momento naturalístico (DENZIN, 1997), importante para a construção de uma descrição densa e para a interpretação emergente e fundamentada no próprio objeto.

O protocolo utilizado na pesquisa partiu de um modelo provisório inicial que fora codificado previamente com algumas categorias informadas teoricamente. Posteriormente, conforme sugere a própria técnica, este modelo de protocolo foi revisto e refinado após um exercício prévio de coleta e análise inicial de dados. Após a coleta dos dados, eles são

analisados em uma descrição informada teoricamente (vide capítulo seguinte – cap. 6), que depois é submetida a um processo de refinamento conceitual (cap. 7).

## CAPÍTULO 6 – APRESENTAÇÃO DOS DADOS E DESCRIÇÃO

De acordo com a proposta metodológica que orienta essa pesquisa, o material produzido em campo é registrado em formato documental e submetido ao processo de análise qualitativa de documentos (ALTHEIDE, 1996) no qual se procura identificar conceitos e categorias que emergem dos próprios dados. Ou seja, trata-se de uma análise interpretativa, mas construída a partir “de dentro”, fundamentada nos próprios materiais observados, evitando-se explicações e interpretações que recorram a elementos alheios às experiências das pessoas envolvidas no fenômeno observado.

A partir da pesquisa de campo, do registro dos materiais coletados em áudio e texto e da codificação e sistematização de alguns de seus elementos, é possível perceber algumas características marcantes na experiência dos funcionários com o programa de controle do uso de drogas lícitas e ilícitas na empresa estudada. Esse capítulo é fruto do momento “naturalístico” da pesquisa, que segundo Denzin (DENZIN, 1992) deve ocorrer em todo trabalho desse tipo: é quando o pesquisador permite que objeto de estudo fale, o que favorece a elaboração de uma descrição densa (GEERTZ, 1989) e, conseqüentemente, de uma interpretação fundamentada (ALTHEIDE, 1996).

As entrevistas realizadas em campo foram definidas como unidade de análise principal nessa etapa do processo analítico. Além das entrevistas, também são mobilizadas para fundamentar os processos descritivo e interpretativo as observações de campo registradas pelo pesquisador e conversas com informantes do campo; esses materiais são de grande importância no contexto da pesquisa, mas as entrevistas foram escolhidas como a unidade de análise principal por representarem a própria fala dos funcionários, suas percepções e opiniões, por vezes contraditórias e ambíguas, mas portadoras das impressões, ideias e símbolos daqueles que estão diretamente em contato com o programa. Das entrevistas realizadas, foram selecionadas as vinte que sintetizaram de forma mais significativa os elementos recorrentes mais importantes no discurso dos funcionários<sup>60</sup>. Em seguida, essas entrevistas foram ouvidas várias vezes e submetidas a um processo de codificação e análise inicial que resultou em um protocolo no qual se procurou registrar as categorias mais importantes que apareciam em cada uma, bem como suas variações<sup>61</sup>. São essas categorias que fundamentam o exercício descritivo que se desenvolve nesse capítulo. O resultado desse

---

<sup>60</sup> Esse procedimento seguiu as orientações da estratégia de amostragem teórica, sugerida tanto pela *grounded theory* quanto pela Análise Etnográfica de Documentos (vide capítulo anterior).

<sup>61</sup> Os protocolos, cuja sistematização foi orientada pelas técnicas sugeridas pela Análise Etnográfica de Documentos, encontram-se em anexo.

processo é uma descrição teoricamente informada, onde os dados são contextualizados e sistematizados a partir de sua própria lógica, ainda que de forma articulada com a teoria.

#### **a) Os protocolos de pesquisa**

Os protocolos se referem ao exercício de documentação - codificação e sistematização - das entrevistas selecionadas. Neles são apresentadas algumas categorias que destacam elementos recorrentes na estrutura dos discursos dos funcionários e que são importantes para a narrativa sobre o programa de prevenção ao uso de drogas lícitas e ilícitas como um todo.

O primeiro item, “Enquadramento/Narrativa”, apresenta de maneira resumida a forma como o funcionário enquadra o programa de testes na sua narrativa. A ideia de enquadramento aqui se refere a um esquema de interpretação que serve de referência simbólica para a atribuição de sentidos aos acontecimentos<sup>62</sup>. Esse item, portanto, procura resumir a linha de raciocínio ou lógica geral do discurso do funcionário. Cabe destacar que mesmo quando as narrativas dos entrevistados apresentam contradições e incoerências (como, por exemplo, o protocolo 13, que se refere a uma entrevista em que o funcionário afirma que o programa aumenta a segurança na empresa, mas afirma também que não sabe se acidentes de trabalho deixam de ocorrer em razão dele), procurou-se captar a lógica que orientava suas ideias de um modo geral e que conectava início, meio e fim de seu discurso. As narrativas geralmente enquadram os testes de drogas como sendo um programa de segurança, mas associam a ele outros elementos que invariavelmente lhe conferem um caráter híbrido – desde saúde até conscientização do trabalhador, por exemplo.

“Nexo” é um item que apresenta um ou mais elementos simbólicos que pareceram decisivos para a compreensão do programa por parte do entrevistado. Esse elemento, identificado a partir de um exercício interpretativo no processo de documentação, é aquele que cria coerência e que revela a partir de quais referências o funcionário atribui sentido ao programa.

Em “Objetivo do programa” está condensada a forma como o entrevistado justifica a existência dos testes de drogas. Em algumas entrevistas os funcionários verbalizaram claramente aquilo que julgaram ser o objetivo do programa; em outras, esse elemento esteve implícito, mas foi elucidado a partir de um exercício interpretativo do discurso como um todo.

---

<sup>62</sup> Importante ressaltar que, nesse sentido, um enquadramento delimita o quê será abordado no discurso, quais símbolos serão mobiliados para dar sentido à narrativa e como eles serão colocados em relação; isso significa também que, acima de tudo, o enquadramento também indica como o tema não será discutido – ou seja, atentar para o enquadramento permite ao pesquisador ter em mente que, de partida, as interações simbólicas não se dão de maneira totalmente livre, mas acontecem a partir de uma ordenação simbólica específica.

Já em outras, o entrevistado afirmou um objetivo explícito (uma resposta protocolar que lhe pareceu “adequada”), mas ao longo da entrevista o seu discurso revelou uma percepção subjetiva distinta (por exemplo: em uma entrevista o funcionário disse que o programa tinha por objetivo a segurança no local de trabalho associada com o cuidado com o trabalhador, mas tomado como um todo, seu discurso deixa transparecer que para ele o objetivo imediato seria a vigilância direta com fins de punição do funcionário que usasse álcool ou drogas – protocolo 8).

O item “Compreensão do programa” avalia a qualidade do entendimento do entrevistado sobre o programa – fraca, razoável ou boa. Esse aspecto pareceu importante na medida em que revelou que para muitos funcionários a percepção do programa restringe-se apenas aos testes em si. Outros já viram os testes como ações menos pontuais, articuladas a outras questões de saúde ou de segurança inseridas numa política empresarial mais ampla. Outros ainda apresentaram uma reflexão maior sobre o programa de prevenção de uso de drogas lícitas e ilícitas, associando-os a questões importantes para o funcionamento da empresa, ou mesmo ligando-os a preocupações que muitas vezes ganhavam contornos sociais mais amplos do que o horizonte da companhia. O nível de compreensão do programa reflete diretamente na forma como o funcionário experiencia seus procedimentos e na leitura que faz deles.

Ainda que a compreensão esteja associada também a outros fatores (como o próprio horizonte de entendimento de mundo da pessoa), um fator determinante associado a ela é a fonte de informações sobre o programa; isso está contemplado no item seguinte, “Fonte de conhecimento”. Em geral o conhecimento dos trabalhadores sobre o programa é informal: conversas com colegas, comentários de corredores e “lendas” locais sobre os testes de drogas e suas consequências (muitos funcionários, inclusive, reclamaram abertamente da opacidade da empresa em relação ao programa). Outra fonte importante é a experiência direta da pessoa, ou seja, o que a pessoa conhece sobre o programa é apenas aquilo que vivenciou quando foi convocada para fazer o teste. O conhecimento do programa através de fontes formais (informações dadas por sua equipe de gestão, pela gerência de saúde e segurança, ou pela gerência de recursos humanos, ou até mesmo pela empresa de consultoria que mantém o programa, etc) só ocorre em duas situações: quando o funcionário ocupa um cargo que tenha entre suas funções aplicar testes (como o de operador de estação, que aplica os testes pré-funcionais) ou quando ele ocupa um cargo hierárquico superior e precisa comunicar aos funcionários que estão diretamente submetidos a ele que eles foram convocados para testes aleatórios (como é o caso dos gerentes de equipes).

O item “Postura Pessoal” contempla o posicionamento do funcionário em relação ao programa, derivado do contexto do seu discurso. A maior parte dos entrevistados teve uma postura receptiva ao programa – o que não significa apoio irrestrito. Muitos aspectos do programa foram criticados (especialmente a opacidade e a falta de informações e a obrigatoriedade de funcionários negativados mais de uma vez continuarem fazendo o teste), ainda que o programa em geral e o procedimento de testagem em particular fossem aceitos sem maiores questionamentos ou até mesmo elogiados. Dessa maneira, foram identificados tipos diferentes de receptividade – crítica, entusiástica, indiferente, resignada. Apenas em um dos casos o entrevistado não demonstrou nenhuma receptividade em relação ao programa e ainda que parecesse resignado, não deixou de fazer críticas ao mesmo - especialmente à sua obrigatoriedade (o caso de “resignação crítica” do protocolo 17).

Em “Crítica” são descritas resumidamente as críticas e ressalvas que os entrevistados fazem ao programa. Aparecem nessa categoria tanto as críticas diretas, nas quais o funcionário destaca que aquilo que está apontando uma questão problemática no programa, como também críticas implícitas, expostas pelo funcionário ao longo de sua fala sem que ele a destacasse diretamente como tal. Alguns funcionários, por exemplo, observaram que a empresa não explica o que é o programa, não apresenta seus resultados, não esclarece como os sorteios são realizados, etc..., mas não destacaram isso como críticas; entretanto, no momento da elaboração do protocolo da pesquisa, esse discurso pôde ser coerentemente registrado como uma crítica à opacidade do programa.

No item “Uso” registra-se se o entrevistado consome algum tipo de álcool ou droga. Alguns se declararam totalmente abstinidos, enquanto a maioria afirmou beber socialmente. Em relação às drogas ilícitas, nenhum funcionário relatou fazer uso atualmente – apenas um contou que usava cocaína, mas que foi pego no exame e parou de usar após o tratamento. Esse item esclarece que apesar das regras da empresa, os funcionários não se abstêm de beber socialmente (em festas, fins de semana, eventos específicos, etc) – o que pode ser explicado pelo fato de o álcool ser rapidamente metabolizado e, desde que a pessoa pare de beber algumas horas antes de entrar no trabalho, não ser identificado pelo etilômetro<sup>63</sup>. Em “Identificação” consta a noção de autopertencimento profissional do funcionário: maquinistas, operação, administração, etc. As observações de campo apontaram desde cedo que a empresa era informalmente subdividida em vários grupos identitários marcados pela função, ou, em algumas situações, pelo local de trabalho. Esse fator se mostrou importante porque alguns

---

<sup>63</sup> O consumo de álcool é rastreado apenas pelo etilômetro. O exame de urina é exclusivo para as outras drogas.

grupos (como os maquinistas e os funcionários da operação), além de fazerem o teste aleatório, fazem o teste pré-funcional diariamente; os funcionários desses grupos são relativamente mais unidos entre si do que os demais, passam muitas horas juntos e convivem entre si em momentos em que não estão trabalhando, criando laços de solidariedade mais fortes do que os funcionários administrativos. Além disso, devido à familiaridade com os testes, tendem a ter um posicionamento mais definido e uma elaboração discursiva maior em relação ao programa do que os funcionários do grupo administrativo – que muitas vezes parecem até mesmo indiferentes quanto ao tema.

Por fim, o item “Liberdade” se refere também a uma categoria emergente, uma vez que em algumas entrevistas os funcionários expressaram ideias sobre o que consideram como as condições de liberdade individual. Muitas vezes o tema da liberdade na fala dos funcionários apareceu num contexto em que era possível comparar a liberdade “antiga” com a “atual”, tendo como referência de passado a época anterior à privatização da empresa (muitos maquinistas, por exemplo, são filhos e netos de maquinistas e comparam as condições em que eles próprios trabalham com uma espécie de “liberdade irresponsável” que havia no tempo de seus pais ou avós). Em outras entrevistas o tema não foi mobilizado expressamente, mas a noção de liberdade pode ser colhida a partir de uma interpretação do discurso do funcionário como um todo. O tema da liberdade realmente parece ser um elemento importante no processo de construção de sentido para o programa e geralmente aparece conjugado com alguma noção de responsabilidade. Ao final de cada protocolo há uma seção denominada “Breve resumo”, em que constam os elementos principais de cada entrevista, bem como transcrições literais que ajudam a compreender o contexto da fala do funcionário. O conteúdo dessa seção não é meramente ilustrativo: constam ali questões importantes que não foram padronizadas sob a forma de itens em razão de não terem sido contemplados em todas as entrevistas, mas que mesmo assim devem ser vistas como categorias a serem articuladas no exercício interpretativo e analítico da pesquisa.

#### **b) O programa de teste de drogas: características e percepção dos funcionários**

A vigilância é um dos mecanismos fundamentais através do qual se articula o controle social contemporâneo. Diferentemente das práticas clássicas de vigilância, cujas atividades de monitoramento direto do comportamento e os fins disciplinares suscitavam uma leitura a partir do modelo panóptico (FOUCAULT, 2009), as experiências atuais tendem a apresentar características específicas de um arranjo de poder no qual as preocupações disciplinares, quando existem, são secundárias para o exercício do controle social. Dessa maneira, como foi

discutido no quarto capítulo desse trabalho, a vigilância contemporânea se caracteriza como um conjunto de práticas destinadas primariamente à classificação social (LYON, 1994) através das quais grupos sociais são constituídos a partir da definição de certas características e os indivíduos são classificados, selecionando desejáveis e excluindo os indesejáveis. Não são práticas destinadas a tolher a liberdade ou normalizar os indivíduos, mas, ao contrário, visam regular o ambiente e gerenciar as liberdades. Ancoram-se estrategicamente nas próprias consciências individuais e exploram a insegurança generalizada nutrida pela pressão de ser um indivíduo “consciente” e responsável, capaz de tomar decisões acertadas num mundo em que as referências para a conduta são múltiplas.

O programa de testes de drogas no ambiente de trabalho apresenta muitas dessas características, que alguns autores descrevem como uma “nova vigilância” (TUNNEL, 2004; GILLIOM, 2001; MARX, 2005) e pode ser compreendido como um instrumento de controle social representativo desse arranjo de poderes. De acordo com Gary T. Marx (2005):

Drug testing highlights several characteristics of the new surveillance. The test is modern in that it probatively goes beneath surfaces and confidently seeks supposedly scientific evidence. It is largely (and may soon) be fully automated. In the workplace, it is usually used as a form of *mass surveillance*. As with video it can be applied in a categorical fashion, not simply when suspicions justify crossing a personal border. In reflecting a *surveillance non-society*, it communicates distrust, reversing any presumption of innocence or need for authorities to prove guilt. Rather the job (or other) applicants have an obligation to prove their innocence via body remnants showing that they do not use drugs and therefore may more broadly be presumed to be a certain kind of person (MARX, 2005, p. 357).

A pesquisa sobre o programa pôde evidenciar como algumas das características desse “tipo ideal” se operacionalizam na prática e orientam a descrição dos dados a seguir.

### **b.1) Centralidade dos testes e fechamento simbólico**

Uma política de prevenção ao uso de drogas lícitas e ilícitas no ambiente de trabalho pode ser estruturada de várias maneiras e recorrer a um conjunto composto de ações diversificadas que funcionem como um verdadeiro programa. No caso estudado, entretanto, o procedimento de testagem é uma prática exclusiva: à parte os testes de drogas lícitas e ilícitas, não há nenhum outro procedimento no sentido de se evitar que o trabalhador faça uso

daquelas substâncias. De acordo com a gerência de saúde e segurança, o tema do uso de drogas e álcool também é eventualmente contemplado em DDS's e DSS's (diálogos diários de segurança e diálogos semanais de segurança - uma apresentação curta, de cinco a dez minutos, feita coletivamente no início da jornada de trabalho, sobre algum tema relacionado com a segurança; a frequência diária ou semanal varia conforme o setor), mas nas entrevistas com os funcionários apenas dois mencionaram se lembrar do tema ter sido abordado alguma vez nos "diálogos" (protocolos 08 e 19). No geral, os funcionários são muito enfáticos ao afirmar (às vezes como crítica direta) que o programa não se relaciona com nenhuma outra ação da empresa. Essa percepção de falta de integração do programa com as políticas da empresa parece ser reforçada pelo fato dele se fundamentar unicamente nos testes, tanto que para muitos entrevistados o programa se resume a isso: testar o funcionário para substâncias proibidas (por exemplo, protocolos 02, 14, 17 e 18).

Os procedimentos de testagem são, realmente, a razão de ser do programa de prevenção ao uso drogas lícitas e ilícitas: sem eles, simplesmente todo o programa deixa de existir, pois não há outra linha de atuação. Isso revela que se trata de um programa baseado exclusivamente na vigilância<sup>64</sup>. Ao contrário de muitos outros exemplos de programas de prevenção ao uso de álcool e drogas que procuram diversificar as suas práticas desenvolvendo também ações articulem aspectos mais relacionais e valorizem a construção de significados compartilhados por meio do diálogo e da interação (reuniões, palestras, atividades em grupo, etc), o programa em questão não tem nenhuma característica construtiva: trata-se apenas de verificar a presença ou ausência de substâncias proibidas no organismo do funcionário.

Um dos entrevistados, ao destacar aquilo que via como qualidades positivas do programa, relacionou seu método ao dos Alcoólicos Anônimos (AA):

É meio que a ideia do AA, sabe? 'Evite o primeiro gole'. Acho que é essa a ideia que os caras [os responsáveis pelo programa] seguem (Protocolo 12).

Porém, enquanto os Alcoólicos Anônimos trabalham com a ideia de grupos de apoio mútuo onde uma solidariedade é construída interativamente a partir de experiências compartilhadas, o programa da empresa não dispõe dessa possibilidade. Não há nenhuma previsão de atividades em grupos ou de qualquer outra oportunidade de interações simbólicas: o sentido do uso de drogas e álcool é predefinido, assim como a sua forma de prevenção e de

---

<sup>64</sup> Formalmente existe a possibilidade de um funcionário que esteja passando por problemas com álcool e drogas procure espontaneamente a equipe responsável pelo programa, comunique sua situação e solicite o tratamento. Essa seria única possibilidade do programa funcionar independentemente dos testes. Na prática, entretanto, a equipe responsável pelo programa relatou que isso jamais aconteceu.

tratamento e a adesão dos funcionários a essa regra deve ser provada exclusivamente através de um exame.

A ideia de prevenção ao uso de drogas lícitas e ilícitas gravita, portanto, unicamente em torno dos procedimentos de testagem. Os funcionários são tomados como indivíduos isolados, cuja única participação no programa é fornecer material para o teste: histórias de vida, opiniões pessoais, experiências anteriores, etc, nada disso é levado em consideração. A ausência de interação simbólica se reflete na própria ausência de experiências compartilhadas: os funcionários não desenvolvem laços entre si, não se reconhecem nas experiências dos outros, criando uma barreira à construção de uma identidade coletiva ou senso de pertencimento que torna o ambiente de trabalho desconfortavelmente frio e hostil, como se apesar de trabalharem no mesmo espaço, os funcionários fossem estranhos entre si<sup>65</sup>. A ausência de vínculos de solidariedade entre os funcionários alimenta uma sensação difusa de insegurança no ambiente de trabalho que é explorada pelo programa.

[O programa] é necessário para a empresa. A gente não sabe, né? Não está escrito na testa de cada um o que cada um faz, né? De repente pode acontecer uma situação dessa. Você não sabe, você olha pra pessoa e não sabe se a pessoa usa droga ou não, né? Ou às vezes até não, às vezes a pessoa até usa mas não ia acontecer nada [nenhum acidente]. Vai saber, né? (Protocolo 13).

Nesse ambiente tão pouco acolhedor, o próprio programa se transforma em uma fonte de insegurança permanente, na medida em que há sempre a suspeita de que as convocações para os testes não são fruto de sorteio, mas de denúncias feitas pelos próprios colegas de trabalho. Já na fase inicial da pesquisa isso foi captado e num primeiro momento associado a algum tipo de desconfiança quanto à perseguição individual por parte de um gerente ou superior hierárquico; investigações subsequentes aprimoraram essa questão e pôde ser constatado que, na verdade, não se trata exatamente de uma desconfiança de perseguição, mas de uma suspeita difusa e generalizada dos colegas como um todo. Essa foi uma característica fortemente percebida tanto nas entrevistas quanto nas observações de campo. O funcionário Gustavo Henrique resumiu da seguinte maneira: *Parece que tá todo mundo querendo te pegar de surpresa, sabe? Aí fica meio... uma desconfiança* (protocolo 02).

---

<sup>65</sup> Essa característica é mais forte entre os funcionários do setor administrativo do que do setor operacional, como será visto adiante.

Uma ex-funcionária do setor administrativo da empresa e que colaborou como informante na pesquisa, contou que trabalhou na empresa por três anos até que decidiu pedir demissão por se sentir extremamente desconfortável com o ambiente de trabalho inamistoso e competitivo: *tem sempre alguém querendo puxar o tapete do outro*, descreve. Ela também endossou essa desconfiança generalizada e disse que sabia informalmente que muitas denúncias eram feitas pelos próprios funcionários e que isso inclusive era usado como um instrumento de competição entre funcionários que almejavam uma promoção (isso porque um histórico de posituação no programa é considerado negativamente no plano de carreira da empresa, podendo atrasar ou impedir que o funcionário conquiste uma promoção). O relato de um ex-funcionário demitido por ter sido positivado duas vezes também ilustra essa situação de insegurança difusa: ele conta que foi “sorteado” para o teste poucos dias após ter encontrado com colegas de sua gerente em uma festa<sup>66</sup>.

Esse cenário de baixa solidariedade e de insegurança difusa ocorre especialmente entre os funcionários do setor administrativo: os colegas de trabalho não são percebidos como integrantes de uma mesma experiência compartilhada, mas como potenciais fontes de ameaça. Já no setor operacional isso tende a ser mais ou menos maculado conforme a categoria: os eletricitistas, por exemplo, trabalham em pequenos grupos permanentes que são responsáveis por determinados trechos da ferrovia, têm menos pressões por produtividade e, se não chegam a se identificar como uma categoria funcional geral dentro da empresa, pelo menos tendem a desenvolver laços de identificação fortes com os membros de suas próprias equipes de trabalho; os operadores de via, que trabalham fazendo a manutenção e o conserto de trechos da linha férrea, passam muito tempo uns com os outros, às vezes viajando para outras cidades onde ficam vários dias juntos até cumprir um serviço e acabam desenvolvendo uma maior solidariedade entre eles, que se auto-referenciam como funcionários “do trecho”. Entretanto, nenhuma categoria operacional tem ligações tão fortes entre si como a dos maquinistas. Isso está relacionado com a própria dinâmica da sua função, que dá a oportunidade para convivência em situações que não são exclusivamente de trabalho. Longas esperas nas estações fazem parte do cotidiano dos maquinistas, momentos em que eles se reúnem enquanto aguardam um horário de escala, a chegada de uma locomotiva, ou ficam de prontidão para uma eventual chamada para assumir uma condução. Esses momentos em que eles não têm nenhuma obrigação funcional são oportunidades para encontros descontraídos

---

<sup>66</sup> O relato completo do caso de Cláudio, ex-funcionário demitido após o segundo resultado positivo, encontra-se no Anexo 3. Optou-se por inserir a descrição completa como anexo devido ao fato de Cláudio ter participado da pesquisa como informante, de maneira que as conversas com o mesmo não deram origem a um protocolo.

em que a interação é espontânea e relaxada. Essas interações são mais significativas do que as de outras categorias e é nítida sua auto-identificação coletiva como “nós, maquinistas”. Além disso, é bastante comum que eles venham de famílias de ferroviários, sendo filhos ou netos de maquinistas, o que também reforça essa identidade.

Quanto mais fortes são os laços de identidade do funcionário com os seus colegas de trabalho, mais claro tende a ser o seu posicionamento em relação ao programa de prevenção ao uso de drogas lícitas e ilícitas. Isso pôde ser percebido tanto nas observações de campo quanto nas entrevistas: funcionários do setor operacional, especialmente os maquinistas, costumam ter reflexões e ideias mais nítidas e bem constituídas sobre o programa, enquanto os funcionários do setor administrativo apresentam um menor grau de elaboração e até certa dificuldade ao falar dele. No caso dos maquinistas, isso em parte explicado pela maior familiaridade com o programa, uma vez que os maquinistas fazem o teste pré-funcional diariamente (etilômetro); mas essa explicação é apenas parcial, primeiramente porque funcionários de outros cargos operacionais que não fazem testes pré-funcionais também têm um posicionamento mais claro sobre o programa; em segundo lugar, os funcionários do setor operacional muitas vezes adotam um “lugar de fala” mais coletivizado, avaliando os testes não do ponto de vista da individual, nem da perspectiva abstrata “da empresa” ou “dos funcionários da empresa como um todo”, mas das experiências concretas da sua própria categoria.

Domingos, técnico em Operação e Manutenção de Via, por exemplo, considerou o programa a partir dos efeitos bastante concretos que ele acredita haver sobre o seu próprio grupo funcional, os funcionários “do trecho”, o qual ele singularizava o tempo todo em relação à “empresa”. Segundo ele, há trabalhadores nessa função (“peões”) que são funcionários da empresa e outros que são terceirizados e nesse caso não são submetidos ao programa e muitas vezes vão trabalhar embriagados:

O pessoal do trecho tá sujeito a tudo né? Tem gente que não tem cabeça. Você sabe... A maioria da gente aí trabalha fora, fica fora a semana inteira. Quem não tem cabeça acaba usando [álcool ou drogas], né? Eu já sei, isso aí que você tá me perguntando [sobre o programa] eu conheço [funcionários que usam álcool e drogas], muitos (Protocolo 08).

Os maquinistas também costumam adotar a autorreferência à sua categoria para falar sobre o programa e recorrentemente afirmam uma diferenciação entre “os maquinistas” e “a empresa” – sendo “empresa” um termo geralmente usado para se referir aos diretores e aos

gestores de graus hierárquicos mais elevados (vide protocolos 04 ou 07, por exemplo). Entre os maquinistas é bastante nítida a adoção da perspectiva de uma experiência coletiva nas considerações sobre o programa. Carlos Eduardo, por exemplo, manifestou seu apoio ao programa por entender que na prática ele aumentava a segurança para a sua categoria, mas também fez ressalvas ao mesmo do ponto de vista coletivo: comparando o programa com um outro teste pré-funcional que os maquinistas fizeram durante um tempo há alguns anos atrás, o TAI – Teste de Aptidão Individual -, questionou a ideia de que a segurança do maquinista dependa só do fato de estar ou não embriagado (protocolo 20). Segundo ele, o TAI não era centrado exclusivamente no uso de drogas e álcool, mas investigava outros fatores que interferem na condição física e emocional dos maquinistas (ex: cansaço, condições de saúde, sono, nível de atenção, preocupações pessoais, etc). Foi um programa que vigorou em caráter experimental e que, segundo ele, toda a categoria aprovou: tratava-se de um software baseado em algoritmos no qual os maquinistas criavam perfis individuais inserindo diversas informações pessoais sobre saúde, estilo de vida, hábitos, etc. Esse programa carregava uma bateria de perguntas que era calibrada após uma sequência de repetições e ao final produzia um teste pré-funcional sob a forma de questionários personalizados para cada maquinista responder antes de assumir a direção de uma locomotiva; o programa então calculava um índice que dizia se o funcionário estava em condições plenas de conduzir uma máquina de forma segura. De acordo com ele, o programa foi abortado porque seus resultados começaram a acusar níveis de estresse e cansaço acima do normal para a categoria e a empresa resolveu manter apenas o teste para drogas e álcool. O entrevistado afirmou que o TAI era muito mais eficiente em fornecer segurança e qualidade de vida ao trabalhador do que os testes toxicológicos, lamentou seu cancelamento e criticou a empresa por ter recuado de uma ação que beneficiava os maquinistas. Esse caso exemplifica algo comum entre os maquinistas: avaliar o programa do ponto de vista dos seus impactos concretos sobre a categoria.

O fato de haver maior integração entre determinados grupos ou categorias de funcionários do setor operacional não significa que a suspeição generalizada não exista. Ainda que a desconfiança de denúncias entre colegas de trabalho seja menor, ela acaba por ser mais fortemente direcionada aos superiores hierárquicos, sob a forma de perseguição ou “marcação” de um funcionário (vide, por exemplo, protocolos 06, 07 ou 17). Como destacou Oswaldo, um dos entrevistados que trabalha no setor administrativo, mas ingressou na empresa como maquinista (Protocolo 12), entre os maquinistas os testes pré-funcionais são vistos com muita naturalidade, mas surge um mal estar toda vez que alguém recebe uma convocação para o teste aleatório, justamente devido a essa suspeita de que, na verdade, trata-

se de um teste motivado. Outro maquinista, Rodrigo, destacou o mesmo fato (Protocolo 04), observando ainda que por não haver meios para saber se o funcionário “sorteado” na verdade foi indicado, todos acabam aceitando o fato de terem que fazer o teste.

Já os funcionários do setor administrativo, onde os elos sociais são bem mais fracos e a experiência de trabalho é muito mais individualizada, não apresentam um posicionamento muito claro em relação ao programa. Em geral, os testes toxicológicos parecem ser vivenciados como apenas mais um procedimento burocrático e ao falar sobre eles demonstraram pouca elaboração<sup>67</sup> e até mesmo uma perceptível indiferença. Luciana, por exemplo, afirmou que apesar de já ter feito o teste muitas vezes sabe muito pouco sobre o programa e reconhece que nunca se interessou em se informar sobre ele porque jamais teve problemas com álcool ou drogas (Protocolo 18). Afonso também declarou-se assumidamente indiferente, afirmando ainda acreditar que a maior parte dos funcionários também o seja: *Eu acho que [a maioria dos funcionários] é indiferente. Nunca ouvi ninguém falar que não queria trabalhar aqui por causa do programa* (Protocolo 05) - conclui com uma ironia que revela o desinteresse pelo tema.

Nas entrevistas, muitos funcionários desse setor não apresentaram nenhuma crítica, nem sugestão, nem ao menos uma observação de como o programa poderia ser aprimorado, mas apenas uma afirmação panglossiana da “adequação” do programa.

Na nossa área [setor administrativo] o programa consegue cobrir ou identificar os pontos que deveriam ser identificados. Na área operacional eu acho que também. (...) Então eu acho que está adequado (Protocolo 01).

Luciana, que já fez o teste muitas vezes, relatou que durante um período estava sendo sorteada por vários meses em sequência. Ela disse que nunca se importou em fazer os testes por não usar drogas ilícitas e só usar álcool socialmente, mas que quando começou a ser chamada para fazer os testes em seguida “ficou cismada” e conversou seriamente com o seu gerente para saber se estava acontecendo alguma coisa (ou seja, denúncia, suspeita, etc). O gerente lhe explicou que não e que era mesmo “pura sorte”. Ela reafirmou que não se importa de fazer os testes, pois não tem problemas com álcool e drogas; só acha que ela “ocupa uma vaga” de outra pessoa que precisaria fazê-lo (Protocolo 18).

---

<sup>67</sup> Por vezes anotei em meu caderno de campo que tinha a impressão de que determinados entrevistados nunca haviam pensado sobre o programa, seu objetivo e seu significado, mas apenas faziam os testes quando solicitados.

Essa atitude blasé dos funcionários administrativos em relação aos testes indica uma limitação do seu horizonte imaginativo e se reflete numa grande dificuldade de pensa-los dentro do contexto coletivo, considerando-os apenas como uma experiência individual de cada funcionário. Conseqüentemente, a mesma indiferença se estende à experiência do outro, de maneira que, num ambiente em que os elos sociais são fracos, se o programa não afeta individualmente um funcionário ele não sente necessidade de refletir e nem mesmo de conhecer sobre, de se colocar no lugar do outro e imaginar como eles podem ser afetados. Como declarou um dos entrevistados, Luciano, *só quem usa drogas ou abusa de álcool é que teme o programa* (protocolo 15).

Marcelo, técnico em eletrônica no setor administrativo, também expressou essa indiferença. No período em que as entrevistas estavam sendo realizadas, a empresa estava testando uma expansão do programa, incluindo uma nova modalidade de teste “pré-direção”: sempre que um funcionário fosse pegar o carro da empresa ele deveria fazer o teste completo (etilômetro e pré-enzimático). Marcelo relatou que devido ao seu cargo ele utilizava muito o veículo da empresa e que na semana anterior mesmo teve que fazer esse teste. Perguntado se achava uma boa iniciativa o programa ser expandido para que testes fossem realizados em situações como esta ele respondeu com descaso, sacudindo os ombros, que não se importava, pois não usava álcool nem drogas. Conclui da seguinte maneira:

Cara, é o que eu te falei: pra mim não interfere em nada. Agora, pra outras pessoas pode ter interferido, porque o cara [que usa drogas ou álcool] fica preocupado, pensa duas vezes antes de usar (Protocolo 13)

## **b.2) Produção de evidências científicas como critério avaliativo**

Além do fechamento simbólico e da insegurança difusa em relação aos demais funcionários, a obrigatoriedade da produção de provas de conduta adequada através de um procedimento técnico-científico de detecção de metabólitos expelidos na urina ou álcool etílico na corrente sanguínea mediante a análise do ar pulmonar é um processo que exige uma série de mediações técnicas que distanciam ainda mais os indivíduos envolvidos na ação.

Ainda que os testes não sejam completamente automatizados (como acontece em alguns lugares do mundo<sup>68</sup>), eles são realizados através de máquinas (no caso do etilômetro) ou de aplicações que necessitam de um agente executor cuja participação é mínima e

---

<sup>68</sup> De acordo com Marx, algumas empresas americanas utilizam sistemas totalmente automatizados, como por exemplo, o sistema de *smart toilets*: latrinas equipadas com um sistema de detecção de álcool e drogas que automaticamente recolhe uma amostra da urina dos funcionários e realiza a análise (MARX, 2005).

meramente mecânica (nos casos do teste enzimático e do exame laboratorial). Na aplicação do etilômetro o agente recolhe a assinatura da pessoa testada em alguns formulários, inicia a máquina, checa a marcação inicial, insere um bocal onde a pessoa testada vai soprar e depois verifica o resultado comunicando-a se foi positivo ou negativo; no caso do teste enzimático, o agente aplicador recolhe a assinatura da pessoa testada em alguns formulários, entrega-lhe um vasilhame para a coleta da urina, insere a fita de teste na urina e verifica o resultado, comunicando-o à pessoa testada. Esses agentes aplicadores são funcionários do ambulatório da empresa – profissionais da área de enfermagem que aplicam tanto o etilômetro quanto o teste enzimático – ou coordenadores dos polos da empresa (estações), que por não serem profissionais de saúde não estão autorizados a realizar os procedimentos de teste enzimático, mas podem operar o etilômetro nos testes pré-funcionais. Os agentes aplicadores passam por um treinamento formal, dado pela empresa de consultoria que mantém o programa, para que possam executar os procedimentos da forma mais isenta possível, sem qualquer envolvimento afetivo, especialmente nos casos de resultados positivos <sup>69</sup>. Camila, uma das enfermeiras da empresa, relatou que os resultados positivos geram situações de tensão e que as reações do funcionário positivado variam desde acessos de raiva até crises de choro, sendo muito difícil para os aplicadores lidarem com isso – especialmente para ela que se considera uma pessoa muito emotiva. Contou que apesar disso ela consegue seguir os procedimentos do teste, mas que apesar da orientação protocolar para casos de resultado positivo prever o encaminhamento do funcionário diretamente para o setor de serviço social da empresa (a partir de onde ele será direcionado para a avaliação psicológica), muitas vezes ela prefere solicitar que antes de qualquer coisa ele converse com o médico do ambulatório primeiro para que essas emoções iniciais mais fortes se acalmem.

O contexto de pouca interação simbólica, de insegurança generalizada e de solidariedade fraca interfere diretamente na forma como os funcionários percebem e avaliam o programa. Ao invés de ser avaliado por critérios como justiça, dignidade, respeito à liberdade ou valorização do trabalhador, por exemplo, a percepção do programa é filtrada através de critérios meramente técnicos: eficiência, objetividade, produtividade, segurança, por exemplo. Quando os funcionários dirigem alguma crítica ao programa, não o fazem levando em consideração suas implicações sobre a liberdade, dignidade ou respeito às pessoas: são críticas tópicas, a maior parte delas referente a questões procedimentais e sugestões para seu “aprimoramento”, sem contemplar temas mais significativos ou

---

<sup>69</sup> Os gerentes também passam por treinamento – não para aplicarem testes, mas para saberem como fazer o processo de comunicação aos funcionários sorteados.

articulem critérios morais. A adequação técnica do programa é percebida como suficiente para legitimá-lo como um todo e as críticas parecem ser “desdentadas” (BAUMAN, 2000), ou seja, incapazes de desafiar ou mesmo de enxergar as questões de fundo envolvidas no programa. São exemplos de críticas ou sugestões recorrentes: aumentar a comunicação sobre o programa (questão da opacidade); retirar o nome do funcionário sorteado do sorteio do mês seguinte; submeter também os funcionários terceirizados à testagem<sup>70</sup>. Nenhuma delas questionam ou confrontam o programa em seus fundamentos.

Apenas um entrevistado esboçou uma crítica mais desafiadora, questionando o próprio programa em si e não apenas sugerindo mudanças em algum de seus aspectos (vide protocolo 17). Paulino já prestava serviços à empresa por dezesseis anos como terceirizado quando em 2012 foi contratado e passou a integrar seu o quadro de trabalhadores na função de eletricitista. Como funcionário terceirizado ele não participava do programa da empresa, mas quando foi contratado passou a ter que fazer os testes e foi pego no etilômetro – segundo ele, por duas vezes. Apesar de ter grande dificuldade em articular seu discurso e de não ter conseguido narrar sua história de uma forma clara, contou que sempre fez uso de bebida alcoólica, mas nunca foi dependente nem trabalhou embriagado. Não conseguiu explicar por que não foi demitido quando do segundo resultado positivo, mas deu a entender que a avaliação psicológica não o classificou como alguém que necessitasse de tratamento. Suas críticas ao programa foram diretas: acha que o programa tem seu valor por evitar que acidentes sejam causados por funcionários embriagados (especialmente maquinistas e controladores de tráfego), mas não tem dúvidas de que da maneira como ele é feito tolhe a liberdade do funcionário e afeta seu tempo livre. Ainda que não defenda a extinção do programa, acredita que ele não deveria ser obrigatório – ou seja, o funcionário poderia se recusar a fazer o teste sem consequências<sup>71</sup>.

A receptividade ao programa parece estar associada a essa incapacidade de enxergar implicações morais no programa. Iniciativas voltadas para evitar que indivíduos usem indevidamente álcool e, especialmente, drogas, parecem se autojustificar, sendo percebidas num primeiro momento como certas em qualquer situação – o que acaba favorecendo sua receptividade mesmo quando recorra a procedimentos questionáveis; Nesse sentido, os

---

<sup>70</sup> Vide categoria “Crítica”, nos protocolos.

<sup>71</sup> Em minhas anotações de campo registrei a seguinte observação pessoal: *Paulino me pareceu uma pessoa com alguma limitação cognitiva. Mas foi o único caso de resistência frontal ao programa até agora, ainda que não tenha conseguido fundamentar sua posição. Parece ser um funcionário que não se adequa à padronização da empresa e pessoalmente acredito que não conseguirá se manter empregado aqui.*

funcionários não demonstram sentir nenhuma redução na sua esfera de privacidade ou de liberdade pessoal. O raciocínio que parece orientar o seu entendimento é o de que “quem não deve não teme” e essa dificuldade de enxergar implicações morais ou éticas no programa através também se conecta em algum nível com a dificuldade em se identificar solidariamente com os colegas de trabalho descrita acima.

Ainda que o uso de drogas e álcool nem sempre seja um problema para o funcionário e muito menos para a empresa, os testes podem criar situações problemáticas para os testados: os problemas causados pelos testes podem ser muito maiores do que aqueles que ele possa ter com o uso de drogas ou álcool. Um resultado positivo pode prejudicar profissionalmente o funcionário dentro da empresa, mas certamente também traz problemas para a sua vida pessoal, muitas vezes com carga dramática significativa. Apesar disso, os procedimentos do programa desconsideram as consequências humanas e operam inteiramente através de mediações técnicas: equipamentos semi-automatizados e aplicadores treinados para evitar que momentos de emoção extrema aconteçam ou que venham a sair do controle. Dois casos ilustram isso.

Enquanto o trabalho de campo estava em curso, foi presenciado um caso de resultado positivo num teste admissional. Marcela, uma jovem que aparentava ter 22 ou 23 anos, chegou ao ambulatório para fazer os exames admissionais às 14h. Estava muito feliz e conversava extrovertidamente com outros funcionários que passavam pelo local dizendo que seria colega deles. Ela já havia feito a consulta com o médico e entregue todos os seus papeis quando foi comunicada pela enfermeira Camila que a empresa tinha uma política de teste de drogas lícitas e ilícitas e que só faltava agora ela fazer isso. Sua expressão mudou completamente, ainda que ela tentasse demonstrar naturalidade. Começou a fazer perguntas para a enfermeira sobre o teste (como era feito, que drogas eram acusadas, se o resultado saia no mesmo dia, etc). Depois disse que não estava com vontade de urinar e a enfermeira pediu que ela esperasse; disse-lhe que poderia tomar água e que quando sentisse vontade a avisasse para pegar o vasilhame. Marcela sentou-se na poltrona da sala de espera do ambulatório, mas ficou extremamente inquieta. Mexia no celular, mandava mensagens, se levantava, saía da sala por alguns minutos... Por volta das 17h ela pediu o vasilhame e, após coletar a amostra, entrou na sala de exames com a enfermeira. O ambulatório é pequeno e a sala de exames é separada da sala de espera por uma divisória, mas é aberta na parte superior e apesar de não ser possível escutar o que as pessoas falam lá dentro, alguns trechos mais altos são ouvidos por quem está de fora. As pessoas que estavam na sala de espera escutaram a jovem chorando e então Paula, a outra enfermeira do ambulatório começou a conversar mais alto para tentar

disfarçar o clima de constrangimento que começava a se formar. Depois de quinze minutos, a jovem Marcela saiu da sala e foi embora imediatamente. No dia seguinte tive a oportunidade de perguntar à enfermeira Camila sobre o ocorrido, que confirmou que Marcela havia sido positivada; contou que ela não tinha conhecimento que a empresa fazia esse tipo de teste pré-admissional e tinha usado maconha com amigos em uma festa no último fim de semana. Contou que Marcela se desesperou por que já havia pedido demissão do antigo emprego ao ser aprovada no processo seletivo da empresa. Por fim, disse que não saberia também como explicar para a sua família o motivo de não ser contratada (seus familiares não tinham conhecimento que ela usava maconha), especialmente por que seu tio trabalhava na empresa e desconfiaria da razão. Perguntei à enfermeira Camila o que acontece nesses casos e ela me disse que junta a ficha com o resultado positivo no teste aos demais exames e laudos do candidato e os envia para o setor de recursos humanos, que entra em contato com a pessoa e comunica que a contratação não poderá ser efetivada.

Outro caso foi relatado por Cláudio, um ex-funcionário que colaborou como informante na pesquisa<sup>72</sup>. Ele contou ter ingressado na empresa ainda como estagiário do curso Administração, tendo sido contratado assim que se formou. Enquanto estagiário fazia uso de maconha quase regularmente, pois sabia que os estagiários não participavam dos testes, mas antes de fazer o exame pré-admissional ficou uma semana sem fumar.

Após ser contratado, não deixou de usar maconha, mas passou a controlar mais a frequência com que o fazia. Mesmo sabendo que corria o risco de ser pego, tentava administrar o uso e contar com a sorte. Fumava aos finais de semana e nas tardes de domingo praticava exercícios físicos, pois acreditava que isso ajudava a eliminar os vestígios antes de segunda-feira. Com a crise financeira daquele ano, a empresa precisou cortar muitos gastos, suspendendo a realização dos testes – o que o deixou ainda mais tranquilo para continuar usando maconha. Algum tempo depois os testes reiniciaram normalmente, sem qualquer comunicação da empresa. Cláudio afirma que nunca se sentiu menos produtivo ou teve qualquer problema por causa do seu hábito e que, pelo contrario, sentia que a maconha o deixava mais bem disposto para suas atividades. Com a crise financeira do ano de 2008 a empresa precisou cortar muitos gastos, suspendendo temporariamente a realização dos testes – o que o deixou ainda mais confiante na sua auto-administração do uso (algum tempo depois os testes reiniciaram, sem qualquer comunicação da empresa).

---

<sup>72</sup> O relato completo se encontra no Anexo 3.

Em 2010 passou a exercer uma função na qual estava diretamente submetido a uma gerente que tinha muitas amigas em comum com ele – inclusive antigas colegas de faculdade que sabiam que ele usava maconha. Contou que em um final de semana foi a uma festa onde estavam também várias dessas amigas em comum e que elas o viram fumando maconha. Alguns dias depois, ao chegar ao trabalho numa segunda-feira, às 8h, sua gerente se aproximou de sua mesa antes mesmo que ele se sentasse e, com um tapinha nas costas, comunicou que ele havia sido contemplado<sup>73</sup> no Programa e deveria comparecer imediatamente ao ambulatório da empresa para fazer o teste. Tentou não demonstrar preocupação, mas disse que na verdade se desesperou, pois havia fumado maconha durante todo o domingo. Antes de ir para o ambulatório, passou na cantina, pois o cantineiro era seu amigo e o único da empresa que sabia que ele fumava maconha. Pediu a ele um limão, pois já tinha ouvido falar que beber o caldo do limão poderia impedir a detecção da maconha na urina, mas o cantineiro não tinha. Sem saber o que fazer, saiu do prédio, telefonou para sua gerente e se abriu com ela na esperança de que talvez pudesse contar com sua ajuda pessoal: contou que havia fumado maconha e seria pego no exame. Disse que percebeu um tom de sarcasmo na sua voz, como se sua revelação confirmasse uma suspeita. Ela lhe respondeu um tanto friamente que ele não poderia se recusar a fazer o teste, pois isso era motivo de demissão por justa causa. Orientou que ele fizesse o teste e aguardasse o resultado. Então ele foi para o ambulatório e fez o teste. Naquela época não era feito o pré-teste enzimático: a amostra da urina ia diretamente para o exame laboratorial e o resultado demorava quinze dias para ficar pronto. Conta que foram dias de uma angústia atroz: ficava pesquisando sobre os testes na internet para tentar descobrir se poderia ter esperança da maconha não ser detectada. Teve certeza de que não havia sido escolhido aleatoriamente para fazer o teste, mas sim indicado pela sua gerente, o que tornou a convivência na empresa um verdadeiro tormento.

Após cerca de duas semanas, a sua gerente lhe avisou que o resultado havia chegado: dera positivo. Após passar por uma série de procedimentos que lhe fizeram sentir envergonhado e humilhado, foi diagnosticado por uma psicóloga como “um bom menino” e recebeu autorização para voltar ao trabalho. Depois dessa experiência, disse que parou de usar maconha por puro medo de ser pego novamente. Em janeiro de 2011 saiu de férias e sentiu-se à vontade para fumar maconha - o que não fazia desde julho de 2010, quando foi positivado no teste. Durante suas férias usou maconha fartamente, sob a forma de baseado e haxixe, sem se preocupar. Para se precaver, cortou o uso completamente o uso cinco dias antes das férias

---

<sup>73</sup> “Contemplado” é a expressão corrente na empresa para se referir a quem foi sorteado.

terminarem e como o fim de suas férias coincidiu com o carnaval, voltou ao trabalho só na quarta-feira de cinzas à tarde. Na manhã seguinte, o gerente ao qual estava submetido veio até ele e disse que ele havia sido sorteado para fazer o teste toxicológico no dia anterior (quarta-feira de cinzas), mas conseguiu interferir para adiar a realização em um dia para protegê-lo caso houvesse bebido no último dia de carnaval. Portanto, ele deveria ir ao ambulatório fazer o teste naquele momento. Ele fez o teste sem se preocupar, pois estava sem fumar maconha fazia dez dias. Entretanto, cerca de duas semanas depois o gerente lhe chamou e comunicou que o setor estava “passando por uma reestruturação” e que infelizmente ele teria que ser dispensado. Ele então confrontou o gerente e disse que sabia que aquele não era o verdadeiro motivo de sua demissão. O gerente o olhou seriamente e, após um instante de silêncio, confidenciou que na verdade seu teste tinha dado positivo e esse era o motivo de sua demissão. Fez questão de ressaltar que não era uma decisão pessoal e que já tinha até organizado a sua promoção devido à qualidade do seu trabalho, mas havia recebido uma ordem de demissão expressa vinda de setores hierarquicamente superiores. Cláudio contou que de toda essa experiência, o mais difícil foi dar a notícia para a sua mulher e sua família e que apesar de o terem acolhido de uma forma que surpreendeu a ele mesmo, sentiu muita vergonha e medo de ser julgado.

### **b.3) Ausência de construções compartilhadas e segurança como elemento simbólico principal**

Como visto anteriormente, o programa não prevê nenhum espaço para o diálogo ou para a construção compartilhada de sentidos, sendo a participação do funcionário restrita ao fornecimento da amostra para o teste e nada mais. Quando o resultado é positivo, ele é retirado imediatamente do ambiente de trabalho, onde a convivência com os colegas poderia fornecer algum suporte para ressignificações do ocorrido: primeiramente ele recebe suspensão imediata de suas funções até que teste laboratorial fique pronto; depois, em se confirmando o resultado, ele ingressa nos circuitos do programa de recuperação (avaliação psicológica e, eventualmente, tratamento médico), só retornando ao convívio no ambiente de trabalho após o término do processo. O uso de drogas e álcool não é tematizado pelo programa de outra forma a não ser como um comportamento problemático associado à problemas de saúde que precisa ser prevenido e tratado. Esse entendimento absoluto que está na base do programa não é um sentido construído de forma compartilhada, mas ainda que se possa supor que um tal fechamento tenda a provocar contestações e ressignificações por parte dos funcionários ou

fomentar uma sensação de restrição da liberdade e de imposição de conduta, na prática o programa não suscita maiores questionamentos.

O fator preponderante para a receptividade ao programa é justamente sua associação a uma noção totalizante de segurança que parece impregnar a organização como um todo. No cotidiano da empresa, o discurso da segurança é naturalizado e isso pode ser parcialmente explicado pela natureza dos serviços prestados pela companhia – no setor de transportes ferroviários até mesmo pequenos acidentes podem atingir grandes proporções. Além disso, deve-se considerar também uma tendência, já constatada por pesquisadores da área, a uma receptividade maior dos trabalhadores em relação a ações organizacionais que proponham tornar o ambiente de trabalho mais seguro em geral (GILLIOM, 1996). Entretanto, a questão da segurança na empresa parece ir além do que seria razoável, caracterizando-se mais como um enquadramento simbólico<sup>74</sup> mais amplo do que uma mera questão administrativa. Ou seja, a segurança parece ser a grande moldura a partir da qual muitas ações da empresa são entendidas<sup>75</sup>.

Tematizar o programa como uma questão de segurança faz com que ele seja percebido sob as lentes de um esquema interpretativo específico (pautado não só pela prevenção de acidentes no trabalho, mas pela desconfiança generalizada no ambiente de trabalho, pelo pânico moral em relação às drogas que atravessa discussão do tema na sociedade em geral, pelos medos difusos da vida contemporânea, etc), cujas referências simbólicas se ordenam de uma tal maneira que a definição de situação tende a se fechar em torno do significado consagrado pelo senso comum, qual seja, o uso de drogas como um mal indiscutível.

Todos os funcionários entrevistados abordaram de alguma maneira o tema da segurança ao falar sobre o programa, mas de formas muito diversas: enquanto alguns associavam diretamente os testes ao fato de evitar que funcionários embriagados por álcool e drogas causassem acidentes – segurança operacional –, tonando o ambiente de trabalho mais seguro (vide protocolos 04 ou 16, por exemplo), outros frisaram a questão da segurança financeira ou patrimonial (vide protocolos 07 ou 13, por exemplo) e outros ainda enquadraram até mesmo a própria questão da produtividade na moldura da segurança – ou seja, a segurança de que a empresa terá a produtividade contratada junto ao funcionário -, o

---

<sup>74</sup> Vide nota 03

<sup>75</sup> No relato de Cláudio (Anexo 3), ex-funcionário do setor de Gestão da Segurança da empresa, ele conta que entre 2009 e 2010 a própria política oficial da empresa passou a se reorientar expressamente pela questão da segurança, tendo adotado como lema interno a ideia de que “nosso principal produto é segurança”.

que um entrevistado, Luciano, definiu como “segurança contratual” (vide protocolos 15 ou 18).

Essa variedade de concepções de segurança que os entrevistados atribuem ao programa se deve em grande parte à sua própria opacidade (acusada por vários entrevistados), ou seja, à falta de informações sobre seus objetivos, processos e resultados. Segundo a equipe responsável pela gestão do programa, cada funcionário recebe uma cartilha explicativa sobre o mesmo quando ingressa na empresa; pouquíssimos trabalhadores, no entanto, mencionaram esse fato e dentre os funcionários entrevistados nenhum deles contou ter recebido essa cartilha. Diante dessa opacidade, o que realmente chega para os funcionários é uma vivência crua de vigilância representada pelos testes. Não apenas as informações sobre o programa, mas toda a construção simbólica em torno dele vêm das próprias experiências individuais que os trabalhadores têm com os testes e de conversas informais nas quais a segurança é reafirmada como o único símbolo capaz de dar sentido ao programa: nas entrevistas, a segurança, quaisquer que fossem seus entendimentos particulares, apareceu sempre como esse referencial simbólico decisivo nas definições de situação que conferem um sentido ao programa e o inserem de forma relativamente coerente no cotidiano da empresa (vide item “Justificativa” nos protocolos).

Fato curioso é que no discurso oficial da empresa (especialmente da equipe gestora do programa e do próprio texto oficial da política empresarial que o instituiu) a segurança não é elencada como um dos objetivos do programa. Ainda que o texto oficial da política de prevenção ao uso de drogas lícitas e ilícitas mencione a questão da segurança, o faz apenas de maneira genérica em sua introdução; ao apresentar os objetivos, são a saúde do trabalhador e a produtividade o que constam como sua principal motivação (item II da Política Empresarial de Prevenção ao Uso Indevido de Álcool e outras Drogas – documento em anexo).

De fato, na percepção dos funcionários o cuidado com o trabalhador (saúde/bem estar) também surge como um elemento simbólico associado ao programa, mas com menor intensidade. O “cuidado” nesse contexto é estritamente percebido como a preocupação com a saúde e o bem-estar do funcionário, efetivado através de como duas ações interligadas: primeiro, evitar que funcionários comecem a usar drogas e abusar do álcool (prevenção), e, segundo, recuperar clinicamente aqueles que são viciados (“ainda que na marra”, conforme Oswaldo, um funcionário entrevistado<sup>76</sup>). Enquanto a segurança foi destacada em algum grau por todos os entrevistados, o cuidado com o trabalhador não foi unânime: muitos funcionários

---

<sup>76</sup> Vide protocolo 12.

não viram a preocupação da empresa com a saúde ou com o bem-estar dos seus empregados como um elemento decisivo no programa de testes de drogas. Um bom exemplo disso foi dado por Afonso, um gerente que afirma que o programa até faz sentido do ponto de vista da segurança operacional (prevenção de acidentes), mas não do ponto de vista administrativo. Por isso, segundo ele, no setor administrativo o programa teria no máximo um caráter de cuidado secundário com a saúde – e ainda assim seus retornos efetivos não são suficientes para justificar todo o investimento que é feito nele.

Tem que refletir um pouco a função de cada funcionário. Você não pode ter testes com a mesma frequência de um operador para alguém que trabalha num escritório, sentado, mandando e-mail. O nível de risco é diferente (Protocolo 05).

De uma forma geral o cuidado com o trabalhador é percebido como uma preocupação secundária do programa ou até mesmo como uma espécie de “efeito residual” da preocupação com a segurança. O fato da empresa não demitir o funcionário positivado na primeira vez, mas co-financiar seu tratamento, por exemplo, também foi apontado como um dos elementos de cuidado (vide protocolo 07 e 09, por exemplo). “É um resgate de capital humano”, afirma Rogério, um maquinista que já foi positivado e que passou por tratamento e que aponta que a recuperação do trabalhador viciado é o ponto mais positivo do programa: *você sente que é um cuidado a mais que a empresa está tendo com você. E da empresa para [com] a sociedade também* (Protocolo 06). Luciana também destaca o fato da empresa recuperar o funcionário viciado não só como um ponto positivo, mas como um sinal de benevolência da empresa, pois problemas com álcool e drogas fazem o investimento da empresa naquele funcionário não valer à pena e seria justo dispensá-lo, ou seja, a empresa não tem nenhuma obrigação em recuperar um funcionário. Conclui afirmando: *acho legal a iniciativa da empresa de não punir, mas de tratar* (Protocolo 18).

Em relação ao tratamento, uma gerente que integrou a equipe de elaboração e implantação do programa em 2002 relatou que no projeto original elaborado pela empresa de consultoria a previsão era de demissão imediata para qualquer teste positivo; conta orgulhosamente que o projeto original não considerava a possibilidade do uso de drogas e álcool estar associado a um problema de saúde e que foi a pedido da própria companhia que o desenho do programa incorporou essa perspectiva, abrindo a possibilidade para avaliação psicológica, tratamento clínico e reintegração do funcionário.

Carlos Eduardo, maquinista, apesar de ser favorável ao programa levantou o que ele acredita ser uma incoerência: se o uso de álcool e drogas é tratado sob a perspectiva de um problema de saúde, não é correto que o funcionário seja demitido nem mesmo após um segundo positivo – até porque recaídas são comuns em qualquer doença:

A princípio [o uso de álcool e drogas] é tratado como doença. [A pessoa] é levada a tratamento, é feito um apanhado psicológico, um apanhado do histórico, do que está se passando. Mas se tiver uma reincidência, já não é tratado, já não é [considerado como] doença! E o pior é que a doença é assim, ela é mais abrangente, ela leva mais tempo. Você não pode dar apenas um tempo de tratamento e pronto, já está curado. Se for realmente doença, é uma coisa mais longa, mais duradora, tem recaídas (Protocolo 20).

Muitos entrevistados associaram o “cuidado” a um caráter “pedagógico” do programa, conscientizando o trabalhador sobre o perigo das drogas e do álcool para a saúde e para a convivência social e também e sobre a importância da responsabilidade profissional (vide protocolos 01 ou 10, por exemplo). Francisco, por exemplo, um gerente da empresa, afirma que os funcionários do setor administrativo são pessoas com um nível de escolaridade maior e que por isso têm um autocontrole maior em relação ao uso abusivo de álcool e drogas, mas como a empresa é dispersa por várias regiões do Brasil e entre seus funcionários há públicos com níveis intelectual e escolar variados, o programa exerce uma função educativa importante na “conscientização” desse público (Protocolo 01). João Paulo, especialista em eletrônica, embora não acredite que o programa possa fazer as pessoas que usam drogas e álcool pararem de usar por medo de serem positivadas, observa que ele induz os usuários a aprenderem a se autocontrolar e administrar o consumo (Protocolo 02). Eraldo, maquinista, ao ressaltar que ainda o programa tenha por objetivo primordial a segurança, ele também traz benefícios residuais no sentido de educar o trabalhador em relação ao uso indiscriminado de álcool e drogas: se o indivíduo não vai deixar de usar, pelo menos ele pode aprender a administrar melhor o uso:

Na verdade, assim, ela [a empresa] coloca assim, como fazendo com que o colaborador, o funcionário dela também faça da vida dele, que abole o álcool [de sua vida em geral e não só nos momentos de trabalho ou], de alguma forma, pelo menos se eduque (Protocolo 07).

A ideia de que as condutas do funcionário em sua vida pessoal sejam uma continuidade das suas condutas no ambiente profissional é resumida em uma frase por

Rodrigo, também maquinista: *O programa ajuda o funcionário a se policiar dentro da empresa e fora da empresa* (Protocolo 04).

Outros destacaram que o programa beneficia a qualidade de vida dos trabalhadores, mesmo que de forma não intencional: na medida em que o uso abusivo de álcool e o uso de drogas são considerados sempre nocivos, qualquer ação que iniba essa atitude é vista como sempre benéfica, quer o trabalhador se “conscientize” ou não disso (vide protocolo 08 e 12, por exemplo). Oswaldo, funcionário da área de informação e transporte, afirma, por exemplo:

É um jeito de a empresa te forçar, ainda que na marra, que você esteja bem pelo menos na hora de trabalhar. Eu conheço histórias de um monte de maquinistas que eram alcoólatras e que pararam de beber por causa do programa. É uma mudança de vida, eu acho que isso é bacana. Alguns pararam de beber totalmente, outros diminuíram drasticamente por causa disso (Protocolo 12).

Surpreendentemente, a sugestão feita por Oswaldo é que a empresa procure aprimorar o programa, abandonando a abordagem que relaciona problemas com álcool e drogas sempre à uma questão de saúde e desenvolvendo um método de identificação e triagem mais eficaz para distinguir casos que realmente são de saúde (vício) e que merecem tratamento daqueles que são apenas casos de “falha moral” em que a demissão é justa.

#### **b.4) Liberdade: antiga (irresponsável) x atual (responsável)**

A ideia de um efeito “pedagógico” ser considerado como um benefício residual de uma prática voltada para a segurança é bastante significativo – especialmente num ambiente em que os laços de solidariedade entre os agentes são fracos. Carlos Eduardo, maquinista, apresentou uma interessante articulação que permite compreender como essa relação é percebida e sobre o que a vigilância teria a “ensinar”.

Carlos Eduardo trabalha como maquinista na empresa desde 2010, mas vem de uma família ligada à ferrovia a duas gerações: seu avô e seu pai também foram maquinistas, de modo que sua própria história de vida está associada à ferrovia. Ele considera a implantação do programa como um marco na história da ferrovia, especialmente para a categoria dos maquinistas que, segundo ele, tradicionalmente sempre foi marcada por um grande consumo de álcool.

**Carlos Eduardo:** Eu converso muito com o pessoal “da antiga” e antigamente não tinha um método de segurar, de frear o uso abusivo tanto de álcool quanto de droga. Então isso [o uso abusivo] era escancarado: do jeito que o

sujeito vinha ele ia trabalhar. Era bem mais complicado.

**Pesquisador:** Era para acontecer mais acidentes antigamente, então, você não acha?

**Carlos Eduardo:** Era... mas aí tem várias variáveis em relação a isso. Tinham duas pessoas na cabine, hoje tem só uma, por exemplo. E eram menos trens circulando do que hoje... Tem muitas variáveis aí. Mas conversando com o pessoal “da antiga” eles mesmos falam que se não fosse por isso [pelo programa] eles não saberiam o que ia acontecer, como seria a ferrovia hoje se não fosse um programa parecido com esse. (...) É um “antes e depois”, como se fosse a ferrovia do passado e a ferrovia de hoje (PROTOCOLO 20).

Segundo Carlos Eduardo, os funcionários “da antiga” estão hoje com a saúde completamente comprometida e chegaram à velhice “pagando pelos excessos daquela época” em que tudo era permitido e a liberdade era aproveitada sem consciência. Por isso vê o programa de testes como uma ação positiva, uma forma de “frear” esses excessos. Mas ressalva que realmente existe um mal estar quando o funcionário é convocado para o teste aleatório (como já observara Oswaldo – Protocolo 12 –, mencionado anteriormente): mesmo que funcionário não use álcool nem drogas ele sente como se o programa invadisse um pouco o seu “habitat”. Para Carlos Eduardo, isso se deve porque ainda existem resquícios da “ferrovia antiga”, quando a não havia limites e eles podiam fazer qualquer coisa. Ele acredita que isso mudou e que o programa de testes de drogas lícitas e ilícitas é o grande marco dessa mudança, transformando a responsabilidade profissional de cada funcionário como o valor mais importante. Conhecer os seus próprios limites no momento de usar a liberdade faz parte dessa responsabilidade e o programa induz os funcionários a compreenderem os seus.

Eu mesmo às vezes faço uso: eu tomo uma cervejinha (...). Mas eu conheço o meu limite de consumo, eu sei até quando eu posso beber, o tempo necessário até eu poder... né? Meu organismo tem um limite e todo mundo tem um limite, só que tem uns que acham que o limite deles é mais! (Protocolo 20).

Para Carlos Eduardo, os “resquícios da antiga ferrovia” estão associados a comportamentos que denotam um desequilíbrio entre a liberdade individual desregrada e a responsabilidade profissional.

O teste em alguns locais é primordial! Já foram feitos testes no Q-2-8 mesmo, que por ser um pátio bem distante tomo mundo

acreditava que “Ah! Aqui não vai chegar essas coisas!”, ou o cara vira e pensa “Ah! Eu vou tapear eles e não vou fazer”. Isso é uma das heranças da antiga rede: “vou tapear, finjo que vou e não vou”. Meu pai é ferroviário, meus dois avós eram ferroviários, eu sei como essas coisas funcionam! (idem).

Para ele é preciso os funcionários compreenderem o quanto antes que os tempos mudaram:

Eu vejo hoje pessoas achando que vivem naquela época! Só que hoje é uma outra ferrovia, é uma empresa privatizada, você tem que ter regras... Então muitas vezes fica enraizada essa herança [da “antiga ferrovia”]. O quanto antes a gente entender que não é a mesma ferrovia, melhor pra gente! (idem).

O argumento de Carlos Eduardo, portanto, é de que o programa, ainda que voltado para a segurança, ensina aos funcionários a importância primordial de que cada um seja capaz de assumir suas responsabilidades profissionais hoje em dia.

Oswaldo também correlaciona o programa de testes de drogas lícitas e ilícitas a um processo contemporâneo de maior profissionalismo e responsabilidade.

O cara passa a não tolerar [o programa] só quando ele é pego. E aí é porque ele já está arriscando ou desconsiderando alguma coisa [as orientações de estar lúcido para trabalhar] (...) Só maquinistas muito antigos que têm um pouco de ‘trava’ em relação a isso. Por que os caras viveram um tempo que era muito aberto. Antigamente os caras andavam com o trem de qualquer jeito, qualquer velocidade... hoje tem que limitar a velocidade. Então [o programa] é mais uma coisa em que eles estão sendo bloqueados, estão sendo limitados. Mas [a discordância em relação ao programa] é medo de mudança, mesmo! (Protocolo 12).

Dorival, coordenador de uma equipe do setor administrativo, também destaca a mesma questão. Ele afirma que o mundo do trabalho atualmente já educa as pessoas para serem mais responsáveis, mas mesmo assim ainda há sempre o perigo de que alguém não saiba administrar sua liberdade corretamente – e por isso o programa é fundamental. Cita como exemplo que um funcionário de sua equipe estava com baixo rendimento e comportamento suspeito e que o próprio Dorival solicitou à equipe responsável pelo programa um teste motivado. O resultado foi positivo e o funcionário passou por tratamento, se recuperou e está trabalhando até hoje com ele (Protocolo 16).

Essa distinção entre uma liberdade desregrada dos “antigos” e a liberdade condicionada à responsabilidade dos profissionais de hoje está presente na forma como os funcionários em geral dão significado para o programa (vide a categoria “Liberdade” nos protocolos). Embora seja bastante comum a descrição do efeito “pedagógico” do programa como uma forma de ensinar o funcionário a ser livre com responsabilidade, há variações na forma como esse processo é entendido. Alguns, como Rogério e Fernando (Protocolos 03 e 06), por exemplo, afirmam que se não houvessem os testes muitos funcionários começariam a ir trabalhar embriagados, pois é o medo de perder o emprego que faz com que eles percebam a importância de serem responsáveis. No mesmo sentido, Roberto, analista administrativo, também vê o programa como tendo uma dupla natureza: fiscalização (segurança) e “educação” (conscientização). Acredita que essas duas finalidades não podem ser separadas, pois “é a fiscalização que faz as pessoas tomarem atitudes – como acontece no trânsito” (Protocolo 19).

Outros já percebem uma mudança cultural mais profunda, de maneira que mesmo se o programa deixasse de existir, os comportamentos em geral não mudariam muito: os indivíduos hoje foram “educados” para a responsabilidade e as situações que os funcionários antigos descrevem - como maquinistas se apresentarem para o trabalho completamente embriagados (Protocolos 06 e 14) – jamais se repetiriam. Danilo, por exemplo, ingressou na empresa em 2004 e conta que naquela época a responsabilidade profissional ainda era muito pouco valorizada; ele é enfático em afirmar que o programa foi muito importante para consolidar uma cultura da “consciência” no trabalho, mas que atualmente não é pelo fato dos testes existirem que os funcionários não abusam do álcool e das drogas (Protocolo 11).

Eraldo fez uma análise que sintetiza bem essa perspectiva. Segundo ele o objetivo principal do programa seria, de fato, a segurança; porém, a segurança pode ser entendida em dois níveis: primeiramente, algo que ele chamou de “segurança direta”, ou seja, evitar situacionalmente que um maquinista assuma um veículo sem estar em condições de sobriedade; em segundo lugar, uma “segurança indireta”, ou seja, a criação de uma cultura de responsabilidade profissional entre os funcionários, de maneira que eles não precisem estar “sob vigilância” constante para adotarem condutas seguras. Para ele, esse segundo tipo de segurança (que é justamente o efeito “pedagógico” descrito por muitos outros funcionários) talvez seja o aspecto mais importante do programa e por isso, mesmo que não houvesse os testes não haveria muitos casos de pessoas embriagadas; segundo ele “os tempos mudaram” e hoje há uma cultura de responsabilidade pessoal e profissional muito maior (Protocolo 07).

De fato, muitos funcionários destacaram que, pelo menos no âmbito da empresa, sentem haver uma “cultura de responsabilidade” bastante significativa.

Essa noção de responsabilidade profissional é também facilmente traduzida pela ideia de “produtividade”, citada por muitos funcionários. Luciano e Luciana, por exemplo, associaram o uso de drogas e álcool a uma espécie de “quebra contratual”: a empresa investe em um funcionário que oferece sua capacidade de produção, mas essa capacidade é reduzida devido à embriaguez ou aos seus efeitos colaterais (Protocolos 15 e 18). Fernando, Eraldo e Danilo também disseram que um funcionário mais responsável é um funcionário mais produtivo (Protocolos 03, 07 e 11). Oswaldo sintetiza essa percepção afirmando que, além da questão da segurança o programa também aumenta a produtividade, pois pessoas que fazem uso de drogas lícitas e ilícitas, mesmo que não estejam embriagadas no momento do trabalho, tendem a sentir os efeitos colaterais do uso e render menos: absenteísmo, queda na produção, afastamentos por saúde, desatenção e até, eventualmente, furtos no local de trabalho são apontados como consequências de consumo de álcool e drogas.

Há, portanto uma noção generalizada de que o uso de álcool e drogas pode representar um risco operacional, mas que, na prática, os funcionários não costumam trabalhar embriagados – seja por medo de perder o emprego, seja por “consciência” profissional. O que parece ser percebido como decisivo no programa, portanto, não é a identificação do uso de álcool e drogas em si, mas seu efeito de criar alguma homogeneidade num ambiente social de pouca identificação mútua entre os agentes. Ou seja, a maior contribuição do programa não é quanto à segurança operacional (ou, como descreveu Eraldo, “direta”), mas reside no fato de criar a sensação de uma “cultura de responsabilidade” que, de alguma forma, compense a precariedade dos laços sociais (“segurança indireta”, segundo Eraldo).

#### **b.5) Seleção e homogeneização do ambiente de trabalho: “porque nem todo mundo é igual, né?”**

Como foi visto, na construção simbólica dos funcionários da empresa existe uma contraposição entre a “ferrovia antiga” e a “ferrovia de hoje”. Essa contraposição descreve menos uma distinção temporal entre passado e presente do que uma reordenação de valores e concepções sociais relativos à liberdade e à responsabilidade individual/profissional. Quando não condicionada pela ideia de responsabilidade, a liberdade é descrita como uma situação “desregrada” e quase autodestrutiva (vide, por exemplo, protocolo 20). O componente de “cuidado” atribuído ao programa se refere, entre outras associações, a um efeito residual de

“educar” o funcionário para a liberdade promovendo a sua responsabilidade. Esse é o processo que está por trás da expressão “conscientização”, tão recorrente nas entrevistas.

Muitos funcionários associaram o programa a uma “cultura da empresa”. Afonso, por exemplo, que é ocupa uma gerência no setor administrativo, percebe que os trabalhadores daquele setor não têm um posicionamento claro em relação ao programa, não o aprovam nem o desaprovam e nem constroem muitas opiniões sobre ele porque o aceitam como mais um dos elementos da cultura da empresa (Protocolo 05). Eraldo, Danilo, Monique, entre outros, também acreditam que há na empresa uma cultura de responsabilidade profissional da qual o programa de prevenção ao uso de drogas lícitas e ilícitas faz parte (Protocolos 07, 11 e 18). Essa ideia de que a responsabilidade profissional é cultivada através do programa de teste de drogas e álcool e que isso é parte da cultura da empresa deve ser cotejada com a baixa solidariedade e alta competição do ambiente de trabalho que esses funcionários vivenciam. De acordo com as entrevistas e observações de campo, o programa parece viabilizar uma percepção social de que, na ausência de aspectos identitários que permitam aos funcionários se reconhecerem uns aos outros dentro de uma mesma experiência, há pelo menos um elemento em comum entre eles: a responsabilidade (codificada pelo fato de não terem problemas com o uso de drogas e álcool). Luciana, por exemplo, declarou explicitamente que vê nos testes uma função de homogeneização do perfil dos funcionários (especialmente no setor administrativo, destaca ela). Para ela, isso acontece desde a seleção, sendo o teste pré-admissional uma forma de “barra a entrada” de pessoas que usam drogas e álcool. Segundo Luciana:

Mas, assim, a gente desde que é admitido, a gente tendo que fazer [o teste], a cabeça da gente já não vai pra esse lado, sabe? Você já traça um foco, uma meta: ‘a empresa é séria e eu vou fazer a minha parte aqui dentro’ (Protocolo 18).

Danilo também acredita que o programa faz as pessoas adotarem uma conduta padronizada em relação ao ambiente de trabalho, o que gera mais segurança e estabilidade, *porque nem todo mundo é igual né? Nem todo mundo tem o mesmo pensamento* (Protocolo 11). O mesmo é afirmado por Marcelo que, numa passagem já citada anteriormente, afirma que a importância do programa está justamente no fato de garantir um mínimo de confiança interpessoal entre os funcionários, uma vez que apenas olhando para a pessoa não é possível saber sobre suas condutas pessoais (Protocolo 13).

Essa efeito de homogeneizar o ambiente de trabalho ou, mais precisamente, de fornecer uma garantia mínima sobre a “responsabilidade” dos colegas de trabalhos é o que está na base dessa cultura da empresa tantas vezes mencionada. A opinião de Dorival oferece uma boa ilustração disso. Segundo ele, os testes funcionam como uma seleção permanente na empresa: da mesma maneira que vê os testes pré-admissionais como uma forma de “educar” os candidatos, mostrando que eles nunca conseguirão frequentar o ambiente da empresa se tiverem problemas com álcool e drogas, os testes regulares do programa relembram permanentemente esse fato para os funcionários, conscientizando-os de que a condição para estarem ali é a sua responsabilidade (Protocolo 16).

Os funcionários percebem que além da proibição objetiva do uso de drogas lícitas e ilícitas, está em operação no programa um outro sistema que, segundo as próprias expressões que surgiram nas entrevistas, padroniza, homogeneiza, classifica e seleciona os funcionários. A melhor síntese dessa ideia talvez tenha sido enunciada por Carlos Eduardo: *Tem uma regra objetiva, mas também tem uma regra sem ser regra* (Protocolo 20).

## CAPÍTULO 7 – APRIMORAMENTO CONCEITUAL: ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

Após a descrição dos dados feita no capítulo anterior, esse capítulo apresenta um exercício de interpretação no qual algumas questões relevantes podem ser destacadas.

A proposta metodológica de análise qualitativa sob uma perspectiva etnográfica sugere uma etapa dedicada à interpretação e ao aprimoramento conceitual a partir dos dados coletados – cuja descrição se encontra no capítulo precedente. Nesse capítulo procura-se identificar conceitos e categorias emergentes que fundamentem um exercício de teorização a partir dos próprios elementos do campo, cotejando-os também, quando for o caso, com tópicos e questões da própria literatura. Ou seja, trata-se de uma análise interpretativa, mas construída a partir “de dentro”, fundamentada nos materiais da pesquisa, evitando-se atribuir ao caso estudado explicações e interpretações que recorram a elementos alheios a ele.

### Uma perspectiva analítica e interpretativa

É importante salientar que o exercício de análise e interpretação, ainda que se fundamente nos dados de pesquisa, não se opõe ao uso da teoria como auxiliar nesse processo. Dessa maneira procura-se desenvolver explicações a partir dos dados, mas sem deixar de considerar a contribuição valiosa que questões teóricas podem dar.

Orientações importantes para situar a perspectiva analítica de estudos da vigilância são dadas por David Lyon quando, ao destacar transformações sociais que veem reconfigurando as formas e os papéis da vigilância na sociedade contemporânea, afirma que ela *se espalha de maneiras até então inimagináveis, reagindo à liquidez e reproduzindo-a. Sem um contêiner fixo, mas sacudida pelas demandas da “segurança” e aconselhada pelo marketing insistente das empresas de tecnologia, a segurança se esparrama por toda parte* (BAUMAN & LYON, 2013, p. 10). Devido à variedade das formas assumidas pela vigilância contemporânea, à sua massificação e onipresença no cotidiano e ao seu desacoplamento de políticas e órgãos estatais, Lyon sugere que as investigações sobre o tema procurem levar em consideração aquilo que Bauman (2000) definiu como o caráter “líquido” da atual fase da modernidade:

“Vigilância líquida” é menos uma forma completa de especificar a vigilância e mais uma orientação, um modo de situar as mudanças nessa área na modernidade fluida e perturbadora da atualidade. (...) A noção de Bauman de modernidade líquida estrutura a [análise da] vigilância de novas maneiras; oferece também notáveis insights sobre o motivo pelo qual a vigilância se desenvolve

tal como o faz e algumas ideias produtivas sobre como seus piores efeitos podem ser confrontados e neutralizados (BAUMAN & LYON, 2013, p. 10).

De acordo com o autor, essa postura analítica permite apreender os contextos concretos nos quais as práticas de vigilância efetivamente se desenvolvem contemporaneamente, aprimorando a capacidade da pesquisa captar mediações e interconexões entre o macro e o micro nos casos estudados.

Assim, até que ponto a noção de modernidade líquida – e, aqui, de vigilância líquida – nos ajuda a entender o que está ocorrendo no mundo de monitoramento, rastreamento, localização, classificação e observação sistemática que é a vigilância? A resposta simples, em uma só palavra, é “contexto”. É fácil interpretar a difusão da vigilância como fenômeno tecnológico ou como algo que lida simplesmente com “controle social” e “Grande Irmão”. Mas isso é colocar toda a ênfase em instrumentos e tiranos e ignorar o espírito que anima a vigilância; as ideologias que a impulsionam; os eventos que a possibilitam; e as pessoas comuns que concordam com ela, a questionam ou decidem que, se não podem vencê-la, é melhor juntarem-se a ela (idem, p. 16).

Feitas essas considerações, pode-se afirmar tal perspectiva analítica vai ao encontro das características do contexto em que se desenvolve o programa empresarial de prevenção ao uso de drogas lícitas e ilícitas estudado nessa pesquisa.

#### **a) *Mass Surveillance*: não é preciso ser suspeito para ser vigiado**

A primeira característica que chama a atenção no programa é a sua universalidade. Como explicou uma funcionária integrante da sua equipe gestora, “se tem matrícula, participa do sorteio”, ou seja, todos trabalhadores contratados pela empresa participam do programa e estão sujeitos a serem “contemplados” nos sorteios. Dessa maneira, o programa não tem por foco nenhuma categoria funcional específica, tampouco direciona estrategicamente seus mecanismos de vigilância para indivíduos ou grupos particularmente classificados como “suspeitos”. Trata-se de um tipo de vigilância generalizada dentro da empresa, estando todos igualmente vigiados. Nesse sentido, o programa revela-se como um fenômeno de vigilância em massa.

A vigilância em massa se caracteriza justamente pelo fato de não ser acionada por nenhum evento específico nem se voltar para o controle de suspeitos, mas incidir sobre todo

um universo de pessoas indiscriminadamente – o que não significa, como será discutido mais adiante, que seus efeitos sejam exatamente os mesmos para todos (ROSE, 2000). Toda prática na qual uma forma sistematizada de monitoramento, coleta de dados, observação e classificação é empregada sobre uma população inteira ou uma parcela significativa da mesma pode ser considerada uma forma de vigilância em massa (MARX, 2005). Embora em princípio possa parecer uma variante banal de um fenômeno geral, a ideia de vigilância em massa ganha força quando se observa que mesmo não se tratando de uma modalidade propriamente “nova” ela se tornou o tipo principal de vigilância no mundo contemporâneo.

O modelo de vigilância em massa não é inteiramente novo porque a modernidade ocidental já havia experimentado o uso indiscriminado de monitoramento e observação sistemática dos indivíduos – especialmente (mas não exclusivamente) em contextos de exceção, como os regimes totalitários do século XX. Entretanto, tais experiências, além de serem excepcionais, se aproximavam mais de um tipo de espionagem generalizada com fins políticos do que de uma sistematização das atividades de controle, administração e extração de dados dos indivíduos ou populações (os modelos de nazista e soviético são bons exemplos e talvez a Stasi, a principal organização da polícia secreta e da inteligência da Alemanha Oriental, forneça o exemplo mais ilustrativo). Tais práticas sempre estiveram em flagrante conflito com princípios democráticos e direitos civis, sendo percebidas de alguma maneira como abusivas e questionadas a partir da discussão sobre o papel e os limites do Estado frente às liberdades individuais, à privacidade e à intimidade <sup>77</sup>. Assim, as experiências de vigilância em massa durante a maior parte da Modernidade também estiveram sempre vinculadas à figura do Estado.

É certo que a vigilância pode ser descrita como uma das dimensões institucionais da Modernidade (GIDDENS, 1991) <sup>78</sup>, sendo que as táticas de vigilância em massa remontam às próprias práticas originárias da biopolítica nos séculos XVII e XVIII (FOUCAULT, 2008b) como, por exemplo, a construção de bases de dados nacionais sobre a população, o que tornou possível identificar os indivíduos, marca-los, numerá-los e categorizá-los para fins

---

<sup>77</sup> No site da ONG Privacy International constam dados e relatórios sobre violações de direitos civis e individuais por governos de vários países através da vigilância em massa (<https://www.privacyinternational.org/>).

<sup>78</sup> De acordo com Giddens, *nenhum dos estados pré-modernos foi capaz de se aproximar do nível de coordenação administrativa desenvolvido no estado-nação. Tal concentração administrativa depende, por sua vez, do desenvolvimento de condições de vigilância bem além daquelas características das civilizações tradicionais e o aparato de vigilância constitui uma terceira dimensão institucional associada, como o capitalismo e o industrialismo, à ascensão da modernidade* (GIDDENS, 1991, p.55).

administrativos. Porém, também é possível afirmar que esse eixo da modernidade (assim como os demais) passou por transformações decisivas nas últimas décadas. Essas transformações estão ligadas às próprias mudanças nas formas de exercício do poder governamental<sup>79</sup>, sendo que práticas de vigilância não apenas se tornaram cada vez mais comuns, mas também se consolidaram como mecanismos decisivos para a dinâmica do poder nas sociedades democráticas liberais (MONAHAN, 2011). A extração e o uso de dados individuais que hoje fundamentam o exercício do poder governamental são a base que sustenta ações tão variadas que podem ir desde a perseguição política até estratégias de marketing personalizadas, do cuidado com a saúde até o controle criminal. Sobre essas transformações no papel social da vigilância, Lyon afirma:

Once, the word “surveillance” was reserved for highly specific scrutiny of suspects, for police wiretapping or for foreign intelligence. No more. Surveillance – the garnering of personal data for detailed analysis – now occurs routinely, locally and globally, as an unavoidable feature of everyday life in contemporary societies (LYON, 2003).

Incorporando essa ideia à perspectiva da pesquisa, pode-se afirmar que o programa de prevenção ao uso de drogas lícitas e ilícitas pode ser descrito como uma prática de vigilância em massa e os dados colhidos em campo apontam isso.

#### **a.1) Vigilância de não suspeitos: a naturalização da desconfiança numa “não-sociedade”**

O programa se desenvolve através da realização sistematizada de testes direcionados a todos os funcionários da empresa, independentemente do nível de risco operacional envolvido nas suas funções. Não foram raras as vezes em que os funcionários manifestaram certo estranhamento em relação a essa universalidade do programa – afinal, sendo filtrado pela ótica da segurança (vide capítulo anterior), não parece coerente que trabalhadores exercendo funções com pouco ou nenhum risco operacional também sejam submetidos aos testes.

É importante destacar o contexto específico em se desenvolve esse tipo de vigilância em massa na empresa. Conforme descrito no capítulo anterior, os laços sociais entre os funcionários são muito fracos e o ambiente de trabalho é marcado por um clima de frieza e distanciamento (muito mais forte entre os funcionários do setor administrativo do que entre aqueles do setor operacional). O distanciamento entre os funcionários parece ser muitas vezes estimulado pela própria empresa, como uma forma de mantê-los concentrados no trabalho e

---

<sup>79</sup> A discussão sobre poder na governamentalidade é feita no capítulo 2 deste trabalho.

mais produtivos<sup>80</sup>. Esse ambiente é ainda sobrecarregado pela grande competitividade entre os trabalhadores por metas de produção, promoções e oportunidades de ascender profissionalmente dentro da empresa, o que muitas vezes faz com que a sensação de frieza seja percebida também como uma hostilidade mais ou menos velada. Prevalece, enfim, uma desconfiança generalizada que bloqueia qualquer tipo de identificação coletiva: o ambiente social da empresa se assemelha mais a uma “não-sociedade” (MARX, 2005), na qual cada colega de trabalho é visto como um estranho e uma potencial fonte de ameaça.

Nesse cenário onde os vínculos sociais não são suficientemente fortes para ensejar a percepção de uma experiência compartilhada, o programa de testes toxicológicos tem uma receptividade considerável. Ao invés de serem experimentados como uma intromissão da empresa nas esferas da privacidade individual ou da intimidade, os procedimentos do programa são vistos como uma forma de atribuir um critério objetivo para homogeneizar o ambiente de trabalho estabelecendo um padrão social mínimo entre os frequentadores daquele local. Entretanto, ao contrário do que o programa possa insinuar num primeiro momento, esse critério não é simplesmente o uso ou não de drogas.

Recorrendo à obra de F. Allan Hanson (1993), o teste de drogas pode ser visto como uma técnica representacional, um mecanismo que articula arbitrariamente um significado a um significante e produz um resultado objetivo que representa ou que está no lugar de outra coisa. Ou seja, o teste não produz a informação alvo em si, mas um elemento que simbolicamente aponta para ela<sup>81</sup>. Os dados informados pelo resultado do exame toxicológico (indicando a ausência ou presença, tipo e quantidade de metabólitos no organismo) e traduzidos contextualmente pelos significantes “negativo” ou “positivo” são o significante, uma representação organizacional de uma ideia que o campo revelou como “consciência” ou

---

<sup>80</sup> Duas situações bastante ilustrativas foram presenciadas durante a pesquisa. À época, a empresa havia instalado um dispositivo na sua rede de computadores que impedia o acesso à qualquer tipo de rede social dentro da empresa e simultaneamente distribuía uma “cartilha de boas maneiras na internet para os colaboradores da empresa” dizendo como seus funcionários deveriam se portar nos seus perfis privados nas redes sociais.

Outra situação ilustrativa foi o fim da venda de café no espaço da cantina e a instalação de máquinas automáticas para a compra de café nos corredores da empresa. Como os funcionários aproveitavam os breves momentos de tomar um café para conversarem com colegas, a instalação das máquinas eliminou essa oportunidade, uma vez que não era adequado que eles ficassem parados nos corredores da empresa conversando enquanto tomavam café. Começou a acontecer uma radical mudança de hábitos na empresa: ao invés de tomarem café juntas no espaço da cantina e conversarem mesmo que brevemente, as pessoas passaram a ir sozinhas até às máquinas nos corredores, onde engoliam rapidamente o café ou levavam para beber em sua mesa de trabalho.

<sup>81</sup> Muitas das técnicas de vigilância contemporâneas podem ser entendidas dessa maneira na medida em que os dados pessoais e populacionais coletados pela vigilância não são a informação alvo em si, mas elementos que a representam e a revelam dentro de um contexto atuarial.

“responsabilidade” do indivíduo; é essa, portanto, a informação alvo, aquilo que é significado pelo resultado.

A relação entre significado e significante é sempre arbitrária. Hanson (1993) mostra que no caso de testes em geral, a articulação entre os dois é sempre construída através de uma narrativa cultural que estabelece um nexos naturalizado pelo senso comum dentro de um contexto social específico (um de seus exemplos são os testes medievais para a identificação de bruxas no qual as mulheres acusadas de bruxaria eram amarradas e atiradas na água: dentro daquele contexto cultural, o fato delas flutuarem era percebido como um significado bastante concreto de que elas eram bruxas). O mesmo processo de ligação arbitrária entre um significado (uso de drogas) e um significante (falta de responsabilidade individual) ocorre nos testes de drogas: no contexto da empresa o uso de drogas é um significado naturalizado para a falta de responsabilidade, de comprometimento e de consciência. Importante observar que esse nexos não é endógeno, mas uma transposição do discurso do senso comum da sociedade brasileira sobre o tema para um contexto organizacional.

Argumentos de que o programa aumenta a segurança, cuida preventivamente da saúde dos funcionários ou valoriza-os humanamente por co-financiar a recuperação dos adictos podem ser até genuínos, mas funcionam principalmente como racionalizações. O que realmente cria condições de receptividade para o programa é o fato de que ele mobiliza a ideia de responsabilidade individual como critério de participação na “cultura da empresa”. Como veremos adiante, essa ideia de responsabilidade não pode ser compreendida separadamente da ideia de liberdade individual: é por meio dessa associação que o programa se fortalece na empresa. Por hora é importante frisar que o contexto de sociabilidade precária no ambiente de trabalho da empresa é o que condiciona a receptividade da vigilância em massa pelos próprios funcionários; muito mais do que uma mera imposição, o programa também responde às expectativas sociais dos funcionários num panorama de baixa integração coletiva e alta desconfiança.

## **a.2) Vigilância não associada ao Estado: sistemas privados de criminalização**

Uma característica importante do programa de prevenção ao uso de drogas lícitas e ilícitas é o fato de não ter qualquer ligação com o Estado. Trata-se de uma iniciativa totalmente privada, um produto de mercado desenvolvido por uma empresa de consultoria que é vendido para outras empresas. Como discutido anteriormente (Capítulo 3), os programas de testes de drogas no ambiente de trabalho surgiram no contexto da política americana de Guerra às Drogas e foram inicialmente uma das ações oficiais da política criminal do governo

norte-americano, mas no Brasil isso jamais aconteceu. O Estado brasileiro nunca esteve envolvido em ações dessa natureza, da mesma forma que ao chegarem ao país tais programas já não tinham mais qualquer relação nem mesmo com a política oficial americana. Os testes de drogas já desembarcaram por aqui como ferramentas administrativas autônomas do setor privado.

O princípio da vigilância em massa está associado às próprias práticas originárias da biopolítica ainda no século XVIII (FOUCAULT, 2008b), como a construção de bases de dados nacionais para fins administrativos a partir de censos populacionais. Mas o Estado, que durante a maior parte da Modernidade fora o agente por excelência da vigilância, vai perdendo sua exclusividade na atividade de extração e uso de dados da população ao longo do século XX – especialmente a partir da década de 1970<sup>82</sup>. Uma grande variedade de atores sociais e em especial empresas privadas passa a desenvolver seus próprios mecanismos para ter acesso aos dados da população e dos indivíduos. Da mesma maneira as tecnologias associadas à vigilância em massa se tornam cada vez mais móveis e flexíveis, insinuando-se e disseminando-se em muitas áreas da vida social e pessoal onde sua influência até então era apenas marginal – ao ponto de atividades banais como fazer compras, usar o banco ou falar ao telefone, por exemplo, terem se tornado práticas altamente monitoradas para extração de informações pessoais que passam a ser usadas para os mais diversos fins<sup>83</sup>.

O programa pesquisado aqui não só não está associado a nenhum tipo de iniciativa estatal como também funciona a partir de critérios que contrariam a própria forma como a legislação brasileira trata a questão das drogas, criando uma forma variante de criminalização para o uso. Da mesma maneira que a legislação trabalhista não prevê nenhuma consequência para o que o trabalhador faça nos seus momentos de folga – nem usar álcool, nem usar drogas (CLT - Decreto-lei nº 5.452/1943) –, também a Lei de Drogas no Brasil (Lei 11.343/2006), por mais problemática ou contraditória que possa ser, aponta claramente para a descriminalização do consumo pessoal de drogas<sup>84</sup>. Na empresa, o programa funciona no sentido oposto, criminalizando no seu âmbito tanto o uso de drogas como o de álcool e

---

<sup>82</sup> Vide capítulo 4 – Controle social e Vigilância.

<sup>83</sup> Essas transformações que tornam a vigilância cada vez mais insidiosa inspiraram autores como Deleuze (1998) a falar em uma “sociedade de controle”.

<sup>84</sup> A Lei de Drogas de fato descriminaliza o uso pessoal de drogas, mas se omite em relação à distinção entre o que deve ser considerado porte/uso e o que deve ser enquadrado como tráfico. Como resultado, as convicções pessoais de cada agente da justiça criminal é o que decide em cada caso, gerando uma aplicação errática e aleatória da lei (CONJUR, 15 de maio de 2011). As consequências são desastrosas, sendo a lei apontada como um dos principais fatores responsáveis pelo aumento da população carcerária no Brasil (em 2005, por exemplo, o número de presos por tráfico correspondia a 9% da população carcerária e em 2014 já representava 28%) (O GLOBO, 12 de janeiro de 2017).

estabelecendo estratégias privadas de controle sobre tais condutas. Nesse sentido o programa empresarial de prevenção ao uso de drogas lícitas e ilícitas constitui um exemplo concreto da característica contemporânea descrita por Ericson (2007) de cada organização tender de fato a criar o seu próprio “sistema de justiça criminal privado”, suas próprias formas contextuais de criminalização e suas próprias estratégias de controle, independentemente de qualquer orientação política estatal.

### **a.3) A vigilância fundamentada em dados: despessoalização e *data doubles***

Além de se aplicar a toda a população da empresa sistematicamente e não ter nenhuma relação com alguma política estatal, o programa também se caracteriza como vigilância em massa na medida em que não considera os trabalhadores enquanto seres sociais ou “pessoas morais” (BAUMAN, 1997), mas apenas como fontes de dados bioquímicos – dados esses que, inconvenientemente, estão dentro seus corpos. Metabólitos na urina ou traços etílicos no ar pulmonar supostamente revelariam uma verdade mais profunda sobre os indivíduos do que eles mesmos poderiam ou gostariam de demonstrar. Dessa forma, ao contrário de outros modelos de prevenção ou tratamento que apoiam suas ações em aspectos sociais, afetivos e interpessoais dos indivíduos, o programa torna desnecessário qualquer traço de sociabilidade. Se a verdade é positiva, ela está nos dados e por isso a ação decisiva do programa é a aplicação de testes: é através deles que a informação-alvo é acessada.

A vigilância contemporânea opera a partir de uma lógica preventiva (ERICSON, 2007) que determina seu funcionamento: antever comportamentos ou situações de risco é o que se torna mais decisivo. Por isso um de seus traços característicos é serem menos direcionadas e interventivas do que a vigilância tradicional. A preocupação clássica do controle social com a questão da ordem (COHEN, 1985) é ressignificada e se torna mais uma questão de administrar o mundo social como ele é, com toda a sua incerteza, do que transformar os indivíduos em participantes voluntários da sociedade ou construir consenso em torno de valores sociais compartilhados: as operações de classificação e exclusão prevalecem sobre as de intervenção e correção e por isso a extração de informações pessoais, a disponibilidade de bases de dados pesquisáveis e as operações algorítmicas são tão fundamentais. O controle social se torna uma questão atuarial e os elementos básicos que operacionalizam esse sistema são os dados pessoais coletados a partir dos mecanismos de vigilância.

Haggerty & Ericson (2000) observaram que as tecnologias de vigilância contemporânea, ao extraírem dados dos indivíduos, criam aquilo que eles chamaram de *data*

*doubles*. Ou seja, os dados extraídos de um indivíduo são interpretados a partir de uma lógica particular criando um “self adicional” que objetifica aquele indivíduo (HAGGERTY & ERICSON, 2000). Esse processo despe o indivíduo de toda a sua subjetividade e da complexidade de suas relações sociais para construir uma espécie de “réplica” do mesmo, reagrupando seus dados a partir de critérios organizacionais específicos. Para os fins práticos do controle e classificação social, essa réplica passa a ser considerada a versão definitiva daquele indivíduo, uma apresentação mais representativa e verossímil do que o “original”.

As informações que fazem as vezes da pessoa são constituídas de “dados pessoais” apenas no sentido de que se originaram em seu corpo e podem afetar suas oportunidades e escolhas existenciais. A “replicação e fragmentação de dados” tende a inspirar mais confiança que a própria pessoa – que prefere contar sua própria história (BAUMAN & LYON, 2013, p. 15)

As operações de classificação social a partir das quais o acesso dos indivíduos a determinadas experiências sociais será autorizado ou negado fundamentam-se nesses *data doubles* que substituem metonimicamente o indivíduo nos meandros dos circuitos da vigilância<sup>85</sup>.

No caso do programa pesquisado, pode-se afirmar que o mesmo tipo de processo está em suas bases, ainda que com conotações contextuais específicas. Nesse caso, à despeito da riqueza de detalhes que o resultado do teste possa oferecer (tanto o etilômetro quanto os exames laboratoriais indicam não apenas ausência ou presença de substâncias proibidas, mas também qual delas foi usada e qual a sua quantidade), os dados são traduzidos e operacionalizados contextualmente de maneira simplificada pelas ideias de “resultado positivo” e “resultado negativo”. É sob essa forma específica que os dados viabilizam a produção de efeitos de poder no cotidiano da empresa.

Quanto aos impactos próprios sobre o trabalho, o resultado negativo indica a normalidade e não é mobilizado de nenhuma maneira pela empresa: não cria obstáculos para o plano de carreira nem retira benefícios do funcionário, mas também não lhe acrescenta nada nem lhe traz nenhuma vantagem. O fato de o resultado negativo ser completamente neutro não deixa de causar desconforto entre os funcionários, pois, como será discutido adiante, sinaliza falta de reciprocidade da empresa no que diz respeito à confiança com o trabalhador.

---

<sup>85</sup> Lyon apresenta vários exemplos ilustrativos desse processo, como a inclusão de pessoas em “no flight lists” de aeroportos a partir de características étnicas, a autorização de crédito financeiro para indivíduos baseada no CEP de sua área residencial, ou a determinação de valores e modelos de seguro de vida a partir dos dados médicos e genéticos da família do contratante.

O resultado positivo, entretanto, impacta seriamente a vida profissional do funcionário e há até mesmo uma expressão informal usada internamente para se referir a quem é positivado: “conversar com a Aparecida”<sup>86</sup>. Aparecida é uma funcionária antiga, responsável pelo setor de Assistência Social da empresa desde que o programa foi instaurado; os funcionários que são positivados precisam comparecer à sua sala para receber as orientações sobre os procedimentos a serem seguidos. “Conversar com Aparecida” significa ingressar num circuito em que a esfera da vontade própria é reduzida ao mínimo: afastamento imediato do trabalho (até o exame laboratorial ficar pronto); avaliação psicológica que objetivará a personalidade do funcionário reduzindo-o simplesmente a “viciado” ou “usuário eventual”; tratamento médico compulsório (uma vez que a recusa é motivo para demissão); suspensão obrigatória do trabalho por tempo indeterminado (até que o funcionário, agora transformado em paciente, receba alta); custeamento obrigatório de 20% do valor do tratamento; e a sua fatal transformação em um indivíduo “marcado” na empresa (como descreveu o maquinista Rodrigo – protocolo 04): daquele momento em diante, o funcionário sabe que será chamado para fazer testes surpresa pelo menos uma vez por mês durante os próximos anos.

Em resumo, através do programa os funcionários são duplamente despersonalizados. A primeira despersonalização os reduz a números de matrícula que rodam aleatoriamente num software de sorteio. Não importam os seus anos de serviços prestados à empresa, nem a sua personalidade, nem mesmo quantas vezes ele já tenha feito o teste antes e provado sua adequação aos rigorosos padrões abstêmios da empresa: ali ele é apenas um número de matrícula que precisa provar seguidamente a sua obediência sem jamais conquistar a confiança dos seus empregadores. A segunda despersonalização acontece depois dos testes, quando os funcionários são reduzidos a dados bioquímicos coletados no exame, traduzidos nos rótulos “positivo” e “negativo” e reconstituídos em *data doubles* sem voz e sem história.

Segundo o discurso oficial da equipe de gestão o programa não tem nenhum interesse moralista e visa unicamente cuidar da saúde dos funcionários, seja desestimulando o uso de drogas lícitas e ilícitas, seja recuperando aqueles que eventualmente tenham problemas com elas, sendo a extração desses dados a forma de viabilizar isso. Mas como a pesquisa deixou claro, por trás dessa camada aparente de boas-intenções há em operação um mecanismo de poder muito mais sutil e coerente com outras estratégias de governo das liberdades que

---

<sup>86</sup> Essa expressão é muito usada em brincadeiras que os funcionários fazem uns com os outros, especialmente durante testes aleatórios por setor que são feitos em sequência e os funcionários aguardam em fila para serem atendidos. Muitas vezes os funcionários que estão na fila brincam com o colega que acaba de sair do exame perguntando: “E aí? Vai ter que conversar com Aparecida?”.

compõem o repertório da governamentalidade liberal, conforme será desenvolvido adiante (FOUCAULT, 2008; SIMON, 2003; ROSE, 2004).

#### **b) Adiaforização: suspensão da moralidade em prol de critérios técnicos**

As narrativas dos funcionários sobre o programa são notadamente caracterizadas por uma ausência de considerações críticas. A naturalização dos testes de drogas no cotidiano da empresa demonstrou ser forte o suficiente para que os trabalhadores manifestem até mesmo uma sensível indiferença quanto aos seus possíveis impactos em suas vidas pessoais: a adequação técnica do programa basta para torna-lo legítimo.

As avaliações sobre o programa orbitam sempre ao redor de questões técnicas, mesmo quando apontam aspectos percebidos como negativos (como a opacidade, o critério dos sorteios, o tempo de trabalho perdido etc); questões de fundo simplesmente não são tematizadas: matérias como justiça, respeito, dignidade, liberdade e privacidade, por exemplo, não estão presentes no esquema interpretativo dos funcionários. Como foi descrito no capítulo anterior, esse distanciamento moral em relação ao programa está associado à própria natureza das relações interpessoais no ambiente de trabalho, fragilmente constituídas e sem remeterem a uma experiência compartilhada. Nesse contexto os testes de drogas são vivenciados apenas individualmente, uma questão de sorte e acaso de cada funcionário, sendo muito improvável o surgimento de algum tipo de empatia ou solidariedade. Essa é uma característica do programa que pode ser teorizada a partir da ideia de “adiaforização”, desenvolvida por Bauman a partir de sua análise das maneiras como contextos organizacionais desenvolvem arranjos que permitem aos indivíduos neutralizarem os eventuais impactos disruptivos de avaliações morais sobre seus procedimentos. Ele descreve alguns aspectos elementares desses arranjos:

Consegue-se isso mediante numerosos arranjos complementares: (1) afirmando que há uma distância, não proximidade, entre os dois polos da ação - o polo do "fazer" e o polo do "sofrer"; justamente por isso, os que se acham no termo recipiente da ação são mantidos fora de alcance do impulso moral dos agentes; (2) isentando alguns "outros" da classe de objetos potenciais de responsabilidade moral, de "faces" potenciais; (3) desagregando outros objetos humanos de ação em agregados de traços funcionalmente específicos e mantendo esses traços separados, de sorte que não surja a ocasião de reajuntar a "face" a partir desses "itens" disparatados e a tarefa estabelecida para cada ação possa se isentar de avaliação moral (BAUMAN, 1997, p. 177).

Com isso as organizações conseguem levar a cabo suas ações sem que seus agentes sofram alguma questão de consciência que interrompa os processos ou revele as “consequências humanas” daqueles procedimentos.

Através desses arranjos, a organização não promove comportamento imoral. Não patrocina o mal, como alguns de seus críticos se apressariam em acusar; mas também não promove o bem, contrariamente aos *scripts* compostos para sua autopromoção (idem).

Segundo ele esses arranjos acabam por tornar as condutas moralmente adiafóricas, ou seja, nem boas nem más, sujeitas apenas a critérios técnicos e avaliações de resultado.

Um exemplo analisado por Bauman foi o da organização nazista, estruturada de maneira a permitir que seus agentes transferissem suas responsabilidades e justificassem seus atos em razão de uma cadeia de comando burocrática que lhes subtraía toda autonomia decisória e lhes autorizava apenas a execução de ordens vindas de hierarquias superiores. Nesse tipo de adiaforização, a neutralização das considerações morais era o resultado de um distanciamento burocrático entre os agentes e os centros decisórios – o que Bauman denominou de “responsabilidade flutuante”.

Podemos supor que o efeito geral de tal contínua transferência de responsabilidade seria uma responsabilidade flutuante, situação na qual cada um e todos os membros da organização estão convencidos e assim o diriam caso indagados, de que estão sob as ordens de outra pessoa, mas as pessoas apontadas pelas outras como responsáveis passariam o bastão a uma terceira. Pode-se dizer que a organização como um todo é um instrumento para eliminar responsabilidade (BAUMAN, 1997, p. 189).

Essa transferência da responsabilidade também enfraquecia a percepção entre as ações e seus resultados, facilitando a execução de objetivos organizacionais que, de outra maneira, estariam sujeitos a questionamentos morais por parte de seus executores.

Os laços causais em ações coordenadas são mascarados e o próprio fato de serem mascarados é um fator superpoderoso de sua eficácia. A perpetuação coletiva de atos cruéis fica bem mais fácil pelo fato de que a responsabilidade é essencialmente “inatribuível”, enquanto cada participante desses atos está convencido de que ela

compete a alguma “autoridade específica” (idem).

David Lyon (2001) enxerga a adiaforização como um dos processos sociais mais marcantes da pós-modernidade, analisando a Guerra do Golfo como um dos melhores exemplos contemporâneos de neutralização moral. No caso específico da Guerra do Golfo a suspensão da moralidade teve como principal vetor a mediação eletrônica: equipamentos militares operando por meio de vídeo permitiram que os agentes americanos empreendessem uma guerra “à distância” na qual a mediação eletrônica e o distanciamento físico convergiram para tornar os laços causais tênues o suficiente de modo a não suscitarem qualquer tipo de envolvimento moral por parte dos agentes em relação aos procedimentos organizacionais<sup>87</sup>.

Essa suspensão da avaliação moral, que no exemplo de Bauman vem da distância social e impessoalidade produzida pela burocracia e no exemplo de Lyon vem da distância física e da mediação eletrônica, no caso do programa empresarial parece ter outro nexo. Ainda que em relação aos aplicadores (o polo do “fazer”, segundo a descrição de Bauman) possa existir, ao menos em parte, algo semelhante a uma “responsabilidade flutuante” na medida em que o aplicador é treinado para obedecer a ordens impessoais e dar prosseguimento aos procedimentos do teste sem nenhum envolvimento moral ou afetivo com o testado mesmo quando um resultado positivo cria uma situação emotiva ou dramática, o que chama atenção é o fato de que na experiência dos próprios funcionários em geral (o “polo do sofrer”) o programa e seus procedimentos também sejam percebidos como moralmente neutros. Ou seja, o próprio público alvo da vigilância que a vivencia cotidianamente não vê implicações morais no fato de terem que fazer testes surpresa para o uso de drogas.

Adotando a perspectiva da vigilância enquanto prática cultural, pode-se perceber que isso não significa meramente uma aceitação passiva programa por parte dos funcionários, mas de uma forma específica de integração dos testes na sua interpretação de mundo. Contextos sociais de baixa interação, pouco compartilhamento simbólico e condicionados por um clima de desconfiança generalizada são especialmente favoráveis para o florescimento desse tipo de indiferença moral e distanciamento mútuo, principalmente quando impulsionados por um discurso de segurança.

Uma única problematização emergente demonstrou ter raízes mais profundas do que uma mera technicalidade: a questão da confiança. Como visto anteriormente, o ambiente de

---

<sup>87</sup> A esse respeito Bauman também afirma que após a experiência da Guerra do Golfo todo o desenvolvimento de equipamentos militares mudou de direção, passando a se orientar não mais em termos de poderio bélico propriamente dito, mas no sentido de adiaforizar cada vez mais a operação dos mesmos (BAUMAN & Lyon, 2013, p. 85).

trabalho na empresa pode ser caracterizado como uma espécie de “não-sociedade” (MARX, 2005): além da baixa identificação e da solidariedade muito frágil entre os seus agentes, o ambiente de trabalho ainda é marcado por um clima de alta competitividade e pressões por resultados que muitas vezes acrescenta à frieza do local também uma sensação de hostilidade e insegurança quanto à algum colega de trabalho “puxar o seu tapete” (vide capítulo anterior). Em muitos aspectos é possível estabelecer uma relação entre a receptividade aos testes e esse cenário de desconfiança – uma relação que se dá de maneiras complexas e ambíguas.

Primeiramente, o programa explora a insegurança e a desconfiança oriundas desse ambiente de baixa integração entre os funcionários. Recorrendo aqui à síntese trazida diretamente do próprio campo de pesquisa, articulada pelo maquinista Eraldo (Protocolo 07), por um lado a segurança operacional pode ser facilmente associada ao programa no seu efeito mais óbvio de barrar o acesso de funcionários embriagados ao local de trabalho. Isso, entretanto, é algo que jamais acontece na prática: os resultados positivos se referem ao uso que a pessoa fez em algum momento anterior (provavelmente em seus momentos de folga), o que não significa que naquele momento ele esteja sob efeito de drogas ou álcool<sup>88</sup>. Mas, segundo o próprio Eraldo, essa seria apenas uma proposta imediata do programa, que operaria também num outro nível de segurança (que ele chamou de “segurança indireta”) que seria o mais decisivo: criar um ambiente no qual os frequentadores não precisem estar constantemente sob monitoramento direto para se comportarem adequadamente. Ou seja, fundamentalmente o programa não incide sob as condutas dos indivíduos, sua função primordial não é identificar desvios ou mau comportamento, mas instituir uma situação que estimule uma “cultura da responsabilidade individual” ao mesmo tempo em que filtre os indivíduos que participam dela. Como discutido acima, o uso de drogas é apenas um elemento simbólico, um significante arbitrário para uma ideia normalizada de trabalhador responsável. Essa “segurança indireta” está relacionada à própria estrutura de distanciamento intersubjetivo do ambiente de trabalho e por isso muitos funcionários apontaram que o programa padroniza ou homogeneíza esse ambiente criando artificialmente um critério mínimo de convivência sem o qual a desconfiança e a insegurança não encontrariam barreiras. Se a sociabilidade é precária, pelo menos há um elemento de convergência entre os funcionários e é nesse sentido

---

<sup>88</sup> De fato a pesquisa não conseguiu colher nenhum relato, nem entre os funcionários nem entre os membros da equipe de gestão do programa, de alguém que tenha sido flagrado sob efeito de entorpecentes durante o trabalho. O relato mais próximo de algo desse tipo foi um caso anedótico narrado por Oswaldo (protocolo 12), em que um colega de trabalho, para impressionar seus companheiros, bebeu meio copo de algo que supostamente era cachaça antes de fazer o teste do etilômetro. Como o seu resultado foi negativo, todos supõem que ele tenha armado uma brincadeira e combinado com o atendente do botequim para lhe servir água.

que pode-se dizer que o programa explora a desconfiança generalizada ao ser uma promessa de diminuir a aridez do ambiente de trabalho.

Em segundo lugar, se o programa pode ser visto como uma forma de diminuir as inseguranças, ele também tem o efeito de alimentá-las e assim reforçar a desconfiança generalizada. Como visto, o programa não se dá num ambiente em que a sociabilidade é simplesmente neutra, mas centrífuga, já deteriorada pela falta de identificação mútua e por disputas entre os funcionários por promoções, metas e oportunidades de carreira. Nesse sentido a convocação de um funcionário para fazer o teste costuma sempre suscitar uma dúvida sobre a real origem daquela convocação. Ainda que a comunicação oficial seja a de que se trata de um sorteio, sempre existe a possibilidade de que o teste seja na verdade motivado por denúncia. Dessa forma o teste sempre faz o funcionário ter mais desconfianças em relação aos seus colegas, de modo que ao mesmo tempo em que pretende homogeneizar o ambiente social através de um critério que, se não cria laços sociais ou identidade compartilhada pelo menos padroniza seus frequentadores a partir de certos aspectos, o programa também reforça a distância entre os funcionários alimentando a desconfiança. Essa tendência a criar grupos não-sociais (ou seja, sem solidariedade entre seus componentes e com uma tendência constante à dispersão) é uma das características do controle social contemporâneo.

A desconfiança generalizada descrita aqui tem uma natureza horizontal, ou seja, ela se refere à fragilidade dos laços entre os funcionários. Entretanto é possível falar também num outro tipo de desconfiança que é, digamos, vertical: ela diz respeito à relação dos funcionários com a empresa enquanto organização empregadora. Num contexto profissional existe sempre uma expectativa de reciprocidade no que diz respeito às relações de confiança entre empregador e trabalhador, especialmente quando o contrato de trabalho é duradouro. Informalmente, o trabalhador espera que seu empregador lhe apresente situações que servirão como forma dele provar tanto a sua habilidade profissional quanto o seu caráter, criando assim um vínculo de confiança mais forte. O programa de teste de drogas, entretanto, destrói qualquer expectativa de construção de uma relação de confiança entre o trabalhador e a empresa. Isso fica claro no desconforto manifesto pelos funcionários em decorrência do fato de terem que fazer os testes em várias oportunidades repetidas ao longo de anos seguidos e mesmo assim, após reiterados resultados negativos, nunca serem capazes de convencer a empresa que ela pode confiar neles. É por esse motivo que o fato de os resultados negativos nos testes de drogas não serem mobilizados de nenhuma forma pela empresa acaba sendo também um fator que gera descontentamento entre os funcionários, pois cada nova realização

de um teste (seja aleatório, seja pré-funcional) se reforça a mensagem de que o trabalhador jamais será “merecedor de um voto de confiança” – como expressou o Operador de Tráfego Danilo, que mesmo após onze anos de resultados negativos diários nos testes pré-funcionais e outros tantos aleatórios precisa continuar provando todos os dias que não usa drogas. Vigilância em massa e confiança realmente não parecem ser coisas compatíveis.

A experiência de campo da pesquisa deixou claro que esse fato é uma barreira decisiva para a construção de algum tipo de identificação do trabalhador com a empresa, tanto no setor administrativo quanto no setor operacional – onde existe, pelo menos, uma identificação entre os membros de categorias (como os maquinistas ou os “peões do trecho”, por exemplo) ou de grupos de trabalho (como os eletricitas do ramal X, por exemplo), identidades que nos seus discursos são contrapostas à figura da “empresa”. Nessas categorias e grupos onde há sinais mais ou menos significativos de identidades coletivas, aliás, questões que no setor administrativo podem ser vistas como desconfiança horizontal tendem a ser percebidas como verticais, ou seja, ao invés de desconfiarem de denúncias de colegas, os participantes dessas categorias e grupos tendem a direcionar a desconfiança para chefes, gerentes e coordenadores que representam a “empresa”. Entre esses grupos aquele tipo de temor dos funcionários administrativos em serem denunciados por colegas de trabalho é muito menor do que o de passar a sofrer “marcação” pelo seu chefe ou coordenador.

### **c) Classificação social e Controle: o resultado positivo como entrada num circuito de exclusão**

O programa de prevenção ao uso de drogas lícitas e ilícitas se trata antes de tudo de uma prática de exercício de poder. Como tem se argumentado até aqui e se torna mais claro após descrever suas principais características, vistos sob a perspectiva da governamentalidade, os testes podem ser compreendidos como uma prática de controle social biopolítico (FOUCAULT, 2008b). Conforme visto anteriormente (capítulos 2 e 4) a biopolítica se refere a uma forma de organização de poder que, fundamentado numa racionalidade governamental, se dirige para o governo dos indivíduos não só por meio de práticas disciplinares, mas também para a gestão dos viventes constituídos enquanto populações. A dinâmica do poder biopolítico se dá mediante técnicas de controle social que se voltam menos para a moralização dos indivíduos (disciplinamento) do que para a administração das liberdades enquanto tais.

É muito comum que algumas leituras da obra foucauldiana considerem que o autor sugere uma sucessão histórica de regimes de poder, de maneira que o poder disciplinar substituiria o poder soberano e a biopolítica substituiria o poder disciplinar, de maneira que,

consequentemente, no nível das práticas de poder teríamos uma sequência do tipo lei, disciplina, controle (DELEUZE, 1998). Nikolas Rose (2004), entretanto, chama atenção para o fato de que a genealogia do poder não se trata de uma sucessão de regimes; nas sociedades contemporâneas (que ele classifica como “sociedades liberais avançadas”) o que se verifica é uma diversidade complexa de práticas e mecanismos de poder que muitas vezes parecem desconexos entre si. A investigação sobre o poder precisaria avançar sobre essa aparente divergência para entender de que maneira essas formas heterogêneas de exercício de poder convergem em termos do que ele chamou de “coerência estratégica”. Isso significa que em situações concretas, mecanismos disciplinares e biopolíticos podem estar presentes dentro de uma mesma prática social, agindo simultaneamente em registros diferentes, mas compartilhando estrategicamente formas de pensar e agir sobre as condutas.

Em se tratando de um caso de vigilância em massa, o programa de teste de drogas apresenta essa complexidade destacada por Rose. Em primeiro lugar, como sua descrição deixa claro, não há, em princípio, nenhum objetivo moralizador nos seus procedimentos e tampouco os funcionários são abordados enquanto agentes morais, mas apenas como portadores biológicos de dados que revelariam sua verdadeira conduta, extraídos de seus fluidos corporais mediante um processo técnico. Nesse mesmo sentido, ao contrário de muitos programas de prevenção e reabilitação de uso de drogas, não há previsão de nenhuma atividade relacional com os trabalhadores, seja individual seja coletiva, onde a questão da moralização possa ser trabalhada de alguma forma. Recorrendo mais uma vez à análise do funcionário Eraldo (Protocolo 07) mencionada acima, a principal ação do programa é criar um ambiente no qual os frequentadores não precisem ser constantemente monitorados para agirem adequadamente. Seu objetivo, portanto, não é disciplinar os funcionários ou reprimir suas vontades livres, mas modular os comportamentos do corpo funcional como um todo: ao invés de mudar as condutas individuais, o procura-se regular o ambiente social no qual os indivíduos agem. Dessa maneira a análise de Eraldo converge com a descrição do controle biopolítico feita por Nikolas Rose, para quem o objetivo do controle

(...) is not a question of socializing and disciplining the subject *ab initio*. It is not a question of instituting a regime in which each person is permanently under the alien gaze of the eye of power exercising individualizing surveillance. It is not a matter of apprehending and normalizing the offender *ex post facto*. Conduct is continually monitored and reshaped by logics immanent within all networks of practice. Surveillance is

‘designed in’ to the flows of everyday existence (ROSE, 2000, p. 325).

A vigilância exercida pelo programa age primordialmente como um mecanismo de classificação e seleção: os funcionários são classificados em duas categorias, a dos responsáveis e a dos não-responsáveis, a partir do critério arbitrário “uso de droga”, sendo aqueles que se enquadram na primeira categoria autorizados a acessar o ambiente de trabalho e seguir o fluxo normal da sua rotina; os outros, os não-responsáveis, como representam risco, são excluídos. Por trás desse mecanismo percebe-se a lógica do controle social, que segundo Rose é

(...) pre-emptive and probabilistic, anticipatory and preventive, not based upon the diagnosis of pathology in an individual subject, but on actuarial analysis of risk factors. The diagram of post-disciplinary logics of control in this view, is based upon a dream of the technocratic control of the accidental by continuous monitoring and management of risk (ROSE, 2004).

Ao contrário das práticas disciplinares, técnicas de controle não se dirigem à moralização e à transformação das subjetividades individuais, tampouco pressupõem socialização e solidariedade. Elas atuam fundamentalmente através de duas maneiras: primeiramente por operações atuariais que buscam a regulação dos níveis de “desvio” e não uma reação específica a “desvios” individuais; e em segundo lugar, por meio de operações probabilísticas em que a administração do risco se dá através da identificação e ação preventiva sobre potenciais fontes de problemas com o objetivo de reduzir a possibilidade de que comportamentos indesejados venham a ocorrer e de aumentar a possibilidade de que condutas desejadas sejam praticadas (ROSE, 2004). Em ambos os casos a classificação, categorização e seleção dos indivíduos é fundamental – motivo pelo qual David Lyon afirma que a classificação social (*social sorting*) é de fato uma das formas de operação mais importantes da vigilância contemporânea (LYON, 2003).

A vigilância enquanto classificação social pode ser entendida como a atividade de extração e processamento de dados de indivíduos ou grupos com o objetivo de classifica-los com base em critérios organizacionais que permitam seu enquadramento em determinadas categorias ou segmentos para fins de administração. Os critérios adotados para a classificação social podem ser tão diversos quanto as próprias finalidades da vigilância – marketing, consumo, segurança, saúde, seguros, policiamento, circulação, imigração etc – mas fundamentalmente fornecem um esquema para diferenciações dentro de uma população alvo

(LYON, 2003). No caso do programa, longe de se tratar de um mecanismo disciplinar, está em operação uma prática de controle baseada na vigilância enquanto classificação social. Seus critérios, como visto, são estabelecidos pela questão da “responsabilidade individual” – o que foi descrito por Eraldo (Protocolo 07) como uma qualidade de normalização segundo a qual “as pessoas não precisam estar sob monitoramento constante para tomarem certas atitudes”. O significativo adotado pelo programa para operacionalizar esse critério foi o uso de drogas lícitas e ilícitas – dados que são extraídos no teste e que reunidos na “réplica” de cada funcionário (*data double*).

No início desse capítulo foi ressaltado que apesar da vigilância em massa promovida pelo programa agir sobre todos os funcionários indiscriminadamente, seus efeitos não eram os mesmos para todos eles. Isso porque a classificação social enseja um tratamento diferencial para cada categoria - aqueles classificados como “responsáveis” (e que, portanto, encontram-se no polo desejável) e para os “irresponsáveis” (que, por sua vez, estão no polo dos indesejáveis). Aos funcionários que se encaixam na categoria normativa dos responsáveis (ou seja, têm resultados negativos nos testes), é autorizada a participação na “vida normal” da empresa: podem trabalhar e frequentar o ambiente de trabalho, acessar ferramentas, seguir seu plano de carreira e sonhar com o sucesso profissional. Porém, os funcionários que caem na categoria dos não-responsáveis recebem um tratamento bastante distinto: eles precisam, segundo a expressão nativa, “conversar com a Aparecida”. Conversar com a Aparecida significa receber uma interdição temporária, ou seja, ter a sua vontade autônoma suspensa com o ingresso no sistema de reabilitação do programa: o indivíduo perde o status de “funcionário” e se torna “paciente”. Essa interdição provisória pode vir a se tornar uma exclusão definitiva no caso de reincidência, o que representa o fim da carreira da pessoa dentro da empresa.

A classificação social promovida pelo programa revela a existência de percursos distintos para cada categoria, mas revela também que o próprio programa trabalha com perspectivas heterogêneas e pode ser visto como um mecanismo de controle social revestido daquela complexidade notada por Rose (2000; 2004). Na sua forma de funcionamento mais decisiva, o programa executa uma atividade de controle social típica: coleta dados, classifica e categoriza os funcionários, autorizando os desejáveis e barrando os indesejáveis. Não há nenhuma perspectiva disciplinar nem ingerência sobre as vontades livres, mas um processo de modulação do ambiente de trabalho através – e não “apesar” – das condutas autônomas de indivíduos responsáveis. Nessa dimensão, o programa garante que o ambiente seja frequentado por indivíduos que se adequam à normalização da empresa, autorizando o

ingresso do funcionário naquilo que Nikolas Rose chamou de circuito de segurança: um ambiente no qual o controle já está introjetado nas próprias condutas livres, não sendo necessário nenhum tipo de monitoramento permanente ou intervenção direta – um modelo próximo da ideia deleuziana de “sociedade do controle”, na qual uma política de conduta já está inserida na própria existência, na organização dos espaços, tempos, visibilidades e comunicação; onde cada decisão e cada ação individual (sobre trabalho, consumo, débitos, créditos, estilo de vida, contatos sexuais, etc) estão implicadas numa rede de incitamentos, recompensas, sanções e medos de futuras sanções que servem para engajar cada pessoa em tipos particulares de controles sobre suas condutas (ROSE, 2000, p. 327). Nesses circuitos de segurança, apesar de não ser necessário o monitoramento permanente, é preciso que a vigilância atue nas suas portas de acesso – esse é o papel dos testes de drogas.

O programa não se esgota nesse processo: para a categoria dos “indesejáveis” o programa comporta ainda um mecanismo bastante distinto, no qual os indivíduos considerados não responsáveis por si são inseridos num circuito de suspensão da vontade livre no qual ele permanece até receber uma autorização heterônoma para reingressar ao convívio normal no ambiente de trabalho – a alta médica-psiquiátrica. Nesse caso está em operação um mecanismo de normalização que atua de maneira muito semelhante aos exemplos mais clássicos de moralização e disciplinamento. De acordo com Nikolas Rose (2000, p. 330), trata-se nesse caso de um circuito de insegurança. Aqueles que não são admitidos nas portas de entrada dos circuitos de segurança não são meramente expulsos ou banidos: eles são submetidos a outras estratégias administrativas, que podem ser de dois tipos. O primeiro tipo é composto por aquelas que visam reabilitar os indivíduos para que possam reingressar nos circuitos de segurança (Rose cita como exemplos políticas públicas de profissionalização e treinamento para desempregados, intervenções para empoderar e regenerar comunidades e indivíduos, programas para restabelecer áreas urbanas decaídas, etc); no caso do programa, a entrada do indivíduo nessa estratégia reabilitadora se dá no momento de “conversar com a Aparecida”, quando ele é conduzido à avaliação psicológica e ingressa no tratamento médico-psiquiátrico de recuperação de viciados.

O segundo tipo de estratégias do circuito de insegurança se refere àquelas que visam incapacitar os incorrigíveis e neutralizar o perigo que eles representam (aqui, os exemplos de Rose são políticas do tipo “three strikes”, o inchaço do complexo penal, o aumento da população prisional e estratégias de detenção preventiva para indivíduos incorrigíveis como pedófilos); no caso da empresa, trata-se da demissão do funcionário reincidente.

É importante ressaltar que essa complexidade não deve ser interpretada como incoerência. Ao contrário, o programa comporta ambos os circuitos dentro de uma perspectiva organizacional maior que diz respeito à constituição do tipo de sujeito que pode ser admitido como funcionário. No fundo a ideia de “consciência” ou de “responsabilidade individual”, tão importantes nos discursos dos funcionários sobre o programa, referem-se ao ideal normativo do indivíduo que sabe administrar a sua liberdade com responsabilidade, sem necessidade de monitoramento – o próprio tipo desejado numa sociedade liberal avançada.

#### **d) Liberdade responsável x liberdade irresponsável: incorporando o controle à política de vida**

Uma das questões que emergiram dos dados com mais força foi justamente a da relação entre liberdade e responsabilidade. Quando o maquinista Carlos Eduardo (protocolo 20) afirmou que o programa opera tanto através de uma regra objetiva quanto de “uma regra sem ser regra”, ele sintetizou a percepção de que a proibição do uso de drogas (regra objetiva) funciona apenas como uma fachada ou um elemento simbólico que articula a preocupação com a responsabilidade individual de cada um em administrar sua própria liberdade (a “regra sem ser regra”).

Conforme destacado por Foucault (capítulo 2) a governamentalidade é um regime de poder que necessita da liberdade para se exercer e por isso seus mecanismos atuam muito mais pela incitação das vontades individuais do que pela repressão dos desejos dos indivíduos. Nesse contexto as formas de vigilância tendem a operar cada vez mais como formas de classificação social, criando pontos de acesso a circuitos de segurança, a espaços sociais controlados autonomamente, do que como formas de fiscalização e intervenção corretiva – ainda que comporte circuitos de insegurança estrategicamente coerentes com a perspectiva de uma administração através das liberdades. Nesse sentido, os funcionários percebem através do programa algo que eles vivenciam como uma mudança na liberdade e que associam simbolicamente ao passado e ao presente – ou, como descrito pelo próprio Carlos Eduardo, à ferrovia do passado e à atual. A ferrovia do passado, que muitas vezes é descrita com uma saudade quase romantizada pelos ferroviários aposentados, é vista pelos funcionários da empresa como um exemplo negativo e à ela se associa um tipo de trabalhador cuja irresponsabilidade (ou “falta de consciência”) não só criava situações de perigo operacional real como também era autodestrutiva. Nesse sentido muitos funcionários gostam de ilustrar a importância do programa contando que antes da privatização os maquinistas trabalhavam embriagados, ou ainda ressaltando que a liberdade desregrada daqueles tempos

os levou a comprometer sua saúde e suas relações familiares. Da mesma forma o desconforto gerado pelos testes (que como visto acima tem sua origem na própria sociabilidade frágil do ambiente de trabalho e à desconfiança generalizada dentro da empresa) é racionalizado como “resquícios da ferrovia do passado” como sintetizou Carlos Eduardo, ou seja, resultado da dificuldade dos funcionários atuais admitirem essas transformações.

Apesar das expressões “liberdade” e “responsabilidade” terem sido articuladas como termos polarizados no discurso da empresa, uma interpretação mais atenta mostra que na verdade a polaridade se dá entre duas formas de liberdade: uma irresponsável, associada ao passado e valorada negativamente e outra responsável, associada à nova ferrovia. Essa contraposição não é de nenhuma maneira criada pelo programa, mas repercute a própria forma de organização do poder numa sociedade liberal. O que merece destaque, entretanto, é que o programa opera a mediação desse elemento macroestrutural para o nível organizacional, traduzindo contextualmente a perspectiva do poder governamentalizado. Assim, ao estabelecer como critério de classificação da liberdade irresponsável o uso de drogas, o programa recorre a uma associação simbólica já consolidada culturalmente, facilitando aos funcionários se posicionarem de maneira normativa dentro daquela polaridade e assim transporem para as suas vidas pessoais os critérios organizacionais. Por isso o programa realmente não chega a ser percebido como uma invasão da privacidade ou uma limitação da liberdade – pelo menos para os funcionários admitidos no circuito de segurança: incorporando o controle à sua própria política de vida, o horizonte imaginativo do sujeito liberal não diverge significativamente dos critérios organizacionais; assim, a liberdade acaba sendo dimensionada da mesma forma tanto para o funcionário quanto para a empresa.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse trabalho procurou contribuir com o esforço de se compreender as maneiras através das quais mecanismos de poder governamentalizados se operacionalizam em práticas cotidianas de vigilância. Para tanto a investigação se organizou de forma a reunir, por um lado, uma revisão de literatura que permitisse abordar o tema teoricamente e por outro uma pesquisa empírica que viabilizasse a construção de uma interpretação fundamentada em dados.

A vigilância contemporânea, por mais que seja um aspecto decisivo da vida social, é ainda um fenômeno desafiador para a sociologia e que muitas vezes resiste a abordagens sistemáticas e a teorização. Apesar da consolidação relativamente recente de um campo de estudos sociológicos sobre a vigilância e do desenvolvimento de perspectivas teórico-metodológicas e técnicas de investigação variadas, não é raro que os pesquisadores encontrem dificuldades práticas no que diz respeito à interpretação das questões que o tema suscita. Diante disso, muitas vezes recorre-se a modelos analíticos generalistas como o panóptico, o *Big Brother* etc, que partem de uma premissa naturalizada do poder como uma substância acumulável, estável, coerente e unitária, cujo exercício se dirige invariavelmente para a dominação. Tais pressupostos conduzem a um enquadramento analítico que sobrevaloriza fatores como aspectos tecnológicos ou a distinção das intenções dos “sujeitos” da vigilância sobre os “objetos” vigiados e dessa maneira deixam de captar a dinâmica decisiva da vigilância como prática social e cultural. Para evitar tal abordagem, esse trabalho procurou contextualizar a questão a partir do panorama mais inclusivo das transformações sociais contemporâneas, entendendo a vigilância como um fenômeno particularmente propício a ser explorado pela imaginação sociológica devido à sua característica de mediar práticas cotidianas realizadas em contextos locais, por um lado e grandes configurações de poder e estruturas sociais mais amplas, por outro.

Para situar a questão da vigilância nesse contexto sociológico mais amplo buscou-se aqui partir de uma discussão sobre o poder, entendida como a questão de fundo da vigilância e, portanto, tema do qual ela não pode ser desvinculada. Nesse sentido, a genealogia do poder desenvolvida por Foucault ofereceu uma perspectiva importante para esse trabalho, principalmente por desnaturalizar a ideia do poder como substância acumulável e destacar os aspectos dinâmicos das práticas sociais enquanto produtoras de efeitos de poder, dissociadas de qualquer centro irradiador e não apenas compatíveis como também fomentadoras de tipos específicos de liberdades individuais. Distante de qualquer pretensão de desenvolver uma

teoria geral do poder, Foucault demonstra genealogicamente que o governo é um arranjo específico de poder surgido na Modernidade, chamando a atenção para um tipo de racionalidade específica através da qual se orienta uma série de práticas sociais e culturais que sustentam esse “poder governamental”. Dessa forma, a vigilância contemporânea pode ser compreendida como um conjunto de práticas que produzem efeitos coerentes com as estratégias de governo desse regime de poder descrito por Foucault. Enquanto tais, as práticas de vigilância contemporâneas se inserem num processo de controle social, um conjunto heterogêneo de estratégias governamentais que convergem para a construção e o governo de populações a partir da fabricação de liberdades específicas.

No âmbito desse trabalho, a noção de controle social forneceu o enquadramento para a vigilância e em especial para o objeto da pesquisa empírica, o programa de prevenção ao uso de drogas lícitas e ilícitas no ambiente de trabalho em uma grande empresa. A pesquisa foi realizada junto a uma grande empresa da cidade de Juiz de Fora, acompanhando o cotidiano dos funcionários e a forma como vivenciam esse tipo de vigilância no seu dia a dia. O programa de prevenção ao uso de drogas lícitas e ilícitas no ambiente de trabalho faz parte da política de saúde e segurança da empresa e é realizado de maneira sistemática desde 2002. Baseado exclusivamente em testes bioquímicos (etilômetro e análise de urina) que buscam detectar sinais de uso de álcool e de drogas no organismo dos funcionários, o programa caracteriza-se como uma prática de vigilância em massa, submetendo todos os funcionários da empresa a um sistema de coleta de dados e classificação das suas condutas, independentemente de serem ou não suspeitos de cometerem alguma irregularidade.

A investigação sobre a experiência dos funcionários com o programa de prevenção ao uso de drogas lícitas e ilícitas no ambiente de trabalho revelou questões importantes sobre a operacionalização de um mecanismo de poder governamental num contexto local. Uma caracterização geral do programa permite descrevê-lo como um sistema privado de criminalização através do qual a empresa aplica seus próprios critérios para controlar as condutas dos seus funcionários mesmo nos horários em que eles não estão prestando serviços – pois os testes não verificam condições de sobriedade, mas a presença de metabólitos no organismo que indicam consumo de substâncias que pode ter acontecido horas (no caso do álcool) ou dias atrás (no caso de drogas ilícitas). Como discutido em capítulos anteriores, esse tratamento diverge da forma como a legislação brasileira (tanto trabalhista como penal) trata o assunto, o que não impede, entretanto que programas dessa natureza funcionem e sejam até mesmo chancelados por decisões judiciais sob o argumento da segurança. Nesse sentido o programa oferece um exemplo bastante concreto do que Ericson (2007) identificou como

*counter law*, ou seja, um conjunto de estratégias organizacionais típicas de contextos de insegurança e risco que marcam as sociedades contemporâneas. São práticas que, por um lado, relativizam direitos e garantias em nome da segurança e, por outro, lançam mão do uso da vigilância em massa como forma de identificar e controlar possíveis fontes de ameaças e risco de maneira extra-legal. Assim a investigação do programa revela como práticas de controle acontecem cotidianamente em ambientes locais e são naturalizadas no dia a dia das pessoas, muito mais próximas do que o senso comum poderia sugerir em princípio.

A lógica fundamental de funcionamento do programa é a mesma lógica atuarial que diversos autores constataam nas práticas de controle social. Como tais práticas não se voltam para a correção de desvios individuais, mas para a modulação dos comportamentos gerais de uma população, os procedimentos do programa não recorrem a ações que envolvam os funcionários enquanto pessoas morais; seu interesse mais imediato é extrair dados reveladores da conduta dos trabalhadores em relação ao uso de drogas e álcool. Devido a essa base atuarial do programa, os trabalhadores não têm oportunidades de narrar as suas histórias, compartilhar as suas experiências de vida e construir coletivamente um entendimento sobre a questão das drogas lícitas e ilícitas, enfim, de terem algum tipo de participação ativa como ocorre em outros modelos de ações voltados para o uso dessas substâncias (como grupos de apoio, palestras, relatos de casos ou atividades socioeducativas, por exemplo). Em resumo, não são as pessoas que importam para o programa, mas corpos despersonalizados que fornecem amostras bioquímicas ou, em última análise, que são fontes de dados.

A despersonalização com a qual trabalha o programa repercute em diversas dimensões da experiência dos trabalhadores, especialmente no que diz respeito à possibilidade de construção de relações de identidade e confiança. A pesquisa mostrou que o ambiente social da empresa é marcado por uma baixa interação entre os funcionários e pela ausência de identidades coletivas que criem a percepção de experiências compartilhadas, situação agravada pela alta competitividade entre eles, o que cria um ambiente pouco acolhedor e atravessado por uma desconfiança generalizada. A fragilidade dos vínculos sociais e pessoais entre os funcionários favorece a receptividade ao programa, que é percebido principalmente como uma forma de cuidado antes de ser experimentado como controle. Os trabalhadores veem o programa como uma forma de homogeneizar o ambiente de trabalho, uma espécie de compensação heterônoma para a falta de hospitalidade e laços interpessoais – tarefa que é feita através da adoção de um critério que tem por base um comportamento estigmatizado pelo senso comum, o uso de drogas e álcool.

O fato de o programa recorrer ao uso de drogas e álcool como um critério classificatório põe em evidência definições do senso comum que, por se referirem a um comportamento fortemente estigmatizado, favorecem a receptividade dos testes, tornando legítima ou pelo menos justificável a invasão da vida particular que promovem. O uso de drogas e o consumo abusivo de álcool são condutas às quais se associam uma série de valores negativos dos quais um é especialmente articulado pelo programa, qual seja, a ideia de irresponsabilidade (também referido no contexto da empresa como “falta de consciência”). Assim, em resumo, os testes são uma técnica representacional através da qual um significante (o resultado positivo ou negativo) é arbitrariamente associado a um significado (a responsabilidade ou irresponsabilidade do indivíduo). A arbitrariedade dessa associação não é percebida como tal, pois é chancelada por perspectivas culturais e valores sociais naturalizados e garantidos pelo senso comum.

O enquadramento do programa é o discurso da segurança. Ou seja, os funcionários atribuem sentido para o programa a partir da ideia de que ele tem por finalidade principal aumentar a segurança no ambiente de trabalho – e, residualmente, funcionar como um apoio à saúde do trabalhador. A segurança é percebida como o resultado da atuação do programa em dois níveis, um imediato e outro mais sutil, porém mais decisivo: no nível imediato, uma segurança direta resultante da regra objetiva que proíbe o uso de drogas e garante que funcionários embriagados não tenham acesso ao ambiente e às ferramentas de trabalho; no nível mais sutil, uma segurança indireta resultante da “regra sem ser regra” (conforme o maquinista Carlos Eduardo descreveu), ou seja, o entendimento de que para além da proibição objetiva do uso de drogas há um critério positivo que se refere ao padrão mínimo de responsabilidade individual que autoriza o acesso ao ambiente de trabalho. Grande parte da força da normatividade, portanto, deriva da imagem negativa do indivíduo dependente – dependência que, simbolicamente, indica o fracasso do indivíduo assumir suas responsabilidades, inclusive a de cuidar de si mesmo. A responsabilização individual é um fator chave no programa de prevenção ao uso de álcool e drogas, mas também é um processo social contemporâneo que, conforme já descrito por diversos autores (BAUMAN, 2000; ROSE, 2004), demarca a produção da subjetividade nas sociedades liberais avançadas. Sintomaticamente, pode-se perceber como esse processo que está presente em áreas tão distintas como saúde e trabalho é idêntico à ideologia de responsabilização individual que também embala, por exemplo, as atuais criminologias do controle na área da segurança pública (escolha racional, atividades de rotina, teoria das oportunidades, etc). Nesse sentido o programa também realiza um papel mediador entre as experiências sociais nos níveis micro e

macro, ligando situações vividas no cotidiano dos trabalhadores a processos sociais e históricos mais amplos.

Como visto anteriormente o programa de prevenção ao uso de drogas lícitas e ilícitas está associado à deterioração da confiança mútua e da reciprocidade das relações sociais no ambiente de trabalho, onde a falta de referências comuns que criem laços sociais de solidariedade e identificação com o outro gera desconfiança e ansiedade generalizadas. O programa recorre ao uso de tóxicos como um sentido simbólico que catalisa essa desconfiança generalizada produzindo através dos testes um substituto artificial para os padrões mínimos de convivência social num ambiente onde eles são rarefeitos, estimulando um ambiente controlado que os próprios funcionários descreveram como uma “cultura da responsabilidade” na qual os indivíduos não precisem estar sob vigilância direta para adotarem condutas seguras. Essa introjeção do controle não se dá através da produção de corpos dóceis ou da imposição de um modelo idealizado comportamento social, mas do gerenciamento das condutas livres a partir da classificação dos indivíduos dentro espectro que vai da liberdade irresponsável (signo do risco) à liberdade responsável (polo desejável, do indivíduo capaz de assumir suas responsabilidades e submeter a elas a sua liberdade). Nesse tipo de controle social o poder é articulado por dentro da própria sociedade, ancorando-se nas próprias consciências individuais e, por isso mesmo, produzindo efeitos de poder muito mais efetivos e sutis do que técnicas mais ostensivas e interventivas.

O programa opera em princípio como uma regulação do acesso dos indivíduos a um ambiente controlado pela noção de responsabilização individual. Como visto anteriormente, nesse ambiente os próprios indivíduos já operam o controle através das suas próprias condutas livres, dispensando qualquer vigilância permanente e imediata – um “circuito de segurança”, conforme descrito por Rose (2000). Porém, seria um erro pensar que o controle social não dá nenhuma atenção à transformação dos funcionários positivados no teste de drogas. Nesse caso, eles ingressam em um outro circuito em que a sua liberdade é temporariamente suspensa: o tratamento médico e a reabilitação para a dependência química, cujo intuito é não apenas curar o vício, mas principalmente (re) moralizar o indivíduo para que ele se torne apto a ser incluído no respectivo circuito de segurança. Nesse sentido, o programa de prevenção ao uso de drogas lícitas e ilícitas pode ser visto como uma forma complexa de controle social à qual se acopla acessoriamente um mecanismo disciplinar que funciona para reabilitar os indivíduos reprovados – cuja exclusão definitiva se dá apenas para os “incorrigíveis”. Esse desenho de controle complexo pode ser encontrado em vários outros exemplos de vigilância contemporânea.

A pesquisa revelou, por fim, uma transformação importante na concepção de liberdade. O que se presencia não é tanto uma perda da liberdade, mas uma redefinição social do que se entende por liberdade, muitas vezes contraposta à ideia de segurança e condicionada à de responsabilidade individual. O afrouxamento dos laços de solidariedade e identidade rebaixa a experiência de convívio social a uma administração técnica do convívio social e do cuidado de si, tarefas que cada indivíduo deve levar a cabo para que a sobrevivência num ambiente de insegurança e hostilidade se torne minimamente tolerável – às vezes fisicamente, mas invariavelmente psíquica e emocionalmente.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMORIM, Máira. *Caça às drogas: mais empresas pedem exames toxicológicos*. in: **O Globo**. 17 de março de 2013. disponível em <<http://oglobo.globo.com/emprego/caca-as-drogas-mais-empresas-pedem-exames-toxicologicos-7863250>> (acesso em 13/12/2016).
- AGAMBEN, Giorgio. **Estado de Exceção**. Boitempo, São Paulo, SP, 2004.
- ALTHEIDE, David L. *Ethnographic Content Analysis*. **Qualitative Sociology**, vol. 10, p. 65-77, 1987.
- \_\_\_\_\_. **Qualitative Media Analysis**. Sage Publications, California, USA, 1996.
- \_\_\_\_\_. **Terror Post 9/11 and the Media**. Peter Lang Publishing, New York, USA, 2009
- BAUMAN, Zygmunt. **Ética Pós-Moderna**. ed. Paulus, São Paulo, SP, 1997.
- \_\_\_\_\_. **Medo Líquido**. ed. Jorge Zahar, Rio de Janeiro, RJ, 2008.
- \_\_\_\_\_. **Modernidade e Holocausto**. Ed. Jorge Zahar, Rio de Janeiro, RJ, 1998.
- \_\_\_\_\_. **Modernidade Líquida**. ed. Jorge Zahar, Rio de Janeiro, RJ, 2000.
- BAUMAN, Zigmunt; LYON, David. **Vigilância Líquida**. Ed. Jorge Zahar, Rio de Janeiro, RJ, 2013.
- BECKER, Howard S. **Falando da Sociedade**. Ed. Jorge Zahar, Rio de Janeiro, RJ, 2009.
- \_\_\_\_\_. **Outsiders: estudos de sociologia do desvio**. Ed. Jorge Zahar, Rio de Janeiro, RJ, 2011.
- BLUMMER, Herbert. “A Natureza do Interacionismo Simbólico”. in: MORTENSEN, C. David. **Teoria da Comunicação: textos básicos**. Ed. Mosaico, São Paulo, SP, 1980.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. disponível em <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)> (acesso em 13/12/2016).
- BRASIL. **Consolidação das Leis do Trabalho** – Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. disponível em <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Decreto-Lei/Del5452.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del5452.htm)> (acesso em 13/12/2016).
- BRASIL. DENATRAN. **Deliberação 145/2015**. disponível em <<http://www.denatran.gov.br/images/Deliberacoes/DELIBERACAO145.pdf>> (acesso em 13/12/2016).
- BRASIL. **Lei 9.029/1995**. disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L9029.HTM](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9029.HTM)> (acesso em 13/12/2016).
- BRASIL. **Lei 13.103/2015**. disponível em <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2015-2018/2015/lei/113103.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2015/lei/113103.htm)> (acesso em 13/12/2016).

BRASIL. Lei de Drogas - **Lei 11.343/2006**. disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2004-2006/2006/lei/111343.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2006/lei/111343.htm)> (acesso em 02 de maio de 2017).

BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho de Minas Gerais – 3ª região. Processo nº 0010262-50.2015.5.03.0171. decisão de 30 de setembro de 2015.

BRASIL. Tribunal Superior do Trabalho. Processo RR-1191-58.2014.5.03.0171, acórdão de 07 de dezembro de 2012.

BRASIL. Tribunal Superior do Trabalho. Processo RR-876-59.2010.5.05.0221. decisão de 30 de setembro de 2015.

CASTRO, Edgardo. **El vocabulario de Michel Foucault: un recorrido alfabético por sus temas, conceptos y autores**. ed. Prometeo, Buenos Aires, Argentina, 2004.

CHEVIGNY, Paul. *The Populism of Fear: politics of crime in the Americas*. **Punishment & Society**, vol. 5(1), p. 77-96, 2003.

CHRISTIE, Niels. **Uma razoável quantidade de crime**. Revan, Rio de Janeiro, RJ, 2008.

CNI – IBOPE. **Retratos da sociedade brasileira: segurança pública**. Brasília: CNI, 2011.

\_\_\_\_\_. **Retratos da sociedade brasileira: confiança interpessoal**. Brasília: CNI, 2014.

\_\_\_\_\_. **Retratos da sociedade brasileira: problemas e prioridades**. Brasília: CNI, 2015.

COHEN, Stanley. **Visions of Social Control: crime, punishment and classification**. Polity Press, Cambridge, UK, 1985.

\_\_\_\_\_. **Folk devils and moral panics: The creation of the Mods and Rockers**. Taylor & Francis, Abingdon, UK, 2011.

CONJUR - Revista Consultor Jurídico. *Exame toxicológico sem consentimento viola privacidade*. 18 de fevereiro de 2013. disponível em <<http://www.conjur.com.br/2013-fev-18/exame-toxicologico-consentimento-empregado-violou-privacidade>> (acesso em 13/12/2016).

CONJUR - Revista Consultor Jurídico. *Programa de combate a drogas não ofende empregado se for opcional, diz TST*. 31 de maio de 2016. disponível em <<http://www.conjur.com.br/2016-mai-31/programa-antidrogas-nao-ofende-empregado-for-opcional-tst>> (acesso em 13/12/2016).

CONJUR - Revista Consultor Jurídico. *Punição Subjetiva: lei e jurisprudência não definem conceito de tráfico*. 15 de maio de 2011. disponível em <<http://www.conjur.com.br/2011-mai-15/jurisprudencia-lei-confundem-diferencas-entre-porte-trafico-drogas>> (acesso em 02 de maio de 2017).

CONJUR - Revista Consultor Jurídico. *Teste toxicológico em empresa é legal se visar a segurança do trabalhador*. 28 de novembro de 2015. disponível em <<http://www.conjur.com.br/2015-nov-28/teste-toxicologico-legal- visar-seguranca-trabalhador>> (acesso em 13/12/2016).

DELEUZE, Gilles. "Post-Scriptum sobre as Sociedades de Controle" in: **Conversações**. Ed. 34, Rio de Janeiro, RJ, 1998

DENZIN, Norman K. **Interpretive ethnography: Ethnographic practices for the 21st century**. Sage, Thousand Oaks, California, USA, 1997.

\_\_\_\_\_. **Interpretive interactionism**. Sage, Thousand Oaks, California, USA, 2001.

\_\_\_\_\_. **Symbolic Interactionism and Cultural Studies: the politics of interpretation**. Blackwell, Cambridge, Massachusetts, USA, 1992.

DERRIDA, Jacques. *The rhetoric of drugs*. in: ALEXANDER, Anna; ROBERTS, Mark S. (ed.) **High culture: Reflections on addiction and modernity**. State University of New York Press, New York, USA, p. 19-43, 2003.

DOUGLAS, Mary. **Pureza e perigo: ensaio sobre a noção de poluição e tabu**. ed. 70, Lisboa, Portugal, 1991.

DREYFUS, H. L e RABINOW, P. **Foucault: uma trajetória filosófica**. Ed. Forense Universitária, Rio de Janeiro, RJ, 1995.

DRUG POLICY ALLIANCE. *Drug war statistics*. Disponível em: <http://www.drugpolicy.org/drug-war-statistics>. acesso em: novembro de 2016.

EPSTEIN, Edward Jay. **Agency of Fear: opiates and political power in America**. ed. Verso, New York, USA, 1990.

ELLERBROK, Ariane. *Playful Biometrics: Controversial Technology through the Lens of Play*. **The Sociological Quarterly**. 52(4), p. 528-547, 2011.

ENERGICI, M. A. *Propuesta metodológica para un estudio de gubernamentalidad: Los procesos de subjetivación y los mecanismos de regulación poblacional como ejes de análisis para su abordaje empírico*. in: **Psicoperspectivas**, 15(2), p. 29-39, 2016.

ERICSON, Richard. **Crime in an Insecure World**. Polity Press, Cambridge, UK, 2007.

FOUCAULT, Michel. *As Malhas do Poder*. in: **Barbárie**, n. 5, verão 1982, Salvador, BA, pp. 34-42.

\_\_\_\_\_. **Ditos e escritos, Vol. I**. ed. Forense Universitária, Rio de Janeiro, RJ, 1999.

\_\_\_\_\_. **Ditos e Escritos, vol. IV**. Ed. Forense, 2ª edição, Rio de Janeiro, RJ, 2006.

\_\_\_\_\_. **Ditos e Escritos, vol. V**. Ed. Forense, Rio de Janeiro, RJ, 2004.

\_\_\_\_\_. **Ditos e Escritos, vol. V**. Ed. Forense, Rio de Janeiro, RJ, 2010 (c).

\_\_\_\_\_. **Em Defesa da Sociedade**. Martins Fontes, São Paulo, SP, 2010(a).

\_\_\_\_\_. **História da Sexualidade 1: a vontade de saber**. ed. Paz e Terra, São Paulo, SP, 2014.

- \_\_\_\_\_. **Microfísica do Poder**. Graal, São Paulo, SP, 2012.
- \_\_\_\_\_. **Nascimento da Biopolítica**. ed. Martins Fontes, São Paulo, SP, 2008(a).
- \_\_\_\_\_. **Segurança, Território, População**. ed. Martins Fontes, São Paulo, SP, 2008(b).
- \_\_\_\_\_. **Vigiar e Punir – Nascimento da Prisão**. Petrópolis, RJ, Vozes, 2010 (b).
- \_\_\_\_\_. *O sujeito e o Poder*. in: DREYFUS, H. L e RABINOW, P. **Foucault: uma trajetória filosófica**. Ed. Forense Universitária, Rio de Janeiro, RJ, 1995.
- GARLAND, David. **A Cultura do Controle: Crime e Ordem Social na Sociedade Contemporânea**. ed. Revan, Rio de Janeiro, RJ, 2008.
- GILLIOM, John. **Surveillance, Privacy and the Law: employee drug testing and the politics of social control**. The University of Michigan Press, USA, 1996.
- GILLIOM, John. **Overseers of the poor: Surveillance, resistance, and the limits of privacy**. University of Chicago Press, 2001.
- GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. ed. Unesp, São Paulo, SP, 1991
- GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. ed. LTC-Livros Técnicos e Científicos, Rio de Janeiro, RJ, 1989.
- GLASER, Barney G.; STRAUSS, Anselm L. **The discovery of grounded theory: Strategies for qualitative research**. Transaction Publishers, New Brunswick, USA, 2009.
- GLASSNER, Barry. **Cultura do Medo**. ed. W11, São Paulo, SP, 2003.
- HAGGERTY, Kevin D. & ERICSON, Richard V. *The surveillant assemblage*. **British Journal of Sociology**, 51(4), p. 605-622, 2000.
- HANSON, F. Allen. **Testing testing: social consequences of the examined life**. University of California Press, Berkeley, California, 1993.
- HYNDESS, Barry. **Disertaciones sobre el poder: de Hobbes a Foucault**. Talasa Ediciones, Madrid, Espanha, 1997.
- JAMESON, Frederic. *Periodizando os anos 60*. in: HOLLANDA, Heloísa Buarque de. **Pós-Modernismo e Política**. ed. Rocco, Rio de Janeiro, RJ, 1991.
- KELLNER, Douglas. **A Cultura da Mídia**. Ed. EDUSC, Bauru, SP, 2001.
- LEGEWIE, H. *Anselm Strauss en conversación con Heiner Legewie y Barbara Schervier-Legewie*. **Forum: Qualitative Social Research**, vol. 5 (3), art. 22, 2004.
- LIPOVETSKY, Gilles. **A Sociedade Pós-Moralista**. Ed. Manole, Barueri, SP, 2005

CLIFT, Eleanor. *Drug Testing for Reagan, Top Aides to Begin Monday*. in: **LOS ANGELES TIMES**, 08 de Agosto de 1986. disponível em < [http://articles.latimes.com/1986-08-08/news/mn-1846\\_1\\_mandatory-drug-testing](http://articles.latimes.com/1986-08-08/news/mn-1846_1_mandatory-drug-testing)> (acesso em 02 de maio de 2015).

LYON, David. **The Electronic Eye – the rise of surveillance society**. University of Minnesota Press, Minneapolis, USA, 1994.

\_\_\_\_\_. *Surveillance Society*. 2008. disponível em [http://www.festivaldeldiritto.it/2008/pdf/interventi/david\\_lyon.pdf](http://www.festivaldeldiritto.it/2008/pdf/interventi/david_lyon.pdf).

\_\_\_\_\_. **Surveillance Society: Monitoring Everyday Life**. Open University Press, Buckingham, England, 2001.

\_\_\_\_\_. (ed.). **Surveillance as Social Sorting: Privacy, Risk, and Digital Discrimination**. Routledge. New York, USA, 2003.

\_\_\_\_\_. (ed.). **Theorizing Surveillance: The Panopticon and Beyond**. Willan. Cullompton, England, 2006.

LYOTARD, François. **A condição pós-moderna**. ed. José Olympio, Rios de Janeiro, RJ, 2009.

MATHIESEN, Thomas. *The viewer society: Michel Foucault's 'Panopticon' revisited*. **Theoretical Criminology**, 1(2), p. 215-234, 1997.

MARX, Gary T. *Seeing hazily (but not darkly) through the lens: some recent empirical studies of surveillance technologies*. in: **Law & Social Inquiry**, v. 30, n. 2, p. 339-399, 2005.

MEAD, George H. **Mind, Self and Society**. Chicago, University of Chicago Press, 1934. disponível em [http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select\\_action=&co\\_obra=4027](http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=4027). acesso em: novembro de 2016.

MERTON, Robert King. **Social theory and social structure**. Simon and Schuster, 1968.

MILLER, Peter; ROSE, Nikolas. **Governando o Presente**. Ed. Paulus, São Paulo, 2012.

MILLS, C. Wright. **Sobre o artesanato intelectual e outros ensaios**. ed. Zahar, Rio de Janeiro, RJ, 2009.

MONAHAN, Torin. *Surveillance as cultural practice*. **The Sociological Quarterly**. 52(4), p. 495-508, 2011.

O Globo. 12/01/2017. disponível em <<https://oglobo.globo.com/brasil/relatorio-aponta-lei-de-drogas-como-causa-principal-da-superpopulacao-carceraria-20763474>> (acesso em 02 de maio de 2017).

PRATT, John. **Penal Populism**. Routledge, New York, USA, 2007.

PRIVACY INTERNATIONAL. disponível em <<https://www.privacyinternational.org/>> (acessado em 02 de maio de 2017).

REVEL, Judith. **Foucault: conceitos essenciais**. Ed. Claraluz, São Carlos, SP, 2005.

ROSE, Nikolas. **A Política da Própria Vida**. Ed. Paulus, São Paulo, SP, 2013.

\_\_\_\_\_. *Government and Control*. in **British Journal of Criminology**, 40, p. 321-339, 2000.

\_\_\_\_\_. **Powers of Freedom**. Cambridge University Press, 2004.

SEDDON, Toby. **A History of Drugs: drugs and freedom in the liberal age**. ed. Routledge, UK, 2010.

\_\_\_\_\_. *Inventing Drugs: A Genealogy of a Regulatory Concept*. **Journal of Law and Society**, v. 43, n. 3, p. 393-415, 2016.

SIMON, Jonathan. *The Ideological Effects of Actuarial Practices*. in: **Law & Society Review**, vol. 22 (4), p. 771-800, 1988.

SIMON, Jonathan; Feeley, Malcolm M. *The forms and limits of the New Penology*. in: BLOMBERG, Thomas G.; COHEN, Stanley (ed.). **Punishment and Social Control**. Aldine de Gruyter, Hawthorne, New York, USA, 2003.

SONEIRA, Abelardo Jorge. *La “Teoría Fundamentada em los datos” (Grounded Theory) de Glaser y Strauss*. in: GIALDINO, Irene Vasilachis de (coord). **Estrategias de Investigación Cualitativa**. ed. Gedisa, Barcelona, España, 2006.

STRAUSS, Anselm L. **Espelhos e Máscaras: a busca de identidade**. Edusp, São Paulo, SP, 1999.

STRAUSS, Anselm L; CORBIN, Juliet. *Grounded Theory methodology: an overview*. in: DENZIN, Norman K. Denzin; LINCON Y.(eds.). **Handbook of Qualitative Research**. Sage, Thousand Oaks, California, 1994.

\_\_\_\_\_. *Grounded Theory Research: Procedures, Canons, and Evaluative Criteria*. **Qualitative Sociology**. vol. 13, p. 13-21, 1990.

\_\_\_\_\_. **Pesquisa Qualitativa: técnicas e procedimentos para o desenvolvimento de teoria fundamentada**. 2ª edição, ed. Artmed, Porto Alegre, RS, 2008.

SURETE, Ray. **Media, Crime and Criminal Justice: images and realities**. Wadsworth Publishing Company, Belmont, CA, USA, 1997.

SUTTON, Adam. *Drugs and Dangerousness: perception and management of risk in the neo-liberal era*. in: **Dangerous Offenders**. Routledge, Londres, UK, 2000

THOMAS, William Isaac. **The Unadjusted Girl**. Little Brown and Company, Boston, USA, 1923.

THOMAS, William Isaac; THOMAS, Dorothy Swayne. **Child in America: behavior, problems and programs**. Alfred A., New York, USA, 1928.

TUNNELL, Ken D. **Pissing on demand: Workplace drug testing and the rise of the detox industry**. NYU Press, New York, USA, 2004.

VAGLE, Jeffrey. *Surveillance is still about power*. in: **Just Security**, 9 de fevereiro de 2016, disponível em <https://www.justsecurity.org/29240/surveillance-power/> (acessado em 08 de abril de 2017)

VAZ, Paulo & BRUNO, Fernanda. *Types of self-surveillance: from abnormality to individuals 'at risk'*, In **Surveillance & Society 1 (3): Foucault and Panopticism revisited**, 2003.

VEYNE, Paul. **Foucault: seu pensamento, sua pessoa**. ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, RJ, 2011.

WEBER, Max. **A Ética Protestante e o "Espírito" do Capitalismo**. ed. Companhia das Letras, São Paulo, SP, 2004.

\_\_\_\_\_. **Ensaio de Sociologia**. ed. LTC, Rio de Janeiro, RJ, 1982.

ZALUAR, Alba. **Condomínio do diabo**. Editora Revan, Rio de Janeiro, RJ, 1994.

\_\_\_\_\_. *Pra não dizer que não falei do samba*. in: **História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea**. Companhia das Letras, São Paulo, SP, 1998.

ZURAWSKI, Nils. *Local practice and global data: Loyalty Cards, Social Practices, and Consumer Surveillance*. **The Sociological Quarterly**. 52(4), p. 509-527, 2011.

**ANEXO 1 - Protocolos da pesquisa**

<b>PROTOCOLO 01</b>		
Data: 19/01/2015		
Duração: 17'13"		
<b>IDENTIFICAÇÃO</b>	NOME	Francisco
	FUNÇÃO	Gerente de Contratação e Remuneração
	FORMAÇÃO	Superior (Administração e Ciências Contábeis)
	SETOR	Administrativo
	DESDE	2004
	JÁ PARTICIPOU	Não
<b>DADOS</b>	ENQUADRAMENTO / NARRATIVA	Segurança / Produtividade É uma ferramenta técnica de gestão, voltada tanto para a produtividade quanto para a segurança, tendo um caráter pedagógico.
	NEXO	1º: Produtividade - garantir um ambiente de trabalho “saudável”, evitando desvios comportamentais causados por álcool e drogas; 2º: Segurança – no setor operacional o programa evita acidentes
	COMPREENSÃO DO PROGRAMA	Razoável
	FONTE DE CONHECIMENTO	Formal (treinamento de gerentes)
	POSTURA PESSOAL	Recepção Indiferente
	CRÍTICA	Nenhuma
	USA	Não
	IDENTIFICAÇÃO	Burocracia da empresa
	LIBERDADE	Condicionada à responsabilidade (consciência)
	NATUREZA DO PROGRAMA	Pedagógica
<b>BREVE RESUMO</b>		

- No momento do lazer o uso do álcool não é inadequado; o uso de drogas é inadequado em qualquer momento.
- Começou na empresa como estagiário e desde que era estagiário já ouvia comentários sobre o programa.
- Como gerente, ele é responsável por comunicar aos funcionários que eles foram

---

sorteados. Conta que nunca houve problemas e que nenhum funcionário demonstrou contrariedade no momento da comunicação. Relata que durante um período em que o seu gerente geral esteve ausente ele foi o encarregado de comunicar o sorteio aos demais gerentes que estavam no mesmo nível hierárquico que ele – e que também não houveram reações contrárias.

- Acredita que a boa recepção do programa no setor administrativo está associada ao nível educacional e intelectual dos funcionários.

“Acaba que a gente lida com um público que tem um nível de escolaridade e um nível intelectual um pouco maior do que de outras áreas. São pessoas que tem uma visão corporativa e têm uma noção bacana dos programas, então conhece a finalidade, então acho que... é eu nunca tive problema com isso não”(06’00”).

- Conta que o programa está passando por um processo de ajuste mais rigoroso: está sendo estabelecido um percentual de funcionários para serem sorteados mensalmente por setor e haverá uma rigidez maior por parte da empresa em relação a isso (até então havia uma tolerância em relação a gerentes que não encaminhavam seus funcionários imediatamente ao ambulatório quando comunicados do sorteio – o que acontecia por diversos motivos, desde acobertar a certos funcionários até evitar que um trabalho se atrasasse em razão da ausência momentânea do funcionário).

- Destaca a segurança operacional como um valor importante para a empresa.

“No [setor] administrativo você ainda tem um fator de risco talvez mais baixo, mas se você pensar numa área operacional não (9’20”)”.

- Elogia a confidencialidade do programa.

- Não faz nenhuma crítica e nem imagina nenhuma sugestão para o programa.

“Na nossa área [setor administrativo] o programa consegue cobrir ou identificar os pontos que deveriam ser identificados. Na área operacional eu acho que também. (...) Então eu acho que está adequado.” (10’00”).

- Não se lembra de nenhum acidente ocorrido na empresa que tenha sido provocado pelo uso de álcool e drogas e atribui isso ao programa.

- Acredita que os funcionários do setor administrativo venham de um público mais escolarizado e que por isso são mais conscientes do mal que as drogas e o álcool causam – mesmo que usem alguma substância nas horas de folga, sabem se controlar. Mas como a empresa é dispersa regionalmente, há públicos com níveis intelectual e escolar variados, o que reforça a importância do programa como uma “pedagogia”, uma forma de conscientização. Ressalta que esse efeito “pedagógico” está presente também em outros programas da área de saúde.

<b>PROTOCOLO 02</b>
---------------------

Data: 19/01/2015

Duração: 11'04"

<b>IDENTIFICAÇÃO</b>	NOME	Gustavo Henrique
	FUNÇÃO	Técnico em eletrônica
	FORMAÇÃO	Técnico / estudante de nível superior
	SETOR	Operacional
	DESDE	2012
	JÁ PARTICIPOU	Sim
<b>DADOS</b>	ENQUADRAMENTO / NARRATIVA	Segurança É uma prática de segurança da empresa e por isso os funcionários precisam acatar, mas há um clima desagradável devido à suspeita quanto aos sorteios.
	NEXO	Segurança
	COMPREENSÃO DO PROGRAMA	Fraca
	FONTE DE CONHECIMENTO	Informal (conversa com colegas) e experiência pessoal
	POSTURA PESSOAL	Aceitação alienada
	CRÍTICA	Opacidade do programa
	USA	Não
	IDENTIFICAÇÃO	Equipe de trabalho (contraposta à empresa)
	LIBERDADE	Condicional à responsabilidade (“consciência”)
	NATUREZA DO PROGRAMA	Preventiva
<b>BREVE RESUMO</b>		

- A compreensão do programa se resume ao teste.

- Relata que fez o programa por duas vezes.

- Dificuldade de articulação.

- Acredita que o objetivo é situacional.

“Quando, final de semana, quando tá de folga ou chegando no domingo à noite o pessoal já começa a segurar, porque... várias pessoas do serviço já foram... assim, já foram sorteadas pra ir. Nunca nenhuma deu nenhuma alteração não, mas... Acho que por conta disso até quem não foi [sorteado] já dá uma segurada” (4'00”).

- Afirma que o programa realmente traz mais segurança para a empresa, pois evita

---

acidentes operacionais.

- Alienação em relação ao programa: pouca reflexão sobre a questão.
- Quando disse que já tinha sido sorteado duas vezes eu brinquei com ele que ele estava com sorte e ele riu muito. Depois disso relaxou e passou a falar mais a vontade.
- Relata que os testes são muito rápidos, mas que acabam gerando uma situação desagradável pelo fato de os superiores quererem pegar os funcionários de surpresa (aqui ele menciona diretamente os gerentes diretos). Fala que não se trata de insegurança, mas de uma desconfiança:

“Parece que tá todo mundo querendo te pegar de surpresa, sabe? Aí fica meio... uma desconfiança” (5’50”).

Mas no final afirma que não vê outra maneira do programa funcionar.

- Acha que o programa não tem “função pedagógica” no sentido estrito de conscientizar o funcionário: quem usa continua usando – principalmente o álcool. Só vai evitar usar em certas ocasiões.
- Não vê o programa com tendo nenhuma relação com outras iniciativas da empresa.
- Critica o silêncio da empresa quanto ao programa: fala que os funcionários só conhecem sobre o programa através de conversas informais entre eles:

O que a gente sabe sobre o que é, pra quê que serve, como funciona, é da conversa que a gente tem nos corredores. Agora, não tem um informe, quando você vai fazer o exame, um informe: ‘você vai fazer um exame assim e tal’, entendeu? Pelo menos pra você ficar sabendo pra quê que serve o exame. Não tem! É meio sigiloso, até demais, mais do que necessitava (risos) (08’45”).

<b>PROTOCOLO 03</b>
---------------------

Data: 23/01/2015

Duração: 19'06''

IDENTIFICAÇÃO	NOME	Fernando
	FUNÇÃO	Maquinista
	FORMAÇÃO	Técnico (contabilidade)
	SETOR	Operacional
	DESDE	2008
	JÁ PARTICIPOU	Sim
DADOS	ENQUADRAMENTO / NARRATIVA	Segurança / Produtividade / Cuidado com o trabalhador O programa traz segurança ao ambiente de trabalho, qualidade aos serviços prestados pela empresa e valoriza o quadro funcional.
	NEXO	Segurança no ambiente de trabalho
	COMPREENSÃO DO PROGRAMA	Boa
	FONTE DE CONHECIMENTO	Formal (treinamento para aplicação de testes pré- funcionais) e informal (conversa com colegas).
	POSTURA PESSOAL	Receptividade indiferente
	CRÍTICA	Nenhuma
	USA	Álcool, socialmente
	IDENTIFICAÇÃO	Maquinistas
	LIBERDADE	Condicionada à responsabilidade (consciência dos seus limites)
	NATUREZA DO PROGRAMA	Proteção ao trabalhador
<b>BREVE RESUMO</b>		

- O objetivo do programa não é propriamente mudar os hábitos dos funcionários, mas conscientizá-los para que conheçam seus limites e tenham hábitos saudáveis. Isso beneficia as duas partes.

Afirma que além da segurança, o programa também melhora a qualidade dos serviços prestados pela empresa.

- O sigilo existe por parte da equipe gestora, mas entre os maquinistas não há essa

---

preocupação.

- Além da segurança em si, crê que o programa também traz o benefício de cuidar os funcionários.

“Tem muitos caras que eu já ouvi falar que se não fosse o programa não sabe nem o que seria dele hoje, que parou de beber por causa disso aí” (05’00”).

“Tem muita gente assim que fala que melhorou até com a família. Porque bebia muito, exagerava um pouco... os mais antigos é que falam que depois que saiu esse projeto aí é que ele parou [de beber]” (06’30).

- Acredita que melhora a produtividade, pois a pessoa passa a conhecer seus limites e a pensar mais nas suas responsabilidades.

- Acredita que se não fosse o programa, aconteceriam mais casos de funcionários usarem álcool e drogas (cita, por exemplo, a solidão dos trabalhadores do trecho).

<b>PROTOCOLO 04</b>
---------------------

Data: 23/01/2015

Duração: 22'53"

IDENTIFICAÇÃO	NOME	Rodrigo
	FUNÇÃO	Maquinista
	FORMAÇÃO	Técnico
	SETOR	Operacional
	DESDE	2004
	JÁ PARTICIPOU	Sim
DADOS	ENQUADRAMENTO / NARRATIVA	Segurança / Cuidado com o trabalhador / Pedagógico O programa tem por foco a segurança coletiva, não apenas através do monitoramento mecânico, mas conscientizando os funcionários.
	NEXO	Segurança do ambiente de trabalho
	COMPREENSÃO DO PROGRAMA	Razoável
	FONTE DE CONHECIMENTO	Informal (conversa com colegas) e experiência pessoal
	POSTURA PESSOAL	Recepção indiferente
	CRÍTICA	Nenhuma
	USA	Álcool, socialmente
	IDENTIFICAÇÃO	Maquinistas
	LIBERDADE	Condicionada à segurança operacional
	NATUREZA DO PROGRAMA	Proteção coletiva preventiva
<b>BREVE RESUMO</b>		

- O programa existe para garantir um ambiente de trabalho mais seguro, evitando acidentes e melhorando o ambiente.
- Conhece funcionários que já foram positivados, tanto para álcool quanto para drogas. Sabe que eles tiveram um acompanhamento da empresa para se tratarem e voltaram a trabalhar depois disso.
- Os processos são sigilosos, mas os funcionários comentam entre si.
- O programa tem efeitos positivos na vida pessoal das pessoas, pois quem gosta de usar

---

álcool vai apreender a conhecer o seu corpo e seu metabolismo e quem usa drogas passará a evita-las. Não é que o programa afete o lazer, mas produz um benefício que vai além do trabalho.

- Acredita que em relação ao setor operacional o investimento em segurança acaba refletindo em retorno econômico indiretamente para a empresa.

- Afirma que entre os maquinistas, devido à união e à intimidade, não há preocupação com o sigilo.

- Apesar dos funcionários do setor administrativo não estarem diretamente envolvidos em questões de segurança, acha justo que eles também participem do programa uma vez que trabalham na mesma empresa.

- Acha que o funcionário que é positivado no exame fica marcado. Mesmo que não seja perseguido diretamente, ele fica “marcado”.

- Afirma que a dúvida sobre a aleatoriedade sempre existe, mas como não meios para se verificar se a convocação foi oriunda de sorteio ou de indicação, todos aceitam o fato de terem que fazer o teste.

O programa ajuda o funcionário a se policiar dentro da empresa e fora da empresa (17'29”).

- Acredita que empresas que trabalham com serviços de transporte deveriam adotar programas da mesma natureza, em nome da natureza.

<b>PROTOCOLO 05</b>
---------------------

Data: 23/01/2015

Duração: 13'29"

<b>IDENTIFICAÇÃO</b>	NOME	Afonso
	FUNÇÃO	Gerente
	FORMAÇÃO	Superior (Engenheiro Civil)
	SETOR	Administrativo
	DESDE	2013
	JÁ PARTICIPOU	Não
<b>DADOS</b>	ENQUADRAMENTO / NARRATIVA	Segurança / Produtividade O programa tem duas faces, uma para o setor operacional (onde é realmente importante) e uma para o setor administrativo (onde é desnecessário e até mesmo improdutivo).
	NEXO	Segurança (no setor operacional) e cuidado com o trabalhador (setor administrativo)
	COMPREENSÃO DO PROGRAMA	Razoável
	FONTE DE CONHECIMENTO	Formal (treinamento para gerentes)
	POSTURA PESSOAL	Recepção crítica
	CRÍTICA	- Rever a obrigatoriedade ou pelo menos a frequência dos testes para funcionários do setor administrativo, uma vez que o nível de risco envolvido é diferente. - Opacidade do programa (“isolamento”)
	USA	Álcool, socialmente
	IDENTIFICAÇÃO	Gerentes
	LIBERDADE	Condicionada à segurança operacional
	NATUREZA DO PROGRAMA	Dupla: vigilância no setor operacional; cuidado no setor administrativo.
<b>BREVE RESUMO</b>		

- Ao começar a explicar o programa a primeira coisa que disse foi que não é um programa punitivo.

- Divide os objetivos do programa: no setor operacional tem um objetivo funcional: prevenir acidentes; no setor administrativo, tem um objetivo social: prevenir e tratar o uso

---

de álcool e drogas e amparar o funcionário que esteja fazendo uso de entorpecentes em razão de algum problema pessoal.

- Não sente nenhum constrangimento nos procedimentos do programa. Menciona especificamente o momento de comunicar ao funcionário que ele foi sorteado para o exame aleatório (que é uma função do seu cargo). Diz que as regras do jogo são bem claras e que todos sabem que em algum momento deverão passar pelo teste, por isso não há nenhum problema.

- Não conhece ninguém que tenha sido positivado.

- Afirma que não sente muita preocupação por parte da empresa em relação aos funcionários do setor administrativo usarem drogas ou álcool. A preocupação maior é com o setor operacional. Afirma que o programa deveria ser revisto para os funcionários administrativos, deixando a entender que seria até mesmo dispensável.

- Afirma que no setor administrativo, como a questão da segurança não é decisiva, é importante ter uma certa tolerância com o uso de drogas e álcool: em relação as drogas, se a pessoa só usa privadamente e isso não compromete sua vida social, não há nenhum problema; em relação ao álcool, é um hábito cultural beber socialmente e isso não traz nenhum prejuízo nem à pessoa nem à empresa.

- Não vê motivos para os funcionários desconfiarem dos procedimentos (sorteios, exames, exatidão dos resultados), pois as regras são todas transparentes.

- Sugere que se reveja a obrigatoriedade ou pelo mesmo a frequência dos testes para os funcionários do setor administrativo:

Tem que refletir um pouco a função de cada funcionário. Você não pode ter testes com a mesma frequência de um operador para alguém que trabalha num escritório, sentado, mandando e-mail. O nível de risco é diferente (08'00").

- Vê o programa como um pouco "isolado": não se tem informações sobre os resultados do programa, sobre a forma como os tratamentos são feitos e o quão bem-sucedidos eles são. Acredito que isso daria mais efetividade ao programa (10'30").

- Acredita que os trabalhadores em geral são indiferentes em relação ao programa: não aprovam nem desaprovam, mas o aceitam como mais um dos elementos da cultura da empresa (11'40").

<b>PROTOCOLO 06</b>
---------------------

Data: 28/01/2015

Duração: 8'02" + 10'19"

IDENTIFICAÇÃO	NOME	Rogério
	FUNÇÃO	Maquinista
	FORMAÇÃO	Superior
	SETOR	Operacional
	DESDE	2010
	JÁ PARTICIPOU	Sim
DADOS	ENQUADRAMENTO / NARRATIVA	Segurança / Controle do comportamento / Pedagógico Um programa de segurança que, a partir do medo de perder o emprego (consequência direta), acaba por lembrar as pessoas da importância da responsabilidade profissional e da vida saudável (processo de “conscientização”)
	NEXO	Segurança: evitar acidentes que podem ser causados por falta de atenção causada por embriaguez
	COMPREENSÃO DO PROGRAMA	Boa
	FONTE DE CONHECIMENTO	Informal (conversa com colegas) e experiência pessoal
	POSTURA PESSOAL	Recepção crítica
	CRÍTICA	Opacidade do programa (especialmente dos sorteios).
	USA	Álcool, socialmente
	IDENTIFICAÇÃO	Maquinistas
	LIBERDADE	Condicional a responsabilidade (o programa como um “lembrete”) / antiga x atual
	NATUREZA DO PROGRAMA	Disciplinar, preventivo e normalizador.
<b>BREVE RESUMO</b>		

- Já foi positivado no programa. Na hora de contar sobre essa experiência pediu que eu desligasse o gravador. Disse-me que passou por todos os procedimentos, fez o tratamento e se recuperou do vício em cocaína.

---

Relatou que a experiência mudou sua vida completamente, principalmente a relação com a sua família.

Disse que desde que passou pelo tratamento, é convocado para fazer pelo menos um teste “aleatório” por mês.

- Parece haver um ligeiro ressentimento em sua fala.
- Usou uma variação da expressão “Conversar com a Aparecida” (gíria usada pelos funcionários para se referir jocosamente a quem é positivado): “entrevista com a Aparecida” (06’20”).
- Conta que nas primeiras vezes que o funcionário faz os testes ele fica um pouco nervoso, depois se acostuma. Só fica nervoso se está “devendo” (4’30”).
- Ao longo da entrevista, usou ironicamente alguns jargões do discurso oficial da empresa (por exemplo: fazia o gesto de aspas com os dedos ao falar em “sorteio” e ao se referir aos trabalhadores da empresa como “colaboradores”).
- Foi muito incisivo ao criticar a opacidade do programa, especialmente quanto aos sorteios, em relação aos quais levantou muitas suspeitas.
- Fala sobre o papel passivo do trabalhador: um mero fornecedor de material.
- Em relação ao sigilo, disse que os procedimentos são “quase” sigilosos.
- Disse que após o seu tratamento e retorno ao trabalho, não houve constrangimento. Ele comentou com os colegas sobre o caso.
- Conta que os funcionários em geral avaliam o programa como bom por que nas questões de segurança “o que está em jogo é a nossa vida” (2ª parte - 00’59”).
- Afirma que a segurança é o maior retorno que o programa dá para empresa, mas acha que a empresa se beneficia também em recuperar um funcionário: ela ganha por manter um trabalhador que já foi treinado e é experiente num serviço que é muito especializado, além de “cativar” aquele funcionário. Além disso, ressalta que se trata de uma contribuição social da empresa: recuperar uma pessoa adicta e evitar a demissão de um trabalhador.

Eu acho que [a identificação do trabalhador com a empresa aumenta] sim, por que você sente que é um cuidado a mais que a empresa está tendo com você. E da empresa para [com] a sociedade também (2ª parte - 2’40”).

Destaca que o fato da empresa recuperar o trabalhador viciado é o ponto mais positivo do programa: “É um resgate de capital humano” (2ª parte – 4’53”).

- Acredita que muitas vezes o lazer é afetado devido ao programa, pois a pessoa tem que parar de beber cedo no outro dia: “no réveillon eu tive que ver a queima de fogos

---

tomando coca-cola! Mas são ossos do ofício” (2ª parte – 06’20”).

- Fala que o programa é muito importante não só para o funcionário, mas para a família, pois a recuperação de um viciado traz muitos benefícios para a sua família.

- Ao descrever a natureza do programa diz que é um apoio ao trabalhador – mais do que punição ou vigilância. (ambiguidade vigilância- cuidado)

- Acredita que outras empresas deveriam adotar programas similares – não pela questão da segurança, mas pelo benefício que traz aos trabalhadores.

- Acha que se não houvesse o programa as pessoas seriam mais irresponsáveis e muitos iriam trabalhar embriagados. A partir do medo de perder o emprego (que seria uma consequência direta), o programa acaba por lembrar as pessoas da importância da responsabilidade profissional e da vida saudável (essa é a sua descrição do processo de “conscientização”; está dissipada ao longo do seu discurso, mas as partes principais estão por volta dos 5’00” e também aos 09’30”).

- Conta que os trabalhadores antigos não se preocupavam em trabalhar embriagados (“muitas vezes tinham que subir no trem escorados”).

<b>PROTOCOLO 07</b>
---------------------

Data: 28/01/2015

Duração: 36'17"

<b>IDENTIFICAÇÃO</b>	NOME	Eraldo
	FUNÇÃO	Maquinista
	FORMAÇÃO	Superior em curso
	SETOR	Operacional
	DESDE	2012
	JÁ PARTICIPOU	Sim
<b>DADOS</b>	ENQUADRAMENTO / NARRATIVA	Segurança / Cuidado com o trabalhador O programa tem um objetivo imediato (segurança patrimonial) e um secundário (cuidado com o trabalhador), mas pela sua opacidade seus benefícios são menores do que poderiam e dificultam a identificação do trabalhador com a empresa.
	NEXO	Segurança operacional (evitar acidentes e prejuízos); residualmente, cuidado com o trabalhador (prevenção e recuperação de viciados).
	COMPREENSÃO DO PROGRAMA	Boa
	FONTE DE CONHECIMENTO	Informal (conversa com colegas) e experiência pessoal
	POSTURA PESSOAL	
	CRÍTICA	- Opacidade do programa - Falta de privacidade no exame do etilômetro (pré-funcional);
	USA	Álcool, socialmente
	IDENTIFICAÇÃO	Maquinistas
	LIBERDADE	Condicionada a responsabilidade
	NATUREZA DO PROGRAMA	Prevenção de acidentes; residualmente, caráter pedagógico (educação do trabalhador)
<b>BREVE RESUMO</b>		

- Boas descrições.

- No seu discurso, a empresa é um sujeito externo às funções que os trabalhadores exercem. A “empresa” parece se referir aos chefes e gestores dos graus hierárquicos mais

---

altos.

- Afirma que a máquina do etilômetro (no teste pré-funcional) é muito sensível e pode se contaminar facilmente com a presença de álcool no ambiente ou com medicamentos que contenham álcool.
- “Passividade” dos funcionários: os funcionários participam do programa apenas fornecendo material.
- Conta que os maquinistas têm muita intimidade entre si e por isso a questão do sigilo não se aplica na prática entre eles.
- Os funcionários acabam conhecendo seu metabolismo para evitar problemas com os testes pré-funcionais.
- Diz que os funcionários mais antigos contam que era comum usar álcool durante o trabalho antes da privatização.
- Segurança é o maior objetivo do programa, mas destaca que isso acontece em dois níveis: 1º) um tipo de “segurança direta”, ou seja, evitar que um maquinista assuma um veículo sem estar em condições de sobriedade; 2º) uma “segurança indireta”, ou seja, a criação de uma cultura de responsabilidade profissional entre os funcionários, que não precisam estar “sob vigilância” para adotarem condutas seguras.
- Acredita que mesmo se não tivesse o programa não haveria muitos casos de pessoas embriagadas, pois “os tempos mudaram” e hoje há uma cultura de responsabilidade pessoal e profissional muito maior.
- Afirma que em razão opacidade do programa, muitas vezes ele tende a ser percebido como um programa meramente punitivo. Muitos funcionários não sabem, por exemplo, que o funcionário positivado é submetido a tratamento custeado pela empresa. Isso gera insegurança e medo entre muitos funcionários, que acabam sentindo o programa apenas como uma fonte de incerteza e ameaça.

“Teria que trabalhar mais em cima [da questão da transparência do programa]. Assim: ‘A gente não tá aqui pra brigar com ninguém, pra ser vilão, pra tirar um pai de família do seu emprego, não! A gente tá aqui pra isso, vamos se adequar’. Tem que dar um respaldo nessa parte aí pras pessoas ficarem mais tranquilas” (35’00”).

“[O programa] é uma ferramenta legal, mas tem algumas coisas que precisam ser melhoradas para ele não visto como o vilão, como está hoje” (22’35”).

- A privacidade dos exames pré-admissionais pode ser melhorada
- Muitas vezes os exames aleatórios motivam suspeitas de perseguição individual. Ele sugere que os gerentes e gestores sejam bem treinados para minimizar esse clima de insegurança (26’00”).

---

- Diz que confia nos resultados e destaca que existe uma margem de erro no etilômetro, mas adota uma postura defensiva (o que é comum em muitas entrevistas): conta que se tivesse um resultado positivo, sabendo que não bebeu nada, iria para um hospital na hora para fazer um exame de sangue. Conta, inclusive, um caso de um colega que fez isso: seu resultado deu positivo, inclusive na contraprova e ele, ao invés de ir para o prédio e se apresentar à gerencia de saúde e segurança, foi para um hospital e fez um exame de sangue cujo resultado foi negativo.

- Conta que se arriscam serem pegos no exame pré-funcional geralmente demonstram arrependimento quando o resultado é positivo.

“Isso é nítido: a própria pessoa que fez uso, ela tá desconfiada, a própria aparência na hora que soprou, né? Acusou aí... já sabe! Ela fez o uso recentemente e se expôs ao risco de ser positivado. Quando acontece [a pessoa] já bota a mão na cabeça, diz ‘o quê que eu fiz?’ e tal. Mas quando a pessoa tá certa também acho que a própria pessoa já demonstra” (28’00”).

- Analisa que o foco imediato do programa é evitar prejuízos para a empresa. Mas vê um benefício residual para os trabalhadores, uma função educacional e preventiva: evita que o funcionário se envolva com drogas e álcool.

“Na verdade, assim, ela [a empresa] coloca assim, como fazendo com que o colaborador, o funcionário dela também faça da vida dele, que abole o álcool [de sua vida], de alguma forma pelo menos se eduque” (29’30”).

- Acredita que o programa aumenta a produtividade dos funcionários – não apenas por evitar embriaguez no serviço, mas também porque ao desestimular o trabalhador a beber nos momentos de folga, evita que eles estejam indispostos ou com ressaca na hora de trabalhar.

- Outras empresas também deveriam adotar programas assim: não só pela questão da segurança, mas pelos benefícios que o programa traz aos funcionários. Mas destaca que ele precisa ser aprimorado em termos de transparência para que os benefícios para os funcionários sejam efetivos.

<b>PROTOCOLO 08</b>
---------------------

Data: 04/02/2015

Duração: 27'53"

IDENTIFICAÇÃO	NOME	Domingos
	FUNÇÃO	Técnico Operador Mantenedor de Via
	FORMAÇÃO	Ensino Médio
	SETOR	Operacional
	DESDE	2012
	JÁ PARTICIPOU	Sim
DADOS	ENQUADRAMENTO / NARRATIVA	Segurança / Controle do comportamento O programa previne acidentes e evita que o uso de drogas e álcool através da fiscalização direta.
	NEXO	Segurança e conscientização do funcionário. Monitoramento dos comportamentos.
	COMPREENSÃO DO PROGRAMA	Fraca
	FONTE DE CONHECIMENTO	Informal (conversa com colegas) e experiência pessoal
	POSTURA PESSOAL	Receptividade
	CRÍTICA	- Os funcionários terceirizados deveriam participar; - Há pouca informação para os funcionários sobre o programa: o que é, procedimentos, objetivos, resultados, etc.
	USA	Não
	IDENTIFICAÇÃO	“Peões” do trecho
	LIBERDADE	Condicionada à responsabilidade
	NATUREZA DO PROGRAMA	Preventivo e pedagógico (punitivo).
<b>BREVE RESUMO</b>		

- Dificuldade de comunicação. Muitas contradições.

Antes de ser funcionário da companhia prestou serviços através de empresas terceirizadas durante seis anos.

- Ressalta o aspecto da surpresa do exame. Afirma que o teste aleatório não é sorteio, mas escolha “da empresa”.

- Fala da “empresa” como algo estranho ao seu ambiente de trabalho. Percebe o programa

---

como uma forma de vigilância tradicional.

- Conhece muitos funcionários que já foram positivados. Pelo que sabe, alguns receberam advertências, outros receberam tratamento, mas não sabe de ninguém que foi demitido.

“O pessoal do trecho tá sujeito a tudo né? Tem gente que não tem cabeça. Você sabe... A maioria da gente aí trabalha fora, fica fora a semana inteira. Quem não tem cabeça acaba usando [álcool ou drogas], né? Eu já sei, isso aí que você tá me perguntando eu conheço, muitos” (06’30”).

- Sugere que os funcionários terceirizados também deveriam fazer os testes.

Afirma que entre os funcionários das empresas terceirizadas é muito comum trabalhar embriagado – principalmente entre os “peões”.

- Critica a opacidade do programa.

- Outras empresas deveriam ter programas da mesma natureza – especialmente aqueles que prestam serviços terceirizados.

- Quem faz uso de álcool e drogas fica com medo de ser chamado para o teste e para de usar; com o tempo o funcionário vai se conscientizando dos perigos e prejuízos à saúde causados pelas drogas e o álcool.

- Ao final da entrevista perguntou se eu poderia lhe enviar algum material informativo sobre o programa e sobre álcool e drogas para ser trabalhado em um DDS (diálogo diário de segurança).

<b>PROTOCOLO 09</b>		
Data: 04/02/2015		
Duração: 25'14"		
<b>IDENTIFICAÇÃO</b>	NOME	Thiago
	FUNÇÃO	Maquinista
	FORMAÇÃO	Superior Incompleto
	SETOR	Operacional
	DESDE	2006
	JÁ PARTICIPOU	Sim
<b>DADOS</b>	ENQUADRAMENTO / NARRATIVA	Segurança / Cuidado com o trabalhador O programa é voltado para a segurança operacional e tem um caráter preventivo; acopla-se a ele o cuidado com o trabalhador, na medida em que financia tratamento para funcionários viciados.
	NEXO	Segurança operacional
	COMPREENSÃO DO PROGRAMA	Boa
	FONTE DE CONHECIMENTO	Informal (conversa com colegas) e experiência pessoal
	POSTURA PESSOAL	Receptividade apologética
	CRÍTICA	- Falta de privacidade no exame do etilômetro (pré-funcional); - Melhorias nos procedimentos de contraprova do exame do etilômetro (pré-funcional); - Os funcionários das empresas que prestam serviços terceirizados para a companhia deveriam ser testados.
	USA	Não
	IDENTIFICAÇÃO	Maquinistas
	LIBERDADE	Condicionada à responsabilidade
	NATUREZA DO PROGRAMA	Preventiva, podendo, eventualmente, ser corretiva
<b>BREVE RESUMO</b>		

- Boa articulação e apresentação do programa.
- Destaca que o programa tem um objetivo preventivo.

- 
- Tem um colega que foi positivado no etilômetro, mas não acompanhou o que aconteceu com ele. Sabe apenas que ele retornou ao trabalho após algum tempo.
  - O sigilo existe por parte da empresa, mas ele ressalta que no caso do exame pré-funcional é muito difícil mantê-lo, pois um funcionário que está ali para assumir o veículo é subitamente dispensado. Afirma que seria importante a empresa analisar essa situação e pensar em como melhorar isso.
- Outra sugestão é melhorar a contraprova no exame do etilômetro: atualmente a contraprova é feita no mesmo aparelho.
- Reconhece que o uso de álcool pode gerar problemas de segurança muito maiores para a empresa do que o uso de drogas. Por isso acha o exame pré-funcional (etilômetro) mais importante que o aleatório.
  - Refere-se aos testes aleatórios por setor como “blitz”.
  - O objetivo principal do programa é a segurança situacional, mas acoplado à ele está uma função de cuidado com o trabalhador na medida em que há a possibilidade de reabilitação do funcionário adicto.
  - Destaca que é justa a demissão do positivado reincidente, pois é um direito do empregador dispensar o funcionário que não se recuperou após o tratamento.
  - Vê o programa como uma ação integrada à outras ações da política de segurança.
  - Acredita que outras empresas se beneficiariam com a implementação de programas dessa natureza e, em especial as empresas que prestam serviços terceirizados para a companhia.
  - Não sabe se os funcionários do setor administrativo fazem testes pré-funcionais, mas afirma que seria correto que eles também o fizessem (23’55”).

<b>PROTOCOLO 10</b>
---------------------

Data: 06/02/2015

Duração: 14'26"

<b>IDENTIFICAÇÃO</b>	NOME	Álvaro
	FUNÇÃO	Agente de Estação
	FORMAÇÃO	Médio
	SETOR	Operacional
	DESDE	1983
	JÁ PARTICIPOU	Sim
<b>DADOS</b>	ENQUADRAMENTO / NARRATIVA	Segurança / Pedagógico O programa tem o efeito de conscientizar os trabalhadores quanto às suas responsabilidades profissionais, mas isso ocorre num processo longo que ele pessoalmente vem observando ao longo dos anos.
	NEXO	Segurança no ambiente de trabalho, bem-estar no ambiente de trabalho.
	COMPREENSÃO DO PROGRAMA	Fraca
	FONTE DE CONHECIMENTO	Informal (conversa com colegas) e experiência pessoal
	POSTURA PESSOAL	Receptividade indiferente
	CRÍTICA	Nenhuma
	USA	Não
	IDENTIFICAÇÃO	Ferroviário
	LIBERDADE	Condicionada à responsabilidade
	NATUREZA DO PROGRAMA	Pedagógica. Segurança coletiva imediata, conscientização individual ao logo do tempo
<b>BREVE RESUMO</b>		

- Grandes dificuldades de comunicação.

- Não se lembra da data em que o programa foi implementado, mas se recorda que é um programa novo.

- Acredita que o programa tenha por objetivo evitar acidentes causados por funcionários cuja atenção e lucidez esteja comprometida; vê no programa também uma forma de

---

melhorar o ambiente de trabalho, uma vez que pessoas que usam álcool costumam criar conflitos entre os colegas de trabalho.

- Mudança no comportamento dos funcionários: antes da privatização haviam algumas regras de procedimentos operacional que tentavam evitar que os funcionários se apresentassem embriagados, ainda que na prática nem sempre funcionasse. Ele vê o programa atual como um reforço prático a essa orientação.

- É importante separar o trabalho da vida pessoal. O programa ajuda o funcionário a ter responsabilidade quanto ao trabalho.

- Acredita que é melhor conscientizar os funcionários do que controlar pelo medo. Acredita que aos poucos o programa vem fazendo esse trabalho de conscientização. Conta que

O resultado [do programa, ao longo do tempo] vai ser o quê: vai ser uma equipe sadia e consciente (11'00").

- Durante todo o seu tempo de serviço na empresa, nunca soube de um acidente causado por embriaguez.

- Já ouviu comentários sobre pessoas positivadas, mas nunca soube maiores detalhes.

---

**PROTOCOLO 11**

Data: 11/02/2015

Duração: 19'18"

<b>IDENTIFICAÇÃO</b>	NOME	Danilo
	FUNÇÃO	Controlador de Tráfego
	FORMAÇÃO	Superior
	SETOR	Operacional
	DESDE	2004
	JÁ PARTICIPOU	Sim
<b>DADOS</b>	ENQUADRAMENTO / NARRATIVA	Segurança / Controle do comportamento As funções operacionais da empresa exigem muita atenção e lucidez dos funcionários e como nem todas as pessoas têm consciência da responsabilidade profissional, o programa padroniza a conduta no que diz respeito ao uso de substâncias que prejudicam o desempenho.
	NEXO	Cuidado com a saúde e bem-estar do trabalhador; segurança no ambiente de trabalho.
	COMPREENSÃO DO PROGRAMA	Fraca
	FONTE DE CONHECIMENTO	Indireta (conversa com colegas) e experiência pessoal
	POSTURA PESSOAL	Receptividade indiferente
	CRÍTICA	Sugere que pessoas que tenham vários resultados negativos sejam dispensadas de fazer o teste ou, pelo mesmo, o façam com uma frequência menor – especialmente o pré-funcional.
	USA	Álcool, socialmente, nos momentos de folga.
	IDENTIFICAÇÃO	Equipe de trabalho
	LIBERDADE	Condicionada à responsabilidade
	NATUREZA DO PROGRAMA	Controle do comportamento em nome da segurança; apoio ao funcionário adicto.
<b>BREVE RESUMO</b>		

- O programa existe para apoiar o funcionário que tem problemas com álcool e drogas e tem também o objetivo de resguardar a empresa de sofrer prejuízos advindos de acidentes

---

causados por funcionários embriagados.

- Conhece colegas de trabalho que já foram positivados no etilômetro. Conta que eles passaram por tratamento custeado pela empresa e foram reintegrados ao serviço.
- Recorda-se de ter assinado, no momento de sua admissão, um termo que esclarecia que a empresa tinha um programa daquela natureza.
- É importante separar o trabalho da vida pessoal. O programa ajuda o funcionário a ter responsabilidade quanto ao trabalho.
- Sigilo: existe por parte da empresa, mas entre os funcionários eles conversam sobre isso sem restrições.
- Conta que os testes pré-funcionais quase não têm resultados positivos, pois os funcionários sabem previamente quando terão que fazê-lo. Mas os testes aleatórios costumam pegar alguns trabalhadores.
- Maior benefício para a empresa: produtividade, comprometimento dos funcionários.

Isso [o comprometimento dos funcionários] é coisa que a gente nem consegue medir muito, né? Mas o programa faz isso aí (08'00").

- Não tem críticas ao programa, mas sugere que pessoas que apresentem resultados negativos reiterados sejam dispensados de fazer os testes ou, pelo menos, o façam com menor frequência – especialmente o teste pré-funcional.

Manifesta desconforto em relação à incapacidade da empresa estabelecer uma relação de confiança com os funcionários.

Eu nunca fui pego. Será que eles não acreditam em mim? Será que a empresa não pode me dar nem um voto de confiança?

- Conta que uma vez ele fez o teste do etilômetro num exame pré-funcional e seu resultado deu positivo em 0,01. Como ele não havia bebido, ficou tentando descobrir o que aconteceu e percebeu que a faxineira estava limpando a mesa em que ele estava sentado com álcool e acredita que isso tenha influenciado o resultado devido à sensibilidade do aparelho. Refez o teste e o resultado foi negativo.
- O programa faz as pessoas adotarem uma conduta padronizada em relação ao serviço, o que gera mais segurança e estabilidade pois, segundo ele, “porque nem todo mundo é igual né? Nem todo mundo tem o mesmo pensamento” (13'00”).
- Acha que empresas que trabalham com serviços onde há riscos de acidentes maiores deveriam ter programas dessa natureza.
- Não sabe se os funcionários administrativos são submetidos aos testes, mas acredita que eles não deveriam fazê-lo, pois mesmo se tiverem algum nível de álcool no sangue isso

---

não compromete a segurança no ambiente de trabalho.

- Acredita que se não houvesse o programa hoje, a empresa não teria problemas com os funcionários, pois já há uma cultura na empresa sobre a “consciência” no trabalho e dificilmente haveriam funcionários embriagados (diferentemente de quando ingressou na empresa, quando ainda não havia essa cultura).

<b>PROTOCOLO 12</b>
---------------------

Data: 11/02/2015

Duração: 33'13"

<b>IDENTIFICAÇÃO</b>	NOME	Oswaldo
	FUNÇÃO	Assistente de Informação de Transporte
	FORMAÇÃO	Superior
	SETOR	Administrativo
	DESDE	2009
	JÁ PARTICIPOU	Sim
<b>DADOS</b>	ENQUADRAMENTO / NARRATIVA	Segurança / Produtividade / Cuidado com o trabalhador Híbrido entre segurança e cuidado com o trabalhador, o programa faz várias coisas ao mesmo tempo: evita acidentes, aumenta a produtividade e cuida da saúde e bem-estar dos funcionários.
	NEXO	Segurança, em primeiro lugar.
	COMPREENSÃO DO PROGRAMA	Boa
	FONTE DE CONHECIMENTO	Informal (conversa com colegas) e experiência pessoal
	POSTURA PESSOAL	Recepção favorável / reflexiva
	CRÍTICA	- Há pouca informação para os funcionários sobre o programa: o que é, procedimentos, objetivos, resultados, etc. Isso pode gerar uma interpretação equivocada de que o programa é apenas para o bem da empresa e não para o bem do trabalhador. - A empresa deveria explorar mais o programa como cuidado com o trabalhador para fortalecer a identificação dos funcionários com a empresa.
	USA	Drogas não; álcool, socialmente.
	IDENTIFICAÇÃO	Maquinistas / Burocracia
	LIBERDADE	Condicionada à responsabilidade / antiga x atual
	NATUREZA DO PROGRAMA	Dupla: segurança e produtividade, pelo lado da empresa, saúde e bem-estar, pelo lado do trabalhador.
	<b>BREVE RESUMO</b>	

- O programa representa uma nova forma de cuidado com a segurança e o bem-estar na

empresa, distinto do que era antes da privatização (híbrido segurança e saúde). A forma obscura com a empresa trata o programa gera interpretações equivocadas pelos funcionários e mina o potencial de identificação entre trabalhador e empresa.

- entrou na empresa como estagiário. Antes de ser Assistente de Informação de Transporte (cargo administrativo), foi maquinista (por 4 anos) e operador de tráfego (por 8 meses).

- Reflexivo em relação a sua experiência na empresa.

- Ao analisar o programa, afirma que de acordo com sua experiência de maquinista acredita que programa tem por primeiro e principal objetivo garantir a lucidez e sobriedade do trabalhador durante o serviço.

Em segundo lugar, vê no programa uma forma da empresa garantir (“ainda que na marra”, ele frisa) uma qualidade de vida melhor para o funcionário. Recorre à sua experiência familiar com alcoolismo para explicar os dramas do vício em álcool. Conta que conhece muitos maquinistas que superaram o alcoolismo incentivados pelo programa (sendo pegos e tratados ou apenas por medo de serem pegos) e o compara com o Alcoólicos Anônimos. Conclui recorrendo a uma ideia de normalização: o problema de quem usa álcool é que ele vê aquilo como “normal”.

Então, assim, nem que seja na marra, a empresa te força a que, pelo menos quando você for trabalhar, você tá bem (02'56”).

É meio que a ideia do AA, sabe? ‘Evite o primeiro gole’. Acho que é essa a ideia que os caras [os responsáveis pelo programa] seguem (03'33”).

[O programa] Tem esses dois vieses: primeiro a segurança na hora do trabalho e a segunda da qualidade de vida, que é um pouco mais difícil de enxergar, principalmente por quem é alcoólatra, porque o cara acha que a vida dele é normal (04'22”).

- Menciona também um certo caráter pedagógico do programa: o funcionário seria forçado a aprender a “se regerar” (06'15”), aprendendo a evitar excessos e se controlar.

- Fala de muitos funcionários acabam desenvolvendo métodos quase folclóricos para eliminar vestígios de tóxicos: banana com limão, sorvete, alimentos gelados para acelerar o metabolismo.

- Não conhece ninguém que tenha tentado fraudar o teste, mas conhece muitos que arriscam: vão trabalhar depois de usar substâncias detectáveis apostando que não serão convocados para o teste.

Conta que uma única vez presenciou uma situação que não sabe explicar. Diz que quando era maquinista foi almoçar com um companheiro de trabalho e que depois do almoço seu colega tomou meio copo de pinga; ao chegar na empresa esse colega foi fazer o teste pré-

---

funcional (etilômetro) e o resultado foi zero para a presença de álcool. Ele não sabe se foi fraude ou se foi uma brincadeira armada com o garçom para impressionar os colegas (ao invés de pinga o garçom teria lhe servido água).

- Acredita que o programa já é parte da cultura da empresa e por isso a prática dos testes é naturalizada: eles não são percebidos como abusivos ou ameaçadores, mas como parte da rotina de quem trabalha na empresa. Na sua visão, a naturalização seria mais forte entre os maquinistas (que fazem o teste diariamente) do que entre os funcionários administrativos (para os quais os nexos dos testes com a segurança e com o bem-estar são menos evidentes) (11'00").

- Conta que apesar de nunca ter usado drogas e nem ter tido o hábito de beber muito, seus comportamentos foram "moldados" pelo programa. Conta que em festas, finais de semana, etc, passou a evitar beber para não correr riscos.

- Conta que apesar do teste pré-funcional (etilômetro) ser muito natural para os maquinistas, os testes aleatórios causam algum mal-estar por suspeita de perseguição individual (13'50"). Mas relata que esse mal-estar geralmente acaba sendo "sublimado" em humor e ironia, nunca em crítica ou oposição declarada: "a maioria [dos funcionários] ia [vai fazer os testes] sem questionar" (14'40"), conclui.

- Afirma que o principal retorno que o programa traz para a empresa é em segurança. Nesse ponto faz uma análise de dois aspectos:

a) o álcool atrapalharia a lucidez e a concentração dos funcionários – especialmente na área operacional, onde qualquer erro é fatal. O programa traz mais segurança na medida em que reduz a probabilidade de grandes acidentes causados por uso de álcool.

b) em relação às drogas, destaca que a pessoa que usa drogas se torna problemática e acaba por causar prejuízos no trabalho (desde absentéismo e queda na produção até furtos no local de trabalho). Além disso, destaca também o reflexo do programa na saúde e bem estar do funcionário e sua família, já que uma pessoa que faça uso de drogas tem sua vida pessoal "corroída" (14'30"). Nesse ponto a política de segurança da empresa se encontra com a política de saúde do trabalhador.

Conclui seu raciocínio afirmando que o programa tem uma dupla importância: a primeira e principal é em relação à segurança, minimizando riscos de acidentes; a segunda é em relação à produtividade, tornando os funcionários mais focados no trabalho (especialmente em relação ao setor administrativo) (17'30").

- Destaca que na sua percepção a preocupação com o bem-estar do trabalhador é uma

---

característica da empresa: seus funcionários trabalham muito, mas a empresa reconhece isso e procura cuidar dos funcionários.

- Acredita que o uso de álcool e drogas não é fator primordial de causas de acidentes, mas é um fator importante. Por isso crê que o programa tem um papel efetivo na prevenção de acidentes e em evitar prejuízos para a empresa.

- Sigilo: em geral os próprios funcionários não se preocupam com a exposição, mas por parte da empresa ele é respeitado.

- Acredita que o programa traz benefícios tanto para a empresa quanto para os funcionários; critica, entretanto, a sua opacidade:

“A única coisa que acho, assim, é que devia ter um pouco mais de divulgação. [Principalmente sobre] os efeitos de [para] quem é pego, entendeu? Das ações que são tomadas [diante de um resultado positivo]. Porque existe meio que um mistério em cima disso” (22’30”).

Ele afirma que ele mesmo não sabe o que acontece com quem tem um resultado positivo: já ouviu falar que a pessoa é encaminhada para tratamento, mas não tem certeza se é assim mesmo. A única coisa que sabe ao certo é que o segundo resultado positivo é motivo de demissão.

Essa opacidade faz com que o programa muitas vezes tenha aparência de uma mera vigilância dos funcionários em nome dos ganhos da empresa, quando na verdade ele acredita que se trate de uma política de cuidado com o bem-estar do trabalhador (23’00”).

[A falta de informações sobre o programa] transforma um negócio que era pra ser assim: ‘Cara, nós estamos cuidando da sua saúde’ em ‘Cara, nós estamos querendo só defender o nosso’. Fica um negócio assim: se você for pego eu te mando embora, a empresa tá salva e você... dane-se (23’00”).

- Acredita que outras empresas, mesmo de outros setores, deveria adotar programas dessa natureza: isso beneficiaria tanto a empresa (em termos de segurança e produtividade) quanto o trabalhador (em termos de saúde e bem-estar).

Cita como exemplo um tio que é alcoólatra e diz que se no emprego dele tivesse um programa isso o ajudaria a parar de beber. Mas pondera que o custo do programa é muito alto para que empresas de médio porte possam adotá-lo.

Sugere que talvez o governo pudesse desenvolver uma política para custear os testes nas empresas menores.

- Acredita que muito mais pessoas perdem o emprego por falta de programas anti-drogas e álcool no local de trabalho, pois não têm um suporte para lidar com o vício e os empregadores preferem se livrar deles logo. Por isso uma política governamental nesse

---

sentido seria muito importante (26'30").

- A partir da sua experiência, afirma que os funcionários da empresa em geral concordam com o programa; só alguns poucos que “abusam”, ou seja, vão trabalhar embriagados e arriscando serem pegos no teste.

“O cara passa a não tolerar [o programa] só quando ele é pego. E aí é porque ele já está arriscando ou desconsiderando alguma coisa [as orientações de estar lúcido para trabalhar]” (...) Só maquinistas muito antigos que têm um pouco de ‘trava’ em relação a isso. Por que os caras viveram um tempo que era muito aberto. Antigamente os caras andavam com o trem de qualquer jeito, qualquer velocidade... hoje tem que limitar a velocidade. Então [os testes para detecção de drogas lícitas e ilícitas] é mais uma coisa em que eles estão sendo bloqueados, estão sendo limitados. Mas [a discordância em relação ao programa] é medo de mudança, mesmo” (28'00”).

<b>PROTOCOLO 13</b>
---------------------

Data: 05/04/2015

Duração: 16'55"

<b>IDENTIFICAÇÃO</b>	NOME	Marcelo
	FUNÇÃO	Técnico em Eletroeletrônica
	FORMAÇÃO	Técnico (Eletrotécnico)
	SETOR	Operacional
	DESDE	2010
	JÁ PARTICIPOU	Sim
<b>DADOS</b>	ENQUADRAMENTO / NARRATIVA	Segurança / Cuidado com o trabalhador / Pedagógico O programa aumenta a segurança na empresa por que evita acidentes e, residualmente, melhora o bem-estar do funcionário porque ele fica com medo de perder o emprego e por isso evita o uso de entorpecentes
	NEXO	Segurança (evitar acidentes) e, em segundo lugar, bem estar dos funcionários;
	COMPREENSÃO DO PROGRAMA	Fraca
	FONTE DE CONHECIMENTO	Informal (conversa com colegas) e experiência pessoal
	POSTURA PESSOAL	Indiferença receptiva
	CRÍTICA	Não; só observa que a necessidade do funcionário parar o que está fazendo para ir fazer o teste pode atrasar o seu serviço.
	USA	Não (“Não bebo nem socialmente!”)
	IDENTIFICAÇÃO	Equipe de trabalho
	LIBERDADE	Condicionada à responsabilidade / não ter nada a esconder
	NATUREZA DO PROGRAMA	Segurança através do medo.
<b>BREVE RESUMO</b>		

- Muita dificuldade em articular a comunicação. Discurso cheio de contradições.
- Conhece muito pouco sobre o programa. Não sabe informações simples sobre o programa (qual a sua regularidade, se é só sorteio, qual setor é responsável, não sabe exatamente o que acontece quando alguém é positivado, ...);

---

- relata que o programa é naturalizado na empresa. Não é percebido como algo problemático nem constrangedor (fala sobre a forma de comunicação do “chefe” como sendo tranquila). Tanto que ele destaca que a discricção e o sigilo são importantes apenas se um funcionário foi positivo (na convocação para o exame e no caso de resultado negativo, não);

- Já ouviu comentários de pessoas que foram positivadas;

- Acha justo o funcionário positivado que não quiser se tratar ser dispensado.

Quem não tem nada a temer concorda [com o programa]. Até hoje nunca ouvi ninguém reclamar, não! (06’30”);

Às vezes as pessoas reclamam: ‘Tenho que ir lá mijar no potinho!’. Mas não é pra falar mal [do programa], não. É porque é um incômodo: às vezes tem que para o que tá fazendo, às vezes atrasa uma viagem que o cara precisa fazer, o cara tem que vir aqui [no ambulatório] e o cara já tá atrasado, ainda tem que ficar enchendo a cara de água e se o cara tiver sem vontade [de urinar] vai atrasar mais ainda... (14’45”).

- Ganho da empresa: evitar acidentes, reduzindo prejuízos materiais. Em segundo lugar, preservar vidas.

- Não consegue imaginar se a existência do programa é um fator que, na prática, evita que acidentes aconteçam. Quando lhe perguntei se ele achava que sem o programa haveria mais acidentes ou as pessoas trabalharia embriagadas ele ficou pensativo, balbuciou algumas coisas e concluiu: “Não sei te dizer... é complicado... não sei não!” (08’45”);

- Acha que a finalidade do programa no administrativo também é a segurança, porque tem muitos funcionários do administrativo que dirigem o carro da empresa em serviço;

- Não tem nenhuma sugestão, nem crítica nem outra observação para fazer para o programa.

- O programa só ajuda quem usa álcool ou drogas. Para os funcionários em geral, o benefício é só a segurança. Ou seja, o programa não tem nenhum efeito no ambiente de trabalho, na produtividade, etc.

- Acha que outras empresas deveriam adotar procedimentos similares, pois ajudaria muitas pessoas a evitarem o uso abusivo de álcool e drogas por medo de perder o emprego. [Os testes seriam uma espécie de política pública geral, beneficiando toda a população e não só os funcionários de uma empresa específica. Esse parece ser o efeito da naturalização dos testes: uma espécie de expectativa de que ele se generalize no corpo social];

- Não vê ligação do programa com outras políticas de saúde e segurança da empresa;

---

- Acha que se o programa não fosse obrigatório (se não houvesse consequências para a não participação do sorteado) a grande maioria dos funcionários não iria fazer os testes;

“[O programa] é necessário para a empresa. A gente não sabe, né? Não está escrito na testa de cada um o que cada um faz, né? De repente pode acontecer uma situação dessa. Você não sabe, você olha pra pessoa e não sabe se a pessoa usa droga ou não, né? Ou às vezes até não, às vezes a pessoa até usa mas não ia acontecer nada [nenhum acidente]. Vai saber, né?” (14’45”).

- Observação: no período em que as entrevistas estavam sendo realizadas, a empresa estava testando uma expansão dos testes, incluindo uma nova modalidade “pré-direção”: sempre que um funcionário for pegar o carro da empresa ele deve fazer o teste completo (hálito e urina). O funcionário entrevistado relatou que devido ao seu cargo ele utiliza muito o veículo da empresa e que na semana passada mesmo teve que fazer esse teste. Perguntei para ele se ele achava uma boa iniciativa o programa ser expandido para que testes fossem realizados em situações como esta. Ele manifestou indiferença, pois não usava álcool nem drogas.

“Cara, é o que eu te falei: pra mim não interferiu em nada. Agora, pra outras pessoas pode ter interferido, porque o cara [que usa drogas ou álcool] fica preocupado, pensa duas vezes antes de usar. Ele pensa: ‘não vou usar por que de repente eu posso ser pego, posso perder o emprego, posso ficar sem receber uma promoção’ (16’00”).

<b>PROTOCOLO 14</b>
---------------------

Data: 19/03/2015

Duração: 28'11"

<b>IDENTIFICAÇÃO</b>	NOME	Adilson
	FUNÇÃO	Analista
	FORMAÇÃO	Superior
	SETOR	Administrativo
	DESDE	1984
	JÁ PARTICIPOU	Sim
<b>DADOS</b>	ENQUADRAMENTO / NARRATIVA	Segurança / Social O programa é uma forma de a empresa lidar dentro dos seus domínios com um problema social mais amplo: o hábito crescente de uso de entorpecentes
	NEXO	Administração de riscos
	COMPREENSÃO DO PROGRAMA	Fraca
	FONTE DE CONHECIMENTO	Informal (conversa com colegas) e experiência pessoal
	POSTURA PESSOAL	Receptividade entusiástica
	CRÍTICA	Pouca comunicação do programa – o que acaba dando um caráter de ameaça e não de conscientização
	USA	Álcool, socialmente
	IDENTIFICAÇÃO	Ferroviário
	LIBERDADE	Condicional à responsabilidade (“consciência”)
	NATUREZA DO PROGRAMA	Preventiva / Ameaça
<b>BREVE RESUMO</b>		

- Contou sobre como foi o processo de privatização para os funcionários, quando a empresa inicialmente criou planos de incentivo à aposentadoria e de demissão voluntária. Lembra que após isso houveram muitos cortes e demissões em massa.
- Recordar-se de que quando o programa estava em fase de implementação a empresa fez uma reunião com os funcionários para explicar seu funcionamento. Lembra que o programa começou com a opção de adesão individual voluntária: não era obrigatório para todos.

---

- Lembra também que na época houve um funcionário que se manifestou contrário ao programa e comenta com estranhamento que ele não usava drogas e nem era alcoólatra, mas que temia que um dia pudesse acontecer de ir a uma festa, beber um pouco a mais e ser pego no outro dia.

- Enfatiza que ele foi totalmente a favor no momento da implementação e é totalmente a favor ainda hoje, pois pela sua experiência pessoal no tempo anterior à privatização o uso de álcool entre os funcionários era muito comum, especialmente entre os funcionários da operação. Crê que a implantação do programa que mudou essa situação.

“Eu cheguei a trabalhar com pessoas embriagadas, eu cheguei a trabalhar com pessoas que não conseguiam nem andar. Eram pessoas que eram alcoólatras, só não reconheciam que eram” (6’25”).

Narra que antes da privatização ele trabalhava como auxiliar de maquinista (na época os trens eram conduzidos por um maquinista e um auxiliar; hoje o maquinista trabalha sozinho) e em uma ocasião o maquinista estava bêbado, sem condições de operar a máquina, de maneira que ele teve que assumir o posto – o que era proibido. Ao chegar na estação, foi surpreendido pela reação do supervisor, que o acusou de violar as regras da empresa ao conduzir a máquina.

Se não houvesse o programa, acredita que haveria muita gente trabalhando embriagada ainda – e acha que ainda tem muitos funcionários que o fazem escondido.

Narra que recentemente já testemunhou funcionários tanto do setor administrativo quanto do operacional usando álcool na hora do almoço:

É um perigo danado! Então eu sou totalmente a favor [do programa]. Não é só dirigindo um trem, não é só operando uma máquina, não é só dirigindo um carro: o perigo tá aí a todo o momento, tanto para a empresa quanto para a gente que é colega de trabalho. Sou totalmente a favor! (8’00”).

Eu sempre vi pessoas trabalhar alcoolizada [na empresa]. Drogadas... eu conheci dois que faziam uso – na época era maconha que eles usavam. Eu conheci, os cara trabalhavam aqui. Os caras trabalhavam doidões. Mas a gente vê para o quê que a gente tá caminhando, a gente vê que o consumo de álcool e drogas está aumentando. [Se não tivesse o programa] o número de pessoas usando álcool e drogas dentro da empresa aumentaria na mesma proporção (10’20”).

- Se haviam tantos casos embriaguez antes da privatização, por que não aconteciam mais acidentes? Segundo eles, porque haviam funcionários para cobrir os outros. “Por causa de camaradas iguais a mim, que cobriam os que estavam embriagados”. Ele acusa ainda os supervisores daquela época de serem coniventes com a embriaguez e que os próprios funcionários da operação é que garantiam a segurança do trabalho.

- Conta que toma cerveja e “uma cachacinha”, mas sabe se controlar para não exagerar.

---

- Conta que está ficando muito preocupado com o aumento do consumo de álcool e do uso de drogas no Brasil. Narra várias situações, inclusive relacionando o uso de drogas e o aumento da violência. Diz que perto da sua casa há um rapaz viciado em crack que é conhecido por praticar furtos na vizinhança; conta que sempre usa ele como exemplo negativo para seus filhos:

Quem começa a usar maconha acaba assim, todos eles contam: ‘comecei a usar maconha e terminei no crack e na cocaína’. Tá vendo?’. Acredita que fazendo isso ele está educando seus filhos através do exemplo e que isso é que desperta a “consciência”. “Vocês estão vendo aí, agora são vocês que têm que saber [como agir na sua vida] (24’00”).

- Conta que foi viciado em cigarro, mas não reconhecia isso como um vício.
- Vivenciou de perto muitos casos de alcoolismo, não só no ambiente de trabalho, mas nas relações pessoais também.
- Não sabe se o programa consegue “conscientizar”<sup>89</sup>, pois a conscientização vem do exemplo.

Não conhece nenhum caso de uma pessoa que passou por tratamento.

- Afirma que o programa funciona deixando as pessoas com medo de serem pegadas, mas não estimulando-as a pararem de usar álcool e drogas nem ajudando os usuários a se perceberem como viciados.

Hoje o negócio parece que funciona mais ou menos assim: ‘não usa não que eu te peço!’. Não é aquele negócio: ‘Não, você é um bom profissional, você gosta da empresa, você traz lucro pra empresa, nós vamos te ajudar’. (27’00”).

Por isso sugere que o programa seja mais divulgado e que os resultados dos casos de tratamento bem sucedido sejam apresentados e que se faça uma campanha para que os usuários possam reconhecer a si mesmos como viciados e pedirem ajuda espontaneamente. Sem isso, o programa fica parecendo apenas uma ameaça da empresa. Fala que é a “conscientização” é um grande desafio, pois é muito difícil “tocar” as pessoas profundamente. Dá como exemplo sua experiência com o cigarro: conta que foi viciado mas não reconhecia isso; parava de fumar alguns meses, depois voltava, até que um dia ele se deu conta de que fumar era um hábito que lhe dava muito prazer, mas que não tinha sentido, “era uma bobeira, uma besteira”.

“Não foi uma coisa médica, não foi um conselho de ninguém, fui eu mesmo (...) Seu eu soubesse me controlar, se soubesse chegar em casa e fumar só uns dois ou três cigarros eu voltava a fumar, mas eu sei que não consigo” (16’00”).

---

<sup>89</sup> “Consciência” recebe o sentido de responsabilidade individual (seja no trabalho, seja na vida pessoal).

---

- O entrevistado tem muitas opiniões formadas sobre o uso de drogas e álcool e apoia o programa pela sua iniciativa de inibir o uso. Mas por outro lado ele tem muita dificuldade em avaliar os procedimentos do programa: “Tem umas coisas que eu não tenho ideia sobre as coisas” (21’05”). Ele parece não conseguir relacionar a forma como o programa atua (testes) e a vida individual. Essa dificuldade de articulação de ideias e mesmo de expressão parece indicar uma brutal fragmentação da experiência. Não há integração.

<b>PROTOCOLO 15</b>
---------------------

Data: 23/03/2015

Duração: 15'02"

<b>IDENTIFICAÇÃO</b>	NOME	Luciano
	FUNÇÃO	Assistente de Suprimentos
	FORMAÇÃO	Superior em curso (economia)
	SETOR	Administrativo
	DESDE	2013
	JÁ PARTICIPOU	Não
<b>DADOS</b>	ENQUADRAMENTO / NARRATIVA	Segurança / Produtividade O funcionário é responsável por entregar à empresa aquilo que foi contratado e o programa é uma ferramenta de segurança contratual.
	NEXO	Segurança operacional e contratual (produtividade)
	COMPREENSÃO DO PROGRAMA	Razoável
	FONTE DE CONHECIMENTO	Informal (conversa com colegas) e experiência pessoal
	POSTURA PESSOAL	Receptividade entusiástica
	CRÍTICA	Nenhuma
	USA	Não
	IDENTIFICAÇÃO	Burocracia
	LIBERDADE	Condicionada à responsabilidade / contrato
	NATUREZA DO PROGRAMA	Ferramenta de produtividade;
<b>BREVE RESUMO</b>		

- Na operação: segurança e produtividade. No administrativo: produtividade;

- Não conhece muito do programa e não sabe exatamente o itinerário de quem é positivado (só ouviu contar);

Na operação a produtividade está diretamente ligada à segurança (“lá um acidente para tudo”). No administrativo a produtividade está ligada a uma espécie de “segurança contratual”: a empresa contrata x e não pode receber menos do que o acordado (3'00”);

- Foi estagiário na empresa;

- 
- Não conhece muito sobre o programa. A ênfase é no teste em si.
  - Não conhece casos de positivados, mas já ouviu contar.<sup>90</sup>;
  - Cuidado com trabalhado, segurança e produtividade são questões relacionadas. Uma coisa leva a outra.
  - Só quem usa drogas e abusa do álcool é que teme o programa.

A pessoa que usa narcótico e vem trabalhar merece ser pega. (7'30");
  - Não vê punição, mas cuidado.
  - O programa só conscientiza quem tem boa vontade para entender os objetivos e o bem comum; quem não entende que o programa é pelo bem comum não.
  - Outras empresas deveriam adotar, pois se trata de segurança contratual. Todo trabalhador deve ter a responsabilidade de saber que precisa corresponder ao contrato, ao investimento da empresa.
  - Se não tivesse o programa haveria funcionários narcotizados, pois se sentiriam livres para fazer o que quisessem.

---

<sup>90</sup>Nota minha: a questão da privacidade não é importante. Só apareceu quando eu provoqueei e mesmo assim sem muita força.

<b>PROTOCOLO 16</b>
---------------------

Data: 23/03/2015

Não gravada

<b>IDENTIFICAÇÃO</b>	NOME	Dorival
	FUNÇÃO	Coordenador
	FORMAÇÃO	Superior (engenheiro civil)
	SETOR	Administrativo
	DESDE	2006
	JÁ PARTICIPOU	Sim
<b>DADOS</b>	ENQUADRAMENTO / NARRATIVA	Produtividade / Segurança / Pedagógico Monitoramento em prol de um ambiente de trabalho mais seguro e produtivo, cuidando também dos indivíduos.
	NEXO	O programa aumenta a segurança da empresa e reduz a probabilidade de riscos potenciais se tornarem reais.
	COMPREENSÃO DO PROGRAMA	Boa
	FONTE DE CONHECIMENTO	Formal (treinamento para aplicação de testes pré- funcionais)
	POSTURA PESSOAL	Receptividade entusiástica
	CRÍTICA	Nenhuma
	USA	Não
	IDENTIFICAÇÃO	Burocracia
	LIBERDADE	Condicionada à reponsabilidade
	NATUREZA DO PROGRAMA	Administração de riscos
<b>BREVE RESUMO</b>		

- Acredita que o programa é parte da prevenção de riscos – e não apenas para o setor operacional, mas também para o administrativo;

No setor operacional, há riscos óbvios à segurança; no setor administrativo, a questão da segurança é indireta (não se trata de acidentes, mas trabalhos errados, problemas no ambiente de trabalho, prejuízos para a empresa, etc);

- Como a empresa é muito dispersa geograficamente, isso compromete o monitoramento

---

individual dos funcionários, por isso acredita que o programa deve ser massificado;

- Acredita que o objetivo do programa deve ser sempre situacional: não importa o que a pessoa faz fora do trabalho, mas sim sua condição no momento de trabalhar.

- Como exerce a função de coordenador, ele é que avisa os funcionários da sua equipe que devem fazer o teste. Relata que não percebe nenhum constrangimento, mas reconhece que há casos em que a pessoa demonstra contrariedade (especialmente casos de suspeita de testes motivados);

Conta que um funcionário de sua equipe estava com baixo rendimento e comportamento suspeito e que solicitou à equipe responsável pelo programa um teste motivado. O resultado foi positivo e o funcionário passou por tratamento, tendo se recuperado e está trabalhando até hoje com ele.

- Acredita que os testes têm um importante papel conscientizador, especialmente os testes pré-admissionais: aponta o caráter seletivo desses testes (selecionam um público que não usa álcool e drogas) e afirma que eles “ensinam” aos usuário que eles nunca conseguirão entrar em certos empregos se continuarem usando.

*[Nota minha: os testes exploram subjetividades que já estão prontas, selecionando certos indivíduos, mas não exercem esse papel de “subjetivação”];*

- Acha que as pessoas hoje são mais conscientes em relação às suas responsabilidades profissionais do que antigamente; mas mesmo assim, crê que se não fossem feitos testes muitos funcionários iriam trabalhar sob efeito de álcool e drogas;

<b>PROTOCOLO 17</b>
---------------------

Data: 24/03/2015

Duração: 09'21”

<b>IDENTIFICAÇÃO</b>	NOME	Paulino
	FUNÇÃO	Eletricista
	FORMAÇÃO	Técnico
	SETOR	Operacional
	DESDE	2012 (+16 anos como terceirizado)
	JÁ PARTICIPOU	Sim
<b>DADOS</b>	ENQUADRAMENTO / NARRATIVA	Monitoramento do trabalhador O programa é uma forma de obrigar os funcionários a seguirem as regras da empresa
	NEXO	Segurança no local de trabalho
	COMPREENSÃO DO PROGRAMA	Fraca
	FONTE DE CONHECIMENTO	Informal (conversa com colegas) e experiência pessoal
	POSTURA PESSOAL	Resignação Crítica
	CRÍTICA	Não concorda com a obrigatoriedade
	USA	Álcool
	IDENTIFICAÇÃO	Equipe de trabalho
	LIBERDADE	Não condicionada (direito)
	NATUREZA DO PROGRAMA	Disciplinar (ameaça/perseguição)
<b>BREVE RESUMO</b>		

- Muita dificuldade de articular um discurso.

- Acha um programa válido, pois acaba evitando que aconteçam acidentes, mas não concorda com a obrigatoriedade. Por ser obrigatório, o programa acaba tendo um caráter disciplinar (ele falou em “ameaça ao trabalhador”) e pode abrir a possibilidade para perseguição de funcionários. Defende que a participação seja voluntária.

- Já foi positivado duas vezes por álcool. Não conseguiu contar a história. Disse apenas que seu superior o chamou pra conversar nas duas vezes.

“[Quando o resultado é positivo] eles liga pro chefe lá e o chefe lá conversa com a

---

gente”.

Disse que não foi encaminhado para tratamento, mas seu superior o avisou que um próximo resultado positivo vai acarretar em demissão.

- Disse que muitos colegas seus não gostam do programa, pois sentem que há perseguição e não confiam nos resultados (conta que dois colegas foram positivados sem terem bebido).

- Em relação ao sigilo, afirma que é apenas formal: todos os colegas sabem quando alguém é afastado por ter sido positivado no teste.

- Afirma que por ser obrigatório, pode haver perseguição e muitos funcionários desconfiam disso.

- Afirma que o programa afeta o lazer, pois compromete o que a pessoa faz fora do horário de trabalho.

- A obrigatoriedade não conscientiza, só reprime.

- Afirma que se o programa existe, ele deveria ser extensivo aos funcionários terceirizados também.

[Minha impressão pessoal em nota de campo: Me pareceu uma pessoa com dificuldades cognitivas. Mas foi o único caso de resistência frontal ao programa, ainda que não tenha conseguido fundamentar sua posição. Parece ser um funcionário que não se adequa à padronização da empresa e pessoalmente acredito que não conseguirá se manter empregado aqui].

<b>PROTOCOLO 18</b>
---------------------

Data: 24/03/2015

Duração: 21'07"

IDENTIFICAÇÃO	NOME	Luciana
	FUNÇÃO	Analista
	FORMAÇÃO	Superior (Economia)
	SETOR	Administrativo
	DESDE	2009 (foi estagiária antes)
	JÁ PARTICIPOU	Sim
DADOS	ENQUADRAMENTO / NARRATIVA	Produtividade / Segurança / Cuidado com o trabalhador  No geral o programa é uma forma da empresa verificar se o trabalhador está oferecendo a força produtiva contratada; na área operacional, especificamente, o programa aumenta a segurança
	NEXO	A empresa investe no trabalhador que precisa dar um retorno correspondente; as atividades do setor operacional demandam muita atenção à segurança.
	COMPREENSÃO DO PROGRAMA	Fraca
	FONTE DE CONHECIMENTO	Informal (conversa com colegas) e experiência pessoal
	POSTURA PESSOAL	Recepção resignada
	CRÍTICA	Quem já testou negativo deveria ser tirado da lista de sorteio para “dar a vaga” a outras pessoas.
	USA	Álcool, socialmente
	IDENTIFICAÇÃO	Burocracia
	LIBERDADE	Condicionada à responsabilidade / contrato
	NATUREZA DO PROGRAMA	Dupla: 2 cuidados (com o investimento da empresa, com a saúde do trabalhador) e segurança (exclusiva no setor operacional)
BREVE RESUMO		

- Foi sorteada várias vezes (“Sou muito sortuda. Ganhei na mega sena”);
- Atitude blasé: não se importa, pois não tem problemas com álcool e drogas;
- A compreensão do programa se resume ao teste;

---

- O funcionário precisa corresponder às expectativas de produtividade da empresa, por isso o teste é importante: problemas com álcool e drogas fazem o investimento da empresa no funcionário não valer à pena. Mas ao mesmo tempo elogia o fato da empresa tratar os usuários ao invés de demiti-los: “Acho legal a iniciativa da empresa de não punir, mas de tratar” (3’50”). [*Ou seja, o que é percebido como mais significativo é o fato da empresa cuidar e não o de desconfiar*];

- O conhecimento do programa é muito superficial, se restringindo apenas aos testes em si. Não sabe o que acontece com quem é positivado, só sabe que ele recebe tratamento. Afirma não ter interesse em conhecer o programa mais profundamente porque não tem problemas com álcool e drogas [*falta de identificação coletiva*]; (ex: fala do admissional como um exame que não faz parte do programa);

- Conhecimento vem da experiência e de conversas informais: “Tem escrito em algum lugar, acho que já vi” ...;

- Não conhece casos de pessoas que foram positivadas e elogia o sigilo (05’30”);

- Enfatiza em vários momentos a importância dos testes para a produtividade: “Eu penso muito no lado da produção.”;

- Destaca que tem o programa tem dois focos diferentes: no setor administrativo, o foco é a produtividade; no setor operacional, o foco é a segurança:

Quanto ao setor administrativo, vê uma espécie de homogeneização: acredita que o teste no exame admissional seleciona o perfil dos funcionários, barrando a entrada de quem usa álcool e drogas:

“Mas, assim, a gente desde que é admitido, a gente tendo que fazer [o teste], a cabeça da gente já não vai pra esse lado, sabe? Você já traça um foco, uma meta: ‘a empresa é séria e eu vou fazer a minha parte aqui dentro’”;

“[No setor administrativo] se você bebe e vem trabalhar alcoolizado você ainda pode fazer uma ‘m’ mas você não vai matar ninguém, mas imagina na operação!”

“Acho que ninguém discorda do programa. Quem entra na empresa já entra sabendo, então não adianta espernear no meio do caminho” (17’30”);

Por causa dessa seleção e homogeneização do perfil dos funcionários administrativos, acredita que mesmo de não houvesse testes aleatórios isso não mudaria muito o comportamento dos trabalhadores. Mas os testes aleatórios ajudam a dar mais responsabilidade:

Se você quiser sair numa quinta-feira à noite você vai maneirar, você sabe que tem que render no dia seguinte.

Por isso os testes não atrapalham a liberdade:

---

Quem acha que deve beber vai beber, só vai maneirar.

No caso das drogas, afirma que elas fazem mal à saúde e que se a pessoa faz uso ela precisa de ajuda para parar (ou seja, nesse caso a liberdade de usar drogas é limitada pelo programa, para o bem de quem usa).

Quanto ao setor operacional, o foco seria na segurança, pois qualquer acidente pode ser catastrófico. Nesse setor acredita que talvez a ausência de testes aleatórios levasse os funcionários a irem trabalhar sob efeito de álcool e drogas, pois é um público com perfil diferente do administrativo: menor grau de instrução, maior quantidade de homens, mais jovens, etc:

Mas não sei se [no caso de não haverem testes aleatórios] seria diferente mesmo, porque a consciência da segurança hoje tá muito forte na empresa”.

- Acredita que não haja perseguição na empresa, nem motivos para se desconfiar disso. Mas conta que quando começou a ser chamada para fazer os testes por meses seguidos “ficou cismada” e foi conversar com o seu gerente para saber se estava acontecendo alguma coisa.

Pelo que eu fiquei sabendo, eles não tiram o nome de quem já foi sorteado [do próximo sorteio] (...). Mas mesmo assim ela não se importa de fazer, pois não tem problemas com álcool e drogas; só acha que ela ocupa uma “vaga” de outra pessoa que nunca fez o teste e poderia estar fazendo (10’45”).

<b>PROTOCOLO 19</b>
---------------------

Data: 26/03/2015

Não gravada

<b>IDENTIFICAÇÃO</b>	NOME	Roberto
	FUNÇÃO	Analista
	FORMAÇÃO	Superior
	SETOR	Administrativo
	DESDE	2012
	JÁ PARTICIPOU	Sim
<b>DADOS</b>	ENQUADRAMENTO / NARRATIVA	Segurança / Cuidado com o trabalhador O programa tem dois públicos e dois objetivos: para os funcionários “do trecho”, segurança; para os administrativos, cuidado.
	NEXO	Segurança no local de trabalho Cuidado com o trabalhador
	COMPREENSÃO DO PROGRAMA	Boa
	FONTE DE CONHECIMENTO	Informal (conversa com colegas) e experiência pessoal
	POSTURA PESSOAL	Recepção entusiástica
	CRÍTICA	Nenhuma
	USA	Não
	IDENTIFICAÇÃO	Burocracia
	LIBERDADE	Condicionada a responsabilidade (“consciência”)
	NATUREZA DO PROGRAMA	Dupla: prevenir e cuidar
<b>BREVE RESUMO</b>		

- O objetivo principal é a segurança (especificamente, evitar acidentes no trecho); em segundo lugar, cuidar do trabalhador (conscientizando-o sobre a importância da qualidade de vida);

- Destaca que o programa tem dois públicos: os funcionários “do trecho” (setor operacional) e os funcionários administrativos. No primeiro caso, a preocupação principal é evitar acidentes; mas isso não se aplica aos funcionários administrativos, que são submetidos aos testes por uma questão de cuidado com o trabalhador. Por isso, o

---

programa tem dupla natureza: fiscalização (segurança) e cuidado (conscientização).

Acredita que “é a fiscalização que faz as pessoas tomarem atitudes – como acontece no trânsito” e por isso o programa é decisivo para a questão da segurança: se não houvessem os testes, as pessoas iriam trabalhar sob o efeito de álcool ou drogas. Não vê outra alternativa da empresa fazer isso;

No que diz respeito ao cuidado com o trabalhador, acredita que o programa está associado a outras ações da empresa (como acontece muitas vezes nos dds e dss) e também se insere num ambiente cultural mais geral – como campanhas na mídia alertando sobre o mal causado pelas drogas à saúde e à qualidade de vida.

- Nunca presenciou nenhuma manifestação contrária aos testes por parte de nenhum colega de trabalho:

Como todos sabem que tem que fazer vira até brincadeira (...). O programa já faz parte da cultura da empresa.

- O programa ajuda os funcionários que fazem uso de álcool e drogas a perderem o estímulo para usar ou, no mínimo, a respeitarem seus limites: “mesmo os funcionários que bebem sabem que precisam manejar”;

- É favorável à adoção de programas dessa natureza por outras empresas, pois isso valoriza a qualidade de vida e a saúde dos funcionários (“cuida”);

- O sigilo é importante só para casos positivos; para casos negativos não.

[Nota minha: o “cuidado” aqui é um código que se refere a construção de uma subjetividade normalizada; a “fiscalização” é uma condição da liberdade.]

<b>PROTOCOLO 20</b>
---------------------

Data: 01/06/2015

Duração: 33m45s

<b>IDENTIFICAÇÃO</b>	NOME	Carlos Eduardo
	FUNÇÃO	Maquinista
	FORMAÇÃO	Superior
	SETOR	Operacional
	DESDE	2010
	JÁ PARTICIPOU	Sim
<b>DADOS</b>	ENQUADRAMENTO / NARRATIVA	Segurança / Cuidado com o trabalhador Alguns comportamentos são nocivos para a saúde do trabalhador e para a segurança da empresa ao mesmo tempo; o programa cuida das duas coisas ao mesmo tempo.
	NEXO	Segurança e cuidado
	COMPREENSÃO DO PROGRAMA	Boa
	FONTE DE CONHECIMENTO	Informal (conversa com colegas) e experiência pessoal
	POSTURA PESSOAL	Recepção crítica
	CRÍTICA	Falta de clareza em relação à diferenciação doença x comportamento (“falha moral”) dá ao programa um caráter punitivo; Há outros fatores mais frequentes que afetam o desempenho do funcionário, mas não são abordados;
	USA	Álcool, mas conhece os limites do organismo
	IDENTIFICAÇÃO	Ferroviário
	LIBERDADE	Condicional à responsabilidade / antiga x atual
	NATUREZA DO PROGRAMA	Segurança operacional / Pedagógica
<b>BREVE RESUMO</b>		

- Sua identificação é com a “ferrovia” e não com a empresa;
- Função de inibir ações nocivas ao trabalhador e que podem vir a ser nocivas para a empresa também;
- O programa ajuda o trabalhador dando oportunidades à pessoa usuária;

---

- Em princípio não há perseguição nem punição... “mas se a pessoa não quiser ser ajudada...”;

- crítica à demissão do reincidente: se é doente, não deve demitir. Afinal, o programa é ambíguo em relação à questão “vício x falha moral”. A doença é mais longa, tem recaídas... (08’45”).

- Vê o programa como prevenção, protegendo tanto o patrimônio material quanto o funcionário, que tem sua vontade livre restringida pelo programa, mas por um motivo que se justifica: muitas vezes o indivíduo não consegue se controlar por si só, espontaneamente, mas sabendo que há o perigo se ser pega pelo teste, a pessoa consegue administrar o uso.

Eu vejo dessa forma: tem um jeito de prevenir o próprio bem material e tem um jeito de prevenir o próprio colaborador, o funcionário. Protege, cria uma camada. Previne! E eu acho que de certa forma também é um método de manter as pessoas “em rédea”. Tipo assim: te pegou uma vez, te pegou duas vezes, você tá fora! Limita, então, se a pessoa é negligente [obriga] ela se segurar (11’45”).

- Intui que há um processo mais profundo em operação no programa:

Tem uma regra objetiva, mas também tem uma regra sem ser regra (12’30”).

- O programa foi um divisor de águas na história da ferrovia: “antes e depois”.

Antes não havia nenhum jeito de frear o uso abusivo de álcool e drogas, então era escancarado (13’10”).

- Mesmo a pessoa estando certa, há a sensação de invasão: desconfiança + falta de liberdade – mas isso porque “há resquícios da ferrovia do passado”.

- Todos ficam temerosos, mesmo se não “devem”;

- Usa álcool eventualmente, mas conhece os limites do seu organismo. “Todo mundo tem limite, mas muitos não sabem calcular corretamente”;

- Os funcionários do passado (aposentados = avô, pai) estão com a saúde comprometida:

Hoje eles pagam pelos excessos que eles fizeram no passado. E realmente era muito excesso, excesso de tudo: tanto de bebida, muito álcool, não faziam descanso ou o descanso antes de fazer alguma viagem era precário... (18’40”).

- Afirma que os funcionários precisam aceitar que hoje não é mais possível ter aquela liberdade da “ferrovia do passado” e que a responsabilidade profissional é fundamental.

E eu vejo as pessoas achando que vivem naquela época! Só que hoje é uma outra ferrovia, é uma empresa privatizada, você tem que ter regras (...) O quanto antes a gente entender que não é a mesma ferrovia, melhor pra gente! (19’10”).

- Exames positivos pesam negativamente na ficha do código de ética. Por isso há muita tensão: mesmo um teste positivo tratado pesa no desempenho de outras funções (“é um

---

dominó” – 26’30”);

- Programa x TAI (melhor que o Programa, mas estava tirando muitos funcionários e a empresa não gostou: “Hoje eles pensam assim: ‘Se o funcionário não estiver bem ele avisa’!”).

### **ANEXO 3 – Relato de um caso de demissão por reincidência**

Cláudio ingressou na empresa pesquisada ainda como estagiário do curso Administração na UFJF. Segundo ele, usou maconha regularmente com seus colegas durante todo o período em que fez faculdade e nunca teve motivos para se preocupar, pois estagiários não eram submetidos aos exames (como não são até hoje). Em 2008, quando concluiu sua graduação, foi contratado pela empresa para trabalhar no setor de Gerenciamento de Riscos. Como já convivia no ambiente da empresa, sabia que no exame admissional deveria fazer um exame toxicológico, ficou uma semana sem usar maconha.

Após ser contratado, Cláudio não deixou de usar maconha, mas passou a controlar mais a frequência. Mesmo sabendo que corria o risco de ser pego, tentava administrar o uso e contar com a sorte. Fumava aos finais de semana e nas tardes de domingo praticava exercícios físicos, pois acreditava que isso ajudava a eliminar os vestígios antes de segunda-feira. Com a crise financeira daquele ano, a empresa precisou cortar muitos gastos, suspendendo a realização dos testes – o que o deixou ainda mais tranquilo para continuar usando maconha. Algum tempo depois os testes reiniciaram normalmente, sem qualquer comunicação da empresa.

De acordo com Cláudio as relações entre os membros da equipe na qual trabalhava eram boas e apesar de não haver uma grande proximidade entre os eles, tinham conversas informais sobre assuntos que não eram do trabalho; entretanto, todos evitavam falar sobre drogas e sobre os testes. Sentia que esse era um tema constrangedor. Citou como exemplo uma situação ocorrida quando chegaram os comunicados para a realização dos exames médicos periódicos anuais: Cláudio não sabia se nessa ocasião era realizado algum teste toxicológico, mas sentiu que não poderia fazer essa pergunta abertamente. Tentou perguntar casualmente quais eram os exames realizados no periódico, mas achou melhor não insistir na questão para não levantar suspeitas dos colegas. Na dúvida, ficou sem usar maconha vários dias antes do exame.

Lembra-se que entre 2009 e 2010 houve uma grande reorientação na empresa, que passou a investir fortemente em ações de segurança do trabalho (segundo ele, o lema interno da empresa passou a ser: “nosso principal produto é segurança”). Todas as ações de segurança da empresa – roubos, acidentes, infrações, fiscalização financeira e segurança do trabalho – passaram a se concentrar no Setor de Segurança Operacional. Dentro desse setor foi fundada a Gestão de Segurança, que incorporou as atividades de Gerenciamento de Riscos onde ele trabalhava. Ironicamente, o setor em que trabalhava passou a ser o responsável por gerenciar o programa de prevenção ao uso de drogas lícitas e ilícitas.

Em 2010, Cláudio passou a exercer a função específica de auditor, acompanhando principalmente os aspectos financeiros da empresa. Nessa função, a gerente a qual ele estava diretamente submetido era uma jovem que tinha muitas amigas em comum com ele – inclusive antigas colegas de faculdade que sabiam que ele usava maconha. Em um final de semana, Cláudio foi a uma festa onde estavam também várias dessas amigas que tinha em comum com a sua gerente e que elas o viram fumando maconha. Alguns dias depois, ao chegar ao trabalho numa segunda-feira, às 8h, sua gerente se aproximou de sua mesa antes mesmo que ele se sentasse e, com um tapinha nas costas, comunicou que ele havia sido contemplado no Programa e deveria comparecer imediatamente ao ambulatório da empresa para fazer o teste. Tentou não demonstrar preocupação, mas disse que na verdade se desesperou, pois havia fumado maconha durante todo o domingo. Antes de ir para o ambulatório, passou na cantina, pois o cantineiro era seu amigo e o único da empresa que sabia que ele fumava maconha. Pediu a ele um limão, pois já tinha ouvido falar que beber o caldo do limão poderia impedir a detecção da maconha na urina, mas o cantineiro não tinha. Sem saber o que fazer, saiu do prédio, telefonou para sua gerente e se abriu com ela na esperança de que talvez pudesse contar com sua ajuda pessoal: contou que havia fumado maconha e seria pego no exame. Disse que percebeu um tom de sarcasmo na sua voz, como se sua revelação confirmasse uma suspeita. Ela lhe respondeu um tanto friamente que ele não poderia se recusar a fazer o teste, pois isso era motivo de demissão por justa causa. Orientou que ele fizesse o teste e aguardasse o resultado. Então ele foi para o ambulatório e fez o teste. Naquela época não era feito o pré-teste enzimático: a amostra da urina ia diretamente para o exame laboratorial e o resultado demorava quinze dias para ficar pronto. Segundo ele foram dias de uma angústia atroz: ficava pesquisando sobre os testes na internet para tentar descobrir se poderia ter esperança da maconha não ser detectada. Teve certeza de que não havia sido escolhido aleatoriamente para fazer o teste, mas sim indicado pela sua gerente, o que tornou a convivência na empresa um verdadeiro tormento.

Após cerca de duas semanas, a sua gerente lhe avisou que o resultado havia chegado: dera positivo e ele precisaria comparecer imediatamente ao Setor de Responsabilidade Social da empresa. Segundo Cláudio, comparecer a esse setor é algo que raramente os funcionários fazem. Há uma percepção não-declarada de que quem precisa ser atendido nesse setor está com sérios problemas pessoais e que o simples fato de ter que ir até lá o deixou constrangido e preocupado em ser visto por algum colega.

Lá, foi encaminhado para uma pequena sala de divisórias para conversar com a responsável pelo setor. Essa sala tinha uma vidraça que dava para dentro do salão do setor, de

maneira que quem está ali fica exposto às pessoas que estão de fora. Contou que a responsável fez um discurso moralista e nada amistoso censurando sua conduta e lhe entregou um monte de panfletos anti-drogas que ela tinha em sua mesa. Informou que ele deveria voltar à sua sala, mas que a partir do dia seguinte estaria suspenso do trabalho até comparecer ao consultório de psicologia terceirizado pela empresa, onde seria avaliado se ele deveria ser encaminhado para tratamento. Ao final, antes de dispensá-lo, disse em tom ameaçador e dedo em riste que eles iriam “pegá-lo” novamente: ele seria testado de novo a qualquer momento. “Você está avisado!”, concluiu.

De volta à sua sala, comunicou o ocorrido à sua gerente e ela disse para que Cláudio não se preocupasse em relação à suspensão, pois no dia seguinte avisaria aos seus colegas de trabalho que ele estava gripado e não poderia trabalhar.

A avaliação psicológica foi marcada já para o dia seguinte, mas o consultório era no Rio de Janeiro. O deslocamento teve que ser custeado por ele próprio. Cláudio foi atendido por uma psicóloga que tentou deixá-lo à vontade e teve uma longa conversa com ele explicando sobre os efeitos nocivos das drogas à saúde. No final da consulta, disse que tinha percebido que ele era “um bom menino” e, por isso, não achava necessário que ele fosse encaminhado para um programa de reabilitação. Sendo assim, voltou a trabalhar no outro dia.

Depois dessa experiência, Cláudio parou de usar maconha por puro medo de ser pego novamente. Houve uma troca de gerentes e sua antiga gerente foi transferida para outro setor, o que tonou o ambiente de trabalho menos carregado para ele. Durante uma conversa informal seu novo gerente comentou sobre o programa de prevenção ao uso de drogas lícitas e ilícitas dizendo que em sua opinião os funcionários poderiam fazer o que quisessem nas suas vidas pessoais, pois o que importava para ele era o desempenho no trabalho, mas que como a empresa tinha aquela política institucional, cada funcionário deveria se cuidar de si mesmo para não ser pego. Como Cláudio já se sentia marcado por uma testagem positiva, ficou sem saber se o gerente estava dando um recado indireto para ele, ou se o comentário foi espontâneo.

Em janeiro de 2011 Cláudio saiu de férias e sentiu-se à vontade para fumar maconha - o que não fazia desde julho de 2010, quando fora positivado no teste. Durante suas férias usou maconha fartamente, sob a forma de baseado e haxixe, sem se preocupar. Para se precaver, parou completamente de usar maconha cinco dias antes das férias terminarem e como o fim de suas férias coincidiu com o carnaval, voltou ao trabalho só na quarta-feira de cinzas à tarde. Na manhã seguinte o gerente ao qual estava submetido veio até ele e disse que ele havia sido sorteado para fazer o teste toxicológico no dia anterior (quarta-feira de cinzas), mas

conseguiu interferir para adiar a realização em um dia para protegê-lo caso houvesse bebido no último dia de carnaval. Portanto, ele deveria ir ao ambulatório fazer o teste naquele momento. Cláudio fez o teste sem se preocupar, pois estava sem fumar maconha havia quase dez dias. Entretanto, cerca de duas semanas depois o gerente lhe chamou e comunicou que o setor estava “passando por uma reestruturação” e que infelizmente ele teria que ser dispensado. Cláudio confrontou o gerente e disse que sabia que aquele não era o verdadeiro motivo de sua demissão. O gerente o olhou seriamente e, após um instante de silêncio, confidenciou que na verdade seu teste tinha dado positivo e esse era o motivo de sua demissão. Fez questão de ressaltar que não era uma decisão pessoal e que já tinha até organizado a sua promoção devido à qualidade do seu trabalho, mas havia recebido uma ordem de demissão expressa vinda de setores hierarquicamente superiores.

Cláudio contou que de toda essa experiência, o mais difícil foi dar a notícia para a sua mulher e sua família e que apesar de o terem acolhido de uma forma que surpreendeu a ele mesmo, sentiu muita vergonha e medo de ser julgado. Abriu uma empresa de construção civil junto com seu pai onde trabalha até hoje. Faz uso regular de maconha.